

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO DOUTORADO EM HISTÓRIA
LINHA DE PESQUISA: ESTADO E PODER**

IRENE SPIES ADAMY

**TERRA, PODER E COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ:
O CASO DA COOPAVEL**

Marechal Cândido Rondon

2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO DOUTORADO EM HISTÓRIA**

IRENE SPIES ADAMY

**TERRA, PODER E COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ:
O CASO DA COOPAVEL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, nível Doutorado da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon para obtenção do título de Doutora em História, sob a orientação do professor Doutor Paulo José Koling.

**Marechal Cândido Rondon
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Adamy, Irene Spies

Terra, poder e cooperativismo no Oeste do Paraná: o caso da Coopavel. / Irene Spies Adamy; orientador(a), Paulo José Koling, 2019.
271 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Fração agrária da classe dominante. 2. Cooperativismo agroindustrial. 3. Oeste do Paraná. 4. Coopavel. I. Koling, Paulo José. II. Título.



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE IRENE SPIES ADAMY, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ata(s) 30 dia(s) do mês de setembro de 2019 às 14h00min, no(a) SALA 60 - PPGH, realizou-se a sessão pública da Defesa de Tese do(a) candidato(a) Irene Spies Adamy, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Doutorado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Paulo José Koling, Sonia Regina de Mendonça, Marcio Antônio Both da Silva, Antonio Marcos Myskiw, Gilberto Grassi Calil. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Paulo José Koling, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de TESE DE DOUTORADO, intitulada: "Terra, Poder e Cooperativismo no Oeste do Paraná: O caso da COOPAVEL". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Tese. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Sonia Regina de Mendonça, Marcio Antônio Both da Silva, Antonio Marcos Myskiw, Gilberto Grassi Calil. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Tese. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Paulo José Koling

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Sonia Regina de Mendonça
Universidade Federal Fluminense (UFF)



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE IRENE SPIES ADAMY, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Antonio Marcos Myskiw
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Marcio Antônio Both da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Gilberto Grassi Calil
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Irene Spies Adamy
Candidato(a)

Marcio Ant. Queiroz
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

DEDICATÓRIA

Ao meu orientador professor Doutor Paulo José Koling pelas valiosas contribuições na elaboração da tese;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de realizar mais esta etapa do meu processo de formação humana e profissional;

Aos professores da Banca de Qualificação professor Doutor Gilberto Grassi Calil, professor Doutor Marcio Antônio Both da Silva que muito contribuíram para a elaboração da tese e em especial a professora Doutora Sonia Regina de Mendonça com quem aprendi um pouco do caminho das pedras da pesquisa;

A meus pais e irmãos;

A Alécio, meu companheiro de todas as horas, e Henrique Augusto e Eduardo Augusto, meus filhos, motivos de orgulho e esperança em uma sociedade mais igualitária e feliz.

Aos meus sobrinhos netos Augusto e Alice que foram gestados e que vieram a este mundo durante o percurso do doutorado, despertando um novo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Doutor Paulo José Koling pelo incentivo à pesquisa e pela oportunidade de ter sido sua orientanda. Suas contribuições foram fundamentais para a elaboração desta tese. Seu compromisso social enquanto professor e historiador me inspiram em buscar conhecer e compreender sujeitos individuais e coletivos que fizeram e fazem a história.

Agradeço e reconheço a importância da UNIOESTE como instituição que possibilita o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região Oeste.

Agradeço a minha família pelo amor, apoio e colaboração e a todos que contribuíram para que este trabalho fosse possível, viabilizando o acesso a fontes de pesquisa, sugerindo e criticando o seu andamento.

RESUMO

No Oeste do Paraná, o vínculo com a terra e o domínio da produção agropecuária e agroindustrial possibilitou a formação, a partir da década de 1970, de uma fração da classe dominante de origem agrária que atuou na construção de um padrão produtivo pautado na modernização, no incremento tecnológico, na busca pela competitividade e na integração da economia local aos mercados regional, nacional e mundial. Estas frações de classes organizaram historicamente a produção econômica local e regional, bem como sua representação em entidades da sociedade civil, garantindo-lhes a condição de que, parcela significativa dos demais segmentos da produção agrícola, fossem incorporados ao modelo de produção capitalista, mesmo que de modo subalterno. Neste processo, às cooperativas agropecuárias e agroindustriais foi atribuído um papel determinante. Gradativamente, passaram a assumir a posição de quem organiza a classe patronal rural ou de origem rural e dá direcionamento à modernização do processo produtivo. O estudo de como determinados grupos sociais ou frações da classe dominante se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir sua presença e condição dirigente, e, ainda, como inscrevem suas demandas junto à sociedade política, é fundamental para a compreensão das relações de poder que permeiam o conjunto da sociedade. Esta tese é o resultado da pesquisa que teve como objetos a fração agrária da classe dominante em Cascavel e entorno e a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel) como território e espaço de organização e construção de seu arranjo produtivo e de difusão de um modelo hegemônico para a economia local e regional. Significativa é, também, a atuação da cooperativa na difusão de uma cultura voltada à criação de consenso junto “aos seus e aos demais” sobre a importância do agronegócio. O Show Rural Coopavel, a Universidade Corporativa Coopavel, suas revistas e a inscrição de seus dirigentes e associados em entidades organizadas na sociedade civil, além da defesa de seus interesses junto ao Estado restrito, são expressões da sua posição dirigente. Antonio Gramsci contribui, de modo decisivo, para a compreensão e análise acerca dos instrumentos pelos quais uma classe e/ou fração de classe pode exercer poder, domínio e hegemonia, difundindo seus valores e impondo seu projeto social. No Oeste do Paraná, as patronais rurais, através do sistema cooperativo de produção agropecuário e agroindustrial assumiram, à nível regional, um papel determinante na difusão de novos conhecimentos, novas técnicas de produção, tecnologias e maquinários; na forma de gestão, de permanência de determinados dirigentes e de gerenciamento corporativo do complexo cooperativo agroindustrial; na definição de um novo caráter mercantil à produção agrícola e ao modo de uso da terra e do solo; na definição da propriedade da terra e das atividades de trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras; além de coordenarem a integração da agropecuária regional nas relações capitalistas de produção, ao que se convencionou chamar, mais recentemente, de agronegócio ou *agribusiness*.

Palavras Chave: Cascavel; classe patronal rural; Cooperativa Agroindustrial Coopavel; agronegócio.

ABSTRACT

In the west of Paraná, the connection WITH the land and WITH THE agricultural production PROPERTY made possible, starting in 1970, the formation of a different agrarian ruling class that played a role in the construction of a productive pattern, characterized by the modernization, the technological improvement, the search for competitiveness and by the integration of the economy in regional, national and worldwide markets. Those class parts have historically organized the local and regional economic output and its perform in civil society organizations, assuring them that a significant part of other agricultural production sectors could be integrated in the capitalist production method, even though it happened in a subordinate way. In that process, the agricultural and cattle cooperatives have had a determinant role. They gradually have assumed the condition of a collective subject that organizes the proletarian class and conducts the modernization of the productive process. The study on how some social groups or parts of the ruling class organize in civil society and manage to assure their presence and leading role in order to guarantee their political demands is fundamental to understand the power relations that permeate the whole of society. This thesis is the result of a research that had as object the agrarian part of the ruling class in Cascavel and surroundings and the Agroindustrial Cooperative of Cascavel (Coopavel) as a territory and place for organization and construction of its productive arrangement and diffusion of an hegemonic method to local and regional economy. The cooperative role in the diffusion of a culture that managed to create a common understanding on "its members and others" about the importance of agribusiness is also significant. The Rural Show Coopavel, the Coopavel Corporate University, its magazines and the role of its executives and associates in organized civil society entities, besides the defense of its interests along with the restrict State Government, are expressions of its leading part. The hegemony of a class, or part of a class, expresses itself mainly by the economic power and intelectual and moral influence, or, in other words, a cultural influence, in a broad sense. Antonio Gramsci offered a decisive contribution to the comprehension and analyses of the instruments used by a class, or part of a class, to exert its power, domain and hegemony, diffusing its values and imposing its social project. In the west of Paraná, the landowners class, through the agricultural cooperative production system, have assumed, regionally, a leading part in the dissemination of new findings, new production techniques, technology and agricultural machines; in the form of management, the residence time of some executives; in the corporate management of the cooperative agroindustrial complex; in the definition of a new commercial nature of the agricultural production and in the way the land and the soil are used; in the definition of land ownership and work activities and workers; aside from coordinating the integration of regional agricultural production in the capitalist relations of production, what is called, more recently, agribusiness.

Key Words: Cascavel; landowners; Agroindustrial Cooperative Coopavel; *agribusiness*.

RESUMEN

En el oeste de Paraná, el vínculo con la tierra y el dominio sobre la producción agropecuaria y agroindustrial permitió la formación, a partir la década de 1970, de una fracción de la clase dominante de origen agrario que actuó en la construcción de un patrón productivo basado en la modernización, mejora tecnológica, búsqueda de competitividad e integración de la economía local en los mercados regionales, nacionales y mundiales. Estas fracciones de clase han organizado históricamente la producción económica local y regional y su representación en las entidades de la sociedad civil, garantizándoles la condición de que una parte significativa de los otros segmentos de la producción agrícola fueran incorporados al modelo de producción capitalista, incluso de manera subordinada. En este proceso, se asignó a las cooperativas agrícolas y agroindustriales un papel determinante. Paulatinamente comenzaron a asumir la condición de sujeto colectivo que organiza la clase propietaria y da dirección a la modernización del proceso productivo. El estudio de cómo ciertos grupos sociales o fracciones de la clase dominante se organizan en la sociedad civil, disputan y garantizan su presencia y condición de liderazgo, y aún, cómo inscriben sus demandas junto a la sociedad política, es fundamental para la comprensión de las relaciones de poder que permean el conjunto de la sociedad. Esta tesis es el resultado de la investigación que tuvo como objeto la fracción agraria de la clase dominante en Cascavel y entorno y la *Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel)* como territorio y espacio de organización y construcción de su factor productivo y difusión de un modelo hegemónico para la economía local y regional. También es significativa la actuación de la cooperativa en la difusión de una cultura destinada a crear consenso junto a “los suyos y los demás” sobre la importancia de los agronegocios. El *Show Rural Coopavel*, la *Universidade Corporativa Coopavel*, sus revistas y la participación de sus líderes y asociados en entidades organizadas en la sociedad civil, además de la defensa de sus intereses junto al Estado restringido, son expresiones de su posición de liderazgo. La hegemonía de una clase o fracción de clase se manifiesta fundamentalmente a través del dominio económico y por la dirección intelectual y moral, es decir, la dirección cultural en su sentido amplio. Antonio Gramsci contribuye decisivamente a la comprensión y el análisis acerca de los instrumentos por los cuales una clase y / o fracción de clase puede ejercer poder, dominio y hegemonía, difundiendo sus valores e imponiendo su proyecto social. En el Oeste de Paraná, las clases de propietarios rurales, a través del sistema cooperativo de producción agropecuario y agroindustrial, asumieron, a nivel regional, un papel decisivo en la difusión de nuevos conocimientos, nuevas técnicas de producción, tecnologías y maquinarias; en la forma de gestión, de permanencia de determinados dirigentes y gerenciamiento corporativo del complejo cooperativo agroindustrial; en la definición de un nuevo carácter de mercado a la producción agrícola y al uso de la tierra y del suelo; en la definición de la propiedad de la tierra e de actividades laborales de trabajadores; además de coordinar la integración de la agropecuaria regional en las relaciones capitalistas de producción, al que se le ha llamado comúnmente agronegocio o *agrobusiness*.

Palavras Clave: Cascavel; clase patronal rural; Cooperativa Agroindustrial Coopavel; agronegocio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
FIGURA 1: Mapa do Estado do Paraná	21
FIGURA 2: Mapa das mesorregiões do Estado do Paraná	21
FIGURA 3: Mapa da mesorregião do Oeste do Paraná	22
FIGURA 4: Tabela 1 - Estrutura fundiária de Cascavel em 1960	69
FIGURA 5: Tabela 2 - Estrutura fundiária de Cascavel entre 1975 e 1995	71
FIGURA 6: Quadro 1 - Administradores municipais de Cascavel	74-75
FIGURA 7: Quadro 2 - Entidades da classe patronal em Cascavel	78
FIGURA 8: Tabela 3 - Percentuais do crescimento populacional em Cascavel entre 1950 e 2018	91
FIGURA 9: Mapa 4 - Zona de jurisdição do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná	93
FIGURA 10: Fotografia 1 – Requerimento ao DAO em 20 de maio de 1952	95
FIGURA 11: Fotografia 2 - Telegrama enviado por Haroldo Mendes em 19 de fevereiro de 1953 ao diretor do DAO em Curitiba	96
FIGURA 12: Fotografia 3 - Telegrama ao DAO em 5 de março de 1953 ...	97
FIGURA 13: Fotografia 4 - OCI – 201/1952.....	98
FIGURA 14: Fotografia 5 - Mapa do Estado do Paraná sobre o plano de colonização do Oeste do Estado entre 1947 e 1952.....	99
FIGURA 15: Tabela 4 - Transformações na demografia de Cascavel entre 1970 e 201.....	120
FIGURA 16: Logomarca 1 - Cooperativa Central Cotriguaçu	149
FIGURA 17: Quadro 3 – Perfil das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná.....	151
FIGURA 18: Quadro 4 - Resultados financeiros das cooperativas do Oeste do Paraná – 2018.....	157

FIGURA 19: Tabela 5 - Demonstrativo da receita bruta das agroindústrias – 2018.....	159
FIGURA 20: Quadro 5 - Acesso ao Crédito Rural (1974 – 1975).....	161
FIGURA 21: Quadro 6 - Valores totais dos financiamentos das cooperativas do Oeste do Paraná – 2018.....	163
FIGURA 22: Tabela 6 - Perfil dos financiamentos das cooperativas do Oeste – 2018	164
FIGURA 23: Tabela 7 - Despesas financeiras das cooperativas do Oeste – 2018	165
FIGURA 24: Quadro 7 - Comparativo das despesas de financiamentos com o lucro das cooperativas – 2018	167
FIGURA 25: Tabela 8 - Operações de crédito com BNDES (2003 - 2019)	168
FIGURA 26: Quadro 8 - Diretores da Credicoopavel – 2019	169
FIGURA 27: Quadro 9 - Evolução financeira da Credicoopavel (2014 – 2018)	170
FIGURA 28: Quadro 10 - Perfil dos gestores das cooperativas do Oeste.	173
FIGURA 29: Quadro 11 - Sócios fundadores da Coopavel.	177
FIGURA 30: Quadro 12 - Primeira diretoria da Coopavel.....	179
FIGURA 31: Tabela 9 - A condição dos produtores rurais de Cascavel em 1970 quanto ao vínculo com a terra	183
FIGURA 32: Tabela 10 - Evolução do cooperativismo no Oeste a partir do Projeto Iguaçu de Cooperativismo.....	184
FIGURA 33: Quadro 13 - Diretores da Coopavel e sua atuação em outras entidades patronais.....	197
FIGURA 34: Fotografia 5 – Imagem do prédio administrativo da Coopavel	199
FIGURA 35: Quadro 14 – Número de associados da Coopavel entre 2014 e 2018	201
FIGURA 36: Diagrama 1 - Segmentos de atuação da Coopavel em 2019.	203
FIGURA 37: Tabela 11 - Evolução do abate de frangos, suínos e bovinos pela Coopavel entre 2001 e 2018.....	204

FIGURA 38: Tabela 12 - Evolução das indústrias de insumos e agroindústrias da Coopavel entre 2001 e 2018	206
FIGURA 39: Tabela 13 - Evolução de recebimento de cereais pela Coopavel entre 2001 e 2018.....	207
FIGURA 40: Tabela 14 - Resultados financeiros da Coopavel entre 2010 e 2018	209
FIGURA 41: Quadro 15 - Patrimônio da Coopavel em 2016	210
FIGURA 42: Quadro 16 - Evolução da atuação da UNICOOP.....	222
FIGURA 43: Quadro 17 - Evolução dos investimentos realizados na UNICOOP entre 2000 e 2018	223
FIGURA 44: Fotografia 6 - Vista aérea do Centro Tecnológico da Coopavel.....	225
FIGURA 45: Quadro 18 - Evolução do número de expositores no Show Rural Coopavel	229
FIGURA 46: Quadro 19 – Eventos do agronegócio brasileiro em 2019.....	231
FIGURA 47: Tabela 15 - Retorno do capital investido na lavoura de soja em 2016 pelos associados da Coopavel	235
FIGURA 48: Logomarca 2 - Símbolo do Show Rural Coopavel	241
FIGURA 49: Fotografia 7 - Painel ilustrativo do Show Rural Coopavel – edição 2019	242
FIGURA 50: Fotografia 8 - Bandeira do Show Rural Coopavel	243

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAG** – Associação Brasileira do Agronegócio
- ABCOOP** – Associação Brasileira das Cooperativas
- ACARPA** – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
- ACIC** – Associação Comercial e Industrial de Cascavel
- AGROPAR** - Cooperativa Agropecuária do Médio Oeste do Paraná
- AMIC** – Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Oeste do Paraná.
- ARENA** – Aliança Nacional Libertadora
- BNCC** – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRDE** – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- BRF** – Brasil Foods
- CACIOPAR** – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná.
- CAMPAL** – Cooperativa Agrícola Mista de Palotina
- CDL** – Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cascavel
- CFP** – Comissão de Financiamento à Produção
- CNA** – Confederação Nacional de Agricultura
- COAMO** – Cooperativa Agroindustrial de Campo Mourão
- COAVE** – Cooperativa Agroindustrial Avícola União
- COCAMAR** – Cooperativa Agroindustrial de Maringá
- COMIL** – Comércio de silos e secadores Ltda
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPAVEL** – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel
- COPACOL** – Cooperativa Agroindustrial Consolata
- COPAGRIL** – Cooperativa Agroindustrial de Rondon
- COTRIGUAÇU** – Cooperativa Central Iguaçu
- CTC** – Centro Tecnológico da Coopavel
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- C.VALE** – Cooperativa Agroindustrial C Vale
- DAC** – Departamento de Assistência ao Cooperativismo

DAO – Departamento Administrativo do Oeste

DGTC – Departamento de Geografia, Terras e Colonização

EAD – Educação à Distância

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEP – Federação da Agricultura do Estado do Paraná

FAG – Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz

FECIVEL – Faculdades de Educação, Agronomia, Filosofia, Ciências e Letras de Cascavel

FERROESTE – Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A

FIEP – Federação das Indústrias do Paraná

FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração

FRIMESA – Frigorífico de Medianeira S/A (Cooperativa Central Frimesa)

FUNDETEC – Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Cascavel

IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná

ITECNE – Faculdade Itecne Cascavel

LAR – Cooperativa Agroindustrial Lar de Medianeira

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MF – Módulo Fiscal

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

PANCs – Plantas Alimentares não Convencionais

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PFL – Partido da Frente Liberal
PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PP – Partido Progressista
PRIMATO – Cooperativa Agroindustrial de Toledo
PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI – Serviço Nacional da Indústria
SETI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SINDILOGISTA – Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista
SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SRC – Show Rural Coopavel
SRO – Sociedade Rural do Oeste do Paraná
SRP – Sindicato Rural Patronal
STJ – Supremo Tribunal de Justiça
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDCOOP – Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda
UDR – União Democrática Ruralista
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UNASCO – União Nacional de Cooperativas
UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá
UNICOOP – Universidade Corporativa Coopavel
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIPAR – Universidade Paranaense

UNIVEL – Centro Universitário de Cascavel

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: TERRA E PODER: POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS	
SOBRE A CLASSE PATRONAL RURAL	51
1.1 - UMA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE NO OESTE DO	
PARANÁ	66
CAPÍTULO 2: A CLASSE PATRONAL RURAL E A FORMAÇÃO DA SUA BASE	
MATERIAL E CULTURAL NO OESTE DO PARANÁ	83
2.1 - O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO OESTE.....	91
2.2 - MEMÓRIAS EM DISPUTA: DA POSSE À PROPRIEDADE E A	
“TRADIÇÃO PACIFICADORA NO CAMPO”	105
2.3 – A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA NO OESTE	
DO PARANÁ	115
CAPÍTULO 3: O COOPERATIVISMO E A SUA ORGANIZAÇÃO NO OESTE DO	
PARANÁ	127
3.1 - O COOPERATIVISMO NO PARANÁ.....	134
3.2 - O COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ	144
3.3 - O CRÉDITO RURAL, A FINANCEIRIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E A	
CREDICOOPAVEL.....	160
CAPÍTULO 4: A COOPAVEL COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO DA	
CLASSE PATRONAL RURAL.....	175
4.1 - A COOPAVEL HOJE	199
CAPÍTULO 5: A COOPAVEL E A DIFUSÃO DE UM MODELO HEGEMÔNICO	
PARA O CAMPO	217
5.1 - A UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA COOPAVEL – UNICOOP	219
5.2 - O SHOW RURAL COOPAVEL	224
5.3 - A REVISTA COOPAVEL.....	244
CONCLUSÕES	258
REFERÊNCIAS.....	262

ANEXOS.....	270
--------------------	------------

INTRODUÇÃO

A história recente da região Oeste do Paraná foi marcada por disputas relacionadas à ocupação, posse, grilagem e legalização da propriedade, bem como ao uso da terra, sendo este tema, o agrário, o principal núcleo da formação histórico-social da sociedade local, inclusive no que diz respeito ao perfil urbano dos seus municípios.

Esta tese tem por temática e abordagem, um dos modos de organização econômica e social dos donos da terra na região Oeste do Paraná: a produção agropecuária e agroindustrial cooperativada. O objeto de estudo é, portanto, a classe proprietária rural de Cascavel e entorno, na sua fração dominante, e sua organização econômica através da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (Coopavel).

Através da Coopavel, esta fração agrária, ou de origem agrária, da classe dominante de Cascavel e entorno, pôde consolidar sua condição hegemônica, com a criação de um arranjo produtivo local e regional, que lhe permitiu controlar e coordenar outros segmentos da economia, bem como integrar, neste mesmo arranjo produtivo, pequenos e médios proprietários e trabalhadores assalariados, através da produção agropecuária e agroindustrial e sua comercialização.

Os representantes desta fração agrária, encontraram nas cooperativas, a possibilidade de se tornarem empresários capitalistas, com capacidade de gestão e competitividade, não só na economia regional, mas em nível nacional e no mercado internacional.

Atualmente, as 69 cooperativas agropecuárias e agroindustriais do Paraná estão presentes em 120 municípios. Obtiveram em 2018, um faturamento de R\$ 70,8 bilhões, o que representa 60% do PIB agrícola do Estado. Nestas cooperativas, 48% da matéria prima passa por algum processo de industrialização, com o objetivo de agregar valor à produção que, em 77% do total, tem sua produção realizada em pequenas e médias propriedades.

A região Oeste é responsável, conforme dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2016, por 21% da produção de soja, 35% da produção de milho, 12% da produção pecuária, 60% da produção de

suínos e 31% da produção de frangos do Estado do Paraná. Grande parte deste volume de produção é realizado por produtores rurais associados ou integrados à sua cooperativa agropecuária ou agroindustrial.

Em 2017, segundo dados do IBGE, a renda per capita em Cascavel era de 2,6 salários mínimos, sendo que 28,6% da população recebia até $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita mensal.

A taxa de escolaridade entre 6 e 14 anos atingia mais de 98% de sua população.

Cascavel é um dos 54 municípios da região Oeste do Paraná, localizada no Sul do Brasil. A região possui aproximadamente 1.309.560 habitantes e ocupa uma área equivalente a 11,74% da área total do Estado, concentrando mais de 20% da sua produção agropecuária.

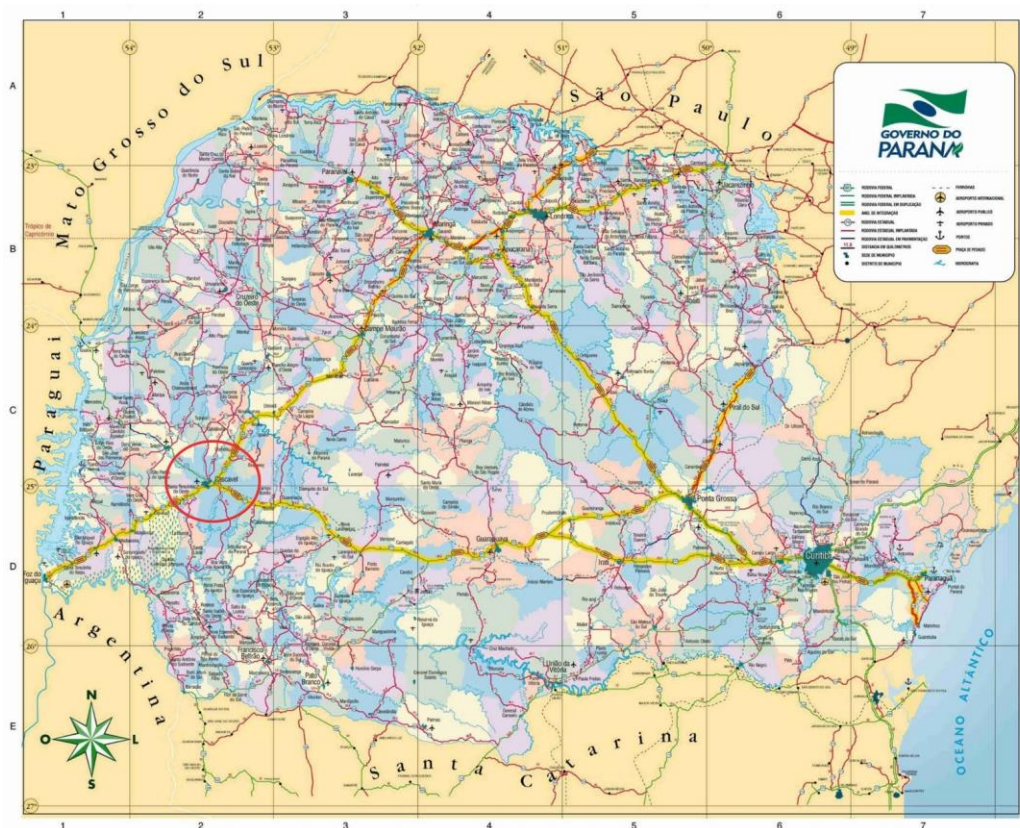
O município de Cascavel possui uma área territorial de 2.100,831Km². Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicados em agosto de 2018, sua população atual está estimada em 324.476 habitantes, correspondendo ao quinto município mais populoso do Estado. De acordo com o Censo Demográfico, em 2010, sua população total era de 286.205 habitantes sendo que, naquele período, 270.049 (94,35%) viviam no espaço urbano e 16.156 (5,65%) no espaço rural. Sua densidade demográfica no ano de 2018 estava em torno de 136 hab/Km²

Estes dados demonstram que o município de Cascavel apresenta um processo de urbanização ainda mais intenso e acelerado que aquele verificado no Estado do Paraná e no Brasil, em geral. No Paraná 8.906.442 habitantes (85%) vivem nas cidades e 1.533.159 habitantes (15%) estão no campo. No Estado, os dados em muito se aproximam da média nacional onde 84,72% da população vive nas cidades e 15,28% está no espaço rural.

O município de Cascavel apresenta atualmente os seguintes limites geográficos: Norte: Toledo, Tupãssi, Cafelândia, Corbélia e Braganey; Sul: Boa Vista da Aparecida e Três Barras do Paraná; Leste: Campo Bonito e Catanduvás e a Oeste Toledo, Lindoeste e Santa Tereza do Oeste.

A seguir estão as imagens que representam os mapas do Estado do Paraná, sua divisão em mesorregiões e em destaque, na região Oeste, os municípios que a compõe e a localização do município de Cascavel.

Mapa 1: Estado do Paraná



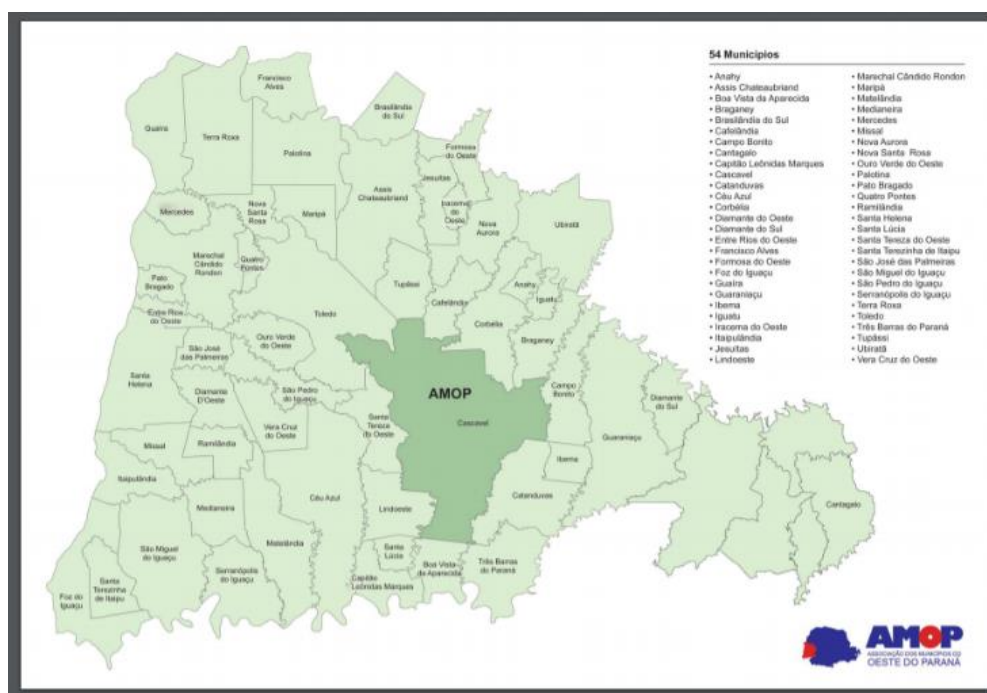
Fonte: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/08/mapas-de-cascavel-pr.html>

Mapa 2: Mesorregiões do Estado do Paraná



Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-parana-mesorregioes/>

Mapa 3: Mesorregião do Oeste do Paraná (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP)



Fonte: <http://www.amop.org.br/wp-content/uploads/2018/05/MAPA.pdf>

A primeira atividade econômica desenvolvida no município foi a extração de erva mate e o beneficiamento da madeira¹, visto que a região era rica, principalmente em araucárias e demais madeiras de lei de mato branco como canela, angico, peroba, cedro, imbuia e outras. Assim que o terreno estivesse preparado, ou seja, desmatado e com a realização da queimada e preparo do solo para aragem ou cercamento para formação de pastagens, a agropecuária passava a ser desenvolvida.

Outras atividades auxiliares e complementares à indústria madeireira e à agropecuária passaram a ser desenvolvidas. Vale destacar o conserto e manutenção do maquinário usado nas serrarias e de caminhões usados para o transporte da madeira, o comércio de sementes e adubos para agricultura, o comércio de gêneros alimentícios e outras necessidades básicas.

Conforme apresenta a base de dados do “Observatório Territorial Oeste em Desenvolvimento”, hoje a economia do município é organizada em torno do

¹Esta temática é abordada nos registros históricos do município e também mereceu atenção de Daniele Brocardo em BROCARD, Daniele. Memórias sobre a ação de madeiras: o processo de extração da floresta no município de Cascavel/PR. 2015. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015.

agronegócio, da indústria metal/mecânica e de um forte setor de serviços, sendo que os setores que mais empregam trabalhadores são o abate de frangos e suínos, o transporte rodoviário de cargas, a fabricação de carrocerias para ônibus e a fabricação de equipamentos para agricultura e pecuária. Hoje a produção econômica de Cascavel representa 3% do PIB paranaense.

No setor de serviços pode-se destacar, entre outros, a construção civil e a Educação de nível superior que atende aproximadamente 20 mil alunos em uma universidade pública, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e em oito faculdades privadas: Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Faculdade Anhanguera (ANHANGUERA), Universidade Paranaense (UNIPAR), Centro Universitário de Cascavel (UNIVEL), Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz (FAG/DOM BOSCO), Faculdade Itecne Cascavel (ITECNE) e Faculdade Positivo.

As faculdades e universidades oferecem cursos de graduação e pós-graduação presenciais e na modalidade à distância (EAD) que atendem 13% das matrículas do Ensino Superior do Estado com aproximadamente 64.100 alunos nesta modalidade.

Merece menção também o amplo e diversificado serviço de atendimento à saúde, sendo Cascavel referência regional para o atendimento de diversas especialidades e complexidades, nos atendimentos público e privado.

Cascavel é um município que se caracteriza hoje como polo de desenvolvimento regional, principalmente no segmento do agronegócio, tendo sua economia em interação constante com a região, o Estado e o país, além de intensificar cada vez mais sua inserção no mercado mundial.

A formação como município teve início a partir da década de 1950, após a sua emancipação do então município de Foz do Iguaçu, em 1951.

Até o final da década de 1940, a ocupação do território que hoje compreende o município de Cascavel e seu entorno foi realizada predominantemente, pelo que convencionalmente se definiu como “ocupação espontânea”, em comparação ao que se entende por ocupação dirigida pelo Estado e por empresas privadas de colonização.

Esse processo foi facilitado pelo fato de estas terras serem consideradas devolutas, do ponto de vista do Estado Nacional e estarem à margem do que se entendia por economia e sociedade nacional, sendo que, o direito ao registro de

propriedade era reconhecido pelas instituições responsáveis, mediante comprovação de posse feita pelo interessado junto às agências do Estado.

Foi através do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná que representava, enquanto agência, o governo do Estado nesta região, que o projeto de ocupação/colonização passou a ser viabilizado, a partir de 1947.

A partir deste período, o modo de ocupação espontâneo deixou de ser possível devido ao fato de ser esta uma nova frente agrícola e foco de interesse das empresas colonizadoras de terra e do Estado (governo federal e paranaense). Estes buscaram viabilizar um novo movimento de povoamento, dirigido à venda e à titulação legal de terras. Para tanto foi criado, inicialmente, o Departamento Administrativo do Oeste (DA-Oeste) e, em 1946, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) e o Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC), no âmbito do governo paranaense.

É importante destacar que após a década de 1950, a ocupação do território do então recém-criado município de Cascavel² foi efetivada, basicamente, por empresas privadas. Porém, o governo do Estado do Paraná e o próprio governador - empresário, Moysés Wille Lupion de Tróia (seu primeiro mandato foi de 12/03/1947 a 31/01/1951 e o segundo mandato entre 31/01/1956 a 31/01/1961), tiveram participação direta nesse processo, atuando principalmente, na concessão de terras e títulos a estas empresas ou aos posseiros que ali se encontravam desde as primeiras décadas do século XX. Porém também houve processos de grilagem que até hoje não foram pesquisados com a profundidade necessária, inclusive em áreas do espaço urbano atual.

De acordo com o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG), a titulação de propriedades no Paraná teve início em 1890 quando José Marques Guimarães era o presidente do Estado e apenas um título foi emitido. O maior número de títulos de terra foi expedido durante os governos de Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955) com 4.842 títulos, Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965) com 8.880 títulos e Moysés Lupion que, no seu primeiro mandato (1947-1951), emitiu 9.564 títulos de propriedade no Estado. Em seu

² Quando foi desmembrado de Foz do Iguaçu, o município de Cascavel estendia-se do Rio Piquiri ao Iguaçu. Era composto também pelas áreas dos atuais municípios de Corbélia, Formosa do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Nova Aurora, Cafelândia, Santa Teresa, Lindoeste, Boa Vista da Aparecida e Braganey.

segundo mandato (1956-1961) o número foi ainda maior, sendo um total de 26.084 títulos expedidos³.

Este relatório publicado pela diretoria de terras do Instituto de Terras e Cartografia e Geociências do Paraná apresenta o histórico das titulações realizadas pelo governo estadual desde o período de 1889, ou seja, desde o início da República brasileira até o governo de Roberto Requião de 2003 a 2006.

Relatórios apresentados pela Secretaria de Regularização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sediada em Cascavel, apontam que até 2016, aproximadamente 50% das propriedades rurais da sua área de atuação ainda não estavam devidamente regularizadas, seja por falta de titulação ou por estarem inseridas na faixa de fronteira, o que gerou uma série de processos de adequação documental e também de desapropriação, uma vez que o governo do Estado, nas décadas de 1940 e 1950, em meio ao processo de litígio que havia com o governo federal principalmente, expediu títulos de propriedade sobre territórios de domínio da União.

Vale, aqui, lembrar dos conflitos por sobreposição de títulos emitidos para uma mesma área tanto pelo governo do Estado, especialmente durante o governo de Moysés Lupion, quanto pelo INCRA, enquanto autarquia do Governo Federal.

Durante as décadas de 1960 e de 1970 houve alterações significativas no uso da terra no Brasil, promovidas por políticas do Estado brasileiro, através da reorganização do modelo agrícola, o que influenciou a agropecuária desenvolvida no Oeste do Paraná.

Enquanto em grande parte da região Oeste do Estado predominou a formação de pequenas e médias propriedades rurais, em Cascavel, devido ao seu modo de ocupação, as grandes propriedades constituíram-se como elemento importante para sua organização econômica, social e política.

A partir da década de 1970, principalmente, o município de Cascavel passou a ser transformado em cidade polo da região Oeste, atraindo um crescente contingente populacional, tanto de suas áreas rurais quanto de outros municípios da região e do país, bem como da Tríplice Fronteira (Brasil – Paraguai

³ O histórico completo das titulações de terras no Estado do Paraná pode ser acessado na Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências – ITCG, Diretoria de Terras – DITER. Estão disponíveis também em meio eletrônico: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2>. Acessado em 04/12/2019.

– Argentina). Estes migrantes e imigrantes para cá se deslocavam em busca de melhores condições de vida, ocupação (trabalho), renda e Educação.

A localização de Cascavel em um ponto estratégico, de entroncamento rodoviário, com passagem obrigatória do Oeste do Estado para Curitiba, para os portos do Sul do país e para os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além do crescimento da produção agropecuária e agroindustrial do município, tornou possível o desenvolvimento de outras atividades auxiliares e complementares no espaço urbano, o que também colaborou para atrair um grande e crescente contingente de pessoas e favoreceu o investimento de capitais, oriundos ou não do campo, em atividades urbanas.

A adoção do modelo de produção agrícola baseado na tecnologia e produção para o mercado promoveu uma nova dinâmica nas relações sociais de produção e uma forte interação entre campo e cidade, onde a modernização do campo promoveu o êxodo rural e a economia urbana passou a ter a seu dispor um grande contingente de trabalhadores em busca de emprego, ao mesmo tempo em que novas atividades econômicas eram iniciadas ou desenvolvidas no seu entorno.

Conforme destacou Cirineu Ribeiro dos Reis, em sua dissertação de mestrado, um dos exemplos desta relação entre o rural e o urbano na economia do município de Cascavel é a empresa Comil, fundada em 1957 e que hoje se estrutura como grupo empresarial, formado pelas empresas Comil, Mascarello e Mascor Empreendimentos Imobiliários. (REIS, 2017, p.69)

Quando foi fundada, a COMIL, Comércio de Silos e Secadores Ltda era uma empresa que atuava no conserto e mecânica industrial, prestando serviços para as serrarias e equipamentos agrícolas. Atualmente a COMIL é a segunda maior indústria de silos e secadores do país. A Mascarello atua na fabricação de carrocerias para ônibus urbanos e rodoviários de longa distância, tendo sua produção exportada para outras regiões do país e para o exterior.

Por sua vez, a empresa Mascor atua na elaboração de projetos residenciais, loteamentos, imóveis comerciais, além de administrar o cemitério “Jardins” de Cascavel.

A organização destas relações econômicas e sociais entre campo e cidade no município de Cascavel teve participação efetiva e determinante da classe patronal rural, através da Cooperativa Agroindustrial Cascavel (COOPAVEL) que

desde a sua fundação, em 1970, vem atuando, não apenas na organização da produção e comercialização de produtos agropecuários, mas em diversas atividades agroindústrias ou de suporte técnico. Pode-se destacar na sua plataforma de atuação empresarial os frigoríficos, o moinho e trigo, as fábricas de ração, a produção de sementes e fertilizantes, entre outros.

O vínculo com a terra e o domínio sobre a produção agropecuária, tornaram possível o surgimento na região Oeste e mais especificamente em Cascavel e seu entorno, de uma fração da classe dominante, de origem agrária, com forte capacidade de organização e intervenção social, econômica e política na região, haja vista sua atuação direta e indireta na defesa de seus interesses, bem como na construção de um padrão de desenvolvimento da produção agrícola, ainda que subalterno, uma vez que atrela-se e submete-se às exigências do mercado interno e externo, voltado, à nível do discurso, à valorização da “modernidade”, da tecnologia, do “homem do campo” ou do “empresário rural”.

O estudo de como determinados grupos sociais ou frações de classe se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir sua presença e condição dirigente ou hegemônica, e ainda, como inscrevem suas demandas junto à sociedade política, é fundamental para a compreensão das relações de poder que permeiam o conjunto da sociedade.

Tradicionalmente, a prática das relações de poder é associada à concepção de Estado ou de governo (administração no âmbito dos poderes públicos). Porém, as relações de poder estabelecidas entre os homens e os grupos sociais são amplas e complexas e se configuram a partir das relações de produção social da vida que estes efetivam entre si, ou seja, na integridade da condição do ser social.

Quando aqui se faz referência ao Estado é importante destacar que para compreender o seu papel nas relações sociais é preciso buscar sua constituição histórica, enquanto espaço importante de efetivação dos embates e conflitos travados no âmbito econômico, social, político e cultural.

Não se entende, portanto, o Estado, como um ente a-histórico, que domina a sociedade através de seus aparelhos ideológicos e repressores, nem tampouco a sociedade civil como um todo homogêneo que se submete às determinações do Estado. O que se busca é o referencial gramsciano, que ampliando a visão marxiana, defende que o Estado vai além da dominação, da coerção e da força.

Apesar de se configurar como importante instrumento de poder, o Estado capitalista não é necessariamente a expressão imediata de uma classe dominante homogênea, mas das disputas e confrontos entre as frações de classe presentes na sociedade política e na sociedade civil. Recusa-se, portanto, a visão de que a política se dá apenas no campo institucional do Estado.

Na contraposição deste modo institucional e formal de pensar e organizar a política, estaria a possibilidade para a construção de uma “nova civilítá”, uma nova sociabilidade, horizonte sempre presente nas reflexões de Antonio Gramsci, com a certeza de que na sociedade capitalista não é possível acabar com os antagonismos sociais, pois eles são inerentes a sua formação e reprodução.

Antonio Gramsci contribui, de modo decisivo, para a compreensão e análise dos instrumentos pelos quais uma classe e/ou fração de classe pode exercer poder, domínio e hegemonia, difundindo seus valores e impondo seu projeto social. Para ele, o domínio não se dá apenas pela força e pela coerção, mas também pela formação de consenso, pela aceitação, por parte das outras classes, do projeto hegemônico ou dominante. (GRAMSCI, 2001, p. 21)

Portanto, aqui, o Estado é entendido como a expressão das disputas e confrontos entre as classes e frações de classe presentes na sociedade política e na sociedade civil e a visão de que a política se dá apenas no campo institucional do Estado foi superada por Gramsci com a noção e o referencial do “Estado Ampliado”.

O Estado ampliado compreende o conjunto dos meios de direção intelectual e moral de uma classe sobre o conjunto da sociedade. Não são apenas as instituições, mas todos os mecanismos que organizam a vontade coletiva.

Como sociedade política, Antônio Gramsci identifica as diferentes instituições e agências da burocracia estatal e corpos militares e policiais através das quais a classe dominante pode fazer uso legal e exclusivo da força, da coerção e da imposição de regras e leis.

A sociedade civil para Gramsci é o conjunto de atores sociais organizados, ou os aparelhos privados de hegemonia. Através deles busca-se construir o consenso e a hegemonia de uma determinada base social e econômica, além de fazer a disputa e o enfrentamento às suas relações sociais de produção, ou seja, a contra hegemonia.

Virginia Fontes em *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: Lutas sociais e luta teórica na década de 1980* explica que Gramsci não foi o primeiro nem o único pensador a usar o conceito de sociedade civil. Porém o reformulou, contextualizando-o nas sociedades capitalistas ocidentais.

Antônio Gramsci forjou, com o conceito de sociedade civil, um instrumento precioso de análise e compreensão das sociedades capitalistas avançadas. Ao mesmo tempo, porém, que superava de maneira decisiva as características originais do conceito, atualizava, de forma modificada, diversos de seus significados, evidenciando os embates por meio dos quais construiu-se historicamente esse conceito e que, dada a permanência da sociedade capitalista, continuam a atravessá-lo. (FONTES, 2006, p. 203)

Virginia Fontes explica ainda que a sociedade civil Ocidental contemporânea, para Gramsci, é formada tanto pelo conjunto de instrumentos necessários para a construção e difusão do consenso, como também, pelo conjunto de todos os elementos que compõem o mundo e as relações de produção, no âmbito da economia. A separação ou distinção entre sociedade política e sociedade civil é possível apenas para fins didáticos ou de análise. Em contextos reais, a relação entre ambos é dialética ou orgânica, não havendo, portanto, isolamento ou oposição entre eles.

o conteúdo conceitual da sociedade civil, em Gramsci, se afasta resolutamente de sua origem, quando era contraposto ao Estado ou centrado no terreno do interesse, da propriedade e do mercado. Em Gramsci, o conceito de sociedade civil procura dar conta dos fundamentos da produção social, da organização das vontades coletivas e de sua conversão em aceitação da dominação, através do Estado. O fulcro do conceito gramsciano de sociedade civil – e dos aparelhos privados de hegemonia – remete para a organização (produção coletiva de visões de mundo, da consciência social, de ‘formas de ser’ adequadas aos interesses do mundo burguês (a hegemonia) ou, ao contrário, capazes de opor-se resolutamente a esse terreno dos interesses (corporativo), em direção a uma sociedade igualitária (‘regulada’) na qual a eticidade prevaleceria (o momento ético - político da contra – hegemonia). (FONTES, 2006, p. 211)

O Estado é, portanto, o instrumento pelo qual determinada classe econômica ou fração de classe promove as condições adequadas para o seu desenvolvimento, tornando-se assim classe dominante e dirigente.

A hegemonia de uma classe ou fração de classe social se manifesta essencialmente através do domínio econômico e pela direção intelectual e moral, ou seja, cultural em seu sentido amplo. Um grupo social se torna hegemônico quando submete os grupos antagônicos e se estabelece como dirigente dos grupos aliados, seja pela força ou pelo consenso, ou ambos, uma vez que a coerção e o consenso não dispensam um ao outro sempre que há um questionamento ou uma crise de hegemonia. A força é imposta através da violência sobre o corpo e o convencimento se impõe sobre o pensamento.

De acordo com Edmundo Fernandes Dias *em O outro Gramsci*, a hegemonia se consolida quando uma classe consegue estabelecer para o conjunto da sociedade o seu modo de ser e de pensar. Porém, este é um processo contraditório e não está isento à reflexão e à crítica deste modo de vida ou a busca de uma contra hegemonia. Mas se a burguesia se organiza a partir de disputas internas em torno de seus projetos hegemônicos, não significa relevar o fato de que a sua disputa fundamental é com a classe trabalhadora. Destaca ele:

Trata-se da transformação das condições de existência das classes subalternas. Esta reforma intelectual e moral deve, necessariamente, estar ligada a um programa de reforma econômica que é, exatamente o seu modo concreto de apresentar-se. Pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se se pensam conjuntamente as formas específicas de sua realização – a um tempo material e simbólico. (DIAS, 1996)

A condição hegemônica de uma classe ou fração de classe, não é total, única e consolidada. Paralelamente, constituem-se formas de produção, de ação política e culturas alternativas ou opostas que podem significar a manifestação daquilo que o processo hegemônico não pôde controlar, transformar ou até incorporar.

A construção ou manutenção da hegemonia não representa, portanto, a aceitação unânime de um projeto dominante. Este é um processo conflituoso e para constituir-se ou manter a sua condição, é fundamental, para as classes ou frações de classe em disputa, que os seus sujeitos coletivos organizados, insiram seus intelectuais orgânicos junto à sociedade política ou ao Estado restrito.

Portanto, nas sociedades capitalistas, o Estado não é concebível mais como a expressão concreta de um determinado meio de produção ou organização

da economia, não podendo ser reduzido apenas à vontade dos dominantes em dele fazer uso para manter a dominação, como se as contradições de classe não existissem e não determinassem o modo de fazer a história.

Álvaro Bianchi destaca em *O laboratório de Gramsci*, que a classe dominante não pode se apresentar como a realização exclusiva do projeto de uma classe específica. Mas deve ser a representação da vontade coletiva, de todos. Assim, a expansão de um grupo social:

deve se apresentar como uma expansão universal - expressão de toda a sociedade -, por meio da incorporação à vida estatal das reivindicações e interesses dos grupos subalternos, subtraindo-os de sua lógica própria e enquadrando-os na lógica vigente. Incorporação essa que é o resultado contraditório das lutas permanentes e da formação de equilíbrios instáveis e de arranjos de força entre as classes. (BIANCHI, 2008)

Se a dominação só é possível para a classe social que detém o controle sobre os meios de produção, isto por si só não basta. É fundamental para essa classe que ela possa dar direção ao processo produtivo. Para isso precisa que o conjunto da sociedade entenda, aceite e reproduza o seu modo de produzir a vida em sociedade, através de valores e práticas que se tornem o senso comum, aceito, incorporado e reproduzido por diferentes grupos sociais. Portanto, constrói um projeto social de desenvolvimento em conformidade com o seu interesse, configurando a institucionalidade jurídica do Estado e estabelecendo perfis de projetos e de programas governamentais e de fomento econômico.

Portanto, para Gramsci, não há separação absoluta entre a infraestrutura e a superestrutura de uma sociedade. A sociedade civil e o mundo da produção se imbricam em relações concretas e constituem-se nos espaços onde interesses e vontades são forjados. Há um movimento dialético e constante nesta totalidade social e histórica, estabelecendo uma correlação de forças que oportuniza as condições de formação de um bloco histórico que está no poder e que mantém o domínio, inserindo nas instituições do Estado os seus quadros (intelectuais orgânicos) que defendem, organizam e reproduzem a ideologia deste bloco dominante, sendo, portanto hegemônico.

Este não é um processo unilateral, ou seja, não há nas sociedades apenas um bloco histórico que está no poder que estabelece seu domínio pela força e pelo consenso sobre o conjunto da sociedade. Há disputas internas na classe

dominante, entre as frações de classe que a compõem, bem como com as classes antagônicas.

Se é no conjunto das relações sociais (econômicas, culturais ou de consenso, políticas e regulamentadoras ou de coerção) que estas correlações de forças se realizam, isso não diminui o papel do Estado e dos seus agentes como instrumentos fundamentais para garantir a manutenção hegemônica do bloco que está no poder.

Ocupar direta ou indiretamente o aparato estatal ou ser governo pode ser fundamental para a efetivação de um projeto social, mas não representa o fim em si mesmo, pois os projetos políticos, econômicos e sociais que se materializam no Estado são também resultado dos embates ocorridos no âmbito da sociedade civil.

Assim, o poder não se localiza apenas nas ações do Estado ou nas ações de quem ocupa cargos políticos ou poderes públicos ou ainda na burocracia e nos aparatos policiais e das forças armadas. O poder está nas relações que homens e grupos sociais estabelecem entre si. Estas relações tencionam-se no embate de projetos sociais antagônicos que promovem as transformações na história, portanto, nos modos de viver e compreender a vida em sociedade.

Para tornar possível esse processo é fundamental a consolidação unificada de uma visão ou concepção de mundo difundida através dos aparelhos hegemônicos de um grupo social ou os aparelhos privados de hegemonia. A elaboração e a difusão do consenso se consolidam, de acordo com Virginia Fontes, em duas direções:

a dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias do Estado e em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classes dominantes por meio da sociedade civil, fortalecendo a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. A dominação de classes se fortalece com a capacidade de dirigir o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. O vínculo entre sociedade civil e o Estado explica como a dominação poreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos. (FONTES, 2006, p. 212)

Por outro lado, para a classe trabalhadora, os aparelhos privados de hegemonia podem ser instrumentos de construção de uma nova hegemonia, a partir da autonomia de classe e disseminação de uma visão de mundo dos trabalhadores. Mas, como alerta Edmundo Dias:

As classes trabalhadoras são organizadas por uma lógica e por aparelhos (partidos, escolas, etc.) em que se podem expressar seus interesses imediatos, não podem, contudo, fazê-lo com seus projetos. E não podem porque esses aparelhos e essa lógica foram construídos para realizar outra racionalidade. (DIAS, 1996, p. 38)

Para Gramsci, a relação destes aparelhos de hegemonia é extensa: a escola, a Igreja, os sindicatos, entidades representativas, partidos e a imprensa. Quando um aparelho privado de hegemonia é capaz de organizar a vontade coletiva de uma classe ou de uma fração de classe, ele se torna o que Gramsci chama de partido. Ao se referir ao partido, não está considerando-o no seu conceito convencional de partido político, institucionalizado nas esferas do Estado.

Em seu Caderno 13, Gramsci compara o partido político ao príncipe apresentado por Maquiavel: o governante idealizado pelos seus governados. Destaca que o “moderno príncipe” não é mais um indivíduo, mas um organismo social onde já teve início a concretização de uma vontade coletiva, sendo o organizador de uma reforma intelectual e moral para a formação desta nova vontade coletiva.

O partido e seus intelectuais orgânicos são quem efetivamente devem pensar e dar direção ao processo:

O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da nova vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”. (GRAMSCI, 2012, p. 111-112)

Edmundo Dias explica, que numa sociedade que já tenha dado início à concretização de uma vontade coletiva, o partido tem papel essencial:

O partido deve assumir a perspectiva da construção de uma visão de mundo, nova e total, que desconstruindo a anterior, se coloque como o horizonte no qual a nova racionalidade possa instalar-se. Deve colocar-se como referência para a totalidade social e apresentar-se, de forma laica e imanente, como projeto de universalidade, ocupando o espaço anteriormente centralizado pela religião. (DIAS, 1996, p. 11)

Para Gramsci, portanto, o partido não é pensado a partir da compreensão convencional de estruturação política. Partido pode ser a entidade representativa que organiza e dá direção às ideias e ações de uma determinada classe ou fração de classe no processo de construção de um projeto de classe para si e para as demais classes, mantendo a sua condição hegemônica e/ou de construção de uma nova hegemonia.

Nas sociedades contemporâneas, a imprensa se apresenta como um importante aparelho privado de hegemonia. Apesar de ser apresentada como meio de divulgação de informações marcadas, aparentemente, pela neutralidade e imparcialidade, sem interesses próprios ou de grupos políticos e ou econômicos, a imprensa possui uma função pedagógica, de formadora e difusora do senso comum, disseminadora dos valores e da visão de mundo.

De acordo com Gramsci, podemos entender os meios de comunicação, em suas diferentes mídias, como aparelhos privados de hegemonia, formadores de opinião e de consenso e os seus leitores como público alvo de suas ideias centrais.

Sua análise permite compreender como certos valores, conceitos e visões de mundo, bem como aspirações de classe, são apresentados e compartilhados por todos, ou pela maioria. Porém, deve-se reservar a devida proporção deste processo, pois ele não se dá de modo homogêneo, integral e absoluto. Cada leitor, a partir de sua condição teórica e social, absorve e interpreta o que lê, ouve e vê.

Os meios de comunicação expressam as relações de poder e de força existentes em uma sociedade. A imprensa é um dos instrumentos pelos quais determinados grupos sociais buscam construir e conservar sua hegemonia e registrar, legitimar a sua história e a sua memória, difundindo seu projeto e criando consenso em torno de seus valores e visão de mundo. Têm um papel efetivo como “educadores” da sociedade, criando e difundindo valores e

concepções de mundo. Edmundo Dias afirma que, para que a dominação se efetive, é fundamental que as classes subalternas não tenham consciência dela.

Destaca que:

Esse ocultamento da dominação política, determinação própria às formações capitalistas, é uma necessidade objetiva. A aparência da liberdade individual também. É precisamente através desta dupla necessidade que se faz possível apresentar-se a liberdade para uma classe como sendo a liberdade de todas as demais. É através dela que se passa da exploração-opressão à elaboração do consenso. É pela supressão máxima da liberdade (compra - venda da força de trabalho-exploração) que se cria a individualidade política que permite o ocultamento da dominação (elaboração de consenso). (DIAS, 1996, p. 16)

É através do Estado que a classe dominante faz uso da força ou a violência. Mas precisa também da ideologia para legitimar o uso dessa força e da violência bem como, para organizar o consenso das classes dominadas. Neste sentido, é significativa a contribuição de Edmundo Dias quando explica que:

O campo de ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia: ampliação de esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominante com a sociedade. Hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder a padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu projeto os outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é a deles. (DIAS, 1996, p.34)

Gramsci sempre teve em vista a perspectiva de transformação social a partir do domínio, pelas classes subalternas, da compreensão efetiva das relações de poder. Para tanto, destacava o papel dos intelectuais, entendidos não como indivíduos, mas como grupo social comprometido politicamente, vinculado ao agir político, para que o real possa se tornar compreensível às classes subalternas, para que estas possam elaborar, de modo autônomo, sua

compreensão acerca dos nexos existentes entre a sua condição de vida, sua existência, e a estruturação e organização da sociedade.

Neste processo, segundo Gramsci, são de fundamental importância aqueles que identificou como “intelectuais orgânicos” de uma determinada classe ou fração de classe. Para o autor, os intelectuais não formam uma classe independente. Cada classe produz ou atrai para si os seus intelectuais em processos históricos concretos. Amplia assim, e de certo modo distingue sua compreensão do conceito tradicional:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem” nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2006)

Mesmo que não atuem oficialmente como intelectuais, na visão de Gramsci, todo aquele, sujeito individual ou coletivo, que organiza, coordena ações administrativas no campo da produção e ou da administração, bem como da política, é um intelectual, sendo fundamental sua capacidade dirigente e sua capacidade de elaboração de projetos de permanência ou de transformação.

Destaca ainda que existem fundamentalmente duas categorias de intelectuais, os tradicionais⁴ e os orgânicos⁵ e que estes assumem posições distintas nas sociedades constituídas após a modernidade.

Cabe, portanto, ao intelectual, comprometido com a construção de uma “nova civilitá”, desorganizar os projetos dominantes e promover um novo modo de pensar a ciência, a cultura, a produção e a sociedade a partir da ótica dos grupos contra hegemônicos.

⁴ Intelectuais que defendem uma estrutura social que foi superada ou está em fase de superação. Apresentam-se como autônomos e independentes do grupo social dominante. São conservadores na medida em que buscam reforçar o *status quo*.

⁵ Intelectuais criados por um grupo social, com capacidade de organizar a sociedade em geral, tendo consciência de seu papel na organização e direção da classe ou fração de classe.

Na construção desta compreensão, o ponto de partida é sempre a realidade concreta, que respeita e considera o saber popular, o senso comum, avaliando-o criticamente e elevando – o ao “bom senso”.

Se por um lado, as conquistas das classes subjugadas não podem se restringir às reivindicações econômicas, à produção e ao consumo material, mas promover um novo modo de pensar, novos valores e novas relações sociais, não se pode deixar de considerar que as ideias não têm força de mudança por serem ditas, mas por serem vividas.

Buscar compreender como determinados grupos sociais ou frações de classe se organizam na sociedade civil, disputam e conseguem garantir sua presença hegemônica e como inscrevem suas demandas junto à sociedade política, é de grande importância para a compreensão destas relações de poder que permeiam a sociedade, a fim de que se possa nelas interferir, alterar a correlação de forças e construir um projeto contra hegemônico.

Neste sentido, os intelectuais devem estar integrados, devem participar do processo de elaboração, de construção coletiva de um novo projeto, contribuindo para a construção da identidade de classe, uma vez que a visão de mundo das classes subalternas é fragmentada e subordinada ao senso comum.

Se para as classes dominantes basta a reprodução pura e simples de suas práticas, para as classes subalternas o caminho é mais pedregoso, uma vez que é necessário construir outro projeto, outro discurso e outra sociabilidade.

No Oeste do Paraná, a fração agrária ou de origem agrária da classe dominante, desenvolveu historicamente, mecanismos de organização e formas de representação política no Estado restrito, em entidades da sociedade civil, em associações e sindicatos patronais garantindo-lhes a condição de que, uma parcela dos demais segmentos sociais e da produção agrícola, fosse gradativamente incorporada no modelo de produção hegemônico, mesmo que de modo subalterno ou involuntário.

Nesse processo, coube ao sistema cooperativo de produção agropecuário e agroindustrial um papel determinante na difusão de novos conhecimentos; novas técnicas de produção; novas tecnologias e maquinários; na definição de um novo caráter mercantil à produção agrícola e ao modo de uso da terra e do solo; na organização da propriedade da terra; das atividades de trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras.

Foi e continua sendo através das cooperativas que se viabiliza o acesso aos insumos e ao crédito e a um sistema de armazenamento, abastecimento, transporte e comercialização da produção, tanto no mercado nacional, quanto internacional. Através das cooperativas, esta fração agrária coordena, em grande parte, a integração da agropecuária regional nas relações capitalistas de produção, ao que se convencionou chamar, mais recentemente, de agronegócio ou *agribusiness*.

O agronegócio é o modelo produtivo pelo qual os complexos agroindustriais são inseridos nas cadeias e nos arranjos produtivos e pelo qual se viabiliza a comercialização para mercados nacionais e internacionais.

No município de Cascavel e no seu entorno, a Cooperativa Agropecuária de Cascavel, quando fundada em 1970, e atual Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – COOPAVEL, foi um instrumento importante, tanto para a organização, expansão e viabilização da produção agropecuária voltada para o mercado, quanto na introdução da agroindústria, constituindo-se como espaço de organização e atuação de uma importante fração agroindustrial na região, fortemente integrada ao padrão produtivo que passou a ser desenvolvido a nível mundial e que estabeleceu para as economias da América Latina, um papel complementar de produtor e exportador de *commodities*.

Na década de 1970, conforme abordou Jaime Osório, o modelo de industrialização iniciado na América Latina a partir dos anos 1940 entrou em crise, conduzindo o capitalismo a uma reorganização produtiva e a uma nova divisão internacional do trabalho, onde se impôs aos países, com a anuência de seus agentes de Estado e das classes dominantes, um “novo padrão exportador de especialização produtiva”. (OSÓRIO, 2012, p. 105)

Pode-se considerar como “um novo padrão” porque apresenta um conjunto de elementos que dinamizaram a produção e tornaram mais complexas as relações de trabalho e porque se diferencia do modelo agrário-minerador-exportador do século XIX e do início do século XX. Apesar de não abandonar o peso deste setor nas exportações, a partir de então estava crescendo pela produção e exportação de bens secundários e de maquinaria, apresentando uma forte especialização, com grandes cadeias produtivas em escala mundial, controlada por empresas multinacionais, com um maior grau de elaboração em muitos dos produtos exportados.

Esta nova divisão internacional do trabalho apresentada por Jaime Osório em *“América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva - o estudo de cinco economias da região”*, apresenta quatro características fundamentais: a forte especialização da produção e da base exportadora em *commodities* agrícolas e metálicas; a adequação da produção às necessidades e oportunidades do mercado; importação de bens de capital, bens intermediários e matérias primas e a produção voltada para o mercado externo. Os trabalhadores locais são vistos mais como produtores e não consumidores. Não há preocupação, portanto, com o desenvolvimento de um mercado consumidor interno, visto que a base produtiva é organizada para exportação.

Esta condição, ainda segundo Jaime Osório, coloca aos países periféricos do capitalismo, a necessidade de constantemente buscar a competitividade de seus produtos no mercado internacional. Para tanto, a opção tem sido a precarização das condições de trabalho, a informalidade, a deterioração dos salários e extinção dos direitos sociais e por consequência, das condições de vida e da depredação de tudo aquilo que signifique aumento no custo de produção. Sem contar a intensificação das práticas predatórias ao meio ambiente, a degradação ambiental e dos ecossistemas (água, terra, solo, ar, faunas e floras). Sendo assim, a pobreza já não é condição exclusiva dos excluídos do mundo do trabalho, mas também dos trabalhadores formais no campo e nas cidades (assalariados ou trabalhadores diretos), devido as crescentes condições de precarização.

A partir desta opção realizada no contexto da reorganização da divisão internacional do trabalho, a produção econômica do Brasil está cada vez mais vinculada a segmentos dependentes das condições da conjuntura externa ao mesmo tempo em que dependem de incentivos fiscais e investimentos públicos e privados, condições significativas para a ampliação do agronegócio e das agroindústrias. Esta opção tem significado, na prática, o desestímulo ao processo de industrialização que prevaleceu nas economias latino-americanas e do Brasil entre as décadas de 1940 e 1970.

Por outro lado, pelas indústrias que ainda permanecem, este grau de dependência está vinculado justamente ao projeto exportador que está, à nível mundial, sob a direção de empresas transnacionais.

Mais do que economias dinâmicas que se orientam para o desenvolvimento (e que aproveitam as “janelas de oportunidades” abertas pelas novas tecnologias, como certo discurso gosta de defender), o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da população. (FERREIRA; OSÓRIO; LUCE, 2012, p.104)

Esta nova divisão internacional do trabalho, segundo os autores Carla Ferreira, Jaime Osório e Mathias Luce, aprofunda as relações de dependência e de transferência de valores para os centros imperialistas da economia capitalista mundial, condição esta que é compensada aos capitalistas, pela sobre exploração do trabalho.

A produção de matérias primas e/ou alimentos é destinada ao mercado externo e a um reduzido mercado interno com alto poder de consumo, levando ao declínio dos salários e a conseguinte pobreza geral, uma vez que a população trabalhadora local deixa de comparecer como elemento dinâmico na realização da mais valia. Com isso se sustenta a transferência de valores para os centros imperialistas e o recurso à sobreexploração como mecanismo de compensação de tais transferências e de suporte para o capital que opera na região enfrentar a concorrência que se reproduz como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial. (FERREIRA; OSÓRIO; LUCE, 2012, p. 104)

O processo de redefinição do papel da indústria, ocorrido também no Brasil, colocou gradativamente no centro da economia da América Latina, a produção e exportação de novas ou outras *commodities*, sendo que no Brasil e mais especificamente no Paraná, o crescimento da produção e exportação dessas *commodities*, ocorre em paralelo à criação e expansão do sistema cooperativo de produção agropecuária e das agroindústrias.

Através deste novo padrão de produção, houve o desenvolvimento da produção agropecuária e agroindustrial em larga escala, em parte para o mercado interno e principalmente para exportação, com a introdução de novas culturas como soja, trigo e milho, novas tecnologias e novas relações de produção.

De início, este processo foi organizado e dirigido, em especial no Estado do Paraná, através da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, a

OCEPAR, com apoio e assessoria de órgãos de pesquisa e fomento do governo estadual e federal.

A necessidade fundamental para a reprodução do capital está em produzir uma grande massa de trabalhadores que, para sobreviver, precisa vender sua força de trabalho. Massa essa cada vez menos provida de direitos e condições de sobrevivência. E esta reestruturação produtiva foi um dos fatores que contribuiu para uma nova fase de acumulação de capitais nas mãos da fração agrária, seja pela concentração da propriedade, seja pela exploração da mão de obra, principalmente nas agroindústrias.

A chamada “revolução Verde” ou modernização da agricultura colaborou sistematicamente em promover uma massiva expropriação no campo (onde as condições já não eram adequadas), que produziu um enorme contingente de trabalhadores competindo entre si pela sobrevivência, uma vez que foram excluídos da terra ou da possibilidade de ter acesso a ela.

Modernização, mecanização, produtividade, competitividade, exportação e novas tecnologias passaram a nortear esse novo padrão produtivo, inserindo a economia brasileira, do Paraná e da região Oeste do Estado na nova dinâmica da economia mundial, cada vez mais submetida e subordinada às necessidades e exigências do mercado externo e das grandes empresas multinacionais.

Através da criação das cooperativas, a classe patronal rural encontrou meios de organizar e viabilizar economicamente a produção agropecuária nessa “revolução verde”. Ao mesmo tempo, abriu espaço para empresas multinacionais que atuavam e atuam nos diferentes segmentos ligados, a *jusante* e a *montante*, à produção (dentro e fora da porteira) a partir de então: maquinários, implementos, sementes, adubos químicos, defensivos agrícolas, assistência técnica e extensão rural, entre outros.

Em grande parte, coube às cooperativas, através de suas equipes técnicas, a função de “ensinar” aos produtores os novos processos produtivos. Com esse programa educativo para os associados e a organização e implementação desse novo padrão produtivo, as cooperativas vêm construindo, gradativamente, a sua hegemonia no campo brasileiro, bem como no Estado do Paraná e mais ainda na sua região Oeste, na qual a Coopavel está inserida.

Conforme dados publicados pelo IBGE sobre o Censo Agropecuário Brasileiro de 2017, o Estado do Paraná possui 305.115 estabelecimentos⁶ rurais, sendo estes ocupados pelas atividades de agricultura, pastagens, matas, florestas e outros. A agricultura corresponde a 43% da área ocupada, as pastagens 27%, as matas e florestas 25% e as demais atividades ocupam 4% da área total.

Segundo o mesmo censo, 64,28% dos estabelecimentos pertencem a produtores individuais, o que corresponde a 60,99% da área total cultivada. O total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no Brasil somavam em 2017 um total de 15.036.978 pessoas. Destes, 839.661 são trabalhadores (5,58%) que atuam em estabelecimentos rurais no Estado do Paraná.

Os dados publicados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2017 evidenciam também que a população rural do Paraná tem pequena presença jovem, sendo que apenas 5% tem menos de 30 anos. Por outro lado, a maioria, ou seja, 60% está entre os 30 e 59 anos de idade, enquanto que a partir dos 60 anos estão os demais.

Sobre a agricultura do Estado do Paraná pode-se observar que ela se apresenta com uma grande diversidade de culturas agrícolas, distribuídas de maneira diversificada, de acordo com cada uma de suas mesorregiões⁷. Porém as culturas que ocupam posição prioritária são a soja, o milho e o trigo, sendo que a região Oeste ocupa posição de destaque na produção destes cereais. Na produção de milho em grãos o município de Assis Chateaubriand encontra-se em primeiro lugar no Estado com 352.633,177 toneladas, seguido pelos municípios de Toledo com 334.438,721 toneladas, Palotina com 283.204,856 toneladas, Terra Roxa com 265.832,685 toneladas e Cascavel com 265.547,474 toneladas. Já a soja em grãos, apesar de ser cultivada em todas as regiões do Estado, sua maior produção está no Oeste.

Cascavel é apresentado pelo Censo de 2017 como o maior produtor de soja do Estado com 327.705,910 toneladas produzidas em 1.350

⁶ Pela nova metodologia adotada pelo IBGE a partir do censo agropecuário de 2017, passou-se a considerar como único estabelecimento, diferentes áreas pertencentes ao mesmo proprietário e localizadas no mesmo município.

⁷ Para conhecer em qual mesorregião do Estado do Paraná está localizado cada município pode-se consultar:

http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg

estabelecimentos, enquanto Tibagi está na segunda posição com 275.240,601 toneladas. Toledo, na terceira posição, apresentou em 2017 uma produção de 266.068,857 toneladas produzidas em 1.556 estabelecimentos rurais, o maior número no Estado. Em quarto lugar está o município de Assis Chateaubriand com uma produção de 234.979,150 e em quinto lugar está o município de Mamborê com 214.115,700 toneladas.

O trigo ainda ocupa uma área significativa na produção agrícola do Estado. Apesar de o maior número de estabelecimentos a cultivarem o cereal estarem localizados em Cascavel, ou seja, em 340 estabelecimentos, a produção maior está nos municípios de Tibagi, Ventania, Ponta Grossa, Luisiana e Arapoti. Isto pode ser explicado, basicamente, pelas questões climáticas. Invernos muito rigorosos podem afetar significativamente a produtividade.

O Oeste do Paraná também concentra parte significativa da pecuária suína do Estado, tendo Toledo com a maior produção (954.581 toneladas), seguido de Marechal Cândido Rondon, Castro, Entre Rios do Oeste, Nova Santa Rosa, Santa Helena, Quatro Pontes e Cascavel.

Toledo também se destaca na produção de frangos, sendo o maior produtor do Estado, com 9.800,062 toneladas em 2017, seguido por Dois Vizinhos, Cianorte, Cascavel e Palotina.

Nos últimos anos, em Cascavel, tem ocorrido a expansão da pecuária ovina, sendo o município, o quinto em estabelecimentos a desenvolverem a atividade, com 274 unidades produtoras. É o sétimo colocado em produção no Estado com 6.443 cabeças. Guarapuava que ocupa a primeira posição, por outro lado, tem a criação de 15.116 cabeças em 380 estabelecimentos.

Os números apresentados pelo Censo Agropecuário 2017 evidenciam a importância da produção agropecuária na economia regional e do Estado do Paraná, principalmente nas culturas básicas que integram a cadeia produtiva do agronegócio, na sua configuração predominante nos municípios do Oeste paranaense, ou seja, produção de proteína vegetal (soja e milho) e sua transformação em proteína animal (frangos e suínos), visando preferencialmente atender a produção para o mercado externo.

Em 2018, o faturamento das 215 cooperativas vinculadas ao Sistema OCEPAR, representou 18% do Produto Interno Bruto na economia paranaense, ou seja, 83 bilhões de reais. O Estado possui 69 cooperativas agropecuárias ou

agroindustriais, com 159 mil produtores associados, o que representa 40% dos agricultores paranaenses.

O agronegócio (produção e exportação de *commodities*, principalmente de soja e milho e de carne suína e de aves para o caso do Oeste paranaense), tem assumido importância central nos investimentos públicos e privados, com a liberação de créditos para financiamentos em larga escala. Isso vem ocorrendo, em parte, pela inserção subserviente dos proprietários da terra, ao novo padrão de reprodução do capital, sob o argumento de que o país deveria fazer uso de suas “vantagens absolutas smithianas”⁸ ou “vantagens comparativas ricardianas”, “abraçando a agricultura e a pecuária, para inserir-se na economia mundial e “não aventurar-se na indústria petroleira ou em setores ligados à tecnologia, por exemplo”.

A defesa ao agronegócio brasileiro encontra no Congresso Nacional uma voz intransigente, numerosa e fortemente articulada no que se convencionou chamar de “bancada ruralista” ou “Frente Parlamentar da Agropecuária” que não tem medido esforços para garantir políticas de Estado favoráveis, garantindo a flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas e direcionando recursos destinados ao “Plano Safra” no sentido de priorizarem a agricultura comercial e a agroindústria em detrimento aos investimentos realizados na agricultura familiar, responsável, em grande medida, pela produção de alimentos para o consumo interno.

Os governos de Lula e Dilma (fortemente criticados pelo setor na última campanha eleitoral para presidência da República) desenvolveram políticas estreitamente vinculadas à expansão do agronegócio. Isto fica evidente quando se observa que os seus ministros da agricultura Roberto Rodrigues (OCB) e Katia Abreu (ABAG) eram representantes diretos deste setor.

Nos governos Temer e no início do governo Bolsonaro a força política do agronegócio se manteve. Blairo Maggi e Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, respectivamente ocuparam o ministério. Todos representantes legítimos deste setor da economia.

⁸ Teorias elaboradas por Adam Smith em “A riqueza das Nações” e David Ricardo em “Princípios de Economia Política e Tributação” onde defendem que cada país deveria dedicar-se a produção de bens onde seria mais eficiente, tornando-se assim mais competitivo no comércio mundial.

Portanto, o agronegócio é apresentado como um importante setor da economia neste novo padrão de reprodução do capital que teve e continua tendo nas agências do Estado um dos seus principais fomentadores.

As frações de classe vinculadas ao agronegócio têm se empenhado sistematicamente em convencer os diferentes grupos sociais acerca de sua importância, a ponto de este ser aceito por muitos, como o único modo de produção viável e possível para o campo e para a economia brasileira. Procura-se, assim, naturalizar o que é histórico, como se não houvesse sujeitos nem vontades históricas, nem tampouco, contradições inerentes ao mesmo, ou ainda, processos alternativos de produção.

Os estudos que procuram compreender a organização da classe patronal rural e a construção do agronegócio como projeto hegemônico no campo brasileiro têm se ampliado nos últimos anos. Essa temática tem merecido também a atenção de pesquisadores, com enfoque especial para o papel desempenhado pelas cooperativas agropecuárias e agroindustriais, tanto na sua atuação regional, quanto no seu vínculo com entidades nacionais e estaduais de classe como a Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, a Associação Brasileira do Agronegócio, a ABAG, e no caso do Estado do Paraná, a Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR).

Esta tese se propõe a contribuir para o avanço desta análise a partir de uma nova perspectiva: Como a classe patronal, de origem rural, especificamente de Cascavel e entorno, através da Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, a COOPAVEL, tem organizado um arranjo produtivo local e regional, a fim de viabilizar e manter sua condição hegemônica e dirigente.

Para tanto a tese está organizada em cinco capítulos.

O primeiro capítulo aborda a temática “Terra e poder: possibilidades de abordagens sobre a classe dominante rural” destacando o estudo das relações sociais de produção do campo brasileiro e a atuação das classes ou frações da classe patronal, o que se apresenta, atualmente, como importante campo e objeto de pesquisa, visto que novas relações sociais, econômicas e políticas têm sido construídas em torno do que se convencionou chamar de agronegócio.

No estudo da formação e atuação das classes patronais rurais no Brasil em muito contribuem os estudos de Regina Bruno e Sonia Regina de Mendonça que têm desempenhado um intenso trabalho de pesquisa, no sentido de compreender

as diferentes entidades organizativas da classe dominante no campo brasileiro, suas disputas internas e suas relações com o Estado restrito. Seus estudos e análises são referências fundamentais para esta pesquisa que se propõe a compreender a organização da classe patronal da região Oeste do Paraná, mais especificamente, do município de Cascavel e entorno e a sua inserção em um padrão produtivo, o agronegócio, que encontra no sistema cooperativo um dos seus importantes espaços de realização.

No segundo capítulo faz-se a análise da formação história da base material desta fração agrária, ou seja, o processo de ocupação e definição da propriedade privada da terra no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel e entorno. Destaca-se também a importância do modelo de produção agropecuário adotado para a economia regional, e que apresenta configurações específicas, apesar de estar em sintonia com as políticas nacionais, para a formação de uma fração de origem agrária da classe dominante regional.

A historiografia oficial – de uma escrita memorialista e tradicional – acerca do processo de colonização e de titulação da terra em Cascavel, afirma que este foi um processo conturbado, marcado por conflitos e pelo uso da violência privada, onde a ação de jagunços, contratados por grileiros particulares – quando não as próprias agências e os agentes da Ordem Pública do Estado – teriam garantido e realizado a “limpeza do terreno” com o afastamento de posseiros que poderiam vir a reivindicar o direito a determinada área que estivesse em sua posse. Esses conflitos teriam origem na ausência da aplicação da lei, portanto, na falta da mediação do Estado e de seu aparato de controle social.

Porém, ao contrário do que se apresenta nessa historiografia oficial e nos discursos que tentam legitimar de modo incontestado a propriedade privada da terra nos dias atuais, o Estado esteve direta e indiretamente presente no processo acima citado. Tanto que, o governo paranaense, o municipal e o federal, principalmente através do INCRA, não estiveram ausentes, mas, sim, representaram os interesses de um determinado grupo social em detrimento de outros.

A bibliografia específica sobre a ocupação do Oeste do Paraná e Cascavel aqui analisada buscou desmistificar a versão oficial, cunhada por historiadores e escritores locais, principalmente no que diz respeito ao processo de formação da estrutura fundiária e da legalização da propriedade da terra. Esta historiografia

que, apesar de não negar os conflitos e a violência na disputa pela terra, justificamos como resultado da ausência e do abandono do Estado, deixando à própria sorte colonos e posseiros.

Esta historiografia também localiza estes conflitos e os impasses jurídicos no passado e os vê como problemas superados, em grande parte na década de 1970, quando o INCRA mediu e titulou, ainda que em alguns casos, em desacordo com os então posseiros, uma parcela significativa das áreas em litígio.

A análise da documentação sobre o Departamento Administrativo do Oeste existente no Arquivo Público do Paraná, tornou possível, ainda que com limitações, compreender as primeiras ações organizadas pelo governo do Estado no sentido de criar as condições mínimas que tornassem possível a ocupação/colonização do território do Oeste. Possibilitou, também, questionar os registros realizados na historiografia oficial de Cascavel sobre a presença ou ausência do Estado na região, inclusive como aparato repressor para garantir a ordem pública, visto que “cadeias” eram construídas por aquele Departamento na região.

Esse processo de ocupação, a partir de terras devolutas e de formação de posses, permitiu a formação de grandes propriedades rurais na área que daria origem ao município de Cascavel e seu entorno, possibilitando a emergência de uma fração agrária com forte poder econômico e organização política.

Também contribuiu como importante fonte para a pesquisa a entrevista realizada com Euclides Formighieri, grande proprietário de terras e agropecuarista de Cascavel, já falecido.

O terceiro capítulo apresenta a trajetória histórica do cooperativismo, destacando a organização das cooperativas agropecuárias e agroindustriais no Brasil, no Paraná e na região Oeste do Estado.

Com o propósito de compreender mais objetivamente como teve início o processo de criação e expansão das cooperativas agropecuárias ou agroindustriais no Oeste do Paraná foram analisados os dados publicados pelo Incra e pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em relatório que avaliou os impactos sociais e econômicos da implantação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), nos anos de 1974 e 1975 nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e que teve como foco da avaliação a área de atuação da Coopavel, objeto de estudo desta tese.

A relação entre a inserção do campo regional nas relações capitalistas de produção e a criação das cooperativas, bem como a importância econômica do agronegócio regional foram analisadas a partir de fontes da historiografia regional e de dados dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Oeste do Paraná, estas cooperativas estão organizadas em duas cooperativas centrais. Esta organização visa fortalecer sua capacidade competitiva e inicialmente formavam um sistema de condomínio ou consórcio e, em 1975, fundaram a Cooperativa Central COTRIGUAÇU da qual fazem parte e possuem o controle acionário as cooperativas Coopavel, CVale, Lar e Copacol. Criaram também a Cooperativa Central FRIMESA da qual fazem parte as cooperativas Lar, C.Vale, Copacol, Copragril e Primato.

Analisou-se também a vinculação das cooperativas com o sistema financeiro, tanto no que se refere a captação de recursos públicos, em bancos privados e junto às cooperativas de crédito, através da análise do sistema de crédito rural e como as cooperativas se tornaram um espaço privilegiado para os investimentos do sistema financeiro. Também se teve a preocupação em compreender a atuação da Coopavel através da sua cooperativa de crédito, a Credicoopavel.

O quarto capítulo apresenta a Coopavel, sua história e sua importância como sujeito coletivo, organizador da produção agropecuária e agroindustrial e dos produtores rurais no município de Cascavel e entorno e sua inter-relação com outros segmentos da economia local e regional. Visto que o objeto de estudo desta tese é a formação da fração agrária da classe dominante e sua organização através da cooperativa, definiu-se como marco cronológico fundamental, a trajetória da própria Coopavel, ou seja, 1970 a 2019.

No estudo sobre a Coopavel priorizou-se a análise de documentos oficiais produzidos pela própria cooperativa, como atas e estatutos. A cooperativa também possui vasto material de divulgação como a Revista Coopavel e a Revista Show Rural Coopavel disponível na versão impressa e na versão digital com acervo aberto ao público, páginas na web sobre a cooperativa e sobre o seu principal evento, o Show Rural Coopavel.

Priorizou-se buscar compreender como, através da Coopavel, a fração agrária da classe dominante do seu território de atuação, tem coordenado a

organização de um arranjo produtivo vinculado à produção agropecuária e agroindustrial, através de um sistema de gestão que busca inserir, de modo competitivo, o agronegócio regional, no mercado nacional e internacional.

Com relação ao levantamento e às pesquisas de fontes também foram localizados e analisados os relatórios financeiros publicados anualmente pela Coopavel, o jornal Coopavel e a revista Coopavel.

Fonte importante também foi a entrevista com Adelino Henkes, técnico em agropecuária da Coopavel, durante 23 anos.

No quinto capítulo faz-se a análise das ações desenvolvidas pela Coopavel no sentido de “educar para o consenso”, difundindo uma visão acerca do mundo da produção, direcionando o modo de pensar de associados, integrados e dos trabalhadores do campo e da sociedade em geral. Para tanto são objetos de análise o Show Rural Coopavel, as revistas Coopavel e Show Rural Coopavel, a Universidade Corporativa Coopavel (UNICOOP) e os relatórios financeiros anuais da cooperativa, a fim de compreender a sua contribuição na organização e consolidação de um padrão produtivo para o campo regional, que tem na busca do controle sobre toda a cadeia produtiva um de seus fundamentos.

Dois ações organizadas pela Coopavel foram analisadas com maior ênfase pelo significado que demonstraram ter durante a pesquisa e análise das fontes: a sua universidade corporativa, a UNICOOP e o Show Rural Coopavel. Este estudo se tornou possível a partir das publicações realizadas na Revista Coopavel, na Revista Show Rural Coopavel e nos relatórios anuais da cooperativa.

A imprensa local e regional e os meios de comunicação das entidades patronais rurais também foram consultados e suas publicações se tornaram fonte para esta pesquisa.

A Coopavel, com o Show Rural, a UNICOOP, a revista Coopavel e a Revista Show Rural Coopavel, interferem no processo produtivo do campo regional, dando direção sobre o que, como e para quem produzir e influencia efetivamente na organização das propriedades rurais de seus associados e integrados.

Pensada, organizada e administrada como empresa, ela atua principalmente, na organização da produção, na difusão e defesa do modelo de produção do agronegócio, para os seus, para os outros e para além da região Oeste do Paraná, uma vez que sua marca também acompanha os produtos exportados.

Portanto, nesta tese, não se tem o objetivo de analisar ou interpretar a Coopavel na perspectiva da Economia Política ou as formas e níveis de acumulação e exploração de valor dos trabalhadores diretos ou dos assalariados que integram os arranjos produtivos da Cooperativa.

Mas, a sua abordagem tem importância e fundamento na medida em que contribui para a crítica às práticas capitalistas e suas novas rearticulações: terra, produção, capital e financeirização, tendo como objeto central a construção, organização e controle do território regional para o capital cooperativo, uma vez que as cooperativas se apresentam hoje como grandes empresas, com faturamentos anuais bilionários, que controlam a produção e o consumo na sua área de atuação.

CAPÍTULO 1: TERRA E PODER: POSSIBILIDADES DE ABORDAGENS SOBRE A CLASSE PATRONAL RURAL

A preocupação central da maioria dos estudos acerca das questões atuais da terra no Brasil volta-se às políticas de governos para a modernização da agricultura, aos movimentos sociais de resistência e de luta pela democratização do acesso à terra, aos acampamentos, às ocupações e aos assentamentos, além dos processos produtivos alternativos à agricultura comercial. Outros se detêm ao estudo da condição jurídica da terra, dos direitos de propriedade e suas contradições, bem como às condições de vida e de trabalho no campo.

Estes trabalhos são de grande importância na medida em que permitem compreender as condições históricas e sociais de existência e resistência no campo brasileiro, muitas vezes demonstrando as contradições entre o discurso hegemônico e a prática social.

Por outro lado, o estudo das relações sociais de produção no campo brasileiro e a atuação das classes ou frações da classe patronal rural encontra poucos pesquisadores motivados a se inserir neste desafio. Porém, este apresenta-se, atualmente, como um importante e necessário campo e objeto de pesquisa, visto que novas relações sociais, econômicas e políticas têm sido construídas em torno do que se convencionou chamar de agronegócio.

Ainda são poucos os pesquisadores que têm se dedicado a tentar compreender como as frações agrárias e agroindustriais da classe dominante tem se organizado historicamente a fim de consolidar-se como importante força econômica e política na sociedade brasileira, a ponto de a historiadora Sonia Regina de Mendonça se referir a esse campo da pesquisa como “zona de sombra na historiografia brasileira”. (MENDONÇA, 2010, p.23)

Por partimos do pressuposto de que a compreensão da realidade histórica deve ser buscada na sua totalidade, consideramos de importância fundamental analisar e compreender como as classes ou frações da classe dominante agrária e agroindustrial têm atuado no desenvolvimento econômico nacional, regional e local, como têm se constituído enquanto sujeitos coletivos, como vêm se

articulando e disputando espaços para o exercício do poder na sociedade civil e na sociedade política e/ou em instituições públicas, com a intenção de se consolidarem como grupo hegemônico.

Como situou Regina Bruno: “Se não procurarmos conhecer quais as estratégias do patronato rural, dificilmente conseguiremos visualizar a ordem do poder e da dominação na sua totalidade”. (BRUNO,1997, p.16)

Neste sentido, conforme indica Sonia Regina de Mendonça em “*Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns escritos*”, é papel do pesquisador:

Verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. (MENDONÇA, 2007, p.15)

É importante considerar, ainda, que cada sujeito na e da esfera produtiva atua do ponto de vista privado e corporativo no âmbito da sua propriedade, empresa, capital ou fonte de renda. Visando seus interesses, ele parte desta condição privada para participar das e nas corporações da sociedade civil e da sociedade política.

O presente estudo se propôs a compreender como a classe patronal tem se articulado diante de uma importante forma de organização social, econômica e política e que tem assumido papel significativo nas relações sociais de produção no campo brasileiro e com destaque no Oeste do Paraná: as cooperativas agropecuárias e agroindustriais. Além disso, buscou compreender o papel desta organização na consolidação do agronegócio regional, tendo como objeto de estudo a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – COOPAVEL.

No campo de estudo das classes dominantes rurais no Brasil e das questões agrárias merecem destaque os trabalhos de José Graziano da Silva, José de Souza Martins, de Sonia Regina de Mendonça e de Regina Bruno, dentre outros.

Regina Bruno tem contribuído, por meio de suas pesquisas, para a compreensão das conflituosas relações que configuram o agrário brasileiro, com destaque para as abordagens que buscam desvelar as suas contradições.

A autora tem demonstrado que a classe patronal rural apresenta fortes contradições internas quanto a sua retórica e a sua atuação, entre seu discurso e sua prática. Enquanto se apresenta, no momento e no espaço da produção, como o setor mais dinâmico, mais moderno, que mais investe em tecnologia em busca do aumento da produção e da produtividade, a sua retórica e a sua atuação política têm se mostrado conservadora e reacionária. Enquanto defendia, por exemplo, na década de 1980, a modernização do campo, coordenava a criação da União Democrática Ruralista (UDR), para, pela força e plano de ação, impedir a atuação de movimentos sociais que buscavam a democratização do acesso à terra, através da reforma agrária.

Em sua obra *“Senhores da Terra, Senhores da Guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil”*, a autora afirma que:

A nova retórica das elites agrárias foi gestada juntamente com a modernização agrícola e a constituição dos complexos agroindustriais, mas a sua emergência, nos anos 80, coincide com a conjuntura de transição, a redefinição do pacto político que sustentou o modelo de modernização, a crise de crédito e das condições que viabilizaram esse padrão de desenvolvimento da agricultura, a intensificação dos conflitos de terra e uma maior organização dos trabalhadores rurais. (BRUNO, 1997, p.18)

Na análise feita em *“agronegócio e novos modos de conflituosidade”* a mesma autora referenda a afirmação feita por José de Souza Martins em *“O poder do atraso - ensaios de sociologia da história lenta”* acerca da classe patronal agrária brasileira nos dias atuais, quando afirma que:

Se o agronegócio, de um lado, viabilizou uma acumulação sem precedentes e contribuiu para a formação de uma nova retórica de classe, de outro, é herdeiro tributário de todo um processo histórico ligado à violência, ao mando, à baixa contratualidade das relações de trabalho e à especificidade da aliança entre capital e propriedade da terra – sustentáculo de nossa estrutura social e política e elemento central da polarização e dos conflitos daí decorrentes. (BRUNO, 2008, p. 101)

Regina Bruno tem se preocupado também em compreender as novas dimensões dos conflitos no campo brasileiro, ocorridos no final do século XX e início do século XXI, quando novos temas como o uso intensivo de defensivos

agrícolas e seus efeitos sobre as pessoas e o meio ambiente e o cultivo de transgênicos foram colocados em pauta, ao mesmo tempo em que os porta-vozes patronais buscavam efetivar uma nova dimensão a antigos problemas como o trabalho escravo, agricultura familiar *versus* agricultura empresarial, atraso *versus* modernidade, a luta pela terra e o direito de propriedade.

Com forte articulação discursiva de segmentos do agronegócio entre si, para si e para os outros, estes assumiram pautas originalmente consideradas como reivindicações legítimas dos movimentos sociais, tais como a sustentabilidade. Em sua obra *“Um Brasil ambivalente”*, Regina Bruno destaca que:

À medida que o agronegócio cada vez mais se consolida e desponta como principal referência de competitividade e como “solução para os problemas do país”, as diferenças e divergências entre empresários rurais e trabalhadores e pequenos agricultores se explicam com mais clareza. (BRUNO, 2009, p. 184)

Portanto, as transformações traduzidas para as relações de produção no campo, principalmente, a partir da introdução da transgenia, provocaram novas divergências entre antigos “adversários e aliados” e a discussão acerca da produção transgênica no campo brasileiro abriu uma frente de debates entre os proprietários da terra, os empresários do agronegócio e os segmentos ligados à agricultura familiar, bem como, os trabalhadores rurais sem terra.

A transgenia, a ampliação da liberação de agrotóxicos, os impactos ambientais da expansão da fronteira agrícola e o uso dos demais avanços tecnológicos aplicados à produção no campo, parecem ser, no momento atual, a expressão máxima de um discurso que visa legitimar o papel do agronegócio e das classes patronais no campo brasileiro, sob a argumentação de “maior produtividade e produção de alimentos com redução de custos” e, portanto, maior competitividade no mercado nacional e internacional, bem como, “maior oferta de alimentos” para o mundo, sem por outro lado, colocar em questão a sua qualidade.

Na mesma obra, a autora afirma que há outros argumentos que também fundamentam o discurso em defesa dos transgênicos, quais sejam:

As argumentações das lideranças patronais do agronegócio em favor dos transgênicos giram em torno de algumas questões centrais: em primeiro lugar, a ideia de que a produção de transgênicos é expressão da competitividade, rentabilidade e garantia de alimentos; em segundo, a lógica da inevitabilidade do progresso e pelo avanço científico; em terceiro, o argumento da desinformação sobre os males e perigos para o homem e o meio ambiente dos transgênicos; e finalmente, em quarto, a defesa do direito e liberdade de opção do consumidor de fazer uso ou não dos transgênicos. (BRUNO, 2009, p. 185)

Deste modo, os empresários do agronegócio e seus interlocutores e intelectuais orgânicos procuram garantir legitimidade e legalidade ao novo processo produtivo, ao mesmo tempo em que desqualificam aqueles que se contrapõem ou levantam dúvidas acerca da segurança dos transgênicos e dos agrotóxicos.

Vale, portanto, fazer o questionamento de cada um destes argumentos, mas afirmar que o consumidor tem liberdade e opção de escolha é supor que produtos não transgênicos ou até livres de agrotóxicos estejam disponíveis e acessíveis a todos, nas mesmas condições de consumo quanto à oferta e aos preços praticados, o que não tem se apresentado como prática, uma vez que há segmentos, como por exemplo, o do óleo de soja, em que, com raras exceções, as marcas comerciais disponíveis são transgênicas.

Porém, a contradição fundamental presente na defesa da produção de “alimentos” a custo mínimo para garantir uma maior competitividade no mercado mundial se encontra justamente na exigência destes consumidores. Há importadores que impõem restrições a produtos que não tenham indicativos de origem, tenham causado impacto ambiental destrutivo ou não atendam às recomendações seguras quanto ao uso de agrotóxicos e à legislação trabalhista.

Além de uma nova retórica pautada na modernidade, na produtividade, na competitividade e na tecnologia, a classe patronal rural tem investido fortemente em ações que visam convencer, através de campanhas publicitárias, que o agronegócio é “a salvação da lavoura”, a exemplo de anúncios veiculados na Rede Globo, filiada à ABAG: “Agro é pop, agro é téc, agro é tudo”. Ou ainda: “O agro é a indústria do Brasil”, reforçando a teoria da vocação de natureza agrícola da economia brasileira

A defesa em torno do agronegócio e dos transgênicos não explicita, por outro lado, uma das graves limitações impostas ao setor, pelos grandes conglomerados que controlam desde a pesquisa e a produção de sementes até o financiamento e a comercialização da produção. Um reduzido número de empresas impõe suas condições e interesses sobre o processo de produção dos alimentos no mundo, através de estreitas alianças entre o capital e a propriedade da terra. Setor este que não poucas vezes é marcado pelas precárias condições de trabalho e por denúncias de trabalho análogo à escravidão.

Importante considerar que em paralelo ao fortalecimento de um discurso abrangente de valorização do agronegócio como o setor mais dinâmico da economia brasileira, as frações da classe dominante rural têm empreendido esforços para consolidar sua representatividade em importantes espaços de poder junto ao Estado restrito, seja no Executivo, ocupando ministérios, seja no Congresso Nacional com a Frente Parlamentar da Agropecuária ou “bancada ruralista” que vem se empenhando e garantindo a aprovação de projetos da sua pauta.

Também na sociedade civil esta representatividade vem se consolidando. Neste sentido, Regina Bruno destaca o papel desempenhado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG):

Numa perspectiva histórica, a ABAG não pode ser pensada isoladamente de todo um processo de mobilização e de organização do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Ela é herdeira de uma prática e de um discurso que foram se constituindo, nos últimos 30 anos, juntamente com a mudança qualitativa no padrão agrícola, a formação dos complexos agroindustriais, a internacionalização da agricultura e as inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade brasileira. (BRUNO, 1997, p.6)

Sonia Regina de Mendonça, por sua vez, tem desempenhado um exaustivo esforço para reconhecer e apresentar as diversas faces das classes e frações de classes do patronato rural brasileiro, reconstruindo sua trajetória tanto na sociedade civil, quanto nas políticas defendidas junto ao Estado restrito.

Para tanto, a autora tem se dedicado, a partir dos referenciais teórico-metodológicos de Antonio Gramsci e de Pierre Bourdieu, a analisar a formação e a atuação das entidades representativas das diversas áreas do agro no Brasil,

com ênfase à União Democrática Ruralista (UDR), à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Sociedade Rural Brasileira (SRB), Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Em “*A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964 – 1990*” Sonia Mendonça analisou as relações entre as classes dominantes agrárias e o Estado brasileiro, tendo como foco de sua análise as mudanças promovidas na agricultura brasileira no início da década de 1980 onde destaca três tendências fundamentais:

A constituição dos complexos agroindustriais como aprofundadores da integração entre capitais; A redução do papel da pequena produção no processo do desenvolvimento capitalista, o qual foi perdendo espaço, quer como produtora de bens quer como reserva de mão-de-obra, gerando intenso êxodo rural; A redução da sazonalidade do trabalho temporário, seja pela afirmação de culturas fortemente mecanizadas, seja pela mecanização de culturas até então pouco tecnicizadas em fase de colheita, restringindo cada vez mais as já provisórias oportunidades de trabalho por parte de assalariados, boias-frias, clandestinos, etc. (MENDONÇA, 2006, p. 80-81)

No seu estudo sobre a organização da fração agrária da classe dominante no Brasil, a autora destaca a sua atuação, na década de 1980, a fim de dificultar a viabilização de um projeto de reforma agrária que atendesse aos anseios dos movimentos sociais de luta pela terra. Para tanto, evidenciou, a emergência, organização, objetivos e ações da União Democrática Ruralista (UDR) junto ao Estado e à sociedade civil, com destaque para sua mobilização durante a Assembleia Nacional Constituinte.

No entendimento de Sonia Mendonça, a UDR não surgiu apenas em oposição ao I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e justifica sua afirmação analisando as raízes históricas dessa entidade patronal e seus pontos de contato com aqueles a quem, segundo ela, poderiam ser chamados de “ruralistas autênticos”, da Sociedade Rural Brasileira ou da Sociedade Nacional da Agricultura.

Analisando as revistas (*A Rural*) da Sociedade Rural Brasileira e (*A Lavoura*) da Sociedade Nacional da Agricultura, publicadas pelas respectivas

entidades, a autora pôde identificar pontos comuns e divergentes entres as propostas destas entidades e o discurso da UDR.

A UDR pouco teve de efetivamente “inovadora”. Tal novidade se manifestaria, tão somente, no plano das estratégias de ação, sobretudo em função de dois aspectos, que a distinguiam das demais entidades pesquisadas: a) a legitimação da violência física como instrumento da obtenção de seus fins – o que valeria uma grande rejeição entre as classes dominantes, até a Assembleia Nacional Constituinte; b) a agilidade de sua mobilização de quadros, mantida por abundantes recursos, oriundos de inúmeras fontes – dentre elas os leilões de gado – o que lhe valeria a “dianteira” política junto à Constituinte e às demais agremiações. (MENDONÇA, 2006, p. 25)

Através da sua obra “*O Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*” Sonia Mendonça contribui, de modo significativo, para a compreensão das complexas relações e disputas intraclasse dominante e das frações de classe e o Estado na sociedade brasileira, sem perder a perspectiva de que o embate fundamental se dá entre o capital e o trabalho.

A autora apresenta os resultados de suas pesquisas sobre a organização do patronato rural em suas entidades e organizações de classe entre o período de 1964 e 1993, enfatizando a atuação da União Democrática Ruralista (UDR), da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), da Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). Destaca os conflitos e as disputas entre as diversas frações que culminaram com a liderança da OCB e a consolidação de seu projeto com a criação da ABAG. Apresenta também as origens históricas da OCB e da ABAG identificando-as como entidades de classe que expressam a construção de uma nova hegemonia do patronato agrário brasileiro, na qual as cooperativas agroindustriais se apresentam com forte atuação e representatividade.

Nesta obra acima citada, Sonia Mendonça analisa os discursos e as ações das entidades patronais contra a efetivação do Estatuto da Terra e do I Plano Nacional de Reforma Agrária no início dos anos 1980, destacando que, naquele momento, as discussões acerca do latifúndio e da sua superação, cederam lugar ao projeto de ampliar as relações capitalistas no campo brasileiro. Assumiram, então, a defesa de que a reforma agrária seria um processo desnecessário e

inviável, visto que, apenas uma reforma agrícola resolveria os impasses do atraso tecnológico, da baixa produtividade e da baixa rentabilidade no campo.

Em “*A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*” a autora critica esta posição acerca da reforma agrária e da modernização da agricultura assumida pela classe patronal rural afirmando que:

“a contradição fundamental dessa “nova” agricultura é entre exploradores e explorados, em que os primeiros são uma parte da grande burguesia e os segundos constituem-se nos assalariados rurais, nos pequenos agricultores dizimados, todos eles expropriados e em vias de proletarização”. (MENDONÇA, 2010, p. 81)

As discussões que retomaram a problemática da estrutura fundiária no país, ocorreram no momento de desgaste das relações políticas e sociais e do modelo econômico que havia dado sustentação à ditadura civil militar no Brasil. A crise na agricultura, o desemprego, a inflação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e no campo eram indicativos de que uma nova correlação de forças estava sendo gestada.

A política de “modernização” da agricultura implantada pelos governos militares durante as décadas de 1960 e 1970 traduziu-se, na prática, não apenas pela introdução de novas tecnologias e técnicas de produção. Representou um amplo conjunto de novas relações sociais, econômicas e políticas, uma vez que contribuiu diretamente no processo de intensificação da concentração da propriedade da terra, pela expropriação de um número crescente de pequenos proprietários, pela exclusão de arrendatários e assalariados do campo e pelo fortalecimento de novos segmentos da classe dominante agrária, sobretudo aqueles ligados aos complexos agroindustriais.

Se a intencionalidade do governo Castelo Branco era de “modernizar a economia brasileira”, entendia que esse processo seria incompatível com o grande latifúndio improdutivo que predominava no país. Modernizar a agricultura, portanto, significava para estes segmentos, e para o governo, alterar a estrutura fundiária do país, ainda pautada no latifúndio.

Para enfrentar esta situação, foi apresentado o “Estatuto da Terra”. As entidades representativas dos grandes proprietários, de imediato reagiram, criticando ou apoiando o governo e a sua proposta de reforma agrária, buscando

interferir diretamente no processo de discussão em curso, a exemplo das ações da Sociedade Nacional de Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira que se levantaram contrariamente a este item do Estatuto da Terra, defendendo que a reforma agrária não era necessária e que o caminho a ser seguido seria a inserção do campo brasileiro nas relações capitalistas de produção conforme destaca Sonia Mendonça:

A SRB encabeçaria dura campanha contrária ao Plano, atacando frontalmente as “forças demoníacas” que o haviam concebido, tendo por essência o argumento segundo o qual a Reforma Agrária, sem a precedência de uma Reforma Agrícola, seria de todo inócua e ineficaz, esvaziando os mecanismos do PNRA mediante a arguição de sua incorreção de princípios, já que a estrutura fundiária concentrada não se devia aos proprietários, mas sim à própria “história” do país. Ou seja, a desqualificação do Plano e de seus mentores foi a principal estratégia utilizada para tentar transformá-lo numa mera “demagogia eleitoreira”. A entidade defenderia, ferreamente, o “sagrado direito à propriedade”, diferindo da SNA que, bem ou mal, admitia, ao menos no plano discursivo, a necessidade de algum distributivismo agrário, aproximando-se das forças governistas do momento. (MENDONÇA, 2010, p.2)

Porém, a situação da agricultura já não era a mesma na década de 1980. Os recursos advindos do crédito rural a juros baixos e outros incentivos abundantes na década de 1970, escasseavam cada vez mais. Em meio à crise que afetava a economia brasileira, a pauta de reivindicações dos agropecuaristas junto ao Estado era crescente. Uma das exigências era a garantia de preço mínimo para os produtos agrícolas.

No Oeste do Paraná não foi diferente. Em 2 de julho de 1983, em Cascavel, milhares de produtores rurais ocuparam a avenida central da cidade e realizaram uma passeata reivindicando mudanças na política agrícola do governo federal, o que demonstra que a região Oeste do Paraná não estava alheia, nem tampouco isenta, dos efeitos da reorganização produtiva em curso no país.

Quando o governo Sarney anunciou que somente a reforma agrária poderia amenizar os problemas da agricultura e acabar com os conflitos e a violência no campo, apresentando o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que resgatava do Estatuto da Terra a desapropriação como instrumento prioritário para viabilizá-la, provocou uma forte reação das elites agrárias que

pretendiam impedir, através de seus organismos de classe, que esse projeto saísse do papel.

Segundo Regina Bruno em “*Nova República: a violência patronal rural como prática de classe*”, o PNRA também criou a expectativa nos movimentos de luta pela terra, organizados em várias regiões do país, de que esse problema histórico, o latifúndio, seria finalmente enfrentado.

Rapidamente, disseminou-se, nas associações e sindicatos patronais, a ideia de que, no contexto da democratização, seria possível uma profunda e radical transformação da estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, difundia-se a certeza de inevitabilidade de uma verdadeira guerra no campo devido, sobretudo, a revitalização do movimento de ocupações de terras, à crescente importância das oposições sindicais que começaram a se articular através da Central Única dos trabalhadores (CUT) e à possível radicalização do movimento sindical dos trabalhadores rurais. (BRUNO, 2003, p. 284 – 310)

O I Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado pelo governo federal foi recebido pelas entidades de classe dos latifundiários como uma “declaração de guerra”. Se a Nova República abrisse a perspectiva da redemocratização política para os setores progressistas da sociedade brasileira, para os latifundiários o momento significava a possibilidade de mudanças que não lhes interessavam.

Naquele momento de embate foi criada a União Democrática Ruralista (UDR) que na Assembleia Constituinte de 1988 consolidou seu papel como defensora dos interesses dos ruralistas, principalmente pela atuação do deputado federal Ronaldo Caiado, do Partido da Frente Liberal (PFL), eleito pelo Estado de Goiás. A União Democrática Ruralista se autodenomina como sendo uma entidade de classe que se destina a reunir ruralistas e tem como princípio fundamental a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e do respeito às leis do país.

Porém Regina Bruno alerta em sua obra “*Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*”, que a UDR foi além da organização para impedir a reforma agrária no país:

Apesar de ter nucleado na propriedade fundiária, a UDR não se constrói como um mero reflexo de reação ao PNRA. Ela é sem dúvida uma demonstração de habilidade política surgida de dentro do setor latifundiário. O significado principal da UDR, hoje,

sobretudo, é político-ideológico: é a tentativa de construção de um projeto político e de uma organização da direita no Brasil. (BRUNO, 1997, p. 61)

Na região Oeste do Paraná, papel significativo, neste contexto, coube às entidades organizadas pelos grandes proprietários rurais, com destaque para o Sindicato Rural Patronal de Cascavel e a Sociedade Rural do Oeste do Paraná que atuaram no sentido de construir consenso quanto à necessidade de preservação do direito de propriedade, de qualquer propriedade. Enquanto isso, os dirigentes de cooperativas pressionavam o governo por uma política agrícola favorável ao setor. Argumentavam que de nada valia uma nova política agrária sem uma melhor política agrícola.

Em Cascavel, por exemplo, Salazar Barreiros, então Presidente da Cooperativa COOPAVEL, criticou o I Plano de Reforma Agrária e a política de preços e de juros do crédito agrícola do governo federal e afirmou que este deveria incentivar a produção e a comercialização, “pois do contrário os agricultores só tem a alternativa de venderem suas propriedades e procurarem os centros urbanos, eliminando a produtividade e aumentando o êxodo rural”. (*Jornal Hoje*, 20/02/1987, p.12)

Se observarmos os dados do Censo Agropecuário do IBGE realizado em 2017, podemos perceber que a estrutura fundiária brasileira continua seu processo de concentração. Enquanto 4,1 milhões dos estabelecimentos rurais (81,3%) no Brasil possuem até 50 hectares, o que corresponde a 12,8% de toda sua área produtiva, 2,4 mil propriedades com mais de 10 mil hectares (0,04%) ocupam 51,8 milhões de hectares, ou seja, 14,8% de toda a área produtiva.

O Estado da federação que concentra o maior número de propriedades com área acima de 10 mil hectares é Mato Grosso (MT) com 868 estabelecimentos, seguido pelo Estado do Mato Grosso do Sul (MS) com 341 estabelecimentos e o Pará (PA) com 188 estabelecimentos. Ou seja, o latifúndio ainda marca fortemente a estrutura fundiária do país.

O processo de transformação e modernização pelo qual passou a agricultura no Brasil a partir do final da década de 1960 exigiu dos produtores novos conhecimentos, domínio sobre novas técnicas de cultivo e acesso ao

crédito e a novos equipamentos e insumos. Neste sentido foi de fundamental importância o papel “educativo” desempenhado pelo “extensionismo rural”.

Sonia Mendonça em *“Entidades Patronais Agroindustriais e a Política de Pesquisa Agropecuária no Brasil (1963 – 2003)”*, destacou a participação e inserção dos interesses patronais junto à EMBRAPA, agência do Estado criada em 1973 e responsável pela pesquisa agropecuária.

Demonstrou também como a OCB, inicialmente, e a partir de 1993 também a ABAG, redirecionaram os rumos destas pesquisas em três direções: “a subordinação da pesquisa agropecuária aos ditames do agronegócio; a secundarização da pesquisa destinada à pequena produção e a crescente “privatização” da Embrapa”. (MENDONÇA, 2012, p. 82)

Em *“Estado e Sociedade Civil no Brasil: o Binômio Ocb/Abag e a Embrapa”*, a autora apresenta o histórico de criação da OCB e da ABAG, destacando como estas entidades patronais provocaram um redirecionamento na pesquisa agropecuária através da Embrapa, que desempenhou importante papel na implantação das mudanças modernizantes na agropecuária brasileira, e que consolidaram a condição de subordinação da produção e dos produtores ao padrão de acumulação do capital internacional e que por esse motivo trazia em si contradições não fáceis de conciliar.

Como fica patente, a EMBRAPA não implicou tão somente, como toda a sua documentação parece querer nos convencer, em racionalizar atividades e gastos públicos em Pesquisa Agropecuária. Tampouco ela visou apenas dar consistência institucional à atividade. Ela foi instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional. Face a isso, padeceu, em todo o período estudado, de uma contradição intrínseca: de um lado, era constrangida a desenvolver tecnologias agrícolas (os pacotes) que induzissem ao uso maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhores, etc.); de outro, esse mesmo fator explica porque a Embrapa não foi capaz de desenvolver tecnologias distintas daquelas impostas pelo capital. (MENDONÇA, 2011, p. 12)

Destaca também o papel ativo que as cooperativas passaram a assumir, através da OCB e da ABAG, tanto na definição de políticas de Estado para o campo brasileiro, na crítica à ausência ou indefinição das mesmas, bem como na

construção de uma autoimagem vinculada ao moderno, eficiente e competitivo, ou seja, entrava em cena o “empresário rural” e consolidava-se o agronegócio como sua expressão.

José Graziano da Silva em “*A modernização dolorosa*”, ao abordar a modernização da agricultura brasileira afirma que ela foi apresentada como a política capaz de solucionar a baixa produtividade e renda no campo, o trabalho mal remunerado e as poucas oportunidades de emprego e que o principal instrumento para viabilizá-la seria o crédito rural, além da introdução de novos insumos como fertilizantes, defensivos e a mecanização.

Mas, José Graziano destaca que, na prática, o que ocorreu não foi o que havia sido propagado. Como o crédito rural disponível a taxas de juros negativas privilegiou os grandes proprietários rurais, “o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma consequente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola”. (SILVA, 1982, p. 29)

Acerca das transformações realizadas no campo brasileiro e as suas contradições, principalmente na década de 1990, merece referência também, o estudo realizado por Claudinei Coletti sobre a relação entre o avanço das políticas neoliberais, durante as décadas de 1980 e 1990, o enfraquecimento político e econômico da burguesia agrária e o fortalecimento da luta pela terra coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Segundo o autor, as políticas neoliberais enfraqueceram, naquele momento, o “bloco no poder” desde a década de 1970, quando durante os governos militares, foi implantada a “modernização da agricultura” no Brasil. Esse enfraquecimento de representação política, o endividamento e a política cambial desfavorável são fatores que indicam que o setor agrícola havia perdido, temporariamente, seu espaço privilegiado nas políticas econômicas, favorecendo o avanço da luta pela terra e pela reforma agrária.

Mas o autor destaca também que, se por um lado, a burguesia agrária e os latifundiários foram negativamente influenciados pelas políticas neoliberais, principalmente durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998; 1999 - 2002), o que indica que haviam perdido espaço político e econômico, esta perda teria sido compensada, por outro lado, pelo crescimento de sua representatividade no Congresso Nacional com a atuação da chamada “bancada ruralista”.

Essa sobre-representação parlamentar dos grandes proprietários rurais tem sido, até hoje, fundamental, por exemplo, nos momentos de “renegociação” de suas dívidas agrícolas com o Poder Executivo, o que indica, a nosso ver, uma postura defensiva dessa fração de classe frente ao Estado”. (COLETTI, 2006, p.140)

Deste modo, pode-se afirmar que os estudos de Regina Bruno e Sonia Regina de Mendonça e outros, produziram um consistente conjunto de fontes, além de desenvolverem um importante referencial para o estudo das frações agrárias da classe dominante no Brasil. Suas pesquisas impactam e influenciam os estudos sobre o agro e o patronato rural, suas entidades de classe, sua cultura e as ações organizadas na sociedade civil e junto ao Estado restrito.

Suas pesquisas e produções teóricas embasaram, nesta tese, o estudo sobre as similaridades e peculiaridades da organização do agronegócio na região Oeste do Paraná e em Cascavel; as especificidades do sistema cooperativo agropecuário e agroindustrial, entendido como espaço de realização de um arranjo produtivo voltado a produção, circulação e acumulação do capital a nível local e regional.

No estudo sobre as frações agrárias da classe dominante no Estado do Paraná podem ser referenciadas as análises de Juliana Valentini, em sua dissertação de mestrado¹⁵, onde apresenta estudo sobre como a fração agrária da classe dominante de Londrina, no Norte do Paraná, se organizou e mobilizou diversos segmentos sociais a fim de estabelecer sua condição hegemônica, por vezes marcada por disputas e confrontos.

De modo mais abrangente, visto que não se reporta apenas à classe patronal rural, Ricardo Costa de Oliveira, tem se dedicado a compreender como diferentes frações da classe dominante no Estado do Paraná têm se organizado para ocupar e “perpetuar-se” nos cargos de governo, especialmente nos poderes executivo e legislativo paranaenses.

Este autor em *“O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado”*, analisa a formação política do Paraná através da atuação de famílias que se sucedem no exercício do poder político, possibilitando afirmar que no Paraná, “política é um negócio de família”.

¹⁵ Juliana Valentini analisou esta temática em sua dissertação de mestrado: “Sociedade Rural do Paraná: organização e atuação da fração agrária da classe dominante regional”, defendida em 2014 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

Em seus estudos, o autor têm investigado as relações da genealogia do poder, principalmente no Estado do Paraná. No artigo, *“Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007”* destacou que “a riqueza e o poder no Brasil existem em função da conciliação de interesses dominantes em termos de um processo político de longa duração, processo esse definido basicamente pela conciliação entre os poderosos”. (OLIVEIRA; SALLES; KUNHAVALIK, 2007, p. 152)

As relações sociais de produção predominantes no campo brasileiro e na sua configuração na região Oeste do Paraná¹⁸ foram sendo construídas a partir da década de 1960 e vem se consolidando a partir da reorganização produtiva implantada pelas políticas de Estado, em consonância com as classes dominantes no campo, desde a década de 1980.

A mecanização da agricultura, a criação dos complexos agroindustriais e o crescente fortalecimento das cooperativas, expressam o modo de organizar a produção regional e nacional, onde a classe patronal rural, apesar de sua subordinação aos ditames dos grandes conglomerados multinacionais e ao capital financeiro, coordenou e deu direção a estas mudanças.

1.1 - UMA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE NO OESTE DO PARANÁ

Na historiografia tradicional sobre o Oeste do Paraná, as relações de poder são apresentadas a partir de narrativas que descrevem as disputas eleitorais, as ações do poder executivo ou legislativo, e “os legados” deixados pelas administrações públicas municipais.

Ainda são pouco expressivos na historiografia regional, os estudos sobre as questões ligadas à terra, ao agro e ao poder das classes ou frações de classes dominantes. Frações que, a partir de uma base material concreta (a propriedade da terra), se organizam e buscam impor suas demandas e seus projetos para toda a sociedade, por meio de diferentes instrumentos que integram a força e o consenso.

¹⁸Para conhecer alguns dados sobre o Oeste do Paraná, acessar: <https://indicadores.oesteemdesenvolvimento.com.br/> Há disponível também um vídeo institucional sobre o Oeste do Paraná em: <https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/forum/agenda>

O estudo sobre o processo de formação da propriedade e do uso da terra descreve as diferentes atividades produtivas e os modelos de povoamento e de propriedade propostos pelas diversas empresas de colonização em suas áreas de atuação.

Esta historiografia também distingue a forma de ocupação dirigida da terra realizada por empresas imobiliárias que especulavam com projetos de colonização (parcelamento de áreas) daquela realizada de modo autônomo ou sob a tutela e gerenciamento do Estado.

Para uma abordagem a partir dos sujeitos e das frações de classe, entretanto, faz-se necessário buscar compreender o processo de ocupação, colonização e titulação das terras no Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Cascavel, a partir de outra perspectiva, tendo como ponto de partida a privatização de terras públicas e a constituição das grandes propriedades rurais, destacando como, historicamente, esse processo foi construído e reconstruído, e como contribuiu significativamente para a formação de uma fração agrária, hoje integrada ao agronegócio e às atividades urbanas e que interfere significativamente na vida econômica e política da região.

É importante também identificar como essa classe construiu e constrói práticas e discursos para legitimar sua condição, através da elaboração de uma “história oficial” que estabelece marcos históricos e divisores entre o passado e o presente (Cascavel sem lei x Cascavel com lei); (antigo x moderno), tendo em Alceu Sperança seu principal difusor, além de diferentes meios de comunicação que possuem vínculos familiares de propriedade além de vínculos políticos e ideológicos com essa fração de classe.

Alceu Sperança é jornalista e escritor. Tem sob sua guarda um extenso acervo de fontes documentais sobre o início da História de Cascavel.

Filho de Celso Formighieri Sperança¹⁹, o primeiro Secretário Municipal da Educação de Cascavel, exonerado pelo então Prefeito e irmão, José Neves Formighieri, por desavenças políticas, Alceu Sperança é considerado como referência obrigatória para os pesquisadores da história de Cascavel. É referenciado também como o memorialista da cidade. As suas narrativas têm fundamentado as análises sobre a história de Cascavel em matérias especiais

¹⁹ O Museu Histórico de Cascavel recebeu o nome de Celso Formighieri Sperança.

publicadas em jornais e revistas locais, na elaboração de materiais didáticos destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em artigos científicos publicados e também em pesquisas acadêmicas.

Uma vez que os proprietários rurais, bem como os setores urbanos da região, têm buscado, historicamente, diferentes formas de organização e representação política, no intuito de defender seus interesses e manter sua condição e posição de classe, uma possibilidade que se apresenta para uma nova interpretação da história regional a partir das frações de classe é, portanto, o estudo de sua organização no espaço da produção e em suas entidades representativas, a exemplo da pesquisa realizada sobre a entidade de organização e representação política dos pecuaristas de Cascavel e entorno, a Sociedade Rural do Oeste (SRO)²⁰.

Para compreender como se desenvolveu este processo, se faz necessário conhecer as bases materiais sobre as quais esta fração de classe se constituiu e se consolidou, além dos embates travados a fim de manter sua condição.

Esta abordagem é possível e o caminho da pesquisa pode iniciar a partir da identificação desta base material, de sua atuação nas relações de produção, de suas entidades de classe, de seus instrumentos e ações de luta e pela análise dos discursos proferidos por seus representantes e/ou meios de divulgação na sociedade civil, voltados a promover o consenso em torno do seu projeto social, econômico, político e cultural (visão de mundo).

A região Oeste do Paraná e sua sociedade não podem ser consideradas como um todo homogêneo e harmonioso, mas como espaço permeado pela diversidade de relações, especificidades e conflitos intrarregionais de classe que marcaram e ainda marcam sua constituição econômica, política, social e cultural. É a partir da análise destas condições históricas que é possível compreender a formação de uma fração de classe dominante ligada à produção agropecuária no Oeste do Paraná.

Sua formação e consolidação, no que se refere ao município de Cascavel e entorno, estão vinculadas, inicialmente, ao modo de ocupação, definição e

²⁰ Este foi o tema abordado por Irene Spies Adamy em sua dissertação de mestrado em História: "A Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná", defendida em 2010 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

efetivação da propriedade da terra e posteriormente, à implantação de um modelo produtivo no campo e sua relação com os demais segmentos da economia regional já analisado na dissertação de mestrado sobre a Sociedade Rural Do Oeste do Paraná²¹. A ocupação e a titulação da terra, a se considerar como foi realizada, favoreceu a formação de uma estrutura fundiária com forte presença de grandes propriedades rurais. O modelo agropecuário, implantado a partir do final da década de 1960 também exerceu forte pressão sobre a expropriação de pequenos agricultores, contribuindo para o aumento na concentração fundiária na região.

Já em 1960, os dados do VII Recenseamento Geral do Brasil realizado pelo Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE e publicado em sua “Série Regional” referente aos Estados do Paraná e Santa Catarina, registravam a forte presença de áreas ocupadas por grandes propriedades no município de Cascavel. Foram considerados para fins de análise, apenas os estabelecimentos cadastrados com sua respectiva área. Como os dados foram computados em hectares e não por módulo (como são atualmente) serão apresentados nas tabelas 01 e 02 a partir desta referência.

Tabela 01: Estrutura fundiária de Cascavel em 1960 - por faixa do estabelecimento (unidade/hectare = 10.000 m²)

Tamanho (ha.)	Nº. de Estabelecimentos	% dos Estabelecimentos	Área Total (ha)	% Área Total
1 a menos de 10	485	10,4	2.777	1,3
10 a menos de 50	3.240	70,1	86.309	38,7
50 a menos de 100	591	12,8	46.197	20,7
100 a menos de 200	194	4,2	27.042	12,1
200 a menos de 500	86	1,9	25.275	11,3
500 a menos de 1000	17	0,4	12.090	5,5
Mais de 1000	08	0,2	23.126	10,4
Total	4.621	100,00	222.816	100,0

Fonte: IBGE, vol. II, Tomo XII, 1ª Parte; 1960. (Tabela organizada pela autora)

²¹ A análise da questão fundiária no Oeste do Paraná e mais especificamente do município de Cascavel foi realizada naquela dissertação.

Estes dados de 1960 possibilitam observar que há, deste o início do processo de ocupação, uma forte presença de grandes áreas rurais em Cascavel, o que não se verificou nos demais municípios do Oeste do Estado. A título de exemplo, convém apresentar, por cálculo numérico, como se organizou esta estrutura fundiária. Tratando-se dos estratos por número de estabelecimentos, a faixa de 1 a 10 ha é 60,63 vezes maior do que a faixa dos que tinham mais de 1.000 ha. Por outro lado, esta última faixa detinha 8,33 vezes mais áreas do que o total da faixa menor.

Se observarmos de modo mais detalhado e comparativo as transformações produzidas na estrutura fundiária de Cascavel, podemos perceber que de 1960 a 1970 houve um aumento significativo no total de estabelecimentos cadastrados pelo IBGE, sem que houvesse esse aumento proporcional no total da área ocupada. Há que se considerar que foi a partir de 1970 que o INCRA desenvolveu um intenso trabalho de regularização fundiária e titulação de propriedades o que ajuda a entender este processo.

Quando consideramos a área total ocupada por pequenas e médias propriedades em Cascavel em 1960 temos um total de 4.510 estabelecimentos em uma área de 162.325 hectares. Enquanto isso, a faixa na qual se enquadram as grandes propriedades somam um total de 111 estabelecimentos em uma área de 60.491 hectares.

Desde 1980, a referência utilizada pelo INCRA para classificar as propriedades quanto ao tamanho ou dimensão é o “Módulo Fiscal” (MF), estabelecido pela Lei nº. 6.746/80, sendo específica para cada município. Em Cascavel, cada módulo corresponde a uma área de 18 hectares.

Assim, quanto a seu tamanho as propriedades seguem atualmente a seguinte classificação:

- Minifúndio = até 1 MF.
- Pequena propriedade = 1 a 4 MF.
- Média propriedade = 4 a 15 MF.
- Grande propriedade = acima de 15 MF.

Se considerarmos estes critérios estabelecidos pelo INCRA, para Cascavel é considerada como grande propriedade a área rural igual ou superior a 270 hectares. A área total do município, em 1960, era de 441.100 ha. Porém, uma parcela significativa desta área total não estava ainda devidamente titulada.

Por outro lado, os dados apresentam situação diversa quando analisamos o período 1975-1995, quando o processo da modernização se consolidou. A diminuição do número de pequenas propriedades se acentuou na medida em que as relações capitalistas se consolidavam no campo.

Tabela 02: Transformações na estrutura fundiária de Cascavel entre as décadas de 1975 e 1995

Período	1975				1995			
	Estab	% Estab	Área/há	% área	Estab	% Estab	Área/há	% área
1 a menos de 10	3.418	48,79	19.563	9,03	731	28,21	3.965	2,30
10 a menos de 50	2.897	41,35	62.836	29,02	1.221	47,12	29.431	17,09
50 a menos de 100	337	4,81	23.552	10,88	271	10,46	19.093	11,09
100 a menos de 200	189	2,70	26.224	12,11	172	6,64	23.996	13,94
200 a menos de 500	124	1,77	37.786	17,45	142	5,48	44.374	25,77
500 a menos de 1000	25	0,36	17.123	7,91	45	1,74	31.988	18,58
Mais de 1000	16	0,23	29.457	13,60	9	0,35	19.338	11,23
Total	7.006	100,00	216.541	100,00	2.591	100,00	172.185	100,00

Fonte: IBGE. Censos agropecuários realizados no período. (Tabela organizada pela autora).

Se em 1975 a área ocupada com propriedades de até 50 hectares, em Cascavel, era de 82.399 ha, representando 38,05% do total da área, em 1995 as propriedades assim dimensionadas ocupavam apenas 33.396 ha, ou 19% do total da área.

Podemos ainda perceber, pela tabela 02, que, ao mesmo tempo em que o número de estabelecimentos com área entre 100 a 200 hectares manteve-se praticamente estável, o mesmo não ocorre com as propriedades com área acima de 200 hectares, faixa na qual estão inseridas as grandes propriedades (acima de 270 hectares). Se em 1975, elas ocupavam uma área total de 84.366 hectares, em 1995, ocupavam 95.700 hectares, representando aproximadamente, 55% do total da área do município.

Sobre a especificidade da estrutura fundiária de Cascavel não se pode deixar de considerar que número significativo dos grandes proprietários rurais estende suas propriedades também para municípios vizinhos²², destinadas à

²² Algumas áreas foram desmembradas de Cascavel, mas outras são oriundas e/ou se localizam no ex-território Oeste de Laranjeiras do Sul. Tratando-se da localização geográfica, o território da

agropecuária, seja para o desenvolvimento do processo de produção de modo integral ou parcial. Algumas destas propriedades foram estabelecidas no início da colonização dirigida quando compunham o espaço de atuação de empresas imobiliárias, de madeireiras e de grileiros.

A partir da década de 1990, profissionais liberais e empresários passaram a investir recursos na aquisição de áreas rurais, conferindo aos agropecuaristas da região um novo e dinâmico perfil econômico e sócio cultural. São engenheiros, médicos, dentistas e advogados que diversificaram suas atividades e investiram o capital oriundo de suas atividades na aquisição de terras, tanto no Oeste do Paraná como em outras regiões do Estado e do Brasil, além de ampliar a sua atuação sobre diversos setores da economia. Afora o setor primário, também a indústria e os serviços passaram a ser alvo de seus investimentos.

Portanto, o modo como ocorreu o processo de definição e redefinição da propriedade e o modelo de uso da terra no Oeste do Paraná, especialmente em Cascavel, foi determinante para a formação de uma fração agrária ou de origem agrária, com forte organização na sociedade civil e atuação na sociedade política. São demonstrativos de sua força econômica, organização e articulação política, a presença de prefeitos, vereadores, deputados, senadores e ocupantes de cargos em secretarias e ministérios e em agências da sociedade civil e organizações de classe, rurais e urbanas, oriundos deste setor.

Do mesmo modo, com a difusão de um discurso de valorização do agronegócio, buscam legitimar essas ações e viabilizar recursos para o desenvolvimento e modernização econômica do setor.

No contexto atual, está cada vez mais difícil especificar o que é rural e o que é urbano, apesar de cada espaço, enquanto construção socio-histórica, ainda apresentar um conjunto de condições e relações específicas e particularidades. Na medida em que as relações capitalistas de produção se tornaram mais complexas e abrangentes, engendraram-se também no espaço rural, de modo complexo e integrado e os sujeitos que nele vivem, ampliam suas relações com a sociedade do consumo, antes mais específicas e explícitas no mundo urbano.

classe patronal rural cascavelense está no triângulo que forma a grande região Oeste entre os Rios Piquiri e Iguaçu.

Por outro lado, não se considera que há uma submissão do rural ao urbano, ou vice-versa. Este é um processo de interrelação onde especificidades econômicas, sociais e culturais devem ser levadas em consideração.

Cada um dos processos deve, portanto, ser analisado na sua especificidade, evitando-se padrões homogeneizantes, visto que, a historicidade não se produz da mesma maneira em diferentes tempos e territorialidades.

Neste sentido, vale considerar a contribuição das análises realizadas sobre o rural e o urbano por Maria José Carneiro quando afirma que:

A ruralidade se expressa de diferentes maneiras como representação social – conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo – que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano industrial. (CARNEIRO, 1998, p.75)

As transformações ocorridas no campo brasileiro nas últimas décadas, principalmente no processo produtivo, podem ser observadas, de modo mais evidente, na incorporação de novas tecnologias em equipamentos, nos insumos utilizados, na produção de variedades de sementes, com a produção agropecuária voltada, cada vez mais, ao mercado e à acumulação de capital e pela expansão do uso da mão de obra assalariada, principalmente nas agroindústrias.

Este processo é conduzido pela classe patronal, através das cooperativas agroindustriais e das grandes empresas do agronegócio que na sua maioria são multinacionais atuando em diferentes segmentos da economia, inclusive o setor financeiro.

É possível afirmar que há uma fração agrária da classe dominante no Oeste do Paraná, ou mais objetivamente, uma fração de origem agrária que assim se apresenta, por possuir o domínio da propriedade da terra, por definir o modelo produtivo (ainda que de modo subalterno) e pela sua forte organização e atuação política, seja na sociedade civil ou no Estado restrito.

Também por articular-se em estreitos e restritos vínculos familiares com outros segmentos da economia regional, possibilitando o controle sobre a produção, transformação e comercialização. Vinculam os resultados do agronegócio ao comércio de máquinas e equipamentos, à especulação

imobiliária, à valorização do solo urbano, dos aluguéis, de imóveis e outros bens e serviços.

A classe patronal rural ou de origem rural na região de Cascavel e entorno, tem forte tradição de organização e atuação em diferentes entidades locais de representação político-social. Vincula-se a entidades, inclusive empresariais, como a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), por exemplo, além de ocupar espaços do poder institucional como pode ser observado no quadro 01, elaborado com base nas informações do livro de Alceu Sperança, (1992) e do Portal do Município de Cascavel, onde se apresentam as relações nominais dos administradores de Cascavel desde o ano de 1938 quando ainda era distrito de Foz do Iguaçu:

Quadro 01: Administradores do município de Cascavel

NOME	PERÍODO	FUNÇÃO	PARTIDO	TRAJETÓRIA/BIOGRAFIA
José Silvério de Oliveira	1938 a 1949	Subprefeito	PSD	Considerado o fundador de Cascavel; nasceu em Guarapuava; foi comerciante, ervateiro, agricultor e madeireiro.
Manoel Ludgero Pompeu	1949 a 1952	Subprefeito	-	Nasceu em Nonoai – RS; Madeireiro e atuou na abertura de ruas e rodovias que facilitaram a colonização da região.
José Neves Formigheri	1952 a 1956	Prefeito e vereador na legislatura seguinte	PTB	Nasceu em Marcelino Ramos – RS; Empresário do setor madeireiro e agropecuarista.
Helberto Edwino Schwart	1956 a 1960	Prefeito e vereador na legislatura anterior	PTB	Nasceu em Taquara – RS; comerciante e empresário do setor madeireiro (sócio de Florêncio Galafassi).
Otacílio Mion	1960 a 1964 e 1969 a 1973	Prefeito	PTB e ARENA	Agricultor e empresário do ramo de cartórios.
Odilon Correia Reinhardt	1964 a 1969	Prefeito	PTB	Nasceu em Curitiba - PR; Advogado; assessor jurídico da prefeitura na gestão Formigheri.
Pedro Mufatto	1973 a 1977	Vereador e prefeito	ARENA	Nasceu em Irati – PR; Agropecuarista e empresário do ramo atacadista e de supermercados.
Jacy Miguel Scanagatta	1977 a 1983	Prefeito, vice-prefeito e deputado constituinte em 1986 ²³	ARENA, PDS, PFL e PDT	Nasceu em Erechin–RS; agropecuarista; Empresário do ramo madeireiro, construção civil; hoteleiro; equipamentos e máquinas agrícolas, revenda de automóveis e comunicação.

²³ “Foi indicado membro titular da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão da Ordem Social, e suplente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, e da Comissão da Organização do Estado. Nas principais votações/da Assembleia Nacional Constituinte votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países onde vigora política de discriminação racial, a limitação do direito de propriedade privada, o

Fidelcino Tolentino	1983 a 1988 1993 a 1996	Vereador, Deputado estadual e prefeito	MDB	Nasceu em Santo Anastácio-SP, Advogado.
Salazar Barreiros	1989 a 1992 1997 a 2000	Prefeito	PMDB PP	Nasceu em Getulina-SP, Advogado; agropecuarista; presidente da Coopavel.
Edgar Bueno	2001 a 2004 2009 a 2012 2013 a 2016	Prefeito e Deputado estadual ²⁴	PDT	Nasceu em Marcelino Ramos-RS; Empresário, e agropecuarista; 1º presidente do CDL; presidente do Tuiuti Esporte Clube; presidente da ACIC e da SRO; Secretário para Assuntos Estratégicos do governo do Estado do Paraná (a partir de 2017),
Lisias Tomé	2005 a 2008	Prefeito	PSC	Nasceu em Uberaba- MG; Médico e proprietário rural.
Leonardo Paranhos	2017	Prefeito, deputado Estadual, vice-prefeito, vereador	PSC	Nasceu em Paraíso do Norte-PR; empresário, foi militante estudantil e Assessor do prefeito Edgar Bueno.

Tabela organizada pela autora.

Os segmentos do campo, da indústria e dos serviços, em diferentes momentos, quando questões fundamentais à manutenção da ordem social se apresentavam, punham de lado seus objetivos específicos e/ou divergências e uniam-se para fortalecerem suas ações.

A Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), em ações conjuntas com o Sindicato Rural Patronal (SPR) e a Sociedade Rural do Oeste (SRO), por muitas vezes saiu em defesa do direito de propriedade da terra quando este era questionado, como nos casos da ocupação da área da Syngenta Seeds ou do processo judicial que questionou o direito da Araupel sobre uma grande área de terra pertencente à União ou em discussões sobre demarcação de terras indígenas na região. Documentos como “Carta Aberta” à população, atos públicos, tratoraços, posicionamentos na imprensa e pressão junto aos órgãos do Estado fazem parte de suas ações e atuações.

mandado de segurança coletivo, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, o turno ininterrupto de seis horas, a unicidade sindical, a soberania popular, o voto aos 16 anos, o limite de 12% ao ano para os juros reais, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a desapropriação da propriedade produtiva. Votou a favor da pena de morte, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da legalização do jogo do bicho”. Disponível em: (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jaci-miguel-scanagatta>). Acessado em 09/12/2019.

²⁴ Na Assembleia Legislativa faz parte das seguintes comissões: Agricultura (presidente), Indústria e Comércio (presidente), Constituição e Justiça. Finanças, Educação, Cultura e Esportes, Terras, Imigração e Colonização, Tomada de Contas, Saúde Pública, Ecologia e Meio Ambiente, Direitos Humanos e Cidadania. Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/deputados/perfil/401-Edgar-Bueno>.

Percebe-se essa inter-relação também quando se observa a estrutura administrativa da Associação Comercial e Industrial de Cascavel que tem em sua Diretoria Executiva o cargo de vice-presidente para assuntos do agronegócio, ocupado na gestão 2017/2018 pelo Presidente da Coopavel e da Credicoopavel, Dilvo Grolli. O cargo de diretor secretário é ocupado por Gilson Luiz Anizelli, superintendente da Cotriguaçu e a diretoria de assuntos governamentais é ocupada pelo atual presidente do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, Paulo Roberto Orso que ocupa também o cargo de conselheiro fiscal efetivo na Credicoopavel.

Também a Sociedade Rural do Oeste e outras entidades da classe patronal participam na unificação de reivindicações ligadas ao setor agropecuário, somando forças junto à sociedade civil empresarial, a fim de pressionar o Estado e influenciar a opinião pública, situação que ficou evidente pelo seu posicionamento durante a greve dos caminhoneiros no mês de maio de 2018.

Enquanto a Coopavel apresentava relatórios sobre os prejuízos econômicos e financeiros causados pela paralisação, outras entidades, que inicialmente manifestavam seu apoio às reivindicações da categoria e das transportadoras, mudaram seu posicionamento através do “comunicado oficial” assinado e publicado amplamente, conforme segue:

Comunicado oficial G8 e Caciopar

As entidades que formam o G8 de Cascavel, mais a Caciopar (que representa 46 associações comerciais do Oeste), acompanham com atenção os desdobramentos da manifestação iniciada na segunda-feira. Essas mesmas entidades deram apoio ao movimento, mas diante dos acontecimentos da semana, entendem que é fundamental que a serenidade, o diálogo, o bom-senso e o respeito contribuam para a busca da melhor solução possível para a situação.

As dificuldades que o País atravessa não são recentes. Elas são antigas e sem a adoção das medidas devidas muitos problemas, em vez de solução, têm sido agravados. O Brasil, apesar de seu enorme potencial, criou ao longo de décadas um emaranhado de desafios para quem empreende, gera empregos, distribui renda e promove o desenvolvimento. São as empresas, as indústrias, as agroindústrias, o comércio e a prestação de serviços, ao lado de seus colaboradores, que, apesar das enormes provações que o País impõe, garantem, mesmo que abaixo do que se poderia, os avanços que o Brasil experimenta ao longo do tempo.

A restrição do direito de ir e vir das mais diferentes cargas, principalmente das perecíveis, vivas e até de medicamentos, não impacta no governo, e sim na economia, na sociedade, nas famílias, inclusive nas famílias dos próprios caminhoneiros. Os governos são transitórios. Os brasileiros, enquanto pátria e povo, não. A ira aos políticos tem alimentado uma perigosa autofagia da própria sociedade.

O atual momento exige serenidade e união na pauta de mudanças desse País, mas para isso é

imprescindível que alinhemos os nossos objetivos e mantenhamos nossa economia respirando. Frete-mínimo, desoneração somente do setor de transportes, com compensação que onere outros segmentos produtivos, não são assuntos de consenso da sociedade. A pauta do Estado mínimo, das reformas e do atendimento às justas demandas das categorias profissionais devem compor o documento dos objetivos que tanto defendemos e precisamos para um futuro mais próspero.

O movimento dos caminhoneiros já mostrou a sua força, no entanto sozinho ele será rapidamente fragilizado. Um prazo de 15 dias é plausível para a construção de um caminho adequado. O tempo não é inimigo de uma boa pauta de reivindicações. Enquanto novas decisões são adotadas, é imperioso que se autorize a imediata circulação de cargas vivas, perecíveis e daquelas que são determinantes, por exemplo, para o bom funcionamento de hospitais e casas de saúde.

Com sabedoria, diálogo e respeito, o conjunto social brasileiro sairá desse momento ainda mais forte. Todos estamos do mesmo lado. G8 – Acic, Amic, CDL, Sindilojas, Sinduscon/Paraná-Oeste, Sindicato Rural, OAB Cascavel e Sociedade Rural do Oeste e Caciopar – Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná.

Disponível em: <http://www.acicvel.com.br/noticias/item/20121-comunicado-oficial-g8-e-caciopar.html> Acessado em 09/12/2019.

A auto identificação de um Grupo dos 8 (G8) formado pela Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), Associação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Oeste do Paraná (AMIC), a Ordem dos Advogados do Brasil – subseção de Cascavel (OAB), O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Oeste do Paraná (Sinduscon/Oeste-PR), Sindicato Rural Patronal (SRP), Sindicato dos Lojistas do Comércio Varejista (SINDILOGISTA), Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel (CDL) e Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Oeste do Paraná (CACIOPAR) é mais uma expressão da organização da classe patronal que em momentos de tensão, une forças e articula soluções de modo conjunto, como é possível observar no quadro 02.

Quadro 02: Relação de entidades da classe patronal de Cascavel

Entidades do G8	Missão	Lideranças	Trajetória
ACIC	Integrar a classe empresarial, assistir e envolver o quadro associativo em ações para o seu desenvolvimento econômico, tecnológico e social.	Gilberto Mayer, Nelson Menegatti, Hylo Bresolin, João Destro, Plínio Destro, Oli Sarolli, Edgar Bueno, Dércio Galafassi, Pedro Luiz Boaretto, Álvaro Largura, Edson José de Vasconcelos entre outros.	Foi criada em 1960 e seu primeiro presidente foi Altamir Silva.
AMIC	Facilitar o desenvolvimento sustentável das organizações e a união dos associados, através de projetos, parcerias e interface junto ao Poder Público, viabilizando produtos e serviços que agregam valor aos negócios, fortalecendo a classe empresarial.	Jorge Luiz dos Santos, Celso Belivacqua, Gilmar Carpenedo.	Foi fundada no dia 25 de maio de 1984
OAB	Assistir de imediato qualquer membro da OAB que esteja sofrendo ameaça ou efetiva violação aos direitos, prerrogativas e exercício profissionais; verificar os casos de exercício ilegal da profissão, representando ao Presidente do Conselho para a tomada de medidas policiais ou judiciais que se fizerem necessárias, entre outros.	Octacílio Ribeiro da Silva, Mario Katuo Kato, Edi Siliprandi, Altamiro José dos Santos, Antonio Arnaldo de Bona, Juarez Alberto Dietrich, Armando Luis Marcon, Maurício Monteiro de Barros Vieira, Antonio Linhares Filho, Nerilda Bittencourt Vendrame, Marcos Vinícius Dacol Boschirolli, Luciano Braga Cortes, Juliano Huck Murbach, Charles Daniel Duvoisin e Jurandir Ricardo Parzianello Junior.	Foi criada em 1964.
SINDUSCON	Estudar, coordenar, proteger e representar legalmente as indústrias da construção, tendo como intuito o fortalecimento do setor e a implantação de serviços e atividades que atendam às necessidades das empresas associadas.	Edson José de Vasconcelos, José Vidal Boaretto, Eduardo Sciarra,	Foi criado em 1993
SRP	Cuidando de quem ajuda a alimentar o mundo (Faep)	Paulo Roberto Orso, Nelson Menegatti	
SRO		Eduardo Sciarra, Edgar Bueno, Alessandro Meneghel	Criada em 1980
CDL	Servir, representar e fortalecer o comércio de Cascavel, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.	Edgar Bueno, Samoel Antonio de Mattos Júnior	Criada em 1978
SINDILOJAS	Sindicato dos lojistas e comércio varejista de Cascavel e região Oeste do Paraná.	Paulo Beal, Leopoldo Furlan, Daniel Pegoraro. Plínio Destro.	Há mais de 30 anos
CACIOPAR	Integrar, fortalecer e representar as ACES, visando o desenvolvimento socioeconômico do Oeste do Paraná.	Hylo Bresolin, Eduardo Sciarra, Alci Rotta Júnior, Oli Sarolli, João Destro	Criada em 3 de abril de 1976.

Quadro organizado pela autora.

As lideranças se deslocam entre as diferentes entidades o que demonstra a sua consciência de classe e a interação entre as diferentes atividades e setores da economia aos quais estão inseridos regionalmente. Apesar de atuarem em atividades específicas, quando sua condição está sendo desafiada, unem-se em torno da mesma causa.

Vale destacar também que grande parte destas lideranças que atuam em entidades não vinculadas diretamente a alguma atividade rural, têm sua origem e atuação em atividades ligadas a terra.

Esta compreensão acerca da necessidade de organização em torno de interesses comuns, levou as diferentes frações da classe dominante regional, urbanas e rurais, do Oeste do Paraná a organizarem o Programa Oeste em Desenvolvimento.

O “Programa Oeste em Desenvolvimento” (POD) começou a ser organizado em 2012 com a finalidade de buscar estratégias de desenvolvimento para o Oeste do Paraná de modo integrado, constituindo-se em um grande fórum de discussão de projetos para o desenvolvimento regional.

O projeto foi de iniciativa da Caciopar, da Itaipu Binacional, do PTI (Parque Tecnológico Itaipu), da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop) e do SEBRAE. A estas entidades e instituições foram se somando a Unioeste, o Sistema Cooperativo do Paraná, o Show Rural Coopavel e hoje são mais de 60 instituições públicas e privadas que pretendem, a partir dos recursos disponíveis, desenvolver práticas que possam ampliar a agregação de valor às cadeias produtivas ampliando, assim, a capacidade competitiva das empresas, superando, de modo articulado, as fragilidades encontradas ao longo do processo produtivo.

Apesar de se constituir como um Programa que visa planejar e desencadear ações para o desenvolvimento de atividades à nível regional, as ações são propostas à nível municipal levando em consideração as suas características econômicas e sociais, as suas necessidades e potencialidades. Estas ações buscam desencadear práticas que possibilitem ampliar a geração e a agregação de valor à produção, em diferentes segmentos da economia.

O Programa se propõe fundamentalmente, ser um coletivo que analise as condições ou fragilidades para o desenvolvimento regional e que propõe soluções ou alternativas frente as estas questões.

Segundo consta em sua página institucional, o Programa Oeste em Desenvolvimento tem a intenção de propor e incentivar estratégias de desenvolvimento em tecnologias e inovações articuladas às diversas atividades econômicas e que possam atrair novos investimentos, melhorando o ambiente para pequenos negócios e assim promover o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população:

... é uma ação de Governança Regional que busca promover o desenvolvimento econômico da região por meio de um processo participativo, fomentando no território, a cooperação entre os atores, públicos e privados, para o planejamento e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento integrada. (POD, 2019)

Os setores da economia regional que foram selecionados como prioritários pelo Programa no “Fórum” foram os seguintes: material de transporte, turismo, agroalimentar e proteína animal. A mesa diretora na gestão 2017-2018 era composta pelo empresário e conselheiro da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu (ACIFI) Danilo Vendruscolo e pelo diretor da Cooperativa Central Frimesa Elias Zydek.

Entre as defesas realizadas pelas entidades que compõem o POD está a necessidade de investimento na logística de transportes, a qual estaria dependente do modal rodoviário. Defendem a ampliação de ferrovias e hidrovias que diminuiriam o custo final de produção e ampliariam a competitividade dos produtos regionais.

Apesar de inicialmente propor a criação de possibilidades que dinamizem a economia regional, nas ações sugeridas, fica evidente a prioridade estabelecida ao agronegócio e sua organização na região.

As atividades elencadas como referência para demonstrar o potencial econômico da região e a possibilidade de atrair novos investimentos, o destaque está em atividades deste setor, como fica evidente na entrevista dada por Danilo Ventruscolo, seu presidente em 2017, em 2018 e reeleito para os próximos dois anos.

Questionado sobre quais seriam os segmentos produtivos mais expressivos da região Oeste, respondeu:

Podemos nos orgulhar que no Oeste do Paraná aplicamos as melhores tecnologias mundiais na produção de suínos, com inúmeros projetos para termos essa produção sustentável a longo prazo. Outra cadeia produtiva que vem ganhando destaque com potencial extraordinário de crescimento é a produção de peixes. Temos todas as condições favoráveis, como água em abundância, clima e produtores dispostos a investir. O Oeste do Paraná vem se tornando referência na conversão de proteína vegetal em animal. Isto é, agregar valor aos produtos, criando mais empregos e renda na região. Outra cadeia com potencial muito grande de crescimento são as energias renováveis. Temos a capacidade e tecnologia para transformarmos os dejetos das principais cadeias produtivas do Oeste em energia limpa. O produtor rural pode produzir a sua própria energia, de maneira sustentável e autossuficiente. (VENTRUSCULO, 2018)

Quando assumiu a presidência, em 2017, Danilo Vendruscolo definiu como suas prioridades a melhoria na logística e na infraestrutura, bandeiras do agronegócio e das cooperativas. O presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, vem defendendo com muita insistência, a construção de uma nova ferrovia e uma nova política de pedágio nas rodovias.

No seu discurso de posse, o então eleito afirmou que seriam prioridade a sanidade animal, a distribuição de energia elétrica e o apoio às reformas trabalhistas.

As lideranças do POD defendem também que uma das ações deve ser a organização política da região em torno de lideranças que possam representar seus interesses junto ao Estado restrito, tanto a nível local, estadual e federal, não necessariamente ocupando cargos ou exercendo mandatos. A organização do Programa se propõe a ser um importante organismo da sociedade civil com força política para reivindicar junto ao Estado, as demandas dos diferentes segmentos da economia regional como por exemplo: a nova Ferroeste e o novo aeroporto regional.

O Programa representa, portanto mais uma força organizada da sociedade civil, de iniciativa privada, que tem a capacidade de propor e realizar os encaminhamentos necessários aos diferentes segmentos da economia regional.

O desenvolvimento de um projeto econômico regional, permite à classe patronal de origem agrária, não apenas gerenciar as suas propriedades, mas, através das cooperativas, gerenciar a produção. As cooperativas, entendidas aqui como empresas inseridas e articuladas às relações capitalistas de produção,

tornam possível a organização da produção dos seus associados e integrados. Organizam a sua produção e a dos demais, daqueles que na prática, não tem outra opção: associam-se ou integram-se às cooperativas ou ficam “à própria sorte”.

Se o agronegócio brasileiro possui uma forte dependência para com os grandes conglomerados deste segmento da economia mundial, o que se evidencia no Oeste do Paraná, é que, através das cooperativas, a classe patronal rural tem investido fortemente, ainda que com recursos oriundos de financiamentos junto à bancos públicos e privados, no desenvolvimento de ações que possibilitem ampliar o controle sobre toda a cadeia produtiva de cereais e de proteína animal. Busca-se autossuficiência, apesar das limitações que ainda persistem. O fato é que se constituíram como empresas competitivas junto ao mercado internacional, visto que disputam e conquistam mercados em todas as regiões do país e do mundo.

CAPÍTULO 2: A CLASSE PATRONAL RURAL E A FORMAÇÃO DA SUA BASE MATERIAL E CULTURAL NO OESTE DO PARANÁ

Durante o processo inicial da ocupação colonial ibérica nas terras que hoje compreendem à região Oeste do Paraná, os espanhóis criaram o “Guairá” e registraram, já no século XVI, a presença de indígenas Tupi-Guarani e Kaingang.

Segundo afirma Wachowicz (1995), em seu livro *História do Paraná*, foi no Guairá que os padres jesuítas organizaram pela primeira vez o sistema das Reduções ou Missões para catequizar os indígenas. Porém, os missionários da Companhia de Jesus não teriam sido bem recebidos pelos “encomenderos ou colonos espanhóis.

Os jesuítas, segundo o autor, não teriam sido bem recebidos nos povoados criados na região Oeste, Vila Rica del Espirito Santo e Ciudad Real Del Guairá, porque os espanhóis já estariam acostumados a explorar a mão de obra dos índios pelo sistema das *encomiendas* e não viam com bons olhos a presença ali “dos maiores defensores dos direitos indígenas”, visto que isso poderia atrapalhar os seus negócios. Além disso, a partir da instalação das reduções, os indígenas fugiam da *encomienda* e dos bandeirantes paulistas e em grande número buscavam a proteção junto aos jesuítas.

A região era área de exploração de erva mate e a falta de trabalhadores a colocou em decadência até ser destruída pelos bandeirantes paulistas”. A partir de então, o território foi abandonado pelos espanhóis, sendo que não mais se tem outro registro da presença de europeus castelhanos no Guairá.

A colonização portuguesa nesse território também não se efetivou no período seguinte à destruição e abandono das primeiras cidades espanholas e das primeiras experiências de evangelização “pacífica” pelos jesuítas no Guairá²⁶.

²⁶ Considerando a delimitação dessa pesquisa esse assunto não será tratado na tese, porém, a título de sugestão de leitura aos interessados, apresentamos as seguintes obras: MONTROYA, Pe. Antônio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos Religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985; MELIÀ, Bartomeu. *El Guaraní Conquistado y Reducido: ensayos de etnohistoria*. 2. ed., Asunción: CEADUC, 1988.

De acordo com Lucélia Steca e Mariléia Flores em “*História do Paraná: do século XVI à década de 1950*”, a situação não se altera significativamente nem mesmo após o final da guerra contra o Paraguai, ocorrida em 1870, entre o final do século XIX e início do século XX, quando obrages argentinas e a Companhia Inglesa Mate Laranjeira atuavam na região, mediante concessões do governo imperial, novamente extraindo erva mate e demais plantas medicinais nativas.

Essas empresas controlavam a economia da região, e através de seus barcos, também controlavam o acesso de produtos de subsistência e artigos de uso pela população. Além disso, não respeitavam os limites de suas propriedades e não permitiam que os moradores da região explorassem independentemente a erva mate. (STECA; FLORES, 2002, p. 96)

Para enfrentar o problema do não povoamento pelos brasileiros na região, o governo do Império, em 08 de março de 1888, através do seu ministro da guerra, nomeou uma comissão destinada a instalar uma colônia militar em Foz do Iguaçu. Sem sucesso no seu propósito inicial, o povoamento e a produção agrícola de subsistência, a colônia contribuiu para garantir a integração do Oeste do Paraná ao território do Estado e do Brasil, sendo entregue à administração do Estado do Paraná em 1912.

Em 1924, outro evento marcou a história do Oeste do Paraná: O Movimento Tenentista, liderado por militares e que pretendia mudanças na política brasileira marcada por eleições fraudulentas e na forma como as “oligarquias agrárias” principalmente de São Paulo e Minas Gerais se perpetuavam no poder.

O movimento se iniciara em São Paulo, mas logo os tenentes se deslocaram para o Sul do país onde acreditavam receber apoio. Após algumas perdas para as tropas legalistas, dirigiram-se ao Oeste do Paraná, onde tiveram apoio civil de alguns trabalhadores de obrages ali instaladas.

Em setembro de 1924, os revoltosos controlaram os principais povoados do Oeste: Guaíra, Porto Mendes, Porto Britânia, Foz do Iguaçu e Catanduvas onde as tropas legalistas, lideradas pelo General Cândido Rondon, cercaram os revoltosos que se renderam dando fim a campanha tenentista no Paraná. Nascia então a “Coluna Prestes”.

O movimento tenentista e sua passagem pelo Oeste do Paraná tornou públicas as péssimas condições de vida e de trabalho ali existentes, além de denunciar o contrabando e a presença de argentinos e paraguaios explorando recursos naturais da região.

A partir da década de 1940 teve início o processo mais efetivo e permanente de ocupação das terras no Oeste do Paraná por meio de incentivos do governo federal que pretendia integrar, de fato, este território ao Estado nacional através da “Marcha para o Oeste”. Este processo foi estimulado pelo governo federal e viabilizado pelo governo do Estado. A partir daquele momento, foi promovido um grande impulso à “nova colonização” na região, marcada pela ação de empresas colonizadoras que para cá atraíram colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e por questões de disputa e litígio de terras, motivadas por um conturbado e contraditório processo de privatização e apropriação das terras públicas e/ou devolutas.

Para Ângelo Priori e outros em *“História do Paraná: séculos XIX e XX”*, o processo de ocupação da região Oeste do Paraná ocorreu em quatro etapas: A primeira fase seria a da ocupação do território por grupos indígenas, principalmente os Xetá²⁷, os Kaingang e os Guarani; a segunda fase seria a da presença dos padres jesuítas com a instalação das reduções ou missões e na terceira fase o autor destaca a introdução do sistema de obrages entre os territórios de Foz do Iguaçu e Guaíra no período de 1881 e 1930. Estas teriam como objetivo principal a extração da madeira e da erva-mate.

Esse sistema foi desarticulado em 1930 pelo governo do Estado²⁸ que por decreto fez retornar ao seu controle as concessões de terras cedidas a empresas estrangeiras e nacionais que não cumpriram com as determinações legais. Estas terras passaram então a ser comercializadas pelo governo do Estado, dando início às frentes de colonização efetiva, realizadas ou por empresas de colonização ou pelo próprio governo do Estado. A quarta fase, a mais recente, teria ocorrido principalmente pela ação de empresas privadas de colonização que

²⁷ O primeiro contato da sociedade não índia com os Xetá ocorreu apenas na década de 1970 na Serra dos Dourados, em Umuarama, Paraná.

²⁸ Durante o movimento tenentista e com a presença da Coluna Paulista e da Coluna Prestes, entre os anos de 1924/25, as obrages existentes desde Foz do Iguaçu até Guaíra, tiveram um grande revés, em decorrência da própria atuação dos tenentes contra a presença de estrangeiros na região e as práticas de escravidão com os mensus (trabalhadores pobres que eram forçados a trabalhar por dívida, pois havia um sistema de barracão em cada obragem).

teriam atingido maior eficiência do que os projetos de iniciativa do Estado, devido a experiências anteriores e de seus métodos de gestão, dedicando-se às atividades de extração e indústria madeireira e à venda de terras.

Germano Forster em “*A Privatização das terras rurais*”, se preocupou em descrever o processo de regulamentação da propriedade privada da terra, considerando também a sua condução no Paraná, e especificamente na região Oeste.

Segundo Forster, a primeira lei fundiária estadual, em conformidade com a Constituição Federal, foi a Lei de nº. 68, de 20 de dezembro de 1892, seguida pelo seu decreto regulamentador, o Ato nº. 01, de oito de abril de 1893. Já o conceito de terra devoluta apareceu pela primeira vez na legislação brasileira pela Lei nº. 601, de 1850, a qual convencionou-se chamar de “Lei de Terras”.

Em seu artigo 2º, a Lei estadual de nº 68 estabeleceu parâmetros e limites entre terras públicas e privadas ao delimitar a aplicação do conceito de terra devoluta:

Art. 2º. São terras devolutas: § 1º. As que não estiverem aplicadas a algum uso público federal, estadual ou municipal. § 2º. As que não estiverem no domínio particular por título legítimo, nem forem havidas por sesmaria ou outras concessões do Governo, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de mediação, confirmação e cultura. § 3º. As que não constituem sesmarias ou posses que, apesar de incursas em comisso ou não, se fundarem em título legal, forem revalidadas ou legitimadas por esta lei. § 4º. As que fazem parte de concessões feitas pelo Governo Federal, depois de 15 de novembro de 1889, que forem declaradas caducas por falta de cumprimento de qualquer das condições com que foram concedidas. (ITCG, 1892, p. 202)

A partir da legislação que orientou a privatização das terras no Brasil e sua regulamentação no Paraná, o autor demonstrou que muitas vezes a lei foi desconsiderada e a discriminação entre domínio público e privado existia apenas no papel, como no caso do Decreto nº. 10.105, de 1913.

Germano Forster dividiu a colonização do Paraná a partir de sua temporalidade, ou seja:

- Colonização Antiga: no Centro-Sul do território paranaense onde as concessões de terra foram realizadas pelo Estado a partir de 1853. Neste período foi realizado o desmembramento do Paraná da província

de São Paulo, tendo continuidade até 1950. Naquele contexto ficava difícil distinguir os limites entre as terras públicas e devolutas das propriedades particulares sendo que a lei pouco valeu e/ou não foi aplicada e respeitada;

- Colonização Recente: Ocorreu no Norte e Noroeste do Estado durante as décadas de 1930 a 1950 onde a contestação do caráter devoluto das terras pouco foi considerada;
- Colonização Recentíssima: na região Oeste do Paraná entre as décadas de 1940 e 1960, quando a atuação regular de empresas privadas de colonização, segundo Forster, teria sido a exceção.

Neste processo de colonização, a regra teria sido a despublicização da terra mediante a grilagem, o desmando e a usurpação de bens públicos:

Já a realidade das regiões de colonização recentíssima, isto é, a realizada no decorrer dos anos de 1940 e 1950, atingindo o início da década de 1960, na região Oeste do Estado, salvo raras e brilhantes exceções, decorrentes da seriedade e competência de algumas companhias colonizadoras, ou da despublicização das terras mediante títulos estaduais esparsos em cujas áreas os titulares se localizaram e produziram, ou até mesmo da sorte, dita realidade teve como regra geral a confusão, o desmando, a grilagem e todas as outras mais diversas formas de usurpação de bens públicos, dentro do imaginável e do inimaginável anseio ou desespero de alguns ou muitos de se verem apossados ou senhores de alguma porção da rica e última fatia disponível do território estadual. (FORSTER, 2003, p. 130)

Para o autor, essas irregularidades foram motivadas e estimuladas pelo descaso das autoridades federais que deveriam administrar a faixa de fronteira, pela cobiça das autoridades estaduais que pretendiam “sob a aparência de colonizar, enobrecer grupos e amigos governamentais”. (FORSTER, 2003, P. 130)

A fertilidade do solo, a abundância de madeira e o clima da região também teriam motivado essa ocupação que teve como consequência a violência, disputas judiciais e extrajudiciais, ou seja, “o que não seria ou não podia ser resolvido na justiça o seria na bala”. Para demonstrar a gravidade da situação, Forster, fazendo referência aos dados do INCRA, levantados quando da sua

atuação como procurador daquele órgão federal afirma: “Somente para se ter uma ideia do quanto foi necessário intervir na região, basta declinar que, em desapropriações para regularização fundiária, atingiram-se cerca de 1.000.000 de hectares no período de 1961 a 1985”. (FORSTER, 2003, p. 130)

Marion Magalhães em “*Paraná: política e governo*”, afirma que apesar da redemocratização política, com o fim do Estado Novo, não houve alteração significativa na política paranaense. O primeiro governador, Moysés Lupion (1947), foi eleito defendendo um projeto de modernização do Estado, de distribuição de terras e abertura de estradas. No mandato seguinte, a campanha se fundamentou em acusações de corrupção contra o governo Lupion que foi derrotado por Bento Munhoz da Rocha Netto. Porém em 1955, pela coligação PSD, PDC e PTN, Lupion voltou ao governo paranaense “vendendo” a imagem de homem do povo. Neste sentido, a autora destaca que:

Tanto Lupion quanto Bento Munhoz da Rocha Netto buscam evidenciar o surto de progresso dos anos 40 e 50, bem como o novo papel reservado ao Estado na economia nacional. Este surto de desenvolvimento é definido por Bento como um verdadeiro “espetáculo de prosperidade”, capaz de catalisar a confiança dos seus governados, especialmente no que se refere aos órgãos públicos, e de libertar “o Paraná do seu confinamento provinciano”. (MAGALHÃES, 2001, p. 57)

Durante estes períodos, sob a justificativa de “inibir abusos e proteger os interesses dos cidadãos” no processo de colonização realizado por empresas privadas, segundo a autora, os governos tomaram para si a responsabilidade de coordenar a ocupação de novas áreas e de regulamentar as propriedades: Para tanto, segundo a autora, “foram criados a Fundação Paranaense de Imigração e Colonização em 1947 e o Departamento Administrativo do Oeste em 1948, depois transformado em Departamento de Fronteira, ligado diretamente ao Palácio do Governo”.

Marion Magalhães também se referiu ao modo como os governos estaduais que sucederam Lupion e Rocha Netto, ou seja, Ney Braga e Paulo Pimentel, argumentavam que o modelo de propriedade até então priorizado, o minifúndio com os colonos sulistas, não se mostrava mais como o ideal dentro do projeto de desenvolvimento e de modernização da agricultura paranaense. Suas críticas estariam fundamentadas no discurso de que este tipo de ocupação seria

prejudicial “não só pelo tipo de propriedade que gerou, mas também por ter deixado como ‘herança’ inúmeras irregularidades”. Mas a autora chama a atenção que:

Sobre essas irregularidades, é necessário explicar que o governo está se referindo principalmente ao Oeste e Sudoeste. Estas regiões haviam ficado à margem da ocupação territorial, sendo, mais tarde, consideradas, por serem faixa de fronteira, como terras da União, nelas sendo criado, inclusive o Território do Iguaçu. (MAGALHÃES, 2001, p. 73)

A atuação empresarial e política do grupo Lupion, que tinha entre seus acionistas majoritários Moysés Lupion, foi analisada na obra “*A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Estado do Paraná de 1930 a 1980*”, organizada por Ricardo Costa Oliveira, produzida pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e publicada em 2004.

Nesta obra, o propósito é “demonstrar que havia um entendimento, ao menos no período estudado, dentro da fração hegemônica do bloco de poder, sobre os rumos a serem seguidos para o desenvolvimento capitalista no Estado. Estes rumos estavam ligados diretamente aos interesses da fração hegemônica”. (OLIVEIRA; SALLES; KUNHAVALIK, 2004)

A referência à atuação do grupo Lupion no Governo e na economia do Paraná tem sua importância nesta pesquisa uma vez que o Oeste do Paraná foi uma de suas áreas de atuação enquanto empresário e foi durante seus governos que parcela significativa das terras dessa região, inclusive o território que forma o atual município de Cascavel, foram ocupadas e tituladas, sob denúncias de corrupção e favorecimento político, visto que o próprio grupo Lupion, sob a liderança de Moysés, comprou grandes extensões de terra na região.

Os autores (2004, p. 64) destacam que em 1945 ocorreu uma alteração no quadro societário do grupo com o ingresso de outros membros da família quando foi realizada a aquisição de terras na região Oeste do Paraná, no então município de Foz do Iguaçu, no Território do Iguaçu. A área total adquirida na época era de 65.073 hectares, assim distribuídos:

- a) Fazenda São Domingos 32.093 ha. +3.473 ha.;
- b) Piquiri e Andrada 28.465 ha. + 5.575 ha.;

- c) La Paz 2.550 ha. + 550 ha.;
- d) Dois de Maio 200 ha.;
- e) Barro Preto 918 ha. +2050 ha.;
- f) Diamante 200 ha.;
- g) São Francisco 200 ha.;
- h) Porto de Santa Helena 417 ha. + 4 mil m².

Raul Vaz³¹ (1986), em sua obra *Lupion: a verdade*, explica que parte desta área, ou seja, 28.600 alqueires e 1 milhão e 800 mil pinheiros ficavam em Cascavel e formava as fazendas São Domingos, Piquiri e Centralito.

Em 1942, antes mesmo da fundação da empresa *Obras e Melhoramentos Ltda*, o grupo Lupion adquiriu terras no Oeste e Sudoeste do Paraná que, de acordo com os autores, seguiu os mesmos encaminhamentos das empresas colonizadoras que começavam a negociar, principalmente no Oeste: “Da mesma forma que as companhias colonizadoras adquiriram amplas extensões de terras das antigas obrages, atuara o Grupo Lupion, que comprara as terras pertencentes ao obragero Domingos Barthe”. (OLIVEIRA; SALLES; KUNHAVALIK, 2004)

Domingos Barthe, era um obragero argentino, que adquiriu do governo do Estado do Paraná, uma gleba de 10.000 hectares e o direito de explorar erva mate no vale do Rio da Paz e no Rio Tormentas, terras que compõem hoje o município de Cascavel.

A colonização mais efetiva desta área foi desencadeada a partir do final da década de 1950 quando, segundo dados do IBGE, Cascavel contava com 4.411 moradores.

Este número reduzido pode não representar a população total de Cascavel na época, considerando-se as condições em que foi realizado o Censo e o fato de que muitas famílias estavam em locais dispersos e de difícil acesso. Mas o censo populacional de 1960 já registrava 39.598 e em 1970 a população total do município já somava 89.959. Em 2010, Cascavel registrava mais de 300 mil habitantes considerando sua população urbana e rural, como pode ser observado na tabela 03.

³¹ Raul Vaz foi amigo e advogado de Moisés Lupion. Foi secretário da Justiça e do Interior. Presidiu o Tribunal de Contas durante 15 anos. Autor do livro “Lupion: a verdade” onde defende o ex-governador de acusações que segundo Vaz seriam injustas e caluniosas.

Tabela 03: Média percentual, por década, do crescimento populacional no município de Cascavel - 1950 a 2018

ANO	População	Crescimento (%) em relação período anterior
1950	4.411	-
1960	39.598	797,71
1970	89.921	127,08
1980	163.459	81,78
1991	192.990	18,07
2000	245.369	27,14
2010	286.172	16,63
2017	319.608 (estimada)	11,68

Fonte: IBGE – Anuários Estatísticos e Censos Demográficos. (Tabela organizada pela autora)

Os dados acima demonstram o acelerado processo de povoamento pelo qual passou o recém-criado município de Cascavel. Na década de 1950, a média anual de crescimento foi de 79,77%. Na década seguinte, o crescimento médio foi de 12,70% ao ano, ainda estimulado pelo processo de colonização em andamento.

Conforme o relatório “*Vários Paranás – o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades*”, publicado em 2008 pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, a partir de 1950, a abertura de estradas favoreceu o deslocamento populacional para a região e a efetivação do processo colonizador. Neste sentido teve papel importante o Departamento Administrativo do Oeste e a partir da década de 1960 passou a ocorrer um significativo crescimento populacional, consolidando o processo de colonização do então município de Cascavel.

2.1 - O DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO OESTE

O Departamento Administrativo do Oeste (DAO) foi criado pelo governo do Estado do Paraná, pela Lei Estadual nº. 4, de 25 de outubro de 1948, durante o governo de Moysés Lupion, conforme pode ser observado no anexo A, cuja cópia foi disponibilizada pelo Arquivo Público do Paraná.

A referida Lei, no seu artigo 6º (1948), determinava ao Conselho Técnico a atribuição de encaminhar sugestões ao governador do Estado sobre a constituição do Departamento. O quadro de pessoal seria organizado conforme necessidade do plano a ser executado e deveria “ser integrado com pessoal extranumerário ou requisitado nos quadros do funcionalismo do Estado”. (DAO, 1948, p.2)

Aos municípios que compunham o Departamento caberia a atribuição de expor os seus problemas e apresentar seus planos municipais, acompanhados de documentos que os tornassem compreensíveis. Os documentos que deveriam acompanhar os planos eram “plantas, levantamentos, dados estatísticos e outros” (Art.7º), que embasariam o Conselho Técnico na elaboração de “um plano geral para a região e um plano para a respectiva execução em dois anos, ouvindo os órgãos técnicos especializados do Estado e com assistência permanente dos municípios interessados” (Art.7º). A aprovação do plano geral, em última instância, seria submetida ao governador.

Os planos teriam caráter bienal e quando fossem concluídos, novo plano bienal deveria ser elaborado e encaminhado para avaliação do governador do Estado. Após a sua aprovação, o DAO deveria assumir a responsabilidade de sua execução, sempre sob a fiscalização da Secretaria de Estado a qual estava submetido o projeto.

Os planos anuais do Departamento deveriam ser acompanhados por um orçamento financeiro, sendo que os valores liberados seriam creditados em uma conta especial, aberta no Banco do Estado do Paraná, na agência de Ponta Grossa, em favor do DAO, tendo esse banco, via concorrência pública, autonomia para contratar obras e serviços.

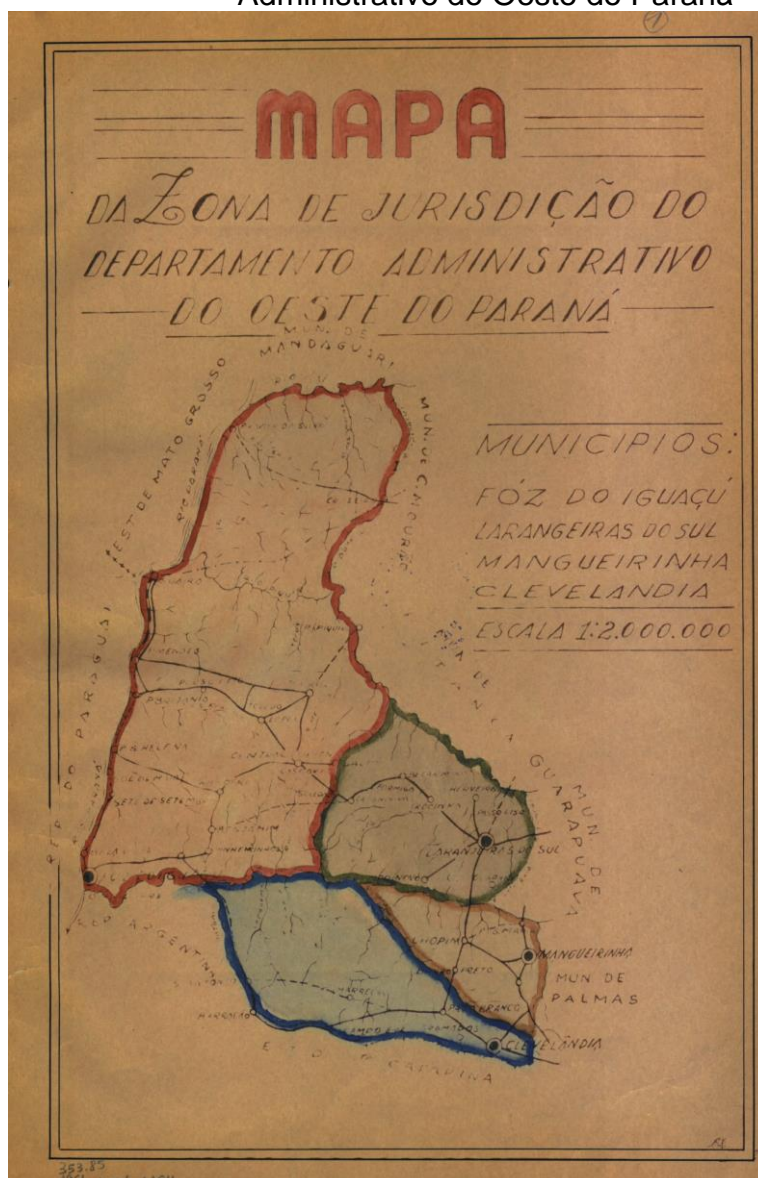
As ações se davam regionalmente, mas o planejamento e a sua administração estavam centralizados em Curitiba.

A comunicação entre as sedes administrativas e a Direção Geral do Departamento em Curitiba era realizada, geralmente, através de carta registrada, telegramas e do serviço de rádio telegráfico do governo do Estado do Paraná.

Ao administrador regional cabia a responsabilidade de contratar os “feitores” e os “operários” para execução das obras, bem como organizar a documentação e realizar os pagamentos, prestando contas mensalmente ao diretor geral do DAO, com sede em Curitiba.

Sua sede administrativa foi instalada no município de Laranjeiras do Sul com jurisdição nos municípios de Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu, ao qual pertencia Cascavel, e os municípios de Clevelândia e Mangueirinha, conforme o mapa 4³⁵. A partir do ano de 1954, o DAO passou a ser denominado como Departamento de Fronteiras, com subdelegacias nos municípios que estavam sendo criados.

Mapa 4: Zona de jurisdição do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná



Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

³⁵ O mapa aqui reproduzido consta em relatório apresentado ao então governador do Estado do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto sobre o Departamento Administrativo do Oeste e está disponível no Arquivo Público do Paraná, em Curitiba.

O Departamento Administrativo do Oeste teve a função de executar o plano de desenvolvimento geral da região. Suas atividades seriam dirigidas por um diretor nomeado pelo governador do Estado em conjunto com um Conselho Técnico, composto por representantes das secretarias de Estado (na qualidade de assessores técnicos do Departamento) e um representante da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização. Todos os órgãos técnicos da Administração do Estado seriam, de acordo com a Lei, considerados seus órgãos consultivos.

Dentre as atividades executadas pelo DAO em Cascavel podem ser citadas:

- Construção da estrada Cascavel - Porto Piquiri (1952).
- Conservação da estrada Cascavel – Foz do Iguaçu (1952).
- Edificação de escolas.
- Construção de Cadeias.

As escolas e cadeias construídas seguiam uma planta padrão estabelecida pelos técnicos do Departamento e para sua construção eram contratados grupos de trabalhadores locais ou que eram deslocados com esta finalidade. A imagem no anexo A registra o modelo de cadeias edificadas pelo DAO na região.

A construção de estradas era coordenada por um “feitor”³⁷ contratado para administrar “as turmas” que eram nomeadas de acordo com sua área de atuação. Os feitores, por sua vez, deveriam prestar contas de seus subordinados ao Fiscal Geral das Estradas do DAO, relatando o andamento das obras e o comportamento das turmas, averiguando e apontando possíveis irregularidades, como aquela que foi apresentada no relato de 6 de setembro de 1952, onde o fiscal geral de estradas do DAO informava ao diretor do escritório de Chopinzinho que:

Deixo de mandar a folha de pagamento da 2ª turma, Chopinzinho a Porto Santa Maria, administrado pelo Feitor Agenor F. de Moraes, por desconfiar do mesmo ter apontado operários a mais. Na inspeção que fiz em setembro não achei o Feitor e nem todos os operários marcados em folha. Imediatamente farei um rigoroso

³⁷ Feitor era o cargo atribuído ao funcionário responsável por administrar, supervisionar e relatar às autoridades superiores, a realização de atividades desempenhas pelos grupos de trabalho em uma determinada obra ou região. Ver anexo 03.

inquérito, a fim de averiguar, comunicando em seguida ao departamento. (DAO, 1953)

Por haver vários outros registros sobre listas de trabalhadores com atraso no pagamento de serviços e benefícios percebe-se que “as turmas”, nem sempre tinham seus direitos respeitados. Os serviços eram contratados e, por vezes, após a execução dos trabalhos, iniciava-se o processo de “tentar receber pela obra realizada”, o que poderia demorar meses, como pode ser verificado na solicitação de pagamento por serviços prestados que foi realizada pelo administrador de Foz do Iguaçu, transcrita abaixo, quando solicitou, “sendo de Justiça”, em nome de:

Antonio Paim Soares, empleiteiro desse Departamento, tendo concluído sua empleitada entre a estrada velha de Foz do Iguaçu, a Cascavel ligando essa estrada até o rio Iguaçu, da estrada que liga Foz do Iguaçu Santo Antônio, com um total de 16,5 KM de estradas, e tendo concluído 5 pontes no total de 49 metros. Vem mui respeitosamente requerer a V. Excia se digne a mandar pagar a importância de Cr\$ 289.000,00, correspondente aos trabalhos executados de acordo com seu contrato em vigor, e entregues ao Sr. Engº Fiscal desse Departamento (DAO, 1952)

Fotografia 1- Requerimento endereçado ao DAO – 1952



Fonte: Arquivo Público do Estado do Paraná.

Atrasos no pagamento de serviços prestados parecem ter sido um problema recorrente. Vários telegramas e cartas registradas que fazem parte do acervo do DAO referem-se a esta questão. Um exemplo é o telegrama que havia sido enviado por Valdomiro Kostek a Estevan Ribeiro de Souza Netto, do Departamento de Obras, no qual informava que “operários acham-se situação miséria motivo não receberam a oito meses seus vencimentos solicitamos vossas urgentes providencias”. (KOSTEK, 1952)

Outra mensagem de 19/02/1953, enviada através do serviço rádio telegráfico por Haroldo Mendes, fiscal de estradas, e endereçada ao diretor em Curitiba e transcrito aqui, informava que:

Nº 2/53 pt levo vosso conhecimento fornecedor João Miotto de Cascavel cortou fornecimento turma Benjamin vg conforme comunicação telegráfica feitor Pedro Monteiro vg solicito suas urgentes providencias sentido serem pagos vencimentos em atrazo vg caso contrário todas turmas suspendem serviços fim mês. Vg insistência grande por parte snrs vg fornecedores embora garantimos pagamento vg estou me dirigindo snr. João Miotto solicitando fornecer ao menos até fim mês PT. (MENDES, 1953)

Fotografia 2 - Mensagem enviada ao DAO – 1953

Arquivo - 23
19/02/53
Haroldo Mendes

Serviço Rádio Telegráfico
- DA -
Chefe de Polícia do Estado do Paraná

De ... de ... N.º 7 P.º 88 Dt. 19/2 Hrs. 10:00 VISTO

RECEBIDO: 2/53-4
De ... Hrs. ...
Por ... J.P.

REMITENTE: Dr. Estevan Ribeiro de Souza Netto
DD. Diretor D.A.O. Comendador Mucio 131
Ctba.

Em ...
Haroldo Mendes

(INDICAÇÃO DE SERVIÇO)

Nº 2/53 pt levo vosso conhecimento fornecedor João Miotto de Cascavel cortou fornecimento turma Benjamin vg conforme comunicação telegráfica feitor Pedro Monteiro vg solicito suas urgentes providencias sentido serem pagos vencimentos em atrazo vg caso contrário todas turmas suspendem serviços fim mês. Vg insistência grande por parte snrs vg fornecedores embora garantimos pagamento vg estou me dirigindo snr. João Miotto solicitando fornecer ao menos até fim mês pt.

Atenciosas Saúds
Haroldo Mendes - Fiscal de Estradas

TEXTOS E ASSINATURA

23 FEB 53
Nº 125

Fonte: Arquivo Público do Paraná.

O feitor Humberto Alves Krassusk, de Cascavel, também solicitava informação sobre o não recebimento de seus vencimentos há seis meses.

Outra mensagem enviada pelo superintendente de Guaíra, Álvaro Monteiro, em 03/03/1953, ao Diretor do DAO em Curitiba, Estevan Ribeiro Souza Netto, informava que era “impossível continuar aguardando mais tempo pagamento pessoal conserva estradas rodagens PT encareço urgente solução PT saudações” (MONTEIRO,1953)

Fotografia 3 – Telegrama 291 – DAO – 1953

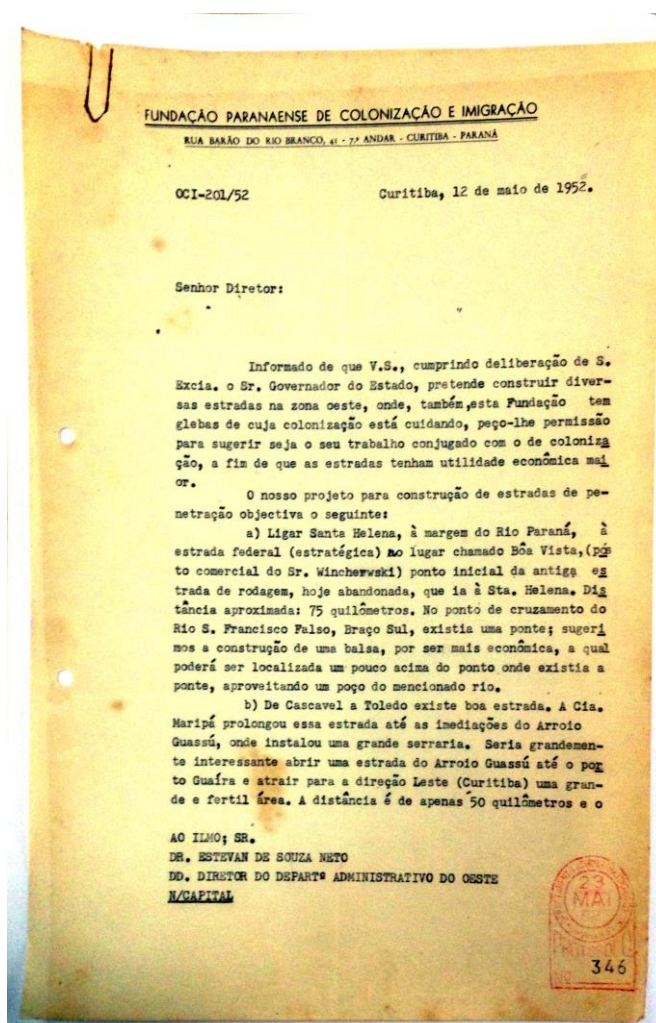
Serviço Rádio Telegráfico do Governo do Estado do Paraná		CARIMBO
DE <u>GUAIRA</u> NR. <u>291 PLS 35 DT 3 / 3 / 53</u> HRS. <u>10,00</u>		
RECIBO	DESTINATARIO	VISTO
Prefixo <u>EPT-7</u>	NOME <u>DR SOUZA NETTO</u>	Em
Horas <u>11,00</u>	RUA <u>DO DIRETOR DO DEPT ADM. DO OESTE</u>	<i>[Assinatura]</i>
Data <u>5 / 3 / 53</u>	CIDADE <u>CURITIBA</u> EST. <u>PR</u>	Chale Cass Miller
Por <u>PQ/IVO</u>		
TEXTO E ASSINATURA		
NÚMERO.		
IMPOSSIVEL CONTINUAR AGUARDANDO MAIS TEMPO PAGAMENTO PESSOAL CONSERVA ESTRADAS RODAGENS PT ENCAREÇO URGENTE SOLUÇÃO PT		
SAUDAÇÕES		
ALVARO MONTEIRO		
SUPERINTENDENTE		

Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Os documentos analisados permitem concluir que as condições às quais eram expostos os trabalhadores nas obras de responsabilidade do DAO, eram extremamente precárias, não apenas pelo atraso no envio dos pagamentos e provisões, mas também com relação a alojamentos e condições de trabalho. Além disso, as denúncias indicam que havia fatores que manipulavam dados relativos ao número de funcionários contratados a fim de conseguirem benefício financeiro próprio.

Apesar das limitações, gestão conturbada e precarização do trabalho há que se considerar que o Departamento procurou viabilizar condições para o projeto do Governo do Estado em construir uma infraestrutura mínima, o que estimulou e contribuiu para a ocupação do Oeste do Paraná a partir da década de 1950 e depois, quando a extração da madeira e o cultivo da terra passaram a merecer atenção.

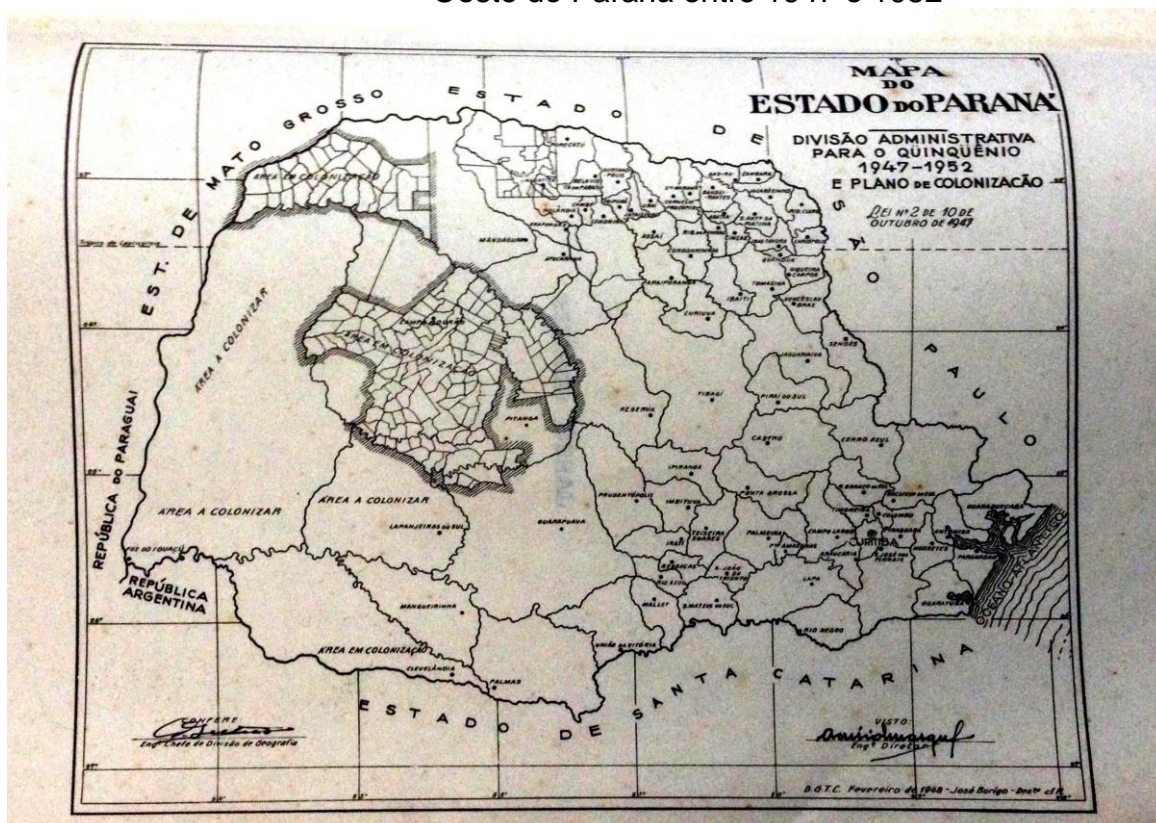
Fotografia 4 – OCI- 201 - Solicitação endereçada ao DAO – 1952.



Fonte: Arquivo Público do Paraná.

Havia por parte do governo do Estado um plano de colonização que tinha por objetivo integrar efetivamente o Oeste do Paraná ao território nacional. O mapa abaixo demonstra esta preocupação e a visão sobre o que era o Oeste naquele momento: uma região em fase de colonização e a ser colonizada.

Fotografia 5- Mapa do Estado do Paraná sobre o plano de colonização do Oeste do Paraná entre 1947 e 1952



Fonte: Arquivo Público do Paraná

A região Oeste foi a última fronteira do Estado a ser colonizada e ocupada pela atividade agrícola. Ainda em paralelo à extração de erva mate e madeira, teve início o desenvolvimento da agropecuária para subsistência e voltada para o mercado consumidor local e regional, onde a produção de milho e trigo e a criação de suínos merece referência conforme demonstrou o estudo sobre “Os vários Paranás”, do IPARDES. Nele se destaca que, desde o início da colonização da região que atualmente integra Cascavel e entorno, especialmente após a retirada da madeira, apesar do desenvolvimento de uma agricultura de subsistência, houve o desenvolvimento predominante de uma agricultura voltada ao mercado. “Não se trata, portanto, de produtores rurais de subsistência e, sim,

de produtores inseridos e/ou conhecedores da lógica do mercado” (IPARDES, 2008)

A historiografia regional destaca que a colonização foi realizada principalmente por migrantes sulistas, rio-grandenses e catarinenses, descendentes de antigos imigrantes europeus de origem italiana e alemã. Estes migrantes para cá se deslocaram, motivados pelas condições favoráveis à prática da agricultura de base familiar, adquirindo pequenas propriedades, às quais lhes era possível ter acesso.

Esta é uma visão generalista que não leva em consideração as especificidades de cada processo de colonização, do perfil das empresas imobiliárias de terra e mesmo do perfil das pessoas e das famílias de maior influência que chegavam, além das circunstâncias acerca da condição jurídica das áreas e dos grupos empresariais e seus interesses econômicos: grilagem de terras, expropriação, as violências praticadas contra posseiros antigos e povos indígenas, o extrativismo da madeira e a especulação com a venda de lotes de terras e a apropriação de grandes áreas de terra.

Na ocupação de Cascavel outro elemento é peculiar. Muitos trabalhadores foram trazidos de outras regiões do Brasil como São Paulo e Minas Gerais para trabalharem na “abertura do terreno”. Eram trazidos em caminhões que transportavam a madeira para aqueles Estados e no seu retorno carregavam as suas mudanças.

A exploração da madeira, atividade de importância temporária, visto que extrativa, abriu caminho e financiou a efetiva ocupação da terra que se dará através da produção agropecuária. O trabalho era realizado pelos migrantes sulistas que para cá se dirigiam e por estes trabalhadores trazidos de outras regiões. A estes cabiam prioritariamente o trabalho de derrubada das matas e abertura das áreas para o cultivo.

Estes sujeitos, praticamente apagados da historiografia regional/local, tiveram papel significativo no seu processo de povoamento e desenvolvimento econômico, bem como na formação sociocultural da região.

Euclides Formigheri, agropecuarista e um dos primeiros grandes proprietários rurais de Cascavel, responsável pela “abertura” de grandes áreas de pinheiros, iniciou suas atividades no ramo madeireiro e foi presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná entre 1992 e 1996. Em uma narrativa

simbólica, cuja citação requer um trecho longo, explicou que antes da chegada destes trabalhadores, havia pouca mão de obra disponível, uma vez que a grande maioria dos moradores atuava em suas áreas de cultivo e ainda na criação de porcos:

A atividade principal aqui era... primeiro foram os safrista... era aquele cidadão que derrubava o mato e plantava o milho. Você sabe que no ano 1964 aqui não tinha peão pra trabalhar. Eram muito pouco os peões que tinha. Era mais os proprietários. (FORMIGHERI, 2009)

Os safristas a quem se refere Formigheri, eram posseiros ou pequeno proprietários, que cultivavam o milho e criavam porcos. Trouxeram consigo alguns animais de seus locais de origem e já haviam formado um rebanho para ser comercializado ou então, compravam leitões ou porcos magros na região, engordavam e os revendiam. Com isso conseguiam manter minimamente a subsistência de sua família e até conseguiam uma renda extra que por vezes era investida na aquisição de lotes de terra. Como eram autônomos, não se dispunham a trabalhar na derrubada do mato e abertura de novas áreas. Não estavam disponíveis para serem “peões”.

Enquanto os funcionários das serrarias eram trazidos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a derrubada do mato foi tarefa desenvolvida principalmente pelos trabalhadores trazidos de outras regiões do Paraná e do Brasil.

Esta foi também, a solução encontrada por Euclides Formigheri. Em entrevista concedida à autora em 2009 ele explicou como estas ações eram organizadas:

Eu trouxe 54 famílias de Itajubá, MG, tudo de cor, tudo preto. ... uns cara trabalhador barbaridade, uns cara que vieram pra trabalhá, pra planta milho e isso e aquilo. E eu com uma dificuldade tremenda de peão pra trabalha. Aí eu falei com um deles e ele veio aqui no escritório e eu digo:

– Você não arruma uns peão lá pra mim?

Daí ele disse: “Arrumo, seu Euclides”.

_ Eu mando 2 caminhão lá daí você manda as mudança. Porque nós trazíamos de Santa Catarina pra cá. Porque quando vinha 3 mudança, que o nosso pessoal de serraria veio tudo de Santa Catarina, 3 mudança já dava bronca, tinha que vim 2 mudança em cada caminhão.

Daí eu pensei: – Mando dois caminhão lá pra Minas, vem 5 mudança em cada caminhão, porque eles são menos favorecido e tal.

Aí marquei com ele e eu mandava madeira pra São Paulo que eu tinha depósito. Aí passado uns dias ele manda um telegrama: mande caminhões, pessoal arrumado.

Aí eu mandei madeira pra São Paulo e mandei os 2 caminhões.

Menina do céu. Quando veio o primeiro caminhão, que era menor, veio 22 mudança, veio 22 famílias!

Não tinham nada, nada, nada.

Daí meu mano tava ali, ficou apavorado. Veio um homem, um cara novo, casado, novinho e uma criança no colo. Aí ele começou a arruma, vamo dizer, 2 parente, 3 parente pra por num barraco, pra fica junto.

Daí eu disse: – Então, arruma tuas coisa. E ele disse: minhas coisa tão arrumada. Um saquinho com o tamanho de um balde e dando água com açúcar pra criancinha. (FORMIGHERI, 2009)

O que fica evidente na fala de Formigheri é a completa miséria (menos favorecidos) na qual chegam os trabalhadores e suas famílias: apenas com a roupa do corpo, os filhos e uma trouxinha com pertences pessoais.

Ele cita também que estes “peões” vinham com vontade de trabalhar e eram pouco exigentes quanto às condições, diferentemente dos operários das serrarias que vinham de Santa Catarina. Fato é que aqueles, pouca ou nenhuma opção tinham, devido ao extremo nível de dependência em que se encontravam. Além do mais, haviam sido trazidos nos caminhões da empresa de quem os estava recepcionando.

As condições precárias em que chegavam, de imediato não eram transformadas. Os trabalhadores eram reunidos por famílias e alojados em barracos, sem infraestrutura alguma. Mas vale destacar como eram encaminhadas as soluções diante daquela situação e que quem o fazia era o dono da terra:

Aí compramos rede, compramos chapa pra fazer fogo e aquilo era frio, era mês de maio e eles de Minas.

E o outro caminhão vindo também com mais 20 e tantas família. Mas daí deu pra nós arruma já. Ajeitamos tal e coisa e, tudo de cor.

Aí tinha um tal de Norato que era o mais velho e nós não tava preparado pra aquilo e levamos ferramenta, levamos foice e todo aquele negócio todo pra eles poderem trabalhar.

– E, oh Norato! toma conta desse povo né? Você fica de capataz né?

E tinha muita abóbora, muita moranga. Aí nós já demos alimentação, nós tínhamos feijão, arroz nosso, já levamos, descascamos e tratamos do pessoal.

E daí quando fomos dar uma acertadinha de conta no fim do mês daí eles já tinham tudo acertadinho: – Fulano pego uma moranga, fulano pego duas moranga.

Aí eles pediram licença pra matar tatu, porque tinha muito tatu na fazenda. Daí eles pegaram, mataram aqueles tatus e foram colocando tudo a casca dos tatus em cima dos palanque pra não entrar água.

Pra encurtar a história, eu nunca tive tanta gente trabalhando. Eram 40 e poucas famílias, e aquela negrada, tudo preto.

E aí quando chegou no mês de agosto ou de setembro, eu dei arroz em casca pra eles plantarem, feijão pra eles plantarem. Se bem que eles trouxeram aquele feijão deles lá que tira a vagenzinha. E dei feijão, dei arroz pra eles plantarem, abóbora, moranga para eles plantarem. (FORMIGHERI, 2009)

Quando Euclides Formigheri faz questão de destacar que os trabalhadores que chegavam eram pretos, é importante lembrar que a sua fala se dá nos dias de hoje sobre um passado onde as questões raciais encontravam-se em outras condições. Salientar que eram negros sugere que o agropecuarista busca demonstrar que “ele deu condições de trabalho para os mesmos”, não os discriminou. Mas, ao mesmo tempo, por destacar a cor/raça demonstra que este é um de seus critérios de avaliação, assim como quando destaca que eram muito trabalhadores. Parece-lhe causar estranhamento o fato de que “a negrada ou “os pretos” pudessem ser dedicados ao trabalho, organizados e ainda honestos (“tinham tudo anotado”).

Na fala de Formigheri está explicitada também uma relação de dependência do trabalhador para com o proprietário da terra. O endividamento. O dono da terra viabiliza o transporte, fornece semente, instrumentos de trabalho e alimentos que eram “acertados no fim do mês”, fazendo questão de identificar estas ações como expressão da sua bondade e de como tratava bem todas as pessoas.

E daí esse seu Norato veio fala comigo. Daí tirô o chapéu e disse:

– “Ô Seu Euclides, o senhor permite eu falar com o senhor?”

E eu respondi: – “Mas claro!”. Ele era o capataz e eu sempre tratei todo mundo bem e ele falou: – “O senhor quer que a gente faça um serviço de ‘branco’? Eu queria que o senhor me desse autorização de eu fazer um serviço de ‘preto’.” E ele era preto.

Ele queria dizer um serviço que não ficasse bonito.

E eu disse: – “Pois não, Norato, como é que é?”.

E o Norato: – “O senhor é um homem muito bom pra nós, e o senhor é isso e o senhor é aquilo, mas o senhor não tem muita experiência. O senhor corta um fumo “brabo”, vem 3 galhos, o senhor corta outra vez e vem 5, cada vez fica pior, porque o senhor corta em baixo, se eu fizer o serviço de preto, corto tudo logo em baixo, daí é uma vez só porque daí entra água e seca tudo aquilo.”.

E eu disse: – “Faça Norato.”. Mas porque eu tinha muito serviço. Aí ele entrô com aquela negada e fez tudo. (FORMIGHERI, 2009)

A habilidade administrativa de Euclides Formigheri fica evidente quando observamos que ele delega a um dos líderes dos trabalhadores o papel de interlocutor e coordenador dos serviços a serem realizados. Considera oportuno, inclusive que o trabalho fosse realizado de acordo com o costume dos “peões”, na mesma medida em que faz questão de demonstrar o quanto o capataz o respeita, (Daí tirô o chapéu e disse: – Ô Seu Euclides, o senhor permite eu falar com o senhor?). Também reforça que naquele momento, apesar das dificuldades enfrentadas, as relações eram de colaboração e de valorização do trabalho e que se em Minas Gerais as condições eram precárias, aqui, em poucos meses, a sua vida estava melhorando, graças a sua interferência, trazendo-os para cá.

E na época eu fazia muita pecuária, pagava pra eles derrubarem, daí eles plantavam e eu dava pra eles plantar.

Quando chegô no mês de novembro, os preto já tinha feijão à vontade, arroz à vontade, milho verde, já estavam abastecidos e guardando tudo.

Eu dei pro cara lá fazer um armazém.

E eles estavam ganhando bem. Lá em Minas eles ganhavam 2 *reais* por dia. Aqui pagava 12. E eles economizando.

Aí eles chegavam lá no armazém e o cara matava porco. “Graxa de porco e farinha”; era o bolinho de graxa. Eles queriam a banha do porco. Aquela papada do porco. Matava quase 5 porco, todo fim de semana se abasteciam lá e comiam tudo aquilo. (FORMIGHERI, 2009)

Esta compreensão sobre os sujeitos envolvidos no processo produtivo: o patrão, que na sua bondade presta ajuda ao empregado pobre a fim de que possa melhorar suas condições de vida, marcam fortemente o discurso atual sobre o passado. Não está presente a compreensão do trabalho como produtor de riqueza e a sua exploração como fator de acumulação de capital.

Como será discutido no capítulo 4, esta interpretação ainda permanece. Quando a Coopavel faz o cálculo do custo de produção de determinado cereal,

considera como despesas, todas as variáveis, com exceção do trabalho dos associados ou de seus funcionários.

Enquanto em algumas regiões o processo de colonização foi coordenado e organizado por empresas colonizadoras, as terras que compõem, hoje, o município de Cascavel, passaram por um processo de ocupação diferenciado, reconhecido na historiografia regional como “ocupação espontânea” e a formação do município, a partir de sua emancipação de Foz do Iguaçu, foi coordenada pela classe vinculada à propriedade da terra (proprietários de grandes áreas rurais) o que favoreceu o surgimento de lideranças políticas oriundas desta fração de classe agrária.

2.2 - MEMÓRIAS EM DISPUTA: DA POSSE À PROPRIEDADE E A “TRADIÇÃO PACIFICADORA NO CAMPO”

A atuação das empresas privadas de colonização e do governo do Estado na ocupação das terras no Oeste do Paraná impulsionou a vinda de migrantes, principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com o objetivo de aqui se instalarem e construírem sua vida.

Visto serem estas terras consideradas devolutas, a nova forma de ocupação em grande parte se deu pelas práticas da grilagem e abertura ou demarcação de áreas de posses, que seriam futuramente tituladas junto às instituições e Órgãos responsáveis. Estas titulações foram marcadas, via de regra, por fraudes, coações e favorecimento político partidário, fundamentalmente àquelas áreas griladas.

Esse processo também incentivou e facilitou a organização de uma estrutura fundiária baseada em grandes propriedades, contrastando com o estabelecido nas áreas onde predominou a compra da propriedade.

Considerando que, na prática, essas terras estavam disponíveis para quem tivesse condições de se apossar ou se apoderar delas, ocorreu o estímulo às fraudes e grilagens de terras, prevalecendo, em muitos casos, a disputa para além de ações na esfera da lei.

Terras ocupadas com posseiros antigos ou mesmo recentes poderiam atrapalhar os negócios do setor madeireiro que para cá se deslocava a fim de explorar os pinheirais e garantir a propriedade da terra. Retirá-los, pela compra da

posse ou pela pressão ou atos de violência (desintrusão), era fundamental para garantir que a área não “pertencesse a ninguém”, pois isso facilitava a sua titulação e ou regularização fundiária.

A definição do direito de propriedade, portanto, ocorreu em meio a disputas, jogos de interesses, ilegalidades e favorecimentos políticos, por vezes realizados pelo próprio governo do Estado – sob a vontade do governador e seus consortes –, que na ânsia de “regularizar as propriedades”, titulou-as sem critérios claros e sem sequer respeitar a legislação em vigor, o que promoveu, anos mais tarde, disputas judiciais, algumas não concluídas até hoje.

Apesar dos impasses, dos conflitos e das irregularidades ainda pendentes na estrutura fundiária de Cascavel e entorno, a historiografia tradicional tem apresentado este processo de grilagem (privada ou amparada por autoridades do Estado) como “um problema do passado” já resolvido pelos órgãos competentes sendo, portanto, desnecessário e ilegítimo colocar o tema em pauta.

Essa mesma historiografia refere-se aos anos iniciais da colonização de Cascavel como um período “sem lei” onde a ausência do Estado permitia a ação ilegal de grileiros, posseiros e jagunços.

Alceu Sperança, pesquisador e escritor sobre a história de Cascavel, referenda em seus livros a afirmação de que a ocupação deste território não foi um processo planejado e organizado como teria ocorrido no restante da região Oeste.

Segundo o autor, a colonização de Cascavel e entorno foi marcada por conflitos e disputas de terra entre posseiros e grileiros profissionais, a serviço de empresas imobiliárias de fachada. Estes conflitos teriam sua origem na ausência do Estado ou na sua ineficiência e na corrupção individualizada de seus agentes, fazendo com que a ação de aventureiros se confundisse com as verdadeiras (ou honestas) empresas colonizadoras que enfrentavam dificuldades para gerir seus negócios em meio às irregularidades.

Mas, o que se pode observar é que o Estado e suas instituições, naquele contexto, se configurava como um espaço de poder com formato de classe, incrustado a nível estadual e local pelo domínio de madeireiros e especuladores de terra, que a partir de seu aparato ou de seus órgãos reguladores e repressores garantiu a legalização da terra para uns e não para outros.

Vander Piaia (2013,) na obra: *Terra, sangue e ambição – a gênese de Cascavel*, quanto aos sujeitos envolvidos nos conflitos pela posse da terra, faz referência a “posseiros, pistoleiros, grileiros e intrusos” como os “agentes da violência”.

Sobre a ação de grileiros, que seria facilitada pela ausência do Estado e da lei, estes faziam valer a regra do “quem pode mais, chora menos”. Enquanto isso, aos posseiros caberia a escolha do “caminho mais simples e de fácil operacionalização, ou seja, venderem suas posses por valores sempre inferiores ao valor real”.

Vander Piaia, ao se referir aos grileiros e sua relação com os posseiros de terra, mantendo uma abordagem exclusivamente individualizada, de caráter psicológico e moral às avessas, destaca que:

Para aquelas pessoas que se dispuseram a obter um quinhão de terras por meio da grilagem, os limites morais de suas atitudes se revelaram extremamente dilatados. Se os moradores mais antigos não haviam pagado pela terra, porque eles haveriam de pagar. (PIAIA, 2013, p.193)

O autor, em sua análise sobre as questões vinculadas aos conflitos gerados pelas disputas em torno da posse da terra, novamente toma partido em relação à uma determinada visão sobre o passado, tangenciando a questão agrária sob o enfoque das práticas de desintrusão, lembrando que este é um “assunto espinhoso” envolvendo interesses e memórias que se deseja deixar no passado.

O estudo acerca deste processo encontra uma série de dificuldades uma vez que os arquivos oficiais foram destruídos, tanto nos incêndios da Prefeitura Municipal, quanto do Fórum em 1968, e pelo insignificante registro feito em outros espaços como jornais, por exemplo. Todavia, isso se refere somente aos aspectos da indisponibilidade ou perda de fontes por motivo dos incêndios motivados e silenciamentos voluntários de empresas de jornais.

Vander Piaia destaca que essa ausência de registro pode ser notada inclusive nas atas de reuniões da Câmara de Vereadores, demonstrando o “não comprometimento do poder público municipal com uma situação que extrapolava a sua alçada”, com exceção das denúncias feitas pelo vereador Alcyr Silva em

1957. Mas Vander Piaia afirma também que esse silenciamento se deve a outros fatores:

De outro modo, assinalava também que a violência existente não era totalmente externa aos interesses dos representantes públicos, que percebiam no afloramento dos debates no púlpito municipal uma situação no mínimo desconfortável. A violência perpetrada ao longo dos anos de 1950 e 1960 correspondeu de algum modo aos interesses também de homens públicos. (PIAIA, 2013, p. 195)

Na obra acima citada, Vander Piaia dedica um capítulo ao processo de regulamentação da questão fundiária em Cascavel, sob o título “enfim, a lei”, referindo-se ao início da década de 1960 quando, segundo ele, a presença do Estado como mediador de conflitos teria sido fundamental.

Em 1961, quando o governador do Estado Ney Braga enviou para a região de Cascavel o delegado especial João Rodrigues da Silva com a missão de prender jagunços e posseiros, coordenando o que na historiografia local se convencionou registrar como “a pacificação do campo”, ter-se-ia iniciado o fim de um período “sem lei e sem autoridades em Cascavel.

Sobre esta “pacificação” que ocorreu em paralelo ao até hoje inexplicado incêndio do prédio da prefeitura municipal, que tinha sido edificado com madeira, no qual significativa quantidade de documentos foi queimada, Piaia afirma que ela favoreceu a ilegalidade:

O caos criado pela queima de arquivos abria caminho para novas manobras ilegais; situações litigiosas poderiam tomar novo rumo, cópias falsas de documentos poderiam substituir os originais, recibos frios poderiam surgir, e toda sorte de artimanhas documentais poderiam ser utilizadas para validar certos interesses e prejudicar outros, tantos de particulares quanto da coisa pública. (PIAIA, 2013, p. 246)

Sobre o incêndio na prefeitura de Cascavel, Euclides Formigheri explicou, em entrevista concedida à autora em 2009, que havia inúmeras irregularidades na administração municipal que comprometiam severamente seus gestores e que a solução encontrada, na época, foi queimar as provas, queimando o prédio com tudo que nele havia.

A cidade estava totalmente abandonada. O prefeito não atendia, era o Helberto Schwarz. Venderam todo o maquinário e os lotes que existiam da prefeitura em Cascavel... Venderam tudo o maquinário que tinha e acabaram queimando a prefeitura antes do prefeito Otacílio Mion assumir. Então, quem fazia a contabilidade da prefeitura na época era o Celso Esperança, pai do Alceu Esperança e ele me disse o seguinte: só tem um recurso pra eles não ir pra cadeia: é queimar a prefeitura com tudo que tinha dentro. Então não sobrou nenhum alfinete que fosse pra pregar um papel. O Celso era meu primo e ele me contou que o único recurso para eles não ir para a cadeia era queimar a prefeitura que aí não tinha prova nenhuma, e teve o incidente do incêndio do fórum. Ah esse foi bem posterior. E o que aconteceu antes do Otacílio assumir: dois cidadãos meteram fogo na prefeitura. (FORMIGHERI, 2009)

Já em 1968, outro sinistro marcou a história local. Em 18 de setembro daquele ano um incêndio destruiu o Fórum da cidade e grande parte da sua documentação. Apesar das fortes suspeitas levantadas, à época, de que o incêndio teria sido provocado, nada foi efetivamente comprovado.

Vander Piaia, ao se referir aos incêndios da prefeitura e do Fórum considera que:

As forças contrárias à rede de legalidade, percebendo a presença cada vez mais constante e disciplinadora do Estado, voltaram suas energias exatamente contra o Judiciário, pois era no campo da lei, e cada vez menos na lei do campo, que as pendências relativas à terra estavam sendo resolvidas. Se a queima da prefeitura representou num certo sentido, os estertores (*sons, ruídos*) de uma época – o período pioneiro – ao mesmo tempo, indicou o apogeu das relações anárquicas da fronteira oeste. Por outro lado, as chamas que devoraram o Fórum naquela noite de final de inverno representaram também o fim de um período: era o conflito final entre dois tempos distintos. (PIAIA, 2013, p. 249)

O que parece ser consenso no registro da historiografia oficial e tradicional sobre a questão fundiária de Cascavel é que houve, de fato, uma Cascavel sem Lei, o “velho Oeste”, onde a violência imperava e onde o Estado não cumpria a sua função de mediador dos conflitos sociais. Mas esta condição teria ficado no passado e que hoje estar-se-ia vivendo na Cascavel dos conflitos resolvidos, da modernidade e do progresso. Graças a ação efetiva do Estado e do cumprimento da Lei teria sido garantida a propriedade a quem ela seria de direito registrado.

Mas, de fato, o Estado estava marcado pelo domínio de madeireiros e especuladores de terra, que a partir de seu aparato ou de seus órgãos reguladores e repressores, garantiram a legalização da sua terra, quando não da própria grilagem realizada anteriormente. Era a concepção do Estado como sujeito que paira acima das contradições sociais e que por isso, pode, com isenção, fazer a justiça e aplicar a lei, ou seja, “pacificar” a região.

Ivo Oss Emer (1991), em *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná*, reforça a afirmação de que a ocupação de terras devolutas na região de Cascavel e entorno ocorria de maneira irregular e ilegal, sendo que o próprio Estado teria feito concessões e vendas sem a devida demarcação e documentação, permitindo que colonos que adquirissem e pagassem pela terra não necessariamente teriam sua escrituração garantida. Afirma ainda, o autor, que estas relações de disputa pela terra foram marcadas pela ação violenta de capangas e jagunços que se sentiam amparados pela ausência ou parcialidade do Estado.

Frequentemente, colonos e posseiros eram expulsos da terra de forma violenta por capangas e jagunços, que incendiavam galpões e casas, ameaçavam de morte e praticavam arbitrariedades. O poder do Estado não se fazia presente, e quando o fazia, arbitrava em favor de grupos poderosos, raramente em favor dos trabalhadores rurais. Apenas na década de 1960, o governo do Estado iniciou ações concretas e criteriosas de pacificação das áreas conflagradas na disputa pela posse da terra, especialmente no período posterior a 1964 até o final da década pela ação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que realizou medições e, em razão do regime autoritário, via de regra, não foram contestadas. Neste período, talvez por diretrizes políticas do governo militar, as decisões de contendas pela posse da terra favoreceram quem ocupava a terra e nela produzia. (EMER, 1991, p.146)

Outra situação que gera disputas judiciais até hoje, envolvendo processos de indenização por desapropriação, está vinculada a titulação irregular de propriedades na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina.

Com a intenção de garantir a efetiva ocupação do território e sua integração ao Estado Nacional, o Governo do Estado do Paraná incentivou a colonização daquelas áreas de terras devolutas, estaduais e federais, que foram tituladas sem os devidos critérios legais, uma vez que, sendo as terras da União,

não caberia ao Governo do Estado do Paraná titulá-las, nem aos cartórios de registros de imóveis escriturá-las a partir de procurações marcadas pela falsificação, conforme explica o INCRA no seu *livro branco da grilagem de terras*:

Os títulos eram expedidos independentemente de as terras estarem ou não ocupadas. Quando habitadas por pequenos posseiros, estes foram sumariamente expulsos por jagunços e até mesmo pela polícia do Estado. O Poder Judiciário foi conivente, omitindo-se em face da aparente legalidade dos títulos ostentados por falsos proprietários. Os conflitos entre grileiros e posseiros ocasionaram mortes que até hoje não podem ser enumeradas devido a falta de registros oficiais. (INCRA, 1999, p.17)

O relatório apresentado pelo INCRA no *Livro Branco da Grilagem de Terras*³⁹ cita como exemplos de titulações irregulares realizadas no Oeste do Paraná, pelo governo estadual aos seus apoiadores políticos, “laranjas” e “fantasmas”, a Colônia Rio Quarto no município de Céu Azul que foi titulada em favor de “fantasmas”, cujas assinaturas foram reconhecidas pelo diretor do Departamento de Terras do Estado, seu maior beneficiário, e a Gleba Chopinzinho. Na época, esta gleba estava ocupada por 1.600 famílias de pequenos agricultores e legítimos proprietários, mas foi titulada em favor de 119 “fantasmas”. Esta titulação foi questionada e o INCRA regularizou-a em favor dos ocupantes. Também foram objeto de desapropriação pelo INCRA áreas que compõem o território do atual município de Cascavel e seu entorno: a Colônia "K", Colônia Cielito, Gleba Cinco Mil, Gleba Pindorama, Guairacá, Rio Azul/Piquerobi e Ocoí.

Todas as glebas do Oeste do Paraná, que somam cerca de meio milhão de hectares, foram desapropriadas pelo Incra em 1970, diante do verdadeiro caos fundiário e social promovido pelo governo estadual com a conivência dos cartórios municipais. Por causa das desapropriações, o Incra acabou sendo condenado a pagar R\$ 3 bilhões em indenizações. O Incra está contestando este pagamento na Justiça. (INCRA, 1999, p.18)

³⁹ No “livro branco da grilagem” publicado pelo INCRA em 1.999 é apresentado um relatório do conjunto de ações daquele órgão no intuito de recuperar aos domínios da União extensas áreas de terra que por várias irregularidades foram apropriadas e tornadas de domínio privado. Neste propósito foram inseridas áreas do Oeste do Paraná que compõem a área de fronteira e que foram colonizadas a partir da década de 1950.

Euclides Formigheri explicou a sua compreensão acerca do processo de titulação das terras, muitas vezes fruto de posse ou de aquisição de posses. Ele atribui ao posseiro, a visão mercantil sobre a terra, alegando que este a constituía com o objetivo da venda, organizando, segundo ele, uma verdadeira indústria ou negócio da posse.

Quando o Moyses Lupion recebeu o governo na 2ª época, ele tratou de titular, bem ou mal. É posseiro? Não tem nada? Titulava pro João dos Anzol, para Fulano, para Beltrano, e esse Fulano, esse Beltrano ia e vendia pra 3º, e esse 3º acertava com os posseiros. Por bem ou por mal, acertava com os posseiros. E o posseiro não queria terra para trabalhar. Ele fazia a rocinha de mantimentos. Ele queria a posse para vender, como aconteceu comigo, por exemplo. Em Ibiracema, nós tínhamos uma área de terra lá que tinha 27 posseiros em cima de uma área de 1000 e poucos alqueires, e aí tem um cidadão que tá vivo até hoje que se chama Sebastião Maures. Nos deixamos ele pra atender, e nós fizemos uma proposta para acabar com esses posseiros. Demos 5 alqueires de terra, dada, medida, escriturada, aliás escriturada não, dada não, vendida a 2000 o alqueire, ou seja, 10000 cruzeiros, e 20 alqueires pro posseiro mais forte, esse dava 10 alqueire também a 2000 o alqueire, e demos para eles um prazo de 2 meses pra vim regularizar. Era a proposta. Eles vieram, fizeram o acerto, daí tinha que paga. Se não pagasse, eu dava 10 mil cruzeiros, 10 conto na época e eles iam embora. Levava rancho, levava tudo e ia embora. Nenhum quis ficar com a terra, todo mundo vendeu a 10, ou seja, era a indústria da posse. Ou seja, essas pessoas se apropriavam da terra pra vender. Tomavam conta de outra área e depois vendiam. Essa é a realidade. (FORMIGHERI, 2009)

O que se convencionou chamar de “indústria da posse” deve ser considerado a partir do contexto histórico e dos sujeitos que fazem uso deste conceito. Em uma observação despreocupada e superficial, pode-se ter a impressão de que havia um grupo de pessoas que ocupavam determinadas áreas, constituíam uma posse, apenas com o objetivo de revendê-la. Esta compreensão desconsidera ou pretende justificar todo o processo de violência e coerção desempenhado por jagunços contratados contra aqueles que não abandonavam a posse mediante as condições oferecidas ou impostas pelo novo pretendente.

Esta prática coercitiva está implícita na fala de Formigheri quando afirma: “nós fizemos uma proposta para acabar com esses posseiros”. Portanto, é o poder de quem está chegando, com forte influência econômica, que se outorga o

direito e a função de “resolver o problema dos posseiros”, oferecendo inclusive uma indenização monetária para que abandonassem a área.

Mas por que o INCRA desapropriou terras que, em tese, eram de domínio da União e haviam sido irregularmente tituladas pelo governo do Estado e não considerou nulas aquelas titulações?

Segundo o próprio INCRA, a ação desencadeada era a que se daria com maior agilidade e apaziguaria os conflitos na região. Porém, os então expropriados recorreram judicialmente, argumentando terem direito a indenizações uma vez que, se o INCRA os desapropriou e não declarou a nulidade de seus títulos, então reconheceu o direito de propriedade dos mesmos sobre a terra.

Porém, o que naquele momento conturbado e conflituoso da década de 1970 se apresentou como uma solução viável para as disputas entre posseiros e grileiros, por sobreposição de títulos de propriedade da terra, geraria outros impasses futuros.

Aqueles que foram desapropriados pelo INCRA por apresentarem títulos estaduais sobre uma área federal, afirmaram que, quando aquele Instituto os desapropriou reconheceu naquele ato, o seu direito de propriedade. Isso ocasionou muitas ações judiciais individuais e coletivas contra o INCRA exigindo indenização sobre a perda destas terras.

Caso a Justiça reconhecesse esse direito a todos os requerentes, as indenizações seriam bilionárias. Mas em 19 de agosto de 2009, o Incra publicou em sua página que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou nulos os mais de 500 títulos emitidos pelo governo do Estado e as ações que tramitavam na Justiça desde a década de 1970 foram extintas, não cabendo o pagamento de indenizações a esses requerentes.

Já em 2007 o STJ havia decidido pelo não pagamento de uma parcela de 50 milhões de reais (o valor total solicitado era de 130 milhões reais) como indenização relativa a desapropriação realizada em um imóvel rural de aproximadamente 2,5 mil hectares, a Colônia Pindorama, reivindicada por Euclides José Formigheri e outros. Esta área, também está situada na faixa de fronteira no Oeste do Paraná, e por já serem, as terras, de domínio do Governo Federal, antes mesmo dos processos de desapropriação, o STJ entendeu não ser possível o pagamento da indenização. Esta decisão abriu precedente judicial para

negar futuras indenizações, inclusive em desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária, quando localizadas na faixa de fronteira.

A historiografia oficial não nega a grilagem nem o uso da violência privada e até do Estado no processo de formação da propriedade da terra na região de Cascavel. Porém coloca-a no passado. Se havia disputas e conflitos, há agora a Cascavel dos conflitos resolvidos, do progresso e do desenvolvimento, a “capital da produção”.

Para esta historiografia, o final da década de 1960 e a década de 1970 são apresentados como um marco divisor na história de Cascavel. Por um lado, a militarização do Estado nacional atuando na região Oeste, transformou-a em “área de segurança nacional” e, por outro, “a modernização da cidade e do campo”. Estas condições não mais harmonizavam com as relações que marcaram o início da sua ocupação e deveriam ser superadas. É neste contexto que os conflitos teriam sido sanados. Os litígios resolvidos. As inseguranças sociais e jurídicas teriam sido superadas e um novo tempo e uma nova história teria iniciado. A história da “capital do Oeste”, da “modernidade”, onde é importante e conveniente deixar no passado o que é passado e projetar um futuro de desenvolvimento.

Portanto, construir uma tradição historiográfica que marque este período como de “pacificação dos campos oestinos” vem ao encontro dos interesses de quem consolidou seus espaços de poder na economia, na sociedade e na política local e da região. A Cascavel sem Lei é o Velho Oeste. O novo seria marcado pela legalidade, pela modernidade e pelo desenvolvimento econômico, promovidos por aqueles que desbravaram as matas, plantaram a soja e construíram as cidades.

Porém, o processo histórico não referendou este discurso e os conflitos e a luta pela regularização de propriedades e a democratização do acesso à terra marcou a história local em vários momentos e mais intensamente no início do século XXI, quando os enfrentamentos com o MST denunciaram que esta não era uma questão superada nem tampouco resolvida.

2.3 – A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA NO OESTE DO PARANÁ

No Oeste do Paraná, a principal atividade econômica comercial desenvolvida a partir do processo de ocupação da terra foi, além da extração da erva mate, a extração e transformação da madeira, principalmente da araucária. Seu destino era o consumo local, para a construção das habitações e demais edificações necessárias para a vida no campo, nas vilas e cidades que passaram a ser instaladas. A madeira era também comercializada para outras regiões do Brasil e para o exterior. Nos tempos das obrages, era levada para a região do Prata, através do rio Paraná e posteriormente, quando já havia estradas que permitiam o trânsito, caminhões levavam madeira para outras regiões do país.

A atividade madeireira se desenvolveu com intensidade até o início da década de 1970. Algumas empresas fundadas naquele contexto se dedicam ao setor até hoje, beneficiando e industrializando a madeira, bem como cultivando áreas de reflorestamento para fins comerciais.

A viabilidade econômica da aquisição ou concessão de grandes áreas de terra, como posse ou como propriedade, a fim de delas extrair a madeira, foi um dos fatores que motivou a migração de empresários ou donos de capital, com o objetivo de iniciar no negócio ou ampliar a atividade já desenvolvida pela família, principalmente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina ou ainda na região de Ponta Grossa e Guarapuava, no Paraná. Estas áreas abertas, após a retirada da madeira, eram revendidas ou preparadas para a agricultura e pecuária, com destaque para o gado bovino de corte, ou ainda vendidas por empresas imobiliárias destes mesmos madeireiros, via fracionamento em áreas menores, aos colonos vindos do Sul do país.

Vale lembrar aqui, das serrarias e/ou madeireiras instaladas pelas famílias Sartori, Sbaraini, Formigheri, Bresolin, Galafassi e Festugato⁴⁰, dentre outras.

Alberto Pompeu, que trabalhou com seu pai na extração e comércio de madeira e na abertura de estradas, comentou, em entrevista em 2009, sobre a importância econômica que a atividade madeireira atingiu na região e como ela facilitou a formação de grandes propriedades rurais:

⁴⁰ Renato Festugato veio morar em Cascavel para administrar a Industrial Madeireira do Paraná (IMAPAR), adquirida pela família de Moysés Lupion.

Para o morador, o agricultor, não interessava o pinheiro. Pinheiro foi sempre símbolo de terra ruim. Esses madeireiros retiravam os pinheiros que pra eles era um alívio a retirada. Eram duas coisas, dois interesses que coincidiam e que estavam na mesma direção. O proprietário tinha a terra limpa para a agricultura e o madeireiro o seu produto, para seu negócio temporário, porque ele era um explorador da natureza. Mas foi uma fase econômica que atravessamos, muito boa por sinal. O período da indústria madeireira. Interessante, coincidiu com um fato também que não é do momento, mas que eu não posso esquecer. É que quando se encerrou o ciclo da madeira, aqui, muitos desses proprietários de serrarias e tal, se voltaram para a agricultura mecanizada com condições e conhecimentos empresariais. Eles tinham o trator, sabiam usar o caminhão, uma máquina, tinham sua equipe tratorista. E não era um erro você dá um trator pra um colono, que não sabe dirigir nem o trator? Mas essas empresas é que começaram esse processo de plantio mecanizado como eles chamavam. Foi uma fase interessante, uma associação. Quando parecia que a nossa economia estaria perdida, porque não tínhamos mais madeiras, que nada, continuou num processo novo, mas com o mesmo conhecimento empresarial. Agora, isso também resultou em outras coisas, por exemplo, a aquisição de mais terras pelo proprietário já ligado ao latifundiário que foi adquirindo. E o colono pequeno não tinha condições de produzir daquela forma nova a não ser para subsistência, mas isso não valia mais... (POMPEU, 2009)

Após a retirada da madeira, o cultivo agrícola (cereais) tornou-se a atividade de maior expressão na economia regional, acompanhada pela pecuária de corte, já em padrões comerciais, onde o pequeno proprietário encontrava dificuldade para se inserir ou sobreviver economicamente. Poderia até produzir para a sua subsistência, “mas isso não valia mais”, não estava mais em sintonia com o novo modelo produtivo em implantação na região.

É neste contexto que começou a se organizar uma das peculiaridades neste território que deu origem a Cascavel, se o compararmos com o restante da região Oeste do Paraná: a formação de grandes proprietários de terra que vão se apresentar, nas décadas seguintes, como força política capaz de estabelecer para si um projeto econômico fundamentado no discurso de valorização do trabalho, do empreendedorismo e da modernização.

A partir da década de 1970, teve início o processo de tecnificação e mecanização da produção da soja, até então cultivada apenas para complementar a ração de suínos. A mecanização da agricultura acompanhada do discurso de “modernidade”, produziu mudanças profundas na economia e na

sociedade brasileira e não foi diferente na região Oeste do Paraná, alterando a sua estrutura fundiária e a distribuição da população campo/cidade devido ao forte êxodo rural.

Esse acelerado processo de urbanização favoreceu a criação de novos municípios e impulsionou a produção agrícola de cereais em larga escala, tanto para abastecer o mercado nacional quanto para a exportação. É nesse contexto que se desencadeia a modernização da agricultura no Paraná, bem como a instalação das cooperativas agropecuárias e agroindustriais.

Conforme afirma Ângelo Priori, essa modernização pode ser traduzida em algumas ações tais como: “mecanização, eletrificação, irrigação, conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos”. (PRIORI, 2012, p. 122)

Não se pode deixar de considerar também o êxodo rural, a concentração fundiária e o desemprego no campo como resultados desse processo de modernização, bem como o conjunto de novas relações de produção e a construção de uma nova identidade que contrapôs o moderno ao atrasado.

Assim, o que se convencionou chamar de modernização precisa ser considerado para além das inovações técnicas que buscam o aumento da produção e da produtividade. Novas relações sociais e de trabalho surgem no campo e coube ao Estado e às classes dominantes, a redefinição de seu papel.

Este conceito, a modernização, de diversas interpretações na historiografia, é fundamental para a compreensão das mudanças pelas quais passou a agropecuária brasileira, e não apenas esse setor produtivo, a partir da década de 1960.

No caso brasileiro podemos considerar que esse conjunto de transformações trouxe profundas mudanças na maneira de se realizar a produção, porém também manteve praticamente intocada a sua estrutura fundiária que privilegiava o latifúndio, preservando assim a base material do poder econômico e político da classe dominante rural, que busca impedir, principalmente, a democratização do acesso à terra. As relações sociais e políticas, em sua essência, também não passaram por modificações significativas.

Para viabilizar este modelo de modernização no campo brasileiro, os governos destinaram grande volume de recursos financeiros, via crédito bancário subsidiado, a juros baixos, a fim de capitalizar, principalmente, os grandes proprietários, garantindo a aquisição de terras, equipamentos e insumos. O

chamado pacote tecnológico vinha acompanhado também da assistência técnica oferecida através da extensão rural.

Neste sentido, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) teve um papel fundamental. Criada em 1973, assumiu a direção da pesquisa agropecuária, priorizando o agronegócio. Apesar de ser financiada com recursos públicos, com suas parcerias junto à iniciativa privada, cada vez mais destinava-se a atender as demandas da agricultura comercial, em detrimento ao apoio à agricultura familiar.

Sonia Mendonça em “*Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa no Brasil (1963 – 2003)*”, apresenta estudo sobre a criação e as transformações pelas quais passou a Embrapa e concluiu que, principalmente a partir da década de 1980, evidencia-se a posição contraditória na qual se insere a Embrapa:

Ela foi instrumento do processo de subordinação da agricultura à lógica do capital internacional. Em face disso, sofreu, em todo o período estudado, de uma contradição intrínseca: de um lado, era constrangida a desenvolver tecnologias agrícolas (os pacotes) que induzissem ao uso maciço de insumos modernos (fertilizantes químicos, defensivos, sementes melhoradas, etc.); de outro, este mesmo fator explica porque a empresa não foi capaz de desenvolver tecnologias distintas daquelas impostas pelo capital. (MENDONÇA, 2012, p. 84)

A modernização pautada no investimento tecnológico, com a finalidade de aumentar a produtividade e a produção comercial, garantiria também uma significativa expropriação e liberação de trabalhadores do campo que engrossariam a fila dos desempregados urbanos, ao mesmo tempo em que criaria um dinâmico mercado consumidor de máquinas e insumos agrícolas.

O modelo de produção agrícola implantado pelos governos federal e estadual, gradativamente, inviabilizou a sobrevivência de muitas famílias, proprietárias de pequenas áreas que, endividadas ou descapitalizadas, não atendiam as exigências impostas pelo novo modelo produtivo. Essas terras foram sendo incorporadas às propriedades maiores, contribuindo para a concentração fundiária e a introdução de novos padrões produtivos no campo.

Sergio Fajardoem “*A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no Oeste do Paraná, Brasil*”, afirma que a

modernização nesse Estado teve seu auge entre as décadas de 1960 e 1980 e destaca o importante papel que as cooperativas agropecuárias desempenharam com apoio do Estado, no sentido de inserirem novas tecnologias e na diversificação da produção, necessidades impostas pelo mercado globalizado.

Segundo o autor a modernização da agropecuária foi o que viabilizou a sua inserção no mercado nacional e internacional. Porém, promoveu uma série de transformações como a mecanização da produção, êxodo rural, introdução de novos elementos químicos e biológicos, novas formas de trabalho, aumento da produção e da produtividade, aumento da renda agrícola e a exclusão de produtores tradicionais que não conseguiram incorporar-se a nova dinâmica produtiva. (FAJARDO, 2016, p. 213)

Neste sentido, um conjunto de interesses convergiu, principalmente na década de 1970, impulsionando esse processo de modernização.

A aliança entre os interesses dos capitais nacionais e internacionais e do Estado põe em prática um processo modernizante, que escolhe as áreas onde a demanda agroindustrial das exportações e dos centros urbanos é mais forte e, portanto, as áreas mais interessantes. Ao mesmo tempo em que se modernizava, o setor agrícola consolidava sua condição de dependência, como consumidor dos insumos industriais. (FAJARDO, 2016, p. 213)

É importante lembrar que os incentivos concedidos pelo Estado brasileiro não se estenderam a todos os segmentos da produção agrícola. Pequenos produtores descapitalizados, dedicados ao cultivo de alimentos e culturas tradicionais, fora do ciclo soja/trigo, não foram contemplados.

Segundo dados apresentados pelo censo agropecuário do IBGE, em 1970 o Estado do Paraná possuía 554.488 estabelecimentos rurais; em 1980 eram 454.103 propriedades; em 1995 eram 369.875 unidades produtivas. Já em 2006 o Paraná totalizava 373.238 estabelecimentos rurais, representando uma redução quantitativa de 32,69%. Agricultores e meeiros tornaram-se “boias-frias”, buscaram emprego nas cidades, ou migraram em direção às novas frentes de colonização e de fronteira agrícola, no Centro-Oeste e Norte do país, no Paraguai e na Bolívia.

A expropriação dos pequenos agricultores, o êxodo rural e a concentração das propriedades marcaram a formação da estrutura fundiária e as relações de poder na região, bem como a reorganização das/nas relações campo/cidade.

O êxodo rural desencadeou um acelerado processo de urbanização da população regional do município de Cascavel, o que pode ser percebido através dos dados apresentados pelos censos demográficos do IBGE, entre 1970 e 2010, conforme apresenta a tabela 04.

Tabela 04: Transformações na demografia de Cascavel entre as décadas de 1970 e 2010

Ano	População Total	População residente em área rural		População residente em área urbana	
	Nº habitantes	Nº habitantes	%	Nº/habitantes	%
1970	89.921	54.971	61,13	34.950	38,87
1980	163.470	39.814	24,36	123.656	75,61
1991	192.990	15.224	7,89	177.766	92,11
2000	245.369	16.696	6,80	228.673	93,20
2010	286.205	16.156	5,64	270.049	94,36

Fonte: IBGE- Censos Demográficos realizados no período e Ipardes. (Tabela organizada pela autora).

O gráfico acima apresenta dados que são significativos para percebermos como foi acelerado e intenso este processo de urbanização e de deslocamento populacional. Além da migração de significativa parcela da população rural para espaço urbano, contribuíram para o crescimento demográfico urbano em Cascavel, o deslocamento populacional de outros municípios da região e de outras regiões do Estado e do país, através do esvaziamento de pequenos centros urbanos e pequenas vilas, cuja população transferiu-se para centros maiores, em busca de trabalho, serviços de saúde e educação.

A população que se deslocou para estes espaços urbanos instalou-se, prioritariamente, nas periferias das cidades, onde os problemas resultantes de ocupações desordenadas ou até ilegais de terrenos públicos e privados, além da carência de políticas públicas efetivas de saneamento, saúde e educação, levou estas populações a organizarem-se na luta por moradia, por passarelas de

pedestres sobre rodovias que cortam os bairros, por segurança, escolas e atendimento médico e regularização fundiária.

Mais recentemente, é marcante, o envelhecimento da população rural e a migração para os centros urbanos, de aposentados que buscam maior segurança e serviços, especialmente na área da saúde. Além disso, verifica-se o crescimento das práticas de arrendamento realizadas entre pequenos e médios proprietários de terras. São pessoas em idade avançada ou que não tendo maquinários nem condições físicas para o trabalho, nem a presença dos filhos, uma vez que se deslocaram para a cidade, negociam a propriedade entre os herdeiros e/ou parentes, ou arrendam para terceiros.

Este processo em muito se assemelha a formação geral dos centros urbanos do país, marcados pela falta de planejamento integral, formação de periferias desprovidas das condições básicas de existência, acentuando a desigualdade social. Porém, reserva características próprias e peculiares, como a crescente transformação de áreas rurais em loteamentos urbanos, destinadas a edificação de condomínios fechados de alto valor imobiliário.

Mas se a modernização da agropecuária regional promoveu a concentração fundiária, a expropriação e o êxodo rural, é necessário citar que, aqui, ela também incorporou uma parcela daqueles pequenos e médios produtores rurais capitalizados que conseguiram ter acesso ao crédito e às inovações tecnológicas facilitadas através de políticas do Estado brasileiro.

Portanto, o papel desempenhado pelo Estado como articulador e viabilizador do processo de modernização da agricultura se deu através de uma série de benefícios concedidos ao setor, tais como as facilidades fiscais e de acesso ao crédito e a manutenção de uma estrutura fundiária historicamente marcada pelo latifúndio.

Sonia Mendonça destaca que essas medidas de valorização e incentivo à modernização da agricultura não vieram ao encontro apenas dos setores que historicamente direcionavam as políticas de Estado. Segundo a autora:

Com isso, a política pública “modernizadora” não beneficiaria apenas latifundiários tradicionais; atrairia, igualmente, investidores de outros setores da economia, estimulados pelas facilidades que transformavam a terra numa “interessante” alternativa de investimento. Os grandes grupos econômicos ingressaram na produção agrícola - ou agroindustrial -, immobilizando seus capitais

em terra, a espera de que, com isso, e em resposta à emergência da ideia da “terra como reserva de valor”, também se beneficiassem da captação de recursos até então fartos. (MENDONÇA, 2010, p. 26)

No processo da reorganização produtiva ou modernização que ocorreu no campo brasileiro a partir do final da década de 1960, as cooperativas agropecuárias e/ou agroindustriais tiveram papel determinante se apresentando, na região Oeste do Paraná, como o principal meio para inserir a região na dinâmica da economia mundial, abrindo caminho para o que se convencionou chamar de agronegócio.

Roberto Wypych, um dos sócios fundadores e diretor presidente da Coopavel e da Cotriguaçu, afirmou que a criação de cooperativas era entendida, naquele momento, como o único caminho de autonomia para os produtores rurais, visto que “estávamos nas mãos de grandes empresas nacionais e estrangeiras e o jogo que elas praticavam há muito tempo não era favorável às pessoas que tanto trabalhavam para fazer da região um dos emergentes celeiros nacionais”. (WYPYCH, 2019, p. 18)

Ou seja, para a classe patronal rural de Cascavel e entorno, a criação da cooperativa Coopavel era defendida como “uma questão de sobrevivência” e de busca pela autossuficiência econômica, mas significou também a subordinação da maioria dos pequenos proprietários ao modelo produtivo por ela adotado.

Sendo esse o projeto adotado para o desenvolvimento regional, foi coordenado pelo Estado e dirigido principalmente, pelos grandes proprietários rurais, articulando-se e buscando suporte e legitimidade junto a sindicatos e outras entidades de classe patronais, inclusive do setor de indústria e de serviços, bem como junto aos seus representantes políticos e os próprios agricultores, pequenos proprietários de terra e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs). Porém, estes últimos não foram foco de estudo nesta tese.

No final da década de 1960 e início de 1970, a necessidade de redefinir o papel do campo na economia brasileira estava posta em discussão. Enquanto, por um lado havia a defesa da ampliação do acesso à terra através da reforma agrária, por outro ganhavam força os defensores da introdução de técnicas modernizantes na produção do campo, apresentando a agricultura como

possibilidade de desenvolvimento da economia nacional, plenamente articulada com o seu projeto de industrialização e de urbanização.

Segundo Ângelo Priori em *“História do PR: séculos XIX e XX - a modernização do campo e o êxodo rural”*, a partir do golpe de Estado de 1964, “o Estado desenvolve políticas macroeconômicas voltadas para o aperfeiçoamento das técnicas na agricultura brasileira – “modernização conservadora”. (PRIORI, 2012, p.119)

Nesse contexto, o autor também destaca a implantação do Sistema Nacional de Crédito instituído em 1965, a criação da EMBRAPA, da EMATER e do Programa de Apoio à Atividade Agropecuária, além das políticas de garantia de preços mínimos desenvolvidas entre as décadas de 1960 e 1970.

Assim, pode-se concluir que, a partir de 1960, foi desencadeada uma significativa transformação no campo, através da introdução de novas tecnologias às atividades produtivas no campo brasileiro, gerando o aumento da produção e da produtividade no setor agropecuário.

Este modelo “modernizante” para o campo brasileiro veio ao encontro dos interesses de grandes proprietários uma vez que se aproximou da produção monocultora, em larga escala. Mas, por outro lado, no Oeste do Paraná, é possível observar a seletividade de abrangência deste projeto quando se leva em consideração o rápido e intenso movimento de expropriação, na medida em que os créditos já não eram tão fáceis.

Alceu Sperança em *“Cascavel - A História”* publicou dados do Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura que indicavam que somente em 1984, mais de sete mil propriedades foram vendidas nas regiões de Cascavel e Toledo, fato resultante do endividamento, descapitalização de pequenos produtores rurais.

Segundo o autor, naquele contexto, quatro mil boias-frias, arrendatários, posseiros, meeiros, mini fundiários e trabalhadores rurais, expulsos da terra, além de “brasiguaios” sem-terra, teriam se reunido em frente à Catedral Nossa Senhora Aparecida para apoiar o I Plano Nacional de Reforma Agrária. Tratou-se da “marcha da panela vazia”, convocada pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTRO) e pela pastoral da terra da Igreja Católica. (SPERANÇA, 1992, p. 257)

Esta mobilização foi expressão das contradições presentes naquele modelo produtivo em implantação no país e na região Oeste do Paraná, que

atingia de modo distinto, os proprietários da terra capitalizados e os expropriados da terra.

Alcebíades Luiz Orlando ao estudar a relação entre a pequena propriedade e a agroindústria da avicultura no Rio Grande do Sul, analisou, principalmente, a subordinação dos avicultores, donos de pequenas propriedades rurais, como integrados à agroindústria capitalista. Ao analisar a importância da pequena propriedade como produtora de alimentos destacou que:

Desde o início da ocupação das terras brasileiras pela agricultura, a pequena propriedade tem se pautado em produzir excedentes para os setores dominantes da economia nacional. De acessório ao latifúndio monocultor, passando pelo abastecimento dos núcleos urbanos nascentes do Brasil colonial, a pequena propriedade firmou-se na história agrária do Brasil como a principal geradora de alimentos, portanto, subordinada aos interesses maiores de latifundiários exportadores, industriais e comerciantes nascentes ou do Estado (capitalista) regulador de preços, de renda, subsídios e empréstimos. (ORLANDO, 1994, p. 257)

A pequena e média propriedade do Oeste do Paraná, integrada ao processo de produção capitalista, contribui significativamente para a sua reprodução na medida em que produz e fornece a matéria prima para as agroindústrias. Na grande maioria das propriedades, a produção de cereais nos ciclos soja/milho e milho/trigo também é desenvolvida, porém em escala reduzida, conforme esclareceu o técnico em agropecuária (avicultura) da Coopavel, Adelino Henkes, em entrevista à autora em 2017.

Segundo o então técnico agropecuarista da Coopavel que assessorava os criadores de frango, é nas pequenas propriedades que a diversificação da produção é mais expressiva enquanto as médias e grandes áreas se organizam em torno da produção de cereais. “A grande propriedade é mais focada em soja, milho e trigo. Ela não busca a diversificação. O grande volume de produtividade de frangos, de suíno é nas pequenas propriedades”. (HENKES, 2017)

A colonização de grande parte região Oeste do Paraná é por vezes apresentada, como um modelo de “reforma agrária de sucesso” realizada pelas colonizadoras que dividiram grandes extensões de terra, como por exemplo a Fazenda Britânia, e as transformaram num conjunto de pequenas e médias

propriedades que, por sua vez, foram revendidas a agricultores vindos, principalmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina as quais hoje se destacam pela diversificação de suas atividades.

Porém quando observamos mais atentamente, salvo raras experiências alternativas e de enfrentamento ao agronegócio e o que ele representa para a produção de alimentos, verificamos que o Oeste do Paraná pode ser representado como um grande latifúndio onde a produção de soja e milho é complementada com a criação de frangos, suínos e gado bovino (leiteiro ou de carne) com fins comerciais.

Destaca-se aqui que, apesar de as pequenas e médias propriedades rurais predominarem em número de unidades na região em questão, a agropecuária comercial ocupa a quase totalidade da sua área rural, como pode ser observado através de imagens aéreas.

Esta integração entre as diferentes propriedades e as atividades nelas desenvolvidas é coordenada, na região Oeste, pela forte presença das cooperativas agroindustriais que organizam o modelo produtivo. Nesse caso, mesmo que inicialmente, ou seja, nas décadas de 1960 e 1970, as cooperativas atuassem como empreendimento associativo empresarial do complexo agrícola (cereais) e que, no ramo industrial integrado, predominavam complexos privados, a exemplo da Sadia e da Perdigão (BRF) e da Seara, como abordou Alcebíades Orlando, a partir da década de 1980, essa rede de agregação e integração passou a ser implantada nas cooperativas, processo esse que revitalizou-as e fortaleceu sua atuação na organização da produção agropecuária e agroindustrial, inclusive ocupando espaços antes controladas por estes complexos privados.

Portanto, é possível dizer que essas cooperativas incorporaram dinamismos industriais na gestão empresarial e corporativa, na cadeia e nos arranjos produtivos agropecuários e industriais, na territorialização do circuito de abrangência da sua integração (cooperativas e associados, produtores e criadores agropecuários), na logística de atuação no mercado local, regional, estadual, nacional e internacional (por meio dos organismos e entidades representativas do setor), na ampliação dos ramos de seus negócios no mercado agropecuário, industrial e agências de crédito e na centralidade e seletividade dos seus associados e integrados.

As cooperativas foram um importante segmento, através do qual, o Estado brasileiro pode implantar um novo padrão produtivo para a agricultura no país e ao mesmo tempo, através da extensão rural, reeducar o produtor rural nesta nova dinâmica.

Portanto, as cooperativas agroindustriais se apresentam, na prática, como empresas capitalistas, apesar de, juridicamente, se apresentarem como organizações corporativas de caráter coletivo/associado, onde a organização da produção, a formação do capital ou patrimônio e a gestão ou administração segue critérios específicos.

Hoje, as cooperativas são defendidas por seus associados e integrados como uma possibilidade viável de organização da produção no campo. Sentem-se como proprietários das mesmas ou empresários rurais, o que pode ser indicativo de, praticamente, não haver movimentos de oposição interna ou externa às cooperativas, como ocorre, por exemplo, em sindicatos ou demais categorias de trabalhadores assalariados.

O seu histórico, o modo como se organizaram e organizam a produção agroindustrial no Oeste do Paraná será abordado com maior especificidade no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: O COOPERATIVISMO E A SUA ORGANIZAÇÃO NO OESTE DO PARANÁ

Como convencionou-se indicar, de forma geral, o cooperativismo como organização produtiva, teve origem histórica no ano de 1844 em Rochdale, na Inglaterra, onde 28 associados buscavam um “modelo alternativo” à produção capitalista através da criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Em 1852 esta associação foi transformada na Cooperativa Rochdale.

A partir do século XX o cooperativismo expandiu-se pelo mundo, organizado em empresas coletivas e de gestão democrática (administração diretiva), defendendo a supremacia do interesse geral sobre a vontade de cada indivíduo particular.

De modo geral, o cooperativismo fundamenta-se em sete princípios:

1. Adesão livre e voluntária desde que, uma vez associado cumpra com as respectivas responsabilidades;
2. Gestão democrática que estabelece direito de voto, participação e decisão a todos os associados/cooperados de modo igualitário;
3. Participação econômica dos cooperados através da aquisição de cotas;
4. Autonomia e independência de decisão dos associados;
5. Educação, formação e informação promovidas a trabalhadores e cooperados;
6. Interoperação com cooperação entre os associados ou entre diferentes cooperativas;
7. Interesse pela comunidade que conduz ao trabalho conjunto pelo desenvolvimento sustentável e gera benefícios sociais e econômicos para toda a sociedade.

Sonia Mendonça em *A Hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa*, afirma que outro pilar do cooperativismo, ainda nesse contexto do século XIX, era a contraposição à intervenção do Estado na economia e a defesa de que a iniciativa privada seria o motor da organização social.

No Brasil, o cooperativismo surge com as Caixas Cooperativas no Rio Grande do Sul, em 1889, marcado por duas vertentes fundamentais que divergiam entre si quanto à finalidade, ou seja: combater os intermediários comerciais e financeiros, ou buscar a superação das desigualdades sociais que permeavam as relações no campo, através de políticas e do controle do Estado. (MENDONÇA, 2011, p. 2-3)

Entre 1930 e 1945, as divergências que marcavam, no campo do discurso, o cooperativismo brasileiro se davam entre o “cooperativismo livre” e o “cooperativismo sindicalista”, vertente essa derrotada em 1938.

Segundo Mendonça, em 1944, através do Decreto 6.274/1944, o cooperativismo passou a receber a atenção do Ministério da Agricultura que desenvolveu políticas públicas para sua valorização e expansão, atribuindo às cooperativas a condição de “entidade capaz de adotar qualquer atividade com fins econômicos e sociais”. (MENDONÇA, 2010, p. 182)

Apesar desta conquista no espaço restrito do Estado, as cooperativas ainda não contavam com uma entidade que as representasse politicamente.

Então, de acordo com estudos de Sonia Mendonça, em 1966, foram criadas a Associação Brasileira das Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (UNASCO), que foram unificadas no final do governo Médici, quando as cooperativas começavam a se destacar como “importantes polos de produção agropecuária” e passavam a ser de fundamental importância à existência de “porta vozes legítimos” para dialogar com o governo. (MENDONÇA, 2011, p. 28)

Essa organização de classe dos proprietários rurais, por parte das cooperativas, é indicativo de que, a partir das décadas de 1960 e 1970, houve alterações significativas no uso da terra, por meio da reorganização do modelo agrícola no país, o que influenciou significativamente também, a agricultura no Oeste do Paraná, onde o cultivo da terra tornou-se a atividade de maior expressão na economia regional, acompanhada pela pecuária.

A partir das disputas internas entre as entidades que até ali representavam politicamente os interesses deste setor, surge uma nova entidade de representatividade das cooperativas agropecuárias. Em 1969 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em Belo Horizonte. A OCB resultou da

fusão da ABCOOP e da UNASCO centralizando, assim, a representação das cooperativas a nível nacional.

Sobre o contexto e as condições de crise de representatividade nas quais ocorreu a criação da OCB, Sonia Mendonça, em *A hegemonia do agronegócio no Brasil*, afirma que a partir de 1970:

tal crise deita suas raízes na chamada “modernização” da agricultura brasileira, iniciada na década de 1970 e respaldada por políticas públicas lastreadas na farta distribuição de créditos e subsídios estatais destinados à capitalização do campo. Um de seus principais desdobramentos foi a profunda e decisiva especialização da produção agroindustrial. Do ponto de vista político, semelhante especialização resultou na emergência de um duplo processo de diferenciação no próprio seio da classe dominante agroindustrial, agudizando as disputas entre as inúmeras entidades patronais existentes pela afirmação de um único porta-voz legítimo de todo o conjunto, em clara dissonância com a extremada diversificação de seus negócios. (MENDONÇA, 2011, p. 26)

Sonia Mendonça em “*a hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa*”, até a década de 1980 a representação política do setor agrário patronal era realizada em dois planos paralelos:

no âmbito “formal - legal” – através das Federações Rurais e da Confederação Nacional da Agricultura e no âmbito “real” – por intermédio de agremiações organizadas por ramo ou setor, materializadas em associações civis de produtores. (MENDONÇA, 2011, p. 26)

Em 1985, quatro entidades disputavam a hegemonia patronal: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Sua forte articulação política, visava a implantação de um novo modelo para a agricultura e o enfrentamento à União Democrática Ruralista (UDR), sendo a OCB vitoriosa nesse processo.

Já no ano de 1993 foi criada a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e, de acordo com Sonia Mendonça, em *A hegemonia do agronegócio no Brasil*, sua criação resultou da necessidade de associação “num único sistema, de todas as atividades correlatas ao agrário”. (MENDONÇA, 2011, p. 35)

Ainda segundo a autora, a ABAG, ao contrário das formas de organizações anteriores, não surgiu a partir de entidades, mas, sim, de empresas. Nela predominam as grandes empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, inclusive as cooperativas, a exemplo da Coopavel. Assim, a OCB e a ABAG expressam:

a recriação de uma nova noção de agricultura subordinada aos interesses do capital financeiro e das grandes empresas do agronegócio, o que aprofundou a desigualdade no campo e reforçou a concepção de moderno/produtivo e atrasado/improdutivo. (MENDONÇA, 2011, p. 35)

O sistema cooperativo agropecuário e agroindustrial, no modelo de organização em que se situa atualmente, iniciou na década de 1990 quando a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) consolidou um novo projeto para o campo: o agronegócio e a agro industrialização.

Quando, em 1993, dirigentes da OCB coordenaram a criação da ABAG, surgiu essa nova entidade com a função de articular todas as demais entidades vinculadas ao setor agrário e consolidar o agronegócio a partir das necessidades do capital financeiro e das grandes empresas nacionais e estrangeiras do agronegócio que passariam a submeter a produção aos seus interesses. Nesse processo as cooperativas tiveram e mantêm importância fundamental.

A ABAG, formada essencialmente por empresas do agronegócio, nelas incluídas as cooperativas de produção, tem se apresentado como a entidade capaz de viabilizar ações para enfrentar a constante referenciada “crise na agricultura diante da ausência e/ou incompetência do Estado”. A entidade apresenta-se como um novo canal de representação política setorial e que estaria à altura da relevância do agronegócio.

Por outro lado, a ABAG não tem negligenciado na difusão do seu discurso sobre a importância que o setor representa, para a segurança alimentar: “Agro é pop. Agro é tec, agro é tudo”; “Agro é a indústria e a riqueza do Brasil” (Rede Globo – membro da ABAG). Ou ainda, como explica Virginia Fontes no prefácio da obra “O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)”, de Sonia Mendonça: “Com isso, outorgam-se o direito de falar pela Nação, traduzindo suas solicitações como políticas públicas e apresentando-as como as únicas capazes de assegurar o “desenvolvimento”. (MENDONÇA, 2010, p.19)

Um dos objetivos centrais da ABAG tem sido interferir nas políticas de Estado voltadas ao setor produtivo de modo geral, a fim de garantir a prioridade ao agronegócio constituindo-se, assim, em importante agência da sociedade civil, fomentadora e articuladora da fração agrária da classe dominante no Brasil.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) destaca a relevância das cooperativas agropecuárias para a economia brasileira quando afirma que:

O cooperativismo agropecuário tem importante participação na economia brasileira, sendo responsável por quase 50% do PIB agrícola e envolvendo mais de 1 milhão de pessoas. Dentre todos os ramos de atuação do cooperativismo brasileiro, o agropecuário tem papel de destaque, com 1.597 instituições e 180,1 mil produtores cooperados. Estima-se ainda, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que 48% de tudo que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa. (MAPA, 2019, p.1)

O MAPA, em seu discurso, apresenta ainda o cooperativismo agropecuário como a opção ideal para viabilizar o desenvolvimento sustentável no campo, garantindo qualidade de vida ao produtor, ou seja:

O cooperativismo se apresenta como uma opção de correlação entre as definições dos capitais humano, social e empresarial, fatores fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável regional e local, para poder competir em um mercado global. Nessa perspectiva, o surgimento dessa forma de cooperação significa a busca pela melhoria da qualidade de vida do produtor e um meio alternativo concreto de desenvolvimento sustentável local, por apresentar afinidade com o conceito de capital empresarial. Em sua essência, caracteriza-se por uma forma de produção e distribuição de riquezas baseada em princípios como ajuda mútua, igualdade, democracia e equidade. (MAPA, 2019, p. 1)

A difusão de valores positivos vinculados ao agronegócio e à organização cooperativa visa não apenas referendar sua atuação junto aos produtores, associados ou integrados, mas à toda a sociedade, buscando legitimar seu espaço e modo de atuação.

As entidades organizadas do sistema cooperativo e do agronegócio como a OCB e a ABAG apresentam o agronegócio como conjunto de atividades onde todos fazem parte e onde o sucesso de um é o sucesso de todos.

Nesse sentido, defendem a importância da educação da população urbana para o agronegócio e entendem que o acesso à informação é fator determinante.

Construir uma cultura, uma visão de mundo que apoie o agronegócio, nem sempre pautada em questões efetivas e condições reais, é buscada através de campanhas publicitárias em meios de comunicação e através da realização de eventos e projetos de “educação de professores que poderão ser os seus difusores em escolas da Educação Básica como o “Programa Educacional Agronegócio na Escola” desenvolvido pela ABAG, há 18 anos, no Estado de São Paulo.

Segundo Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa ⁴⁶ este programa educacional da ABAG é mais um dos elementos que demonstra a ofensiva do capital do agronegócio no sentido de construir e manter sua condição hegemônica através da Educação Pública.

No Brasil existem diferentes ramos de atuação do sistema cooperativo sendo eles o agropecuário, de consumo, de crédito, educacional, habitacional, de infraestrutura, mineral, de produção, da saúde, do trabalho, do transporte, de turismo e de lazer. O ramo a que se dedica este estudo é o cooperativismo agropecuário e agroindustrial.

De acordo com a publicação realizada na página oficial da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), este ramo do cooperativismo é responsável pelas cooperativas de proprietários e produtores rurais que integram as atividades ligadas à produção agropastoril e de pesca, tendo funções bem definidas, ou seja: “O papel da cooperativa é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados. Além, é claro, de oferecer assistência técnica, educacional e social”. (OCB, 2019, p.1)

De modo geral, estas cooperativas agropecuárias e agroindustriais são responsáveis por coordenar e orientar toda a cadeia produtiva do setor, desde o modo de preparar e cultivar a terra, a produção, o armazenamento, a criação dos animais até a industrialização e a comercialização da produção dos associados, assumindo assim, importância crescente na economia nacional.

⁴⁶ A análise realizada por LAMOSA sobre interferência da ABAG no processo de educação formal em seu artigo “Agronegócio e Educação” foi publicado em Cadernos de Educação, 2018, N. 60, jul/dez 2018, p. 114 – 134.

No Paraná, as duas cooperativas com o maior faturamento em 2018 foram a Cooperativa Coamo, de Campo Mourão, com R\$ 14,2 bilhões de reais e a Cooperativa CVale, com sede em Palotina, com um faturamento de R\$ 8,5 bilhões de reais.

O faturamento total das 69 cooperativas agropecuárias ou agroindustriais do Paraná em 2018 foi de um total de R\$ 70 bilhões, sendo que 15 delas faturaram mais de R\$ 1 bilhão de reais em 2018. Dentre elas podemos citar a COAMO, a CVale, a Cocamar, a Copacol, a Agrária, a Integrada, a Castrolanda, a Cooperativa Central Frimesa, a Frísia, a Coopavel, a Coasul, a Coopagrill, dentre outras.

O grande número de associados, sua ampla área de atuação, a diversidade de suas atividades, o seu faturamento, os serviços prestados e a competitividade de seus produtos são referência para apresentar o cooperativismo do Paraná como um modelo de sucesso, onde todos saem beneficiados.

Porém, como estudos já realizados sobre as dinâmicas financeiras destas cooperativas e como o estudo de caso da Coopavel pôde indicar, há uma forte dependência das mesmas em relação às fontes de financiamento externas ao seu faturamento, principalmente, junto aos bancos sejam públicos ou privados.

Também quando as cooperativas retêm valores significativos de suas ditas “sobras”, não redistribuindo-as aos associados, promovem um mecanismo eficiente de acumulação de capital para a cooperativa, através da exploração do trabalho dos associados ou integrados. O que é apresentado como eficiência de gestão, por vezes traduz-se em trabalho não remunerado ou precário, como no caso dos trabalhadores de frigoríficos, por exemplo. Inclusive com o aval dos associados.

Este modelo de cooperativismo, submetido e articulado às relações capitalistas de produção não é o único exemplo de organização da produção no campo brasileiro. Além de ações coordenadas por empresas de capital privado, há valiosas experiências que têm se mostrado viáveis e que se organizam levando em consideração a essência do pensamento e das práticas cooperativistas. Podem aqui ser citadas, dentre outras, as experiências implantadas pelo MST que buscam alternativas à produção capitalista tecnificada

voltada a atender apenas as necessidades e exigências do mercado, com foco na produção de alimentos saudáveis.

Porém, este estudo centrou suas atenções às cooperativas agroindustriais que em muito tem se aproximado de empresas capitalistas de produção.

3.1 - O COOPERATIVISMO NO PARANÁ

No Paraná, o movimento cooperativista em comunidades rurais, registrou as suas primeiras experiências ainda no século XIX. Porém, é na década de 1960, com incentivo e apoio do Instituto Brasileiro do Café (IBC) que o cooperativismo avança na sua organização e expansão, com o objetivo de redefinir sua forma de atuação, ampliando o número de unidades cooperadas e/ou unificando unidades que antes competiam entre si, em uma mesma região.

Se já havia importantes experiências anteriores de cooperativismo, foi em 1969 que teve início um novo momento no cooperativismo no Paraná. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ACARPA), vinculado à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, entre outros órgãos vinculados ao governo Federal e Estadual assumiram a coordenação da implantação, reestruturação e expansão das cooperativas, conforme publicou a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Nesse contexto, em 1971, foi criada a Organização das Cooperativas do Paraná, a OCEPAR, o que permitiu uma coordenação à nível estadual, dos projetos em implantação em cada uma das regiões, além de possibilitar uma maior ação e representação política do setor.

Paulo Roberto Neves Costa e Paulo Roberto Stoberl, em *Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná*, apontam que o sistema de representação política das cooperativas “possui uma arquitetura legal, o que resultou na criação de uma organização que congrega as cooperativas em cada Estado”. (COSTA; STORBEL, 2016, p. 259)

Esta organização, no caso do Estado do Paraná, estaria centralizada na Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR).

Na visão dos autores acima citados, a origem da ação e da representação política do cooperativismo no Paraná pode ser dividida em três períodos:

1º período	1907 – 1941	Instituição do controle estatal sobre o cooperativismo
2º período	1941 – 1956	Criação da entidade de representação nacional
3º período	1956 – 1971	Consolidação com a criação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – OCEPAR

Porém, os projetos de redefinição do sistema cooperativista no Paraná, segundo a OCEPAR, foram desenvolvidos ao longo da década de 1970 e atingiram diferentes regiões do Estado, sendo eles:

O Projeto Iguaçu de Cooperativismo - PIC, criado em 1971, contemplou a reorganização do sistema no Oeste e Sudoeste. O Projeto Norte de Cooperativismo - Norcoop, implantado em 1974, para reorganização das cooperativas da região Norte do Estado, e o Projeto Sul de Cooperativismo - Sulcoop, iniciado em 1976, reorganizou as cooperativas da região Centro-Sul. A Ocepar nasceu no decorrer do primeiro projeto, no ano de 1971, o que veio a dar forte apoio à execução dos projetos. (COAMO, 2019, p. 1)

Este Plano Integrado de Cooperativismo no Paraná demonstra a preocupação e a percepção por parte dos órgãos do governo estadual acerca da necessidade de redimensionar o cooperativismo, adequando-o as novas condições e relações estabelecidas pela modernização agrícola, ou seja, criar ou transformar as cooperativas em organizações empresariais

Na visão difundida pelos coordenadores do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), através do qual foi criada a Coopavel e outras unidades na região Oeste e Sudoeste do Paraná, as cooperativas deveriam desempenhar um duplo papel junto aos seus associados:

- Melhorar o desempenho produtivo da propriedade, através da introdução de novos conhecimentos, novas tecnologias e o melhor uso dos recursos disponíveis;
- Promover uma melhor qualidade de vida entre os associados através da formação de laços de cooperação e interação social.

Apesar de manter, no nível do discurso, a defesa de princípios básicos do cooperativismo, como a cooperação, por exemplo, o ponto prioritário defendido

pelo projeto é a reorganização produtiva visando implantar uma visão empresarial e gerencial no processo produtivo coordenado pelas cooperativas.

Como podemos perceber, o Projeto Iguaçu destinava-se a reorganizar e dinamizar o sistema cooperativista no Oeste e Sudoeste do Paraná, sendo o resultado de um plano integrado de vários agentes públicos, tais como a Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa). Na região Oeste, todas as cooperativas agropecuárias foram integradas ao Programa. Era seu objetivo também, a criação de uma ou mais centrais cooperativas nas suas regiões de atuação.

O Documento Base determinava que a área do Projeto Iguaçu deveria ter uma rede de cooperativas locais o mais bem distribuída possível, procurando fortalecer as que apresentavam condições e viabilidade e desestimular as inviáveis, até que deixassem de existir, de modo a servir adequadamente, todos os municípios sob sua responsabilidade. (MARANDOLA; RODRIGUES, 1989, p. 165)

Em 1971, a recém-criada Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), além de coordenar a reorganização do sistema cooperativo, pôde dar direção às mudanças que seriam implementadas na agropecuária a partir de então.

Conforme publicação da OCEPAR, estes projetos implantados e desenvolvidos no Paraná foram de fundamental importância para a construção de uma concepção de agropecuária voltada para o mercado, bem como sua preocupação com a transformação da produção através da agroindústria. Porém o que se evidenciou, na prática, foi uma crescente subordinação da agropecuária ao capital industrial e ao capital financeiro.

Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial. A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infraestrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância

para o início da integração e como consequência, da agro industrialização. Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com a condição de meras repassadoras de matéria prima às indústrias. (OCEPAR, 2011, p. 1)

Segundo a OCEPAR, no início da década de 1980, o cooperativismo paranaense deu um salto de qualidade ao buscar o “desatrelamento da ingerência estatal nas cooperativas”, através da instalação de um projeto piloto de autofiscalização, a partir da assinatura de um Termo de Ajuste entre a OCEPAR e as Cooperativas Centrais do Paraná. Este processo previa a intervenção do INCRA e da OCB e permitiria “alicerçar os primeiros passos rumo à autogestão das cooperativas no Paraná”. (OCEPAR, 2011, p. 1)

Jandir Lima e Lucir Alves endossam essa afirmação da OCEPAR sobre a importância das cooperativas para o desenvolvimento regional no artigo “*Cooperativismo e desenvolvimento Rural no Paraná do Agronegócio*”, onde aprofundam os estudos sobre a dispersão das cooperativas agropecuárias no espaço regional do Estado do Paraná, apresentando informações sobre integração e emprego e indicadores de produção.

Conforme afirmam os autores, atualmente, as cooperativas controlam parte significativa da produção de *commodities* no PR, mas a agroindústria precisa avançar para novas áreas de tecnologia, destacando que “no Paraná do agronegócio, as cooperativas de produção e agroindustriais ganharam uma importância ímpar, frente ao seu papel na modernização da agropecuária e na criação e estímulo à base industrial”. (LIMA; ALVES, 2011, p.3)

Apesar dos desafios impostos ao agronegócio paranaense, para os autores:

As cooperativas têm sido um instrumento importante de desenvolvimento rural e regional, pois além de estimular a circulação da renda elas fortalecem o capital social e o associativo junto aos pequenos produtores rurais. As cooperativas agropecuárias estão sempre procurando implantar novos projetos, com o objetivo de agregar valor aos produtos primários, aumentando assim, consideravelmente o valor destes no mercado e fortalecendo a base. (LIMA; ALVES, 2011, p. 3)

Ainda sobre a participação das cooperativas no processo de modernização da agricultura apoiado pelo Estado brasileiro, é importante a afirmação de Sergio Fajardo quando se refere à atuação das cooperativas agropecuárias. Segundo o autor: “Com apoio do Estado, essas ‘entidades-empresas’ atuaram fortemente na inserção de novas tecnologias impostas, por um mercado, globalmente orquestrado, em que a lógica industrial passou a predominar no campo”. (FAJARDO, 2016, p. 207)

O autor analisa também a importância que as cooperativas assumiram diante da modernização agrícola. Sobre esta relação explica que:

As empresas cooperativas surgem como alternativa para a inserção na modernização tecnológica do campo, funcionando ao mesmo tempo como propagadoras da mesma. Por outro lado, veem-se forçadas a ingressar na atividade agroindustrial com intuito de agregar valor à produção agropecuária como meio de sobreviver à concorrência com empresas que passam a operar com os mesmos produtos. (FAJARDO; 2016, p. 218)

No início da década de 1970, através de ações desencadeadas pelo INCRA, Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Paraná realizou-se o que foi chamado de “saneamento das cooperativas do Estado”. Na avaliação destes órgãos havia um “excesso de cooperativas”, algumas inativas ou inviáveis econômica e financeiramente, outras atuando de modo concorrencial, impedindo o desenvolvimento das mesmas, sendo por isso necessário avaliar e reestruturar o sistema. Este “saneamento” visava adequar as cooperativas às novas exigências impostas ao modelo produtivo, no campo brasileiro.

Avaliava-se, também, que era necessário promover e difundir o “espírito cooperativista entre todos os proprietários rurais. A intensidade de publicações nos jornais de circulação local e regional divulgando positivamente a implantação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo pode ser um demonstrativo neste sentido. O jornal “Fronteira do Iguaçu” publicava nos anos iniciais da década de 1970, editoriais, matérias jornalísticas, relatórios de atividades e criou um suplemento rural que, segundo o próprio jornal, contava com a participação da ACARPA, do Ministério da Agricultura, da Secretaria da Agricultura do Paraná, do Incra, de Sindicatos, Cooperativas, Entidades de Economia Mista ligadas ao setor rural, estabelecimentos de crédito dentre outros.

Em um destes suplementos foi publicado o relatório do extensionista rural Nelson Rodrigues sobre as atividades no “1º Treinamento Doutrinário dos Líderes” realizado no município de Corbélia, pela ACARPA, com o objetivo de “discutir assuntos relacionados à agricultura e organização das suas comunidades, fazendo referência à importância da criação, nas escolas, da associação de pais e professores, as APPs, que seriam espaços importantes de organização e difusão do cooperativismo”. (*Jornal Fronteira do Iguaçu*, suplemento rural, 1971).

Em outra publicação do dia 28 de novembro de 1971, o mesmo jornal publicou matéria sob o título “A orientação da Acarpa” onde apresenta a importância da mecanização da agricultura para a economia do município destacando a contribuição dada pela Acarpa nesta atividade e no desenvolvimento do cooperativismo, atuando em várias frentes, em especial o “Clube Agrícola Escolar” e os “Clubes 4 – S” (saber, sentir, saúde e servir) junto à juventude rural.

Os clubes 4 – S⁴⁸, inspirados nos clubes de jovens estadunidenses conhecidos como Clubes 4 – H, foram criados no Brasil a partir de 1953. Seu objetivo era disseminar os conhecimentos técnicos a serem aplicados na agricultura visando o aumento da produtividade, considerada como expressão da sua modernização.

As agências de extensão rural entendiam que a educação dos jovens, através das cooperativas, para o novo padrão de modernização agrícola, era de fundamental importância, visto que seriam eles também, os sujeitos efetivos deste processo.

Nesse sentido, o jornal “Fronteira do Iguaçu” em seu suplemento rural, além de destacar “o despertar do campo para o cooperativismo”, apresentava como “uma iniciativa louvável” o programa de educação de base dos centros cooperativos de treinamento agrícola, realizado pelo INCRA em convênio com os Estados. Segundo a matéria publicada, o programa havia sido “criado para ensinar os agricultores a explorarem racional e economicamente os recursos

⁴⁸ Esta temática foi objeto de estudo de Cintia Wolfart em sua dissertação de mestrado “O novo já nasce velho: os clubes 4-Sne a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)” defendida em 2017 pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

naturais”, destacando que este seria um novo programa de cooperativismo. (*Jornal Fronteira do Iguaçu*, suplemento rural, 1971)

Fato é que as cooperativas foram a opção considerada como adequada para intermediar e viabilizar a inserção do campo regional no novo processo produtivo visto que não havia naquele momento outra organização com interesse econômico para realizá-lo, nem o Estado por si só, nem tampouco a iniciativa privada. Neste sentido é importante considerar que esta foi a opção adotada e não a única possibilidade existente.

Essa nova lógica não incluía a todos e nem se estendia a todas as atividades e culturas agrícolas. Certamente priorizou aquelas destinadas ao mercado externo, como a soja, por exemplo.

A importância das cooperativas criadas neste processo de modernização da agricultura está na viabilização do acesso ao crédito rural por parte dos produtores diretos. Também por partir delas a assessoria e orientação técnica através da “Extensão Rural” sobre a produção em larga escala. Deste modo, as cooperativas constituíram-se em importantes espaços de direção na implantação de um novo modelo de produção no campo viabilizando a implantação das políticas de desenvolvimento agrícola do Estado brasileiro.

O processo de modernização e de criação das cooperativas, portanto, não foi um processo natural e espontâneo. Se foi uma política do Estado brasileiro, também foi recebido como alternativa viável pelos proprietários da terra, que não se resignaram em ter sua atividade submetida ao comando de grandes empresas multinacionais e ao capital financeiro.

Portanto, a coordenação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC) percebia que, para consolidar o sistema cooperativo e as próprias cooperativas, se fazia necessário assessorar, orientar, conduzir e até educar a população do campo para este novo projeto de agropecuária em fase de implantação no país e na região, onde a assessoria técnica era apenas uma das atividades de “extensão rural”.

Em visita a diversas cooperativas do Paraná em 2017, Silvio Galdino Lima, um dos idealizadores do PIC, afirmou que:

Muito diferente do cenário que vivenciamos no final da década de 1960, quando iniciamos trabalhos de discussão do primeiro planejamento estratégico do cooperativismo, que foi o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC) e, posteriormente, o Norcoop (Projeto Norte de Cooperativismo) e o Sulcoop (Projeto Sul de Cooperativismo). Hoje os novos nem sabem sobre esses fatos, como aconteceram no passado, mas receberam a influência dessas ações e estão executando com esmero e competência um trabalho espetacular pelos resultados alcançados pelo cooperativismo no estado". "Não parem esse processo de formação de novos líderes, de capacitação para a gestão, administração de novos processos. Se isso parar, o processo de desenvolvimento do sistema cooperativista também para". (Galdino, 2017, p. 1

Elpídio Serra ao tratar sobre essa transformação no sistema cooperativo no Paraná afirma que, pela sua forma de agir, ele se distancia do projeto original. Segundo o autor, a maior parte das cooperativas agropecuárias ou agroindustriais do Paraná já surgiram como empresas mercantis e que nas últimas décadas assumiram a condição de grandes empresas comerciais e industriais integradas ao agronegócio. Assim, estas cooperativas:

...vem sofrendo nos últimos tempos um processo de transformação muito forte, a ponto de não se ter em determinadas situações como separar uma cooperativa de uma empresa privada comum, dados os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo. (Serra, 2008, p.2)

É fato que, por um lado, a fração agrária foi inserida na produção para o mercado, o que exige constante competitividade, aumento na produtividade e redução de custos. Mas por outro lado, foram e ainda são eles, os maiores difusores deste conjunto de relações que exigem investimentos cada vez maiores em tecnologia e inovação, tanto através de suas entidades representativas, quanto pelos diretores administrativos das cooperativas às quais estão vinculados, sejam como associados ou como integrados.

Já no final da década de 1970, representantes da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná faziam a defesa do modelo atual de cooperativismo, ou seja, da agroindústria. Sob o título "Agroindústria, este é o próximo passo para as cooperativas paranaenses", matéria publicada no caderno "O Paraná Rural" (*Jornal O Paraná*, 18 de agosto de 1979), apresentava a

evolução no faturamento das cooperativas do Paraná e afirmava que seu desafio, uma vez que as centrais estavam organizadas, passava a ser a agro industrialização. Este projeto foi defendido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR) e discutido no XI Congresso Brasileiro de Agronomia realizado em Curitiba.

A justificativa para tal redirecionamento, inclusive já adotado naquele momento pela cooperativa de Maringá, a COCAMAR, pela cooperativa de Campo Mourão, a COAMO, entre outras, era de que “no Paraná, as cooperativas participam na produção dos principais produtos agrícolas, explorados em índices superiores ou próximos a 50 por cento, não se concebendo, portanto, que fiquem alheias ao processo agroindustrial”. (*Jornal O Paraná*, 18 de agosto de 1979)

Assim, no Estado do Paraná, as cooperativas assumiram um papel fundamental na condução da economia, inicialmente na agropecuária e ampliando para a agroindústria nos anos seguintes. Como os ganhos com a produção de grãos eram insuficientes e instáveis, as cooperativas e seus associados foram empurrados para as agroindústrias com o objetivo de agregar valor e aumentar a rentabilidade, acentuando, por outro lado, sua dependência com os créditos públicos ou com o sistema financeiro privado, sujeitando seus associados às oscilações do mercado consumidor interno e externo.

O Estado, através de seus órgãos de fomento, teve papel determinante na implantação das agroindústrias pelas cooperativas. A necessidade de recursos financeiros foi suprida com a disponibilidade de financiamentos com recursos públicos a juros especiais. Se por um lado, isso viabilizou a instalação das agroindústrias, de outro, colocou-se as cooperativas no endividamento, desafio este, ainda enfrentado atualmente. Agora não apenas com os bancos públicos, mas com o sistema financeiro como um todo, a ponto de comprometer significativamente não só a lucratividade de algumas cooperativas, mas também o seu sistema de distribuição das sobras.

A agro industrialização também impôs uma certa seletividade ou necessidade de adequação das cooperativas quanto aos seus quadros de associados. Aqueles que não tinham capital ou possibilidade de viabilizar empréstimos junto aos bancos, encontraram dificuldade em adequar a propriedade e a produção aos novos padrões exigidos e, por isso, foram

excluídos do quadro associativo. Nem sempre era possível conciliar os interesses dos associados com as condições impostas pelo mercado consumidor.

Esse processo seletivo ainda se mantém. É imprescindível ao produtor, seguir o padrão produtivo, as normas de segurança alimentar e os níveis de produtividade para que possa manter sua condição de cooperado ou integrado

No Oeste do Paraná, a modernização da agricultura e a agro industrialização se confundem com o próprio sistema cooperativo.

Em seu mapa estratégico do cooperativismo, a OCB destaca que é importante para o desenvolvimento do cooperativismo ter “visão de futuro” e que esta estaria ancorada em quatro princípios fundamentais quais sejam: a competitividade, a integridade, a felicidade dos cooperados e a comunicação integrada. Quando detalha a sua compreensão de competitividade, a OCB explica que:

A competitividade deve ser entendida como o desempenho de uma cooperativa no mercado, por si resultante de um conjunto de fatores tais como a produtividade, a qualidade dos produtos, a capacidade de inovação, entre outros. A competitividade não deve ser o objetivo último do cooperativismo, mas o meio pelo qual é possível gerar, de forma permanente, os benefícios e os valores presentes na filosofia cooperativista. Uma cooperativa que busca ser competitiva a qualquer custo aproxima-se muito das práticas de uma empresa mercantil. Uma cooperativa que não possui competitividade, por outro lado, aproxima-se das práticas de uma organização não governamental ou associação benemérita. (OCB, 2015, p. 24)

Ao mesmo tempo em que se busca defender a concepção clássica do cooperativismo como entidade (empresa) que busca o bem comum de seus cooperados e da sociedade como um todo, não se deixa de frisar que a competitividade deve ser buscada no contexto da concorrência capitalista, o que em si expressa a contradição presente na atual configuração da gestão e organização produtiva capitaneada pelas cooperativas. A busca pela competitividade, aproximou as cooperativas de empresas privadas, tanto nos seus modelos de gestão, quando na organização da produção, das relações de trabalho e da geração de capital e sua acumulação empresarial capitalista.

Para que ocorra o fortalecimento da cultura cooperativista, a aceitação e o reconhecimento da sua importância por toda a sociedade, a comunicação é

apresentada como possibilidade para manter uma imagem positiva: “Isso implica um grande e permanente esforço de comunicação integrada de todo o sistema cooperativista”. (OCB, 2015, p. 24)

Ao observarmos as avaliações feitas tanto pelos diretores de cooperativas quanto pelos diretores da OCEPAR, da OCB e da ABAG sempre temos números grandiosos sobre associados, faturamento, arrecadação fiscal, volume de negócios internacionais e participação do setor no Produto Interno Bruto (PIB) e na sua balança comercial. Não raro se divulga que o agronegócio sustenta a economia do país.

Quando esse discurso se estende à economia paranaense, ele vem acompanhado ainda pelos positivos números quanto à geração de empregos pelo setor agroindustrial.

Os dados divulgados pelas cooperativas já não deixam dúvidas sobre a sua importância na transformação da economia regional e segundo a OCEPAR, as cooperativas agropecuárias e agroindustriais do Estado agregam uma parcela significativa dos produtores rurais, sendo responsável por 56% da economia agrícola do Estado, atuando na difusão de tecnologias, buscando o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico no campo e a circulação da renda a nível regional.

3.2 - O COOPERATIVISMO NO OESTE DO PARANÁ

Há no discurso informal e, por vezes, no acadêmico, a defesa do cooperativismo como sistema associativo, de colaboração mútua e porque não dizer, comunitário e democrático, principalmente quando se refere aos seus fundadores e aos gestores das primeiras cooperativas na região Oeste do Paraná.

Estes discursos apresentam a criação de cooperativas como um processo natural, decorrente do “espírito de cooperação” já presente no modo de vida dos colonos, descendentes de imigrantes italianos e alemães, vindos do RS e de SC e que trouxeram consigo essa cultura.

Segundo Ednilse Maria Willers, a gênese do “*cooperativismo agropecuário de alimentos*” no Oeste do Paraná estaria na “cultura associativa” presente nos seus fundadores.

Foi esse espírito gregário, entranhado na estrutura social dos migrantes que colonizaram a mesorregião Oeste do Paraná, o norteador das iniciativas de cooperação que desencadearam nas associações de produtores, e essas, nas cooperativas agropecuárias de alimentos da mesorregião em estudo. (WILLERS, 2015, p. 28)

O mesmo pensamento é percebido na fala do presidente da Copacol, Valter Pitól. Em entrevista concedida ao jornal “A Voz do Paraná”, afirmou que:

É natural algumas regiões, pela própria etnia, pela origem de sua população, ter uma tradição de ser cooperativista. Mas, isso está crescendo muito dentro do País em diferentes ramos, não só do agronegócio, fazendo com que as pessoas realmente entendam que com o espírito de cooperar, de participar das conquistas, superar os desafios, se consegue atingir os objetivos bem mais fácil. O cooperativismo está se desenvolvendo. Alguns ramos com mais rapidez, mas todos eles se desenvolvendo, proporcionando às pessoas oportunidades. O cooperativismo da região paranaense vai se fortalecer cada vez mais. (PITOL, 2019)

Porém, quando consideramos as condições impostas aos proprietários rurais, no final da década de 1960 e durante as décadas de 1970 e 1980, podemos perceber outros fatores como determinantes para a criação de cooperativas de produção agropecuária no Oeste do Paraná. Foram as condições históricas e não a “natureza cooperativa” que impôs a busca por alternativas na organização da produção.

As cooperativas do Oeste do Paraná, fundadas no final da década de 1960 e nos anos posteriores, já nasceram como empresas capitalistas, preocupadas em gerir os recursos com racionalidade e viabilidade econômica. A sua função inicial era a de organizar e assessorar tecnicamente os agricultores e pecuaristas (suínos e frangos) além de viabilizar o armazenamento e a comercialização de sua produção.

Nos anos seguintes, elas passaram por processos de reestruturação e adequação às novas exigências da economia nacional e internacional voltando-se para a agroindústria e a difusão de novas tecnologias e processos de produção no campo, assumindo a condução da sua modernização e sua vinculação ao agronegócio.

Se entre 1950 e 1970 a sociedade regional no Oeste do Paraná foi marcadamente rural, com 75% de sua população vivendo no campo, desenvolvendo uma agricultura de subsistência aliada a agricultura comercial e a criação de suínos, alimentados com a ração produzida pelos produtores, a partir de 1970 as inovações técnicas introduzidas na agricultura brasileira foram rapidamente absorvidas pelos agricultores na região.

O papel fundamental nesse processo de transferência tecnológica coube às cooperativas, direcionando as ações dos proprietários rurais que, gradativamente, abandonaram essa agricultura tradicional, cedendo lugar à produção comercial em larga escala. Hoje, podemos perceber que na região Oeste do Paraná o cooperativismo já é a forma predominante de gerenciamento empresarial da produção agrícola.

Podemos afirmar, inclusive, que a história do cooperativismo agropecuário e agroindustrial, no Paraná, se confunde com o desenvolvimento do agronegócio. Este modelo produtivo que exige altos investimentos em insumos, equipamentos e tecnologia reproduz-se na região Oeste do Paraná, através da mediação entre empresas e produtores, realizada principalmente pelas cooperativas.

A história do Cooperativismo no Oeste do Paraná teve início no município de Palotina, no ano de 1963, com a criação da Cooperativa Agrícola Mista de Palotina, a CAMPAL. Encontrando dificuldades para a sua administração, em 1969, a Acarpa, atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER) assumiu a coordenação de um projeto de reorganização da cooperativa. Entre os encaminhamentos realizados estavam o incentivo à produção, a comercialização e o consumo de produtos à base de soja. Para tanto, em 23 de maio de 1971, realizou-se a “1ª Festa da Soja⁵⁶” no município.

No município de Cascavel e no seu entorno, a Cooperativa Agropecuária de Cascavel, quando fundada em 1970 e, hoje, denominada Cooperativa Agroindustrial de Cascavel (COOPAVEL), exerceu e exerce papel importante, tanto na organização, expansão e viabilização da produção agropecuária voltada para o mercado, quanto na introdução da agroindústria, constituindo-se como

⁵⁶ A “festa da soja” passou por modificações e atualmente é organizada como “Expo Palotina”. Visando ampliar sua abrangência, a partir de 2017, a Associação Comercial e Empresarial de Palotina (ACIPA), em conjunto com a Sociedade Rural, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e outras entidades do município, assumiram a organização e execução do evento.

espaço de organização e atuação de uma importante fração agrária na região, vinculada diretamente ao que hoje se denomina de agronegócio.

As cooperativas Coamo, Cocamar, Coopavel, Copagril, Copacol, Primato, CVale e Lar, atuam nesta e em outras regiões do Estado, bem como em outros Estados e no Paraguai, organizando e dando o direcionamento para a produção agropecuária e agroindustrial, tanto nos ramos de produção de grãos (principalmente de soja, trigo e milho), quanto na criação, abate e processamento de animais (principalmente de suínos, frangos, gado de corte e peixes, além da produção de leite e seus derivados) destinados ao mercado interno e exportados para vários países do mundo.

A Cooperativa Coamo, apesar de estar sediada em Campo Mourão, tem na região Oeste do Estado um importante espaço de atuação, principalmente no recebimento, armazenamento e comércio de grãos e insumos. Atua também na industrialização de trigo, café e soja.

Quando da falência da Coopagro, cooperativa estabelecida em Toledo, a Coamo adquiriu parte da sua massa falida e absorveu número significativo de seus associados. Já a Cocamar que possui sua sede em Maringá, está presente, principalmente, através do comércio de seus produtos.

Para fortalecer sua capacidade competitiva, algumas destas cooperativas organizaram-se inicialmente em um sistema de condomínio ou consórcio e, em 1975, fundaram a Cooperativa Central COTRIGUAÇU⁵⁷ da qual fazem parte e possuem o controle acionário as cooperativas Coopavel, CVale, Lar e Copacol. Criaram também a Cooperativa Central FRIMESA da qual fazem parte as cooperativas Lar, C.Vale, Copacol, Copagril e Primato.

Inicialmente, a Cotriguaçu foi constituída com o objetivo de realizar a construção de armazéns graneleiros no porto de Paranaguá, a fim de viabilizar seu projeto de ampliação das exportações. Com financiamentos do BRDE e do Banco do Brasil, o projeto inicial foi transformado na unidade “Terminal Portuário de Paranaguá”.

Concretizado este projeto inicial, as cooperativas então afiliadas, definiram pela criação de uma entidade organizativa que atuaria para além das questões de

⁵⁷ A Cotriguaçu recebeu maior atenção neste trabalho de pesquisa por dela fazer parte a Coopavel, objeto de estudo desta tese.

logística, passando a organizar e desenvolver atividades econômicas e sociais de interesse comum.

Assim, a Cotriguaçu foi criada com os objetivos de integrar, orientar, aprimorar e desenvolver em escala maior, as atividades econômicas comuns às cooperativas filiadas, coordenando a utilização recíproca de serviços e atividades assistenciais.

A importância da Cotriguaçu, quando de sua criação, pode ser avaliada pela sua participação na economia. Em 1976 ela participava com 47,9% das exportações de grãos do Paraná.

Uma das reivindicações dos associados da Cotriguaçu era a construção de uma ferrovia que ligasse a região Oeste à malha ferroviária do Estado, com o objetivo de atingir, principalmente o Porto de Paranaguá. Em dezembro de 1996 foi autorizado pelo Ministério dos Transportes o início do transporte nos trilhos da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE)⁵⁹ cujo processo para sua construção havia sido iniciado em 15 de março de 1988.

Em 2004, a Razão Social da empresa passou a ser “Cotriguaçu Cooperativa Central” e atualmente os seus principais espaços de atuação são os terminais portuários em Cascavel e Paranaguá, o moinho de trigo e a estação de armazenagem no terminal ferroviário da Ferroeste, em Cascavel.

A sede administrativa da Cotriguaçu, ou seja, a sua Presidência e a Superintendência, com os departamentos de apoio e atividades burocráticas em comum, está localizada na cidade de Cascavel. O moinho de trigo está instalado em Palotina, o armazém graneleiro e a câmara frigorífica estão no terminal ferroviário em Cascavel e o terminal portuário está em Paranaguá.

Conforme publica em sua página oficial na internet, a criação e difusão de “uma identidade visual” tem por objetivo demonstrar a união de esforços que convergem no sentido de atender aos interesses das quatro cooperativas filiadas e assim apresenta o significado de sua logomarca, ou identidade visual.

⁵⁹ Mais informações sobre a história da ferrovia e sua importância para a economia paranaense pode-se acessar ao endereço da cooperativa:
<http://www.ferroeste.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>

Logomarca 1 – Cooperativa Central Cotriguaçu



A marca COTRIGUAÇU, foi desenhada com o objetivo de modernizar e reforçar a imagem da Cooperativa que conta com 4 associados cujas atividades convergem para o mesmo objetivo. A imagem corporativa deve transmitir união de esforços, dinamismo e modernidade.



As elipses concêntricas simbolizam os esforços que representam em um objetivo comum, delimitando e dando idéia de "Armazenamento".



A letra "C" de "Cotriguaçu" simboliza a abertura para escoamento dos produtos. Idéia de proteção e movimento.



A seta indica direção, deslocamento, crescimento, e simboliza a ascensão e progresso.



A simbologia representa a saída do produto do seu núcleo ou origem para o exterior. A seta e a letra "C" inscritas em uma elipse, se integram e descrevem um "trajeto" ou "deslocamento" (da origem ao destino).

Fonte: Cooperativa Central Cotriguaçu.

A Frimesa, por sua vez, é organizada como uma central a qual estão associadas cinco cooperativas, conforme citado acima e que atuam nas cadeias de carne suína e de laticínios.

A história da Central Frimesa teve início em 1977 quando um grupo de 6.800 produtores rurais criaram a SUDCOOP no Sudoeste do Paraná. Com sede no município de Francisco Beltrão, iniciou suas atividades no ano seguinte, com o

objetivo de realizar a industrialização de carne suína. Para tanto foi adquirido o Frigorífico Medianeira e com a aquisição, em 1979, de duas unidades da empresa Laticínios Rainha, a Central ampliava sua área de atuação para o setor leiteiro.

Em 1981, quando a sede foi transferida para o município de Medianeira, no Oeste do Paraná, as unidades que haviam fundado a SUDCOOP foram desligadas e a Cooperativa passou a comercializar os produtos Frimesa, Rei do Oeste e Iguaçu. A partir daí a Central passou a ser chamada de “Cooperativa Central Frimesa”.

A partir de 1986, a Frimesa intensificou o seu processo de expansão e ampliação da agro industrialização, modernizando o abate de suínos e sua transformação em produtos processados. Novas unidades foram instaladas, sendo uma em Marechal Cândido Rondon (Queijos Réggio). Além disso, os investimentos na melhoria genética dos animais e a formação de uma ampla base leiteira passaram a ser prioridade.

Em 2001 a Frimesa passou por um processo de reestruturação da gestão administrativa, assumindo critérios técnicos, de formação e qualificação dos profissionais que atuam junto aos produtores associados. Foi quando lançou a atual marca de seus produtos.

Nas primeiras décadas do século XXI, está em processo a ampliação da produção agropecuária e agroindustrial. Foram elaborados novos produtos na área de leite e suínos, comercializados internamente e exportados para vários países.

Os investimentos realizados em inovações tecnológicas se traduziam na aquisição de robôs que passaram a ser utilizados na realização de tarefas de grande esforço.

42 anos depois da sua fundação, em 2018, a Frimesa tinha 3.550 associados e 8.472 funcionários. O seu faturamento foi de R\$ 2,93 bilhões e a produção total de derivados de leite e suínos somou 379.000 toneladas.

A Cooperativa Central Frimesa possibilita a realização de esforços coordenados entre o conjunto das cooperativas filiadas e os produtores associados no sentido de obter melhores resultados, através de um arranjo produtivo, logístico, de industrialização, divulgação da marca e de comercialização da produção.

Além disso, envolve os processos de entrega de insumos, acompanhamento técnico para o desenvolvimento da criação e entrega da produção para a Frimesa, que então realiza a industrialização e comercialização dos produtos.

Dentre as cooperativas instaladas no Oeste do Paraná destacam-se, como unidades, a Copacol, a C.Vale, a Copagril, a Primato, a Lar e a Coopavel. Sua importância pode ser avaliada pela sua presença na economia regional, seu faturamento, o número de associados e de funcionários.

A partir das informações publicadas nos sites das cooperativas, podemos observar alguns dados quanto a localização da sede, número de associados e funcionários, seu ano de criação e faturamento anual:

Quadro 03: Perfil das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná – 2018

COOPERATIVA	MUNICÍPIO SEDE	Nº DE ASSOCIADOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS	ANO DE CRIAÇÃO	FATURAMENTO ANUAL (MILHÕES)
C. VALE (Campal - Coopervale)	PALOTINA	20.892	9.468	1963	8.504
LAR (Comasil; Cotrefal)	MEDIANEIRA	10.887	9.847	1964	6.380
PRIMATO	TOLEDO	7.820	1.073	1997	587
COPACOL	CAFELANDIA	5.858	9.563	1963	3.841
COPAGRIL	M. C. RONDON	5.313	3.534	1970	1.701
COOPAVEL	CASCAVEL	5.289	5.233	1970	2.512
INDICADORES TOTAIS	REGIÃO OESTE	56.059	38.718	-	23.525

Fonte: Sites oficiais das cooperativas citadas e/ou relatórios anuais das mesmas. (Tabela organizada pela autora)

Atualmente, o território de atuação da C.Vale são os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Paraguai, onde estão distribuídas as suas 51 filiais.

Em 1963, 24 agricultores fundaram em Palotina a Cooperativa Agrícola de Palotina Ltda (Campal) para resolver os problemas que enfrentavam na armazenagem e comercialização de suas safras de grãos. A cooperativa iniciou as suas operações em 1969.

Com a reorganização das cooperativas do Oeste, coordenada pelo Projeto Iguazu de Cooperativismo, a área de atuação da Campal foi ampliada e o número

de associados aumentou. Em 1974 passou por uma reestruturação e sua denominação foi alterada para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquiri Ltda (Coopervale).

Como ocorreu com todas as cooperativas do Oeste, em 1990, a Coopervale passou por nova reestruturação administrativa e de gestão que levou ao redirecionamento de suas áreas de atuação. A agro industrialização passava a ser a prioridade nos seus investimentos. Esta reestruturação foi coordenada por Alfredo Lange que, em 1994, foi eleito seu diretor presidente, cargo que ocupa até hoje.

Em 2003, com a alteração no Estatuto Social da cooperativa a sua denominação passou a ser Cooperativa Agroindustrial do Vale do Piquiri (C.Vale) e hoje está entre as maiores cooperativas do seu segmento no Brasil.

A C.Vale coordena a produção, o recebimento e a comercialização de cereais (soja, milho, trigo), e o processamento de mandioca, frangos e peixes. A produção de leite e suínos é destinada aos frigoríficos da Frimesa, cooperativa central à qual a C.Vale é filiada. A produção de frangos e peixes passa por diferentes níveis de processamento, desde o simples fracionamento e congelamento, a pratos grelhados, fritos e cozidos que estão disponíveis no mercado interno e para exportação.

O processamento de alimentos faz da C Vale, em 2019, a cooperativa com o maior número de funcionários. Esta é uma situação que vem num ritmo de crescimento acelerado. Em 2014, a cooperativa tinha um total de 6.404 funcionários. Este número aumentou para 7.840 em 2016. Em 2017 entrou em funcionamento o frigorífico de peixes e em 2018 seus funcionários já somavam 9.468 trabalhadores, 47,85% a mais que em 2014. O quadro associativo também vem registrando um forte crescimento quanto ao número de cooperados. Em 2014, a C.Vale tinha um total de 13.793 associados que em 2016 já somavam 15.562. Em 2018 os cooperados eram um total de 20.892, apresentando um crescimento de 52,12% em relação a 2014.

Considerando que no período entre 2014 e 2018, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) teve uma variação de 31,23%, a mesma tendência de crescimento pode ser observada no faturamento da cooperativa em questão. Em 2014 o seu faturamento foi de R\$ 3,22 bilhões; em 2016 cresceu para R\$ 4,64

bilhões e em 2018 apresentou um salto no seu faturamento somando R\$ 8,50 bilhões, atingindo um crescimento de 163,98% em relação ao ano de 2014.

Portanto o crescimento real do faturamento desta cooperativa foi de 101,15% acima da inflação o que confere a condição de ser, dentre as cooperativas do Oeste do Paraná, a que apresenta os melhores resultados econômicos.

A Lar Cooperativa Agroindustrial, foi fundada em 1964 por um grupo de 55 agricultores do atual município de Missal. Seu primeiro presidente foi o Padre José Backes. Inicialmente denominava-se Cooperativa Mista Agrícola Sipal Ltda (COMASIL).

A partir de 1970, sob a coordenação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), a Comasil foi reestruturada e transferida para Medianeira onde passou-se a construir sua nova estrutura administrativa e de suporte aos associados que em 1973 já somavam 1.414. Naquele ano foi realizada a alteração da sua denominação para Cooperativa Agrícola Três Fronteiras Ltda (COTREFAL).

Em 1975, assim como ocorreu com outras cooperativas da região, a Cotrefal enfrentou uma grave crise financeira. Disputas internas agravaram os efeitos da perda de safras, instabilidade nos preços dos produtos agrícolas e a falência do frigorífico Frimesa, afetou severamente os suinocultores.

Foi então que a Cotrefal assumiu a massa falida do frigorífico Frimesa de Medianeira, dando origem a Cooperativa agropecuária Sudoeste Ltda (SUDCOOP), hoje Frimesa, sendo a Cotrefal, uma de suas filiais. Teve início ali, o seu processo de industrialização.

Em 1980 a marca LAR foi criada e a Cotrefal já tinha 3.161 associados. Em 1991 passou por um novo processo de reestruturação administrativa e de gestão. A agro industrialização passou a ser a sua prioridade: feccularia, indústria de aves e de carnes passaram a ser implantadas e ampliadas.

Hoje na Cooperativa Agroindustrial Lar (antiga Cotrefal) são produzidos em torno de 300 produtos que são comercializados no país, na América, na Europa, na Ásia e nos países árabes.

Sua sede administrativa está no município de Medianeira e conta com unidades instaladas em 11 municípios da região, 10 unidades no Leste do Paraguai, 14 no Estado do Mato Grosso do Sul e 1 em Santa Catarina.

As atividades organizadas pela cooperativa são: recebimento, armazenamento e comércio de cereais (soja, milho e trigo); produção de sementes; comércio de insumos agropecuários; produção de ração animal; feccularia e produção de amidos e modificados; supermercados; frigoríficos de aves e suínos; processamento de carne de frango, avicultura, suinocultura e produção de leite e derivados.

Seu faturamento, nos últimos anos, se encontra em crescimento sucessivo. Em 2014 foram R\$ 3,09 bilhões; em 2016 foi de R\$ 4,82 bilhões e em 2018 somou um total de R\$ 6,38 bilhões, que corresponde a um crescimento superior a 100% no período.

A participação no seu quadro associativo seguiu a tendência de crescimento. Em 2014 eram 9.597 associados; em 2016 eram 10.261 e em 2018 já somavam um total de 10.887, ou seja, 13,56% superior a 2014.

O número de funcionários que trabalham na cooperativa Lar também vem crescendo. Em 2014 eram 7.301 trabalhadores; em 2016 somavam 8.758 e em 2018 eram um total de 9.847, o que corresponde a um crescimento de 34,87% de funcionários, atuando nas diferentes unidades e atividades, em relação a 2014.

A Primato Cooperativa Agroindustrial iniciou as suas atividades de 1997 atuando nos setores de leite, suínos, ração animal, restaurantes, supermercados, farmácias, postos de gasolina e recebimento de grãos (soja e milho).

Atualmente tem suas filiais instaladas em sete municípios do Oeste e Sudoeste do Paraná e o seu quadro de associados se apresenta da seguinte maneira: em 2014 eram 2.542; em 2016 eram 5.665 e em 2018 somavam 7.820 cooperados, 207,63% a mais que em 2014.

O seu faturamento também vem crescendo sistematicamente. Em 2014 foi de R\$ 280 milhões; em 2016 foi de R\$ 434 milhões e em 2018 somou um total de R\$ 587 milhões registrando um crescimento de 109,64% no período.

A Primato apresenta um perfil que se diferencia das outras cooperativas da região pela diversidade de atividades desempenhadas que não se relacionam, diretamente, ao segmento do agronegócio. Esta especificidade também explica o seu reduzido número de funcionários quando comparado com o número de associados. Em 2014 o número de funcionários contratados pela Primato eram 759. Em 2016 o número subiu para 820 e em 2018 eram um total de 1.073 trabalhadores, 41,37% a mais que em 2014. A Primato é, entre as cooperativas

do Oeste do Paraná, aquela que apresenta a menor proporção entre associados e funcionários, 0,13 funcionário por associado.

A Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol) foi criada em 1963 por 32 agricultores, migrantes vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sob a liderança do Padre Luis Luise. Através da cooperativa pretendiam viabilizar o abastecimento de eletrificação rural em suas propriedades no Oeste e Noroeste do Paraná. Mas, três anos depois, a Copacol foi transformada em uma cooperativa agrícola.

Em 1980 associou-se à Frimesa, o que facilitou as atividades de abate de suínos e a produção de derivados de leite. Em 2008, no município de Nova Aurora, a Cooperativa iniciou a produção e o abate de peixes, construindo um dos maiores complexos de piscicultura do país. Diariamente são abatidas 75 mil tilápias.

Hoje a Copacol organiza a produção agrícola e de leite e a criação de suínos, frangos e peixes. O leite e os suínos são processados pela Frimesa. Seus produtos são exportados para várias regiões do país, para a Europa e Ásia, atendendo as exigências de qualidade e segurança alimentar daqueles mercados.

Seu número de associados e funcionários vem crescendo ano a ano, assim como o seu faturamento. Em 2014 chegou a R\$ 2,5 bilhões; 2016 foram R\$ 3,25 bilhões e em 2018 R\$ 3,84 bilhões. Portanto, entre 2014 e 2018 a cooperativa registrou um crescimento de 53,60% no seu faturamento.

O número de associados seguiu leve tendência de crescimento. Em 2014 eram 5.184; em 2016 eram 5.555 e em 2018 totalizaram de 5.858, 13,00% a mais do que em 2014 e o número de funcionários que trabalham na cooperativa Copacol aumentou quase no mesmo ritmo dos associados. Em 2014 eram 8.350 funcionários; em 2016 somavam 8.804 e em 2018 eram um total de 9563 trabalhadores, ou seja, 14,53% a mais do que em 2014.

Em 1970, em Marechal Cândido Rondon, foi criada a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda (COPAGRIL), com o objetivo de organizar a produção e facilitar o armazenamento e a comercialização dos produtos agrícolas de seus associados. No dia 23 de novembro de 2005, foi realizada a reforma do Estatuto Social, com alteração da razão social para Cooperativa Agroindustrial Copagril, quando também inaugurou a sua unidade de industrialização de frangos em

Marechal Cândido Rondon, cuja produção é distribuída no mercado regional e exportada para o Japão, o México e a China.

Sua sede administrativa está instalada no município de Marechal Cândido Rondon e agrega 10 unidades filiais no Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Organiza a produção e o abate de frangos e peixes. A produção e o processamento de leite e de suínos são realizados em parceria com a Frimesa.

Além disso realiza o recebimento, armazenagem e comércio de cereais (soja, milho e trigo); a fabricação de ração animal; supermercados; posto de gasolina; lojas agropecuárias e oficinas mecânicas.

Seu faturamento vem seguindo a tendência apresentada pelas demais cooperativas da região, porém num ritmo mais lento. Em 2014 foi de R\$ 1,16 bilhão de reais; em 2016 R\$ 1,47 bilhão e em 2018 foi de R\$ 1,70 bilhão. Assim, o crescimento que se verifica entre os anos 2014 e 2018 é de 46,55%.

O mesmo ocorreu com o número de associados. Em 2014 eram 4.798 associados e em 2016 eram 5.094, subindo para 5.313 em 2018, aumento de 10,73%.

Os funcionários que trabalham nas diferentes áreas de atuação da cooperativa também aumentaram sistematicamente no mesmo período. Em 2014 somavam 2.944; em 2016 eram 3.172 e em 2018 somavam 3.534 trabalhadores, 20,04% a mais no período.

Ao compararmos os dados apresentados pelas cooperativas do Oeste do Paraná, podemos observar que a C.Vale é a maior cooperativa da região, com faturamento de 8.5 bilhões de reais, mais de 20 mil associados e 9.468 empregados.

A Primato, por sua vez, é a menor cooperativa em faturamento e em número de empregados, contudo possui grande número de associados, quase 8 mil, para um faturamento anual de 587 milhões de reais.

Enquanto a média de associados na região é de 1,44 para cada empregado, na Primato essa relação é de 7 associados para cada empregado. Já a Coopavel possui o maior equilíbrio nesse indicador, ou seja, aproximadamente um empregado para cada associado: 5.289 associados para 5.233 empregados.

A quantidade de associados nas cooperativas Coopavel, Copagrill e Copacol gira em torno dos 5 mil, contudo o faturamento da Copacol é mais que o dobro da Copagrill, enquanto que a Copacol possui quase três vezes mais

empregados que a Copagril, mas o seu faturamento é mais que o dobro do que o da Copagril, ou seja R\$ 3,8 bilhões de reais para R\$ 1,7 bilhões de reais.

C.Vale, Lar e Copacol possuem praticamente o mesmo número de funcionários, apesar do número de associados variar bastante, porém o faturamento por associado na Copacol é 50% maior do que na C.Vale, (R\$ 655 mil para R\$ 407 mil reais).

Na Primato o faturamento por associado foi de R\$ 75 mil reais. Já na Copacol foi de R\$ 655 mil reais no ano de 2018.

Os dados referentes a Coopavel serão abordados mais especificamente no próximo capítulo destinado à esta cooperativa, por ser o objeto de estudo desta tese.

Os valores totais referentes aos faturamentos das cooperativas do Oeste do Paraná, com exceção da Primato, estão na casa dos bilhões de reais. Porém, seu percentual de lucro varia entre 0,60% e 2,21% sobre a receita operacional bruta como pode ser observado no quadro 04.

Quadro 04: Resultados Financeiros das Cooperativas do Oeste (2018)

Cooperativa	Receita Operacional Bruta	Resultado Bruto Operacional	Resultado Final	% Lucro sobre ROB (*)
	R\$/Milhões (A)	R\$/Milhões (B)	R\$/Milhões (C)	(C/A)
C.Vale	8.663,54	1.405,02	143,37	1,65
Lar	6.380,39	885,10	96,71	1,52
Copacol	3.841,44	685,86	84,79	2,21
Coopavel	2.512,31	340,99	21,02	0,84
Copagril	1.701,78	215,47	10,18	0,60
Primato	587,08	96,11	10,12	1,72

(*) Dados elaborados pela autora a partir de informações disponibilizadas nos relatórios financeiros de 2018, publicados nos sites, das cooperativas.

Analisando os dados publicados nos relatórios anuais, observa-se que as cooperativas Copacol (2,21%) e Primato (1,72%) obtiveram os melhores percentuais de retorno sobre a Receita Operacional Bruta – ROB, em 2018. Vale ressaltar que as receitas têm origens distintas e representam importância específica no faturamento de cada cooperativa.

A Copagril e a Coopavel tiveram os menores percentuais de lucro sobre o faturamento no mesmo período, ou seja, 0,60% e 0,84%, respectivamente. Como

elas são menores em faturamento e ainda, por terem ampliado recentemente o processo de industrialização, sofreram mais as influências das oscilações nos preços dos produtos no mercado nacional, variações cambiais, custos de produção, alta competitividade, embargos sanitários e da greve dos caminhoneiros. Se há variações na taxa de lucro, importa considerar, entretanto, que nenhuma das cooperativas opera com prejuízos.

Na sua organização produtiva e de gestão, as cooperativas do Oeste paranaense têm se apresentado como empresas com forte capacidade competitiva, não apenas no mercado interno, mas também na pauta das exportações nacionais.

A sua atuação se dá, principalmente em áreas de pequenas e médias propriedades onde predomina a atividade familiar, na produção de frangos, suínos, peixes e gado leiteiro. É nas médias e grandes propriedades que se organiza, principalmente, a produção de grãos (soja, milho e trigo), em parte destinados a produção de ração e em parte para exportação *in natura*.

As unidades produtivas integradas ou associadas ao sistema cooperativo, compõem hoje, uma forte organização da cadeia produtiva e atingem altos índices de produtividade tendo como característica a adoção de padrões produtivos e sanitários que as habilitam a competir no mercado mundial.

A organização desta cadeia produtiva tem participação significativa na produção e na circulação da riqueza a nível local e regional, tanto pela produção na agricultura, na pecuária, nas agroindústrias e no setor de serviços.

Porém, os maiores investimentos realizados pelas cooperativas, nas últimas décadas, têm sido na instalação, ampliação e tecnificação das suas agroindústrias, com a expectativa de assumir uma maior autossuficiência e controle sobre o processo produtivo. Este processo apresenta-se como um dos seus grandes desafios visto que, a capacidade de autofinanciamento é reduzida, o que condiciona a busca por financiamentos externos às cooperativas.

Mas o que se pode observar, a partir da análise dos dados deste setor, é que a receita bruta das agroindústrias em relação as despesas por elas produzidas se apresenta de modo diferente em cada uma, conforme apresentado na tabela 05.

Tabela 05: Receita Operacional Bruta - Indústrias – 2018 (em milhões)

Cooperativa	ROB Indústria (R\$/Milhões)	Custos Indústria (R\$/Milhões)	Receita Indústria (R\$/Milhões)	% de Retorno Bruto Indústria (**)
	(A)	(B)	(C)	(C/B)
(*) Copacol	NI	NI	NI	NI
(*) Primato	NI	NI	NI	NI
C.Vale	2.197,72	1.671,94	525,78	31,45
Lar	2.191,44	1.831,55	359,89	19,65
Coopavel	1.668,33	1.518,70	149,63	9,85
Copagril	541,88	441,47	100,41	22,74

(*) COOPACOL E PRIMATO não informaram nos relatórios anuais de 2018, o detalhamento da ROB (Receita Operacional Bruta) das suas indústrias.

(**) Dados elaborados a partir dos relatórios financeiros de 2018, disponibilizados nos sites das Cooperativas.

Através da análise da receita bruta que estas cooperativas geram na economia regional é possível avaliar a importância da sua área de atuação. Importa considerar aqui que uma parcela significativa desta receita tem sua origem na produção regional.

Os dados referentes a Copacol e Primato não foram disponibilizados, por isso não fazem parte desta análise.

A Cooperativa que vem apresentando até agora o melhor retorno dos investimentos feitos na agro industrialização é a C.Vale, com 31,45%, enquanto o menor retorno bruto das suas agroindústrias é o da Coopavel com 9,85%.

A maior parte da Receita da Coopavel tem origem nas agroindústrias: R\$ 1,67 bilhões. Elas correspondem a 66,40% do seu faturamento total que também foi consideravelmente afetado pela crise da carne fraca, oscilações de preços no mercado nacional e a greve dos caminhheiros, comprometendo o resultado desse segmento na cooperativa, em 2018.

Em valores nominais, a Copagril se apresenta, entre as cooperativas analisadas, aquela cuja receita da indústria é a menor, ou seja R\$100 milhões, apesar de representar o segundo melhor percentual de retorno bruto, nesse segmento.

Entre os custos operacionais que impactam as receitas brutas das agroindústrias está a mão de obra e os investimentos em tecnologia. Além destes fatores, é necessário considerar que há um comprometimento significativo destas

receitas no pagamento de despesas financeiras, resultado de financiamentos feitos junto a bancos públicos, como o BNDES, bancos privados e cooperativas de crédito, explicitando um processo de financeirização no qual as cooperativas se tornaram grandes tomadoras de crédito, tornando-se importantes espaços de investimentos e atuação do capital financeiro. Estes créditos são tomados em diferentes modalidades e condições que variam conforme os investimentos a serem realizados e a capacidade financeira de cada unidade cooperativa⁶¹.

3.3 - O CRÉDITO RURAL, A FINANCEIRIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS E A CREDICOOPAVEL

Apesar de tentativas e experiências anteriores, a criação formal do Sistema Nacional de Crédito Rural aconteceu no Brasil por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e a institucionalização do Crédito Rural aconteceu um ano depois.

A aprovação de um sistema nacional de crédito agrícola visava criar as condições básicas para que o governo pudesse programar a sua política de desenvolvimento para o setor, no país.

No seu artigo 2º, a lei considerava como crédito rural os recursos financeiros oferecidos por entidades públicas e estabelecimentos privados de crédito a produtores rurais ou suas cooperativas desde que se adequassem aos seguintes objetivos:

- I - estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
- II - favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e à comercialização de produtos agropecuários;
- III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
- IV - incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo.

Se, a título de objetivos estabelecidos, pretendia-se fortalecer economicamente os pequenos e médios produtores, na prática, o maior volume de recursos tem sido destinado aos grandes proprietários de terra.

⁶¹ Esta questão foi analisada por Raoni Azerêdo na dissertação de mestrado sobre a cooperativa Coamo sediada em Campo Mourão.

Um levantamento realizado pelo INCRA e pelo IPARDES nos anos iniciais da década de 1970, na região Oeste e Sudoeste do Paraná, pôde diagnosticar que as culturas que mais absorveram os recursos do crédito agrícola, em cerca de 95%, foram a soja e o trigo, culturas não cultivadas em pequenas propriedades e que agricultores associados a cooperativas tiveram proporcionalmente maior procura e acesso a este tipo de financiamento, sendo que o Banco do Brasil foi a instituição financeira responsável por grande parte dos recursos liberados para agricultores associados, conforme consta:

Percebe-se que de uma maneira geral o Associado procura mais os Bancos da Rede Oficial para realizar seus Empréstimos, ou seja, 85,05%, o restante fica distribuído entre os Bancos da Rede Estadual e outros Bancos. 1,03 e 13,92, respectivamente. Enquanto que entre os não associados apenas 46,30% dos agricultores procuram o B.B para realizarem Empréstimos, o restante 11,11 e 42,59% ficam para o Banestado e outros Bancos, respectivamente. (INCRA/IPARDES, 1975, p. 141)

Quando se observa os dados sobre os empréstimos realizados pelos produtores rurais para custeio da safra 1974/1975, na área de atuação da Coopavel, considerando a sua condição de associado ou não associado, a dimensão das propriedades e os recursos financiados, fica evidente que através da Cooperativa, o acesso ao crédito rural era facilitado tanto para pequenos, médios e grandes proprietários associados. Mas, sempre em maior volume para grandes proprietários, conforme apresentado no quadro 05:

Quadro 05: Acesso ao crédito rural- Safra 1974-1975

ASSOCIADOS			NÃO ASSOCIADOS		
Área/Há	Crédito em CR\$	%	Área/há	Crédito em CR\$	%
5 – 25	102.100,00	2,45	5 – 25	16.460,00	0,76
25 – 75	448.500,00	10,77	25 – 75	236.400,00	10,87
75 -150	1.492.660,00	35,84	75 -150	941.500,00	43,31
Acima de 150	2.121.637,00	50,94	Acima de 150	979.400,00	45,06
Total	4.164.897,00	100,00	Total	2.173.760,00	100,00

Fonte: INCRA/IPARDES, 1975, p.142. (Quadro organizado pela autora)

Portanto, se o objetivo era facilitar o crédito a pequenos e médios proprietários, o que se efetivou foi uma absorção muito maior destas linhas de financiamentos pelos grandes proprietários, independentemente de serem associados ou não.

Nos dias atuais, a financeirização é um dos principais elementos constitutivos do agronegócio, mas, pode ser identificado desde o início do processo de modernização, ou seja, há um crescente processo de integração entre o setor financeiro e a produção e distribuição dos produtos agropecuários e agroindustriais.

Até o momento, no caso brasileiro, a instituição de crédito que se destaca no financiamento direto ao produtor do campo (Plano Safra) é o Banco do Brasil, com 70% da oferta de crédito. Na safra 2018/2019, os valores liberados inicialmente foram de R\$ 159,7 bilhões e no mês de fevereiro de 2019, mais R\$ 791 milhões foram adicionados. O valor destinado para financiar a safra anterior havia sido de R\$ 183 bilhões.

Porém, os bancos privados como Bradesco, Santander e Itaú Unibanco estão em processo de expansão no setor, assim como as cooperativas de crédito.

Segundo a revista Dinheiro Rural, estas instituições financeiras estão se especializando para atender a este segmento e já vem conquistando importantes espaços, apesar da forte predominância do Banco do Brasil.

Segundo a revista: “A soma das carteiras do agronegócio do Itaú Unibanco, Santander e Bradesco é de 65 bilhões e tem crescido a taxas de 5 a 10% ao ano”. (*Revista Dinheiro Rural*, maio. 2018, p. 45)

Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas e embaixador especial da FAO para as cooperativas, em 2015, relacionava a importância do crédito agrícola com a possibilidade de investimentos em tecnologia que tornariam possível a competitividade da agricultura brasileira.

É cada vez mais evidente - e isso está na cabeça dos melhores agropecuaristas – que a única maneira de sobreviver na economia globalizada é sendo competitivo. E só pode ser competitivo quem tiver alta produtividade, acima da média nacional. Isso depende, essencialmente, do uso da melhor tecnologia e das boas práticas agrícolas. Em outras palavras, ou usa nova tecnologia ou se caminha para a exclusão da atividade. Por isso o crédito rural em volume, custo e tempestividade é fundamental. Com ele, pode-se acessar a tecnologia adequada. (*Revista Coopavel*, out. 2015, p. 15)

A tecnologia exige altos investimentos o que dela excluem grande parte dos pequenos proprietários rurais, traduzindo-se, portanto, em um dos instrumentos de concentração fundiária.

A vinculação do sistema financeiro com a agronegócio através das cooperativas tem sido crescente, demonstrando sua dependência quanto a recursos externos para investimentos.

As seis Cooperativas do Oeste do Paraná possuíam no final de 2018, financiamentos junto a bancos e cooperativas de crédito, no valor total de R\$ 8,6 bilhões, o que representava 36,55% do total do seu faturamento.

Os resultados financeiros publicados pelas cooperativas do Oeste do Paraná demonstram que os custos com estes serviços interferem significativamente nos seus resultados finais. Se comparados com os valores anuais de faturamento, apresentam variação entre 31,53% e 51,33, como pode ser observado no quadro 06:

Quadro 06: Valores Totais dos Financiamentos das Cooperativas - 2018

COOPERATIVA	Faturamento	Total Financiamentos	% Financiamento sobre Faturamento
	R\$/ Milhões (A)	R\$/Milhões (B)	(*) (B/A)
C.Vale	8.504,64	2.681,10	31,53
Lar	6.380,00	2.559,59	40,12
Copacol	3.841,00	1.573,22	40,96
Coopavel	2.512,30	905,07	36,03
Copagril	1.701,00	578,81	34,03
Prímato	587,08	301,33	51,33
Total	23.526,02	8.599,12	36,55

Dados extraídos dos relatórios financeiros de 2018, disponibilizados nos sites das cooperativas.

(*) Cálculos realizados pela autora

A C.Vale, em 2018, apresentava o menor percentual de financiamento em relação ao faturamento: 31,53%. Contudo apresentava a maior dívida em valores absolutos: R\$ 2,68 bilhões. Já os financiamentos assumidos pela Coopavel somavam em 2018 um valor total de R\$ 905,07 milhões, o que correspondia a 36,03% do seu faturamento.

A Cooperativa Primato, de Toledo, por sua vez, era a que possuía o maior valor percentual de financiamentos em relação ao faturamento, ou seja, 51,33%, o que correspondia a valores financiados na ordem de R\$ 301,33 milhões.

Como apresenta a tabela 06, a maior parte dos financiamentos das cooperativas está concentrada em operações de curto prazo. Estes financiamentos são aqueles cujos prazos das obrigações assumidas terminam dentro do exercício, ou seja, com prazos inferiores a 12 (doze) meses. Os valores dos financiamentos nessa modalidade correspondem a 5,4 bilhões de reais, ou seja 62,79% do total dos empréstimos. No Brasil a curva de juros é invertida e taxas praticadas no curto prazo normalmente são mais altas.

Tabela 06: Perfil dos Financiamentos das Cooperativas – 2018

COOP.	Finan. Curto Prazo	Finan. Longo Prazo	Total Finan.	% Finan Curto Prazo	% Finan Longo Prazo
	R\$/Milhões (A)	R\$/Milhões (B)	(*) R\$/Milhões (A+B)	(*) (A/(A+B))	(*) (B/(A+B))
C.Vale	1.781,44	899,66	2.681,10	66,44	33,56
Lar	1.484,54	1.075,05	2.559,59	58,00	42,00
Copacol	977,55	595,67	1.573,22	62,14	37,86
Coopavel	589,76	315,31	905,07	65,16	34,84
Copagrill	412,98	165,83	578,81	71,35	28,65
Primato	152,69	148,64	301,33	50,67	49,33
Total	5.398,96	3.200,16	8.599,12	62,79	37,21

Dados extraídos dos relatórios financeiros de 2018, disponibilizados nos sites das cooperativas.

(*) Cálculos realizados pela autora

O Relatório demonstra que entre as cooperativas do Oeste, a Copagrill é a que possui o maior percentual de empréstimos na modalidade de curto prazo, (71,35% dos financiamentos), o que representa em valores nominais a importância de R\$ 413 milhões, cujos vencimentos ocorrerão até 31/12/2019.

Um financiamento é considerado de longo prazo, quando a dívida ultrapassa o período de um ano. Nesta modalidade de crédito as cooperativas

possuem empréstimos na ordem de R\$ 3,2 bilhões de reais, sendo a Primato a cooperativa com o maior percentual de financiamentos com essa característica, (49,33%), o que corresponde a importância de R\$148 milhões de reais.

A Coopavel informou no seu relatório anual de 2018 que assumiu R\$ 905 milhões em financiamentos, sendo 65,16% desse valor no curto prazo e 34,84% no longo prazo.

Em 2018, as cooperativas do Oeste do Paraná informaram em seus relatórios anuais, despesas financeiras líquidas no valor de 623,93 milhões de reais, o que representou 2,65% do seu faturamento. Estas despesas foram referentes apenas ao pagamento de juros e tarifas bancárias que foram pagas pelas cooperativas a seus credores, em decorrência dos empréstimos por elas contraídos.

Os juros praticados sobre os valores dos financiamentos variam de acordo com a fonte dos recursos, o prazo do financiamento e o rating de crédito da cooperativa na operação que está sendo realizada. Os custos financeiros dos recursos do BNDES, por exemplo, variam na taxa de 3% a 10,75% ao ano, e as indexadas mais juros, variam de 3,54% a 11% ao ano.

Na tabela 7 é possível identificar os valores totais tomados em financiamentos pelas cooperativas e o conjunto das despesas com pagamento de juros das dívidas e tarifas bancárias e sua proporção em relação ao faturamento.

Tabela 7: Despesas Financeiras das Cooperativas do Oeste do Paraná – 2018

COOPERATIVA	Faturamento	Financiamentos	Despesas Financeiras	% Despesas Financeiras sobre Faturamento (*)
	R\$/Milhões (A)	R\$/Milhões (B)	R\$/Milhões (C)	(C/A)
C.Vale	8.504,64	2.681,10	124,85	1,47
Lar	6.380,00	2.559,59	214,40	3,36
Copacol	3.841,00	1.573,22	124,00	3,23
Coopavel	2.512,30	905,07	113,35	4,51
Copagrill	1.701,00	578,81	32,08	1,89
Primato	587,08	301,33	15,25	2,60
TOTAL	23.526,02	8.599,12	623,93	2,65

Dados extraídos dos relatórios financeiros de 2018, disponibilizados nos sites das cooperativas.

(*) Cálculos realizados pela autora.

Entre as cooperativas analisadas, a C.Vale possui o menor percentual de despesas financeiras sobre o faturamento, com 1,47%, em 2018, enquanto que o maior percentual de despesas financeiras sobre o faturamento e sobre financiamentos está na Coopavel, com percentuais bem acima da média das demais cooperativas. Ela informou no seu relatório anual de 2018, despesas financeiras líquidas de 113.354.312,06, que correspondem a 4,51% sobre o faturamento.

Os financiamentos da Coopavel somam um total de R\$ 905.083.053,86. Destes valores, R\$ 589.769.884,25 terão vencimento no curto prazo e R\$ 315.313.169,61 a longo prazo.

A Coopavel informou, ainda, nas “notas explicativas da diretoria”, no item g da nota 03 (Principais práticas contábeis), os valores de R\$ 254.121.296,65 referentes a adiantamentos de Câmbio para exportação, contabilizados pela cotação do dólar de 3,8748 de 31/12 /2018. A maior parte do valor corresponde a ACC – Adiantamentos de Contrato de Câmbio. Conforme a Nota 10b do relatório anual de 2018, a cooperativa contabilizou 249.810.636,21 nesta modalidade de financiamento.

Essa modalidade de financiamento pode ter impactado os custos financeiros líquidos da cooperativa, considerando-se a variação cambial, uma vez que o dólar subiu 17,13% no acumulado dos doze meses de 2018, tendo fechado o último pregão de dezembro cotado a R\$ 3,8748. No período, a cotação do dólar oscilou entre R\$ 3,1391 (valor mínimo de fechamento registrado no pregão de 25 de janeiro) e R\$ 4,1879 (valor máximo de fechamento registrado no pregão de 14 de setembro), oscilação de 33,41% entre a mínima e a máxima no ano.

Os dados demonstram também que, nas relações financeiras, os bancos ficaram com a maior parte dos resultados gerados pelas atividades produtivas. Na Coopavel e na Copagril, essa relação foi positiva para os bancos em 506,03% e 458,94%, respectivamente, o que significa dizer que, no caso da Coopavel, os bancos ganharam cinco vezes mais que a cooperativa, considerando que as despesas financeiras foram na ordem de R\$113,35 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 22,40 milhões. O quadro 7 apresenta um demonstrativo desta relação entre as cooperativas do Oeste do Paraná e o sistema financeiro:

Quadro 7: Comparativo de Despesas Financeiras com o Lucro das Cooperativas – 2018

COOPERATIVA	Faturamento	Financiamentos	Despesas Financeiras Líquidas	Lucro Líquido	% Despesas Financeiras / Lucro Líquido (*)
	R\$/Milhões (A)	R\$/Milhões (B)	R\$/Milhões (C)	R\$/Milhões (D)	(C/D)
C.Vale	8.504,64	2.681,10	124,85	135,54	92,11
Lar	6.380,00	2.559,59	214,40	96,71	221,69
Copacol	3.841,00	1.573,22	124,00	84,79	146,24
Coopavel	2.512,30	905,07	113,35	22,40	506,03
Copagrill	1.701,00	578,81	32,08	6,99	458,94
Prímato	587,08	301,33	15,25	10,12	150,69
Total	23.526,02	8.599,12	623,93	356,55	174,99

(*) Cálculos elaborados pela autora a partir de informações dos relatórios anuais disponibilizados nos sites das cooperativas. (Quadro organizado pela autora).

Em 2018 as atividades econômicas organizadas pelas seis cooperativas do Oeste do Paraná proporcionaram aos bancos, carteiras de crédito na ordem de R\$ 8,6 bilhões que, por sua vez, geraram receitas financeiras de R\$ 623,93 milhões, onde as cooperativas obtiveram lucro líquido de R\$ 356,93 milhões, o que nos permite afirmar que os bancos lucraram 174,99% a mais que as cooperativas. Quando fazemos a relação do lucro líquido com as despesas financeiras, observamos grande variação no resultado das Cooperativas do Oeste do Paraná. Apenas a C.Vale apresentou lucro líquido maior do que as despesas financeiras, as quais foram na ordem de 92,11%.

Os dados financeiros demonstram a forte dependência de recursos junto às instituições financeiras por parte das cooperativas. Demonstram também a reduzida capacidade de investimentos com recursos próprios. Os serviços de pagamentos destes financiamentos, bem como dos serviços de juros e tarifas bancárias impactam significativamente sobre as taxas de lucro e sobre os valores das sobras distribuídas aos associados.

Destes valores totais, captados em diversas instituições financeiras, destaco os recursos advindos do BNDES que, ao longo dos últimos quinze anos, foram a base financeira para a instalação e modernização de grande parte da estrutura produtiva das cooperativas na região, tanto na produção de grãos quanto nas agroindústrias. O BNDES constituiu-se como um forte financiador do

agronegócio através de programas de crédito destinados às cooperativas, a fim de que pudessem agregar valor à sua produção.

Portanto, se considerarmos as críticas realizadas pelos diretores das cooperativas quanto à falta de créditos para investimentos por parte de políticas de governo, percebemos que encontram pouca sustentação quando observamos que as liberações de recursos pelo BNDES são, essencialmente, resultado de decisões políticas. E ao observarmos os relatórios financeiros, não apenas da Coopavel, mas de todas as cooperativas da região, de modo geral, é possível perceber que sua expansão agroindustrial vem sendo realizada, basicamente, a partir da tomada de empréstimos de recursos oriundos do BNDES, através do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para agregação de valor à produção agropecuária (Prodecoop).

A tabela 8 apresenta as particularidades de cada cooperativa quanto as operações de crédito por elas realizadas entre os anos de 2003 e 2019:

Tabela 08: Operações de Crédito com o BNDES (2003 a 2019)

Cliente	Quantidade de Operações	Quantidade de Contratos Ativos	Quantidade através de Instituição Financeira Credenciada	Valor Contratado (em reais)
Copacol	29	22	17	800.565.481,00
Lar	46	37	9	790.184.829,00
C.Vale	25	20	17	367.978.249,04
Coopavel	15	9	4	281.830.010,00
Copagril	2	0	1	20.000.000,00
Total	117	88	48	2.260.558.569,04

Fonte: <http://www.bndes.gov.br> (Tabela organizada pela autora)

Considerando a quantidade total de 117 operações de crédito realizadas pelas cooperativas observa-se que foi contratado um valor total de R\$ 2.260.558.569,04. Do total destas operações, 88 ainda não foram liquidadas e 48 foram mediadas por alguma instituição financeira credenciada ao BNDES.

No caso da Coopavel, os valores tomados em financiamento junto ao BNDES no período de 2003 a 2019 foram de R\$ 281.830.010,00 e, 9 do total de 15 financiamentos, ainda estão ativos, junto à esta instituição financeira.

Outro processo de interrelação entre o sistema financeiro e o setor cooperativista é a criação de cooperativas de crédito vinculadas diretamente às cooperativas agroindústrias como são os casos da Credicoamo, da Credivale e da Credicoopavel, por exemplo. Estas cooperativas foram criadas para mediar e facilitar o acesso ao crédito por parte dos associados, além de prestar serviços bancários diversos.

A Coopavel criou em novembro de 1981 a sua Credivel que, em 1993, passou a se chamar Credicoopavel. Ela se apresenta hoje como uma cooperativa de crédito rural com 6 mil associados e um total de ativos no valor de R\$ 258.494.215,35⁶². Além de oferecer os serviços de cartão de crédito, conta corrente, crédito pessoal, seguros patrimoniais e de safra, realiza empréstimos, carteira comercial, crédito rural, financiamento de máquinas e equipamento e aplicações financeiras.

Os atuais diretores da Credicoopavel foram eleitos em assembleia no dia 8 de março de 2018 quando também foi apresentada e aprovada a nova logomarca e o slogan de divulgação: “Juntos nós podemos”. O seu quadro diretivo é formado por diretores da própria Coopavel entre outros, conforme segue:

Quadro 8: Diretores da Credicoopavel (2019 – 2020)

Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Presidente: Dilvo Grolli	Diretor Operacional: Mario José Zambiasi	Paulo Roberto Orso
Vice-presidente: Rudinei Carlos Grigollete	Diretora Financeira: Neusa Terezinha Gentelini	Leonir Antonio Felini
Conselheiros: Adriano Marcos Toigo, Dalton Estivem Pestana, Ibrahim Faiad, Irio Berte e Joemar Trivilin	—	Gilberto Luis Britzke de Moura

Fonte: <http://www.credicoopavel.com.br/institucional/quem-somos> Quadro organizado pela autora

⁶² Disponível em: <http://www.credicoopavel.com.br/painel/wp-content/uploads/2019/04/BALANCETE-31.03.2019-Ajustado-Site.pdf>.

Segundo Dilvo Grolli, então reeleito como presidente, um dos principais diferenciais da Credicoopavel, ao lado da transparência e do rigor no cumprimento de normas e leis, é o fato da gratuidade na manutenção das contas para os cooperados. “A economia anual apenas com esse item, considerando somente os cooperados, chega a 4 milhões de reais”. (GROLLI, 2018, p. 16)

Os critérios exigidos para associar-se à Credicoopavel são:

- Ser funcionário da Coopavel
- Agricultor
- Pecuárta
- Exercer alguma atividade rural.

O lucro apresentado pela Credicoopavel no exercício de 2018 atingiu R\$ 9,53 milhões, sendo 11% maior que no ano anterior quando foi de R\$ 8,6 milhões.

No quadro 09 apresenta-se a evolução que a Credicoopavel apresentou no período de 2014 a 2018 quanto ao número de associados, resultado financeiro, patrimônio líquido e total dos ativos.

Quadro 9: Evolução financeira da Credicoopavel - (2014 -2018)

Ano	Número de associados	Resultados financeiros (em milhões de reais)	Patrimônio líquido (em milhões de reais)	Total de ativos (em milhões de reais)
2014	5.891	6,10	45,8	144,0
2015	5.604	9,60	54,9	158,5
2016	5.475	8,30	59,0	194,7
2017	5.701	8,60	62,7	195,3
2018	5.719	9,60	70,6	238,2

Fonte: Relatórios financeiros anuais da Coopavel. Tabela organizada pela autora.

Apesar desta e de outras fragilidades enfrentadas na região Oeste do Paraná, pode-se observar aqui a mesma tendência nacional: apresentar o agronegócio e o cooperativismo como o seu sustentáculo econômico e social.

No editorial da revista Coopavel de julho de 2017, Dilvo Grolli, diretor presidente da cooperativa, defendeu o cooperativismo como importante forma de organização da produção na região Oeste do Paraná. Segundo ele, o agronegócio, nessa região, segue um caminho inverso daquele que predomina no

país, ou seja, a produção e exportação de grãos e de baixo valor agregado, enquanto na região Oeste predominam as agroindústrias, fundamentais para a economia regional.

A sobrevivência da região não está apenas na produção de grãos, mas no valor agregado, onde se gera emprego e renda com resultados extraordinários para a sociedade, com inclusão social e econômica na arrecadação de impostos municipal, estadual e federal. (GROLLI, 2017, p. 4)

Apesar das afirmações feitas pelo Diretor presidente, vale destacar que, a rentabilidade dos cereais, na Coopavel, é superior ao das agroindústrias.

Para Dilvo Grolli, assim como para os demais dirigentes das cooperativas, é lugar comum nos seus discursos, a defesa de que os resultados apresentados pelo agronegócio e pelas cooperativas na região Oeste têm como fatores determinantes:

A pujança, o empreendedorismo, o uso de tecnologia e os grandes investimentos das cooperativas, mantém mais de 100 agroindústrias localizadas no Oeste do Paraná, que geram empregos e rentabilidade à cadeia do agronegócio, uma inversão da trajetória tradicional do Brasil. (GROLLI, 2017, p. 4)

Quando defende as cooperativas do Oeste e sua importância econômica, ressalta ainda que elas são responsáveis pela geração de empregos e pela possibilidade de sobrevivência de centenas de milhares de trabalhadores na região:

No Oeste do Paraná, o cooperativismo é muito forte, muito representativo, gera 42 mil empregos, atende 45 mil famílias, entre empregos diretos e seus familiares, as cooperativas do Oeste atendem e dão sustentação econômica e social para mais de 400 mil pessoas, o equivalente a 30% da população, que participam e dependem do cooperativismo na região. (GROLLI, 2017, p. 4)

É o discurso que apresenta o agronegócio e o cooperativismo como as atividades promotoras do desenvolvimento regional e do Estado do Paraná e que tornam possível a inclusão social e econômica de uma parcela significativa da população, seja como produtor rural, agora apresentado como empresário rural, seja como trabalhadores das agroindústrias.

A defesa do uso de tecnologias na produção, está sempre presente na fala dos diretores das cooperativas e também das suas organizações a nível de Estado e de país, ou seja, a OCEPAR e a OCB e a ABAG, principalmente.

Para garantir este desenvolvimento, as lideranças das cooperativas afirmam que é fundamental que elas possam se inserir no mercado nacional e mundial, de competitividade complexa, apresentando produtos de qualidade reconhecida, a preços baixos.

Quando da apresentação do “Mapa Estratégico do Cooperativismo”, Márcio Lopes, presidente do sistema OCB, afirmou que “ser competitivo é uma obrigação. A competitividade é condição para que as cooperativas não só sobrevivam, mas também se sobressaiam no mercado e na capacidade de gerar desenvolvimento”. (OCB, 2015, p. 5)

Para o dirigente da OCB, a busca pela competitividade das cooperativas deve ser uma constante, porém, ressalva os limites que devem ser estabelecidos.

No entanto, não a qualquer custo. É preciso fortalecer o diferencial da atividade cooperativista, seguir os valores e os princípios do cooperativismo e, exercer e comunicar para toda a sociedade a capacidade do cooperativismo de gerar felicidade para os cooperados. (LOPES, 2015, p.5)

Porém, a possibilidade de oferecer produtos a preços baixos, coloca em questão a remuneração feita pelo trabalho realizado na etapa de abate de animais nos frigoríficos, bem como as condições de trabalho impostas a estes funcionários, uma vez que, a grande maioria dos trabalhadores das cooperativas atuam hoje, em seus frigoríficos de aves, suínos, bovinos ou peixes, expostos a baixos salários e precárias condições de trabalho. Não são objeto de estudo desta pesquisa, as condições de trabalho nestes locais de produção⁶⁴, mas vale destacar que em nada se aproximam do discurso do cooperativismo como fator de geração de felicidade.

⁶⁴ Para conhecer mais sobre o perfil socio econômico dos trabalhadores, os problemas de saúde e acidentes de trabalho, os desafios e a sua organização em frigoríficos do Oeste e em específico na Coopavel pode-se consultar entre outros os seguintes trabalhos: <http://www.estudosdotrabalho.org/10revistaRET5.pdf> Consultado em 22 de julho de 2019.; GRANDO, Guilherme Dotti. Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015). 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Acessado em 22 de julho de 2019.

Vale destacar que estudos já realizados neste sentido, indicam que os frigoríficos do Oeste do Paraná estão entre os primeiros colocados quando se trata de acidentes e doenças do trabalho no Estado do Paraná. Cascavel, neste caso, perde apenas para a capital, Curitiba.

Nas últimas décadas, cada vez mais, as cooperativas agroindustriais têm se apresentado como empresas fundamentais para a consolidação e ampliação do agronegócio no Brasil sendo que, no Oeste do Paraná, já consolidaram sua condição hegemônica, coordenando a produção, a transformação e a comercialização, bem como dando direção ao padrão produtivo e tecnológico a ser utilizado.

O perfil dos gestores das cooperativas do Oeste apresenta elementos similares para todos, com exceção do diretor presidente da Primato, que não possui formação de nível superior ou não consta dos registros oficiais da cooperativa.

Por outro lado, ao observamos os processos de gestão das cooperativas, principalmente no seu quadro diretivo, pode-se verificar que praticamente não houve alteração durante décadas. A propósito: a alternância no poder não é uma das práticas nas cooperativas que atuam no Oeste do Paraná.

Como pode ser observado no quadro 10, os mesmos diretores ocupam os cargos de diretor presidente, por longos períodos, sem interrupção.

Quadro 10: Perfil dos gestores das Cooperativas do Oeste do Paraná

Cooperativa	Nome Presidente	Período	Formação educacional
C.Vale	Alfredo Lang	1995 – 2019	Engenheiro Agrônomo
Lar	Irineo da Costa Rodrigues	1991 – 2022	Engenheiro Agrônomo
Copacol	Valter Pitol	1998 – 2022	Engenheiro Agrônomo
Coopavel	Dilvo Grolli	1995 – 2019	Engenheiro Agrônomo
Copagrill	Ricardo Sílvio Chapla	2000 – 2022	Estudos Sociais e MBA/ Gestão
Primato	Ilmo Werle Welter	2010 – 2020	Suinocultor

Fonte: Imprensa regional. Tabela organizada pela autora.

Os diretores das cooperativas com maior faturamento são engenheiros agrônomos de formação e estão na presidência por longa data, sendo que o período mais curto é de Ilmo Welter, da Cooperativa Primato, que sucedeu o atual diretor secretário da cooperativa, Moacir Jovino Scuzziato.

Dilvo Grolli ingressou na diretoria da Coopavel como vice-presidente no ano de 1989 e em 1995 assumiu a presidência, cargo que ocupa até hoje.

Irineu da Costa Rodrigues é o diretor da Lar e é quem, há mais tempo, ocupa o cargo de presidente, ou seja, 28 anos, sem interrupção, exercendo seu oitavo mandato de quatro anos.

Os processos de votação são, de modo geral, realizados por aclamação, aprovados por unanimidade e efetivados depois da segunda convocação, pois o número de associados presentes é marcadamente reduzido, mesmo em Assembleias Gerais Ordinárias (AGO) como pôde ser observado nos registros das suas atas.

A permanência dos mesmos diretores por longos períodos, é auto justificada através dos bons resultados apresentados pelas cooperativas. Mas, pode-se observar também que, de modo geral, não há apresentação de chapa de oposição para concorrer às eleições. É praxe também, não haver questionamentos ou manifestações contrárias aos projetos, relatórios e propostas diversas apresentadas ou colocadas em votação nestas assembleias.

Questões que possam gerar polêmicas entre os associados e a diretoria são discutidos em pré-assembleias regionais ou nas filiais, buscando o consenso antes da votação. Fato é, que se pode questionar a gestão quanto a não alternância das lideranças nos quadros-chave da direção das cooperativas, mas há que se concordar que estes gestores possuem forte habilidade de gestão, de retórica e de convencimento, além de contarem com equipes técnicas de profissionais qualificados em suas acessorias.

CAPÍTULO 4: A COOPAVEL COMO ESPAÇO DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE PATRONAL RURAL

A Cooperativa Agroindustrial de Cascavel Ltda – COOPAVEL - foi fundada oficialmente em dezembro de 1970 com o lema: “De hoje para o futuro”.

O contexto histórico de sua criação é comum, a praticamente todas as demais cooperativas agrícolas da região Oeste do Paraná, apesar de podermos observar algumas especificidades na sua área de abrangência, principalmente no que diz respeito à estrutura fundiária de seus associados e de sua região de atuação e entorno.

A mecanização da agricultura, a produção de cereais para o mercado e a aquisição de insumos e maquinários exigia dos proprietários, naquele período, altos investimentos, garantias de comercialização e preços adequados aos seus produtos. Porém, não havia garantia de comércio ao final da safra.

Segundo Roberto Wypych, muitos produtores não possuíam espaços para armazenar seus grãos e a assistência técnica era precária: “Sem as cooperativas, os agricultores teriam muitas dificuldades de prosperar. Ali, eles têm sementes, fertilizantes, assistência técnica, linhas de crédito e muito mais”. (WYPYCH, 2019, p. 20)

Conforme observou Alceu Sperança no livro sobre os 50 anos do Sindicato Rural Patronal de Cascavel⁶⁶, a ideia de criar uma cooperativa mista agrícola e agropecuária, anexa ao sindicato, já era discutida no ano de 1966. Porém, havia divergências internas uma vez que alguns diretores consideravam o projeto cooperativista como “coisa de Comunista”. (SPERANÇA, 2017, p. 98)

A ideia vinha sendo difundida, segundo o autor, pelos atravessadores que acusavam de comunista, o padre Luiz Luíse, que liderou a criação da Cooperativa Copacol, atravessadores estes que estariam prejudicando os produtores rurais na comercialização da produção de suínos e cereais.

⁶⁶ O atual sindicato foi criado em 1967, mas já existia como Associação Rural de Cascavel desde o ano de 1953.

Segundo Alceu Sperança, em 1967, o então presidente do Sindicato Rural Patronal de Cascavel, Antônio Simões de Araujo, teve como sua grande conquista, “vencer a mentalidade atrasada que não aceitava o cooperativismo”. (SPERANÇA, 2017, p. 98)

Simões defendeu a criação de uma “cooperativa de consumo mista” integrada ao Sindicato Rural. Houve muita discussão, dúvidas e medo, em plena ditadura. Mas a complicação maior era a falta de informação para saber como exatamente funcionaria a cooperativa. A diretoria sindical se desdobrou para segmentar os temas de modo a esclarecer a realidade sobre como atua o cooperativismo. (SPERANÇA, 2017, p. 99)

Assim, entre 1966 e 1970, a intenção de criar uma cooperativa com a finalidade de enfrentar os “atravessadores”, fez parte das pautas de discussão do Sindicato Rural Patronal. Havia concordância sobre a necessidade de encontrar alternativas para o armazenamento e comércio da produção agropecuária, mas não havia consenso de que essa opção passaria pelo cooperativismo.

Para Alceu Sperança, havia preocupação sobre como enfrentar estes problemas, por parte dos produtores rurais, mas nem todos defendiam a criação de cooperativas. Porém chegou um momento em que essa se tornou a opção mais viável. Segundo ele,

o espírito cooperativista cascavelense se forma concretamente quando cinco agricultores se reúnem na oficina de José Smarczewski, o Zé do torno onde ele, os irmãos Adolpho e Celeste Cortese, Ladislau Ferco e Roberto Wipych “pretendiam formar uma S/A para comprar direto e fazer armazéns, mas o gerente do Banco do Brasil na época, junto com o padre Luiz Luíse, ficaram sabendo desta reunião, vieram e incentivaram a criação de uma cooperativa. (SPERANÇA, 2017, p. 109)

Daquela reunião surgiria a iniciativa de criação da Coopavel. Mas foi em 1970, através de uma política organizada pelo governo estadual, foi criado o Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC) e a ideia de criar a cooperativa passa a ser colocada em prática.

Conforme consta na ata de nº 01, de criação da cooperativa, em 15 de dezembro de 1970, a reunião de fundação da Cooperativa Agropecuária de Cascavel Limitada – COPAVEL foi presidida pelo engenheiro agrônomo Silvio

Galdino de Carvalho Lima, e secretariada por Luiz Picolli⁶⁷, vereador no município de Cascavel, tendo seu Estatuto aprovado sem nenhuma objeção.

Por meio da pessoa de Carvalho Lima, então coordenador do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), atual INCRA, o órgão responsável pela autorização do funcionamento das cooperativas, percebe-se a participação e influência de órgãos governamentais no processo de criação da cooperativa, bem como a sua integração no Projeto Iguaçu de Cooperativismo. A revista Paraná Cooperativo, quando da comemoração dos 30 anos da OCEPAR, deste modo se referiu a Sívio Galdino de Carvalho Lima:

Todos sabemos da importância do Incra no apoio ao desenvolvimento do cooperativismo do Paraná. Esse apoio diuturno foi dado não porque era missão do Incra, mas porque o seu coordenador, Sívio Galdino de Carvalho Lima, tinha consciência da importância do cooperativismo para o desenvolvimento do Estado e na defesa dos interesses dos cooperados. Sob a liderança do Incra, na pessoa do seu coordenador, o engenheiro agrônomo Sívio Galdino foi idealizado o Projeto Iguaçu de Cooperativismo, que em conjunto com outras entidades possibilitou a organização do cooperativismo no Estado do Paraná. Sua liderança e apoio foram fundamentais para que todos se engajassem neste importante trabalho de estruturação das cooperativas. Foi e é um idealista, tendo contribuído fortemente para que a Ocepar se tornasse realidade. A nossa gratidão pelo apoio e trabalho desenvolvido em benefício do nosso cooperativismo. (Revista Paraná Cooperativo, 2011, p. 1)

Entre os 42 sócios fundadores da Coopavel estavam 41 agricultores e uma empresa de empreendimentos agrônômicos e florestais. Estes adquiriram quotas de capital a Cr\$ 10,00 cada, conforme demonstra o quadro 11.

Quadro 11: Sócios fundadores da Coopavel

N.	SÓCIO FUNDADOR	QUANTIDADE DE QUOTAS ADQUIRIDAS
1	Moisés Fernando Vargas (Cascavel)	600
2	José Jalmar Vargas (Cascavel)	120
3	Adolfo Cortese (Cascavel)	600
4	Clemente Albino Cortese (Cascavel)	300

⁶⁷ Conforme consta no Portal da Câmara de Vereadores de Cascavel, Luiz Picolli, exerceu o mandato de vereador na 4ª e 5ª legislatura, entre os anos de 1969 a 1975.

5	José Smarczewski (Cascavel)	120
6	Aroldo Cruz (Cascavel)	1200
7	Antonio Olimpio de Queiroga (Cascavel)	30
8	Jacó Maximiliano Luiz Salvadori (Cascavel)	120
9	Francisco Smarczewski (Cascavel)	120
10	Marcolino Bebelatto (Cascavel)	420
11	Roberto Wypych (Cascavel)	300
12	Antonio Simões de Araujo (Cascavel)	30
13	Ary Scherer (Cascavel)	60
14	Pedro Storte Filho (Cascavel)	60
15	Inácio G. dos Santos (Cascavel)	30
16	Walter Linzmeyer (Cascavel)	480
17	João Ramiro da Silva (Cascavel)	30
18	Emílio Antonio Bebber (Cascavel)	30
19	Lucídio Angelo Nazari (Cascavel)	30
20	João Sbardelotto (Cascavel)	30
21	Anísio Paim da Rocha (Cascavel)	180
22	Indalécio Leffer Padilha (Cascavel)	30
23	Ferdinando Periolo (Cascavel)	30
24	Abílio Redivo (Cascavel)	30
25	Osmar Ranghetti (Cascavel)	30
26	Isidoro Bonato (Cascavel)	30
27	Horalino Bilibio (Cascavel)	300
28	Augustino Domingo Bonato (Cascavel)	30
29	Oswaldo Expedito Dall'Oglio (Cascavel)	120
30	Honório Berté (Cascavel)	120
31	Francisco Antônio Sciarra (Céu Azul)	180
32	Fermino Paim (Capitão Leônidas Marques)	30
33	Danilo Honorino Bernardi (Catanduvás)	60
34	Antonio Pedro Antonello (Corbélia)	42
35	Artemio Banardim (Corbélia)	30
36	Euclides Antonio Dias (Nova Aurora)	60
37	Oscarlino Menks (Nova Aurora)	60

38	Leopoldo Locks (Nova Aurora)	30
39	Romão Holtman (Nova Aurora)	30
40	Valdemar Walter Dal Molin (Nova Aurora)	30
41	Ramiro Weilmann (Cascavel)	60
42	Cataratas Empreendimentos Agronômicos e Florestais Ltda (Cascavel)	180

Fonte: Ata de Assembleia de fundação da Coopavel. (Quadro organizado pela autora)

Entre os sócios fundadores da Coopavel podemos encontrar os nomes de diretores da Associação Rural de Cascavel, hoje, Sindicato Rural Patronal (SRP) de Cascavel, a exemplo de José Smarczewski, Aroldo Cruz, Antonio Simões de Araujo, João Ramiro da Silva, Lucídio Angelo Nazari, João Sbardelotto, Ferdinando Periolo, Osmar Ranghetti e Isidoro Bonato. Esta relação demonstra a ação conjunta da classe patronal, em diferentes frentes, a fim de viabilizar seus interesses.

Segundo Alceu Sperança esta interrelação era tão significativa que além da doação de bens, o Sindicato, na época da sua criação, colaborou com empréstimos em dinheiro para a cooperativa.

Outro momento que evidencia a relação próxima entre o SRP e a Coopavel foi em 1977, quando a cooperativa orientou seus associados a se sindicalizarem, o que favoreceu a ação conjunta na defesa de interesses.

Na assembleia de fundação foi realizada também, a eleição da primeira diretoria. Vale destacar que entre os membros eleitos estão presentes alguns dos associados que adquiriram o maior número de cotas, a exemplo de Aroldo Cruz, Adolfo Cortese, Walter Linzmeyer e Marcolino Bebelato. A primeira diretoria eleita estava assim composta:

Quadro 12: Primeira diretoria da Coopavel

Cargo	Nome	Município	Quotas (*)
Presidente	Adolfo Cortese	Cascavel	600
Vice-presidente	Marcolino Bebelato	Cascavel	420
Secretário	Francisco Zmarzewski	Cascavel	120
Conselheiro	Aroldo Cruz	Cascavel	1.200

Conselheiro	José Jaimar Vargas	Cascavel	120
Conselheiro	Indalécio Leffer Padilha	Cascavel	30
Suplente	Anísio Paim da Rocha	Cascavel	180
Suplente	Antonio Pedro Antonello	Corbélia	42
Suplente	João Ramiro da Silva	Cascavel	30
Conselheiro Fiscal	Roberto Wypych	Cascavel	300
Conselheiro Fiscal	Walter Linzmeyer	Cascavel	480
Conselheiro Fiscal	Horalino Bilibio	Cascavel	300
Suplente	Fermino Paim	Cap.Leonidas Marques	30
Suplente	Valdemar Walter Dal Molin	Nova Aurora	30
Suplente	Danilo Honorio Bernardi	-	-

Fonte: Ata da assembleia de eleição da primeira diretoria da Coopavel. (Quadro organizado pela autora)

Quando criada em 1970, seu território de atuação, para efeito de admissão de associados, eram os municípios de Cascavel, Corbélia, Catanduvás, Céu Azul, Nova Aurora e Capitão Leônidas Marques.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE e os dados publicados pelo INCRA e pelo IPARDES na *“Análise sócio-econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná -1974/1975”*, no início da década de 1970, mais de 50% da população do Oeste do Paraná era formada por migrantes vindos de outros Estados do Brasil, principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A região recebeu também migrantes de outras regiões do Paraná, do Estado de São Paulo e de Minas Gerais dentre outros, somando um total de 752.432 habitantes. Deste total, 349.479 eram nascidos no Paraná.

Segundo o mesmo relatório, em 1970, 80,1% da população do Oeste do Paraná vivia no meio rural, enquanto 19,9% estava no espaço urbano, distribuída em 19 municípios.

Enquanto a média no Estado do Paraná era de 63,2% da população ocupada com atividades do setor primário, na região Oeste esse percentual era de 78,8% da população.

Outro elemento importante a ser considerado sobre a população do Oeste do Paraná, na década de 1970, se refere à sua escolarização, visto que um dos elementos fortes de atuação das cooperativas foi a “extensão rural”. As orientações técnicas vinham inicialmente, de profissionais dos órgãos extensionistas do governo estadual, mas, gradativamente, o quadro próprio das cooperativas foi assumindo esta atividade.

Os dados do Censo do IBGE de 1970, o INCRA e o IPARDES divulgaram que 44% da população do Oeste não tinham escolarização alguma e que 47% tinham entre 1 e 4 anos de escolarização. Apenas 0,2% tinha entre 12 e 17 anos de formação escolar.

O município de Cascavel, em 1976, tinha 9.820 alunos matriculados na zona rural e três anos depois, em 1979, esse número caiu (devido ao êxodo rural) para apenas 6.146, o que significou uma redução de 37,41%. A situação não foi diferente nos outros municípios da região, onde comunidades rurais inteiras simplesmente desapareceram, produzindo gradativamente um vazio populacional nas áreas rurais.

Quanto à estrutura fundiária da região em análise, pode-se observar que predominavam as áreas entre 0,1 e 20 hectares, correspondendo a 75,1% do total de estabelecimentos e que apenas 0,6% do total das propriedades possuía área superior a 200 hectares.

Já o município de Cascavel, onde fica a sede da COOPAVEL, apresenta algumas condições diversas daquelas comuns à região.

Quando se trata da estrutura fundiária do município de Cascavel, principal área de atuação da Coopavel, objeto deste estudo, percebe-se que no que se refere às propriedades com mais de 200 hectares, havia um aumento significativo, condição essa que perdura até os dias atuais, o que também destoava do que é comum ao restante da região.

A formação de grandes proprietários rurais e a sua associação à Coopavel, mesmo que parcialmente, influenciou nas decisões e direções assumidas pelos gestores, visto que, seu quadro diretivo, desde o início, foi formado por representantes deste segmento.

Segundo o que foi publicado pelo IPARDES, no referido relatório, sobre as áreas de atuação de outras cooperativas no Oeste e no Sudoeste do Paraná, “a área média disponível no espaço de atuação da COOPAVEL era de 158,5 ha para os associados e de 94,2 ha para os não associados”. (IPARDES, 1975, p. 56). Porém, “a maior concentração foi encontrada nos estratos acima de 150 ha com 64,1% da área disponível para os associados e 42,3% para os não associados”. (IPARDES, 1975, p. 62)

Outro dado interessante apresentado naquele relatório, sobre a área de atuação da Coopavel, é que a quase totalidade das áreas de cultivo agrícola são destinadas inicialmente para a monocultura soja/trigo, o que significa a ausência da diversificação de culturas e de atividades, tanto nas propriedades cooperadas como não associadas. Situação diferente é encontrada em outras cooperativas do Projeto Iguaçu onde a diversificação de culturas e de atividades já era significativa.

Esta condição pode estar relacionada ao fato de que, dentre as cooperativas da região, aquela em que se encontra o maior número de grandes propriedades é a Coopavel e nas grandes propriedades predomina a monocultura soja/trigo, soja/milho.

A predominância inicial da monocultura da soja na área de atuação da Coopavel condicionou um aumento significativo nos gastos feitos pelos produtores no que diz respeito à mecanização e aos chamados “insumos modernos”, sendo “praticamente o dobro dos apresentados pelos agricultores das outras cooperativas” atendidas pelo PIC.

Essa pequena diversificação de culturas agrícolas e de atividades por parte dos cooperados e da Cooperativa, além de dificuldades administrativas e financeiras, levou a direção a redefinir as ações da cooperativa. Sua filiação à Cotriguaçu está entre as mudanças realizadas, na expectativa de facilitar o transporte, armazenamento e exportação da produção.

Em 1980, quando a Cooperativa já contava com 3.600 associados, o presidente Luiz Boschirolli reeleito para mais um mandato de 3 anos, na Assembleia Geral da Coopavel, defendia que a industrialização se apresentava

como “o rumo da Coopavel”. Naquela assembleia foi aprovada a aquisição do Frigorífico Iguaçu – FRIGUAÇU⁶⁹. (BOSCHIROLI, 1980)

Quando da instalação do Projeto Iguaçu de Cooperativismo no Oeste do Paraná, uma das dificuldades a ser superada para o sucesso da criação de uma cooperativa em Cascavel, era justamente a sua estrutura fundiária, resultado de um processo de colonização diverso ao da região.

Os serviços a serem oferecidos pela cooperativa a seus associados iriam desde a aquisição, transporte e beneficiamento ou industrialização da produção e o adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos a serem recebidos. A educação cooperativista, o aprimoramento técnico-profissional e o fomento agrícola traziam como expectativa a modernização dos meios de produção.

As finalidades para as quais foi criada a cooperativa, prescritas no seu Estatuto, vinham ao encontro das necessidades apresentadas pela classe patronal rural naquele contexto histórico, ou seja: “operar basicamente nas vendas em comum dos produtos que lhe forem entregues pelos associados e na aquisição de gêneros e artigos para o seu abastecimento”. (Art 2º - Estatuto Coopavel).

Em 1970, quando o Projeto Iguaçu de Cooperativismo começou a ser implantado no Oeste do Paraná, os dados do IBGE apontavam a condição do produtor quanto ao uso da terra, a qual estava assim distribuída:

Tabela 9: Condição do produtor quanto ao vínculo com a terra (1970)

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (Ha)	Média da Área (Ha)
PROPRIETÁRIO	48.748	1.259.009	25,83
OCUPANTE	11.828	164.558	13,9
PARCEIRO	11.823	93.697	7,92
ARRENDATÁRIO	10.171	99.371	9,77
TOTAL	82.570	1.616.725	19,58

Fonte: Censo Agropecuário 1970 – Paraná. (Tabela organizada pela autora)

⁶⁹ O frigorífico Iguaçu havia sido criado em 1967 por Euclides Formigheri.

A Coopavel foi criada para atender às necessidades dos produtores rurais, de armazenagem, transporte e comercialização da produção sem a interferência de “atravessadores”, de ter acesso a insumos para produção e ao crédito. A cooperativa atenderia também, as necessidades de assistência técnica que a mecanização agrícola vinha impondo à produção de grãos no Oeste e no Sudoeste do Paraná.

Conforme relatório publicado pelo IPARDES sobre o crescimento das cooperativas no Oeste, a partir da implantação do Projeto Iguaçu, pode-se observar que houve um avanço tanto no número de associados quanto do capital e do faturamento das mesmas como pode ser observado na tabela 10:

Tabela 10: Evolução do cooperativismo com o Projeto Iguaçu

ANO	NÚMERO DE ASSOCIADOS	CAPITAL SUBSCRITO EM CR\$	FATURAMENTO DAS COOPERATIVAS EM CR\$
1971	10.691	2.834.000,00	43.637.000,00
1972	13.652	5.464.000,00	96.969.000,00
1973	19.644	16.090.000,00	375.268.000,00

Fonte: IPARDES. Análise sócio econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC) das regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná -1974/1975. (Tabela organizada pela autora).

Em 1972, a então Copavel, já contava com 144 associados. Sua sede administrativa foi instalada em um terreno de 40.000 m², doado pela Prefeitura Municipal de Cascavel.

Naquele momento, de fechamento do primeiro mandato da diretoria da Cooperativa, o jornal “Fronteira do Iguaçu”, numa edição especial, publicou um relato sobre a importância do cooperativismo no Oeste do Paraná e sua viabilização por meio do Projeto Iguaçu, com a ação integrada de órgãos do governo estadual e federal.

A luta foi árdua, mas graças ao trabalho da diretoria, ao apoio dos órgãos oficiais, do BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) da ACARPA que lhe deu assessoramento e, sobretudo graças a confiança dos associados, a Copavel já vem dando mostras de sua grandiosidade. (Fronteira do Iguaçu, 26/03/1972)

O relatório da pesquisa realizada pelo IPARDES em conjunto com o INCRA apresentava que os agricultores da área de abrangência do Projeto Iguaçu de Cooperativismo que eram associados em alguma cooperativa, recebiam significativamente mais orientação dos técnicos da extensão rural que aqueles agricultores que não eram associados, numa proporção de 2,9% para não associados e 43,7% para associados, quando se considera 10 contatos técnicos ou mais. Enquanto 79,7% dos não associados receberam apenas uma orientação técnica, apenas 22,9% associados estavam naquela condição.

No caso da Coopavel, 51,4% dos associados havia tido contato com o serviço da extensão rural mais de 10 vezes no período anterior a realização da pesquisa, ou seja, 1974, enquanto 24,1% dos não associados tiveram este mesmo contato.

Desta maneira fica evidente como, através das cooperativas, os técnicos da extensão rural da ACARPA tinham acesso aos agricultores, o que facilitava a criação de um novo modelo de produção no campo da região.

Desde a sua fundação, os dirigentes da Coopavel entendiam que o caminho da viabilidade econômica da agropecuária regional passava pela industrialização da produção.

Em assembleia geral extraordinária, realizada no dia 12 de julho de 1975, sob a presidência de Roberto Wypych, foram aprovadas a mudança da sigla para Coopavel, a autorização para comercializar com não associados e a filiação da Coopavel, através do Projeto Iguaçu de Cooperativismo, à Central Regional Iguaçu Ltda – Cotriguaçu.

O presidente, conforme consta na ata da assembleia⁷¹, justificou a importância desta filiação para o crescimento da Cooperativa. Também seria a oportunidade para viabilizar as condições necessárias para o início da criação de indústrias. Sua proposta foi aprovada por unanimidade. Segundo ele:

⁷¹ O documento a que se refere o texto é a Ata da 15ª assembleia geral extraordinária, 12/07/1975.

A preocupação é baixar o preço dos insumos, comprando em conjunto obteremos altos descontos. Com a criação da Cooperativa Central Regional podemos criar ou ampliar as prestações de serviços, principalmente no que se refere a comercialização, devemos levar em consideração, que aqui na nossa Região, situa-se a grande gama de multinacionais, poderemos pensar em industrialização podendo assim remunerar melhor o nosso trabalho. (WYPYCH, 1975)

Nesta mesma assembleia foram relatados os “investimentos feitos pelo governo federal através do BRDE no porto de Paranaguá, em rodovias e ferrovias”, o que viabilizaria o escoamento e exportação da produção e importação de insumos com maior autossuficiência. Segundo o registro na ata, houve questionamentos sobre a viabilidade dos investimentos, ao que o presidente teria justificado:

O senhor Presidente relatou mais uma vez a respeito do financiamento frisando que o dinheiro não sai do bolso do associado, e que precisamos nos estruturar para pagar melhor preço ao quadro social, pois estaremos nos libertando da exploração das multinacionais, economizando grandemente com isso, é bem verdade que teremos despesas de armazenagens digo despesas administrativas, mas não é menos verdade que não teremos despesas de armazenagens e transporte. (WYPYCH, 1975)

Fica, a partir de então, cada vez mais evidente, a vinculação da cooperativa ao sistema financeiro e aos bancos, que disponibilizam os créditos necessários, a títulos de empréstimos, para a sua reestruturação e adequação às pretensões dos seus gestores.

A pequena participação dos associados em assembleias, votações e eleições desde o início foi um dos desafios. Os agricultores associados à Coopavel argumentavam que se tivessem maior escolaridade, se fossem mais ouvidos dentro da cooperativa e se morassem mais próximos a ela, participariam mais. Estas dificuldades explicam o porquê de a maioria das assembleias, ordinárias ou extraordinárias, terem sido realizadas com o quórum mínimo necessário.

Hoje, antes da assembleia geral, são realizadas pré-assembleias nos diversos municípios da área de abrangência da Cooperativa a fim de apresentar, discutir e deliberar sobre os pontos da pauta.

Analisando a história da Cooperativa Coopavel podemos identificar quatro fases distintas, levando-se em consideração sua organização e atuação junto aos associados e a economia regional.

A primeira fase pode ser reconhecida durante a década de 1970, quando seus dirigentes e associados agropecuaristas tinham na cooperativa a possibilidade de acesso a melhores preços na aquisição de insumos e na comercialização de sua produção, bem como, à assistência técnica especializada.

A segunda fase se desenvolveu durante os anos iniciais da década de 1980, quando a cooperativa foi severamente atingida por uma crise financeira que exigiu sua reestruturação. A crise pela qual passou a Coopavel e que teve seu momento mais intenso em 1985, afetou-a significativamente, estando inclusive na eminência de ter sua falência decretada.

A economia brasileira enfrentada forte crise no início da década de 1980. Também a agricultura na região Oeste do Paraná vinha sofrendo os impactos das políticas do governo federal, bem como dos efeitos do clima, com sucessivas perdas de safras e prejuízos aos produtores rurais. Várias mobilizações conjuntas entre Sindicatos, Associação Comercial e Industrial, cooperativas e Sociedade Rural a fim de pressionar o governo no sentido de “socorrer” os agricultores com uma nova política agrícola, não surtiram efeito.

Além disso, a classe patronal rural enfrentava um novo sujeito social que ganhava força e organização nacional: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que pressionava por reforma agrária e o fim do latifúndio no Brasil.

Neste contexto de crise surgiram denúncias de má gestão financeira da Coopavel. Estas denúncias vinham de dirigentes do SRP que tinham vínculo também com a cooperativa. Dentre aqueles que denunciavam que a gestão da Coopavel estava com dificuldades financeiras estava Luiz Sinsen que, segundo o que publicou Alceu Sperança, teria afirmado que os dirigentes “não viam a hora de saldar os débitos e se livrar da Coopavel”. (SPERANÇA, 2017, p. 152)

Na mesma publicação o autor faz referência à fala do associado Claudionor Ebling que destaca a crise como resultado do mesmo problema. Segundo ele, a má gestão e a troca de favores na cooperativa estariam provocando a crise. “Existe uma panelinha na Coopavel e isto tem que ser desmanchado”. (SPERANÇA, 2017, p. 152)

O risco de falência da Coopavel se tornava cada vez mais evidente, visto a dificuldade financeira e de obtenção de novos créditos. Diante disso, a diretoria convocou para o dia 15 de março de 1986, uma assembleia para definir o futuro da Cooperativa. Nela se defendeu a decretação de sua falência. A princípio era a única possibilidade a ser considerada.

Porém, como afirma Alceu Sperança, apesar de, aparentemente, ninguém considerar que houvesse a possibilidade de reorganizar a cooperativa, nos bastidores da assembleia, o sentimento de derrota começou a ser substituído por “um brado de resistência. Era preciso derrotar a chapa única e retomar a luta, sem a opção derrotista de fechar a cooperativa histórica”. (SPERANÇA, 2017, p. 163)

Na afirmação de Sperança evidencia-se, mais uma vez, a abordagem memorialista e triunfalista do autor acerca do patronato rural local que teria resistido e enfrentado todas as dificuldades para manter a cooperativa, apesar das suas dificuldades financeiras.

Naquela assembleia, em 1986, os associados definiram pela continuidade e reorganização da cooperativa, sob a presidência de Salazar Barreiros, que posteriormente chegou a ser eleito prefeito de Cascavel (PMDB), o que, segundo Alceu Sperança, foi significativo, uma vez que “a nova diretoria tinha a promessa do PMDB no poder, nos governos federal, estadual e municipal, de que não faltaria apoio para a recuperação da cooperativa”. (SPERANÇA, 2017, p. 157)

Há no discurso dos atuais gestores, aqueles que assumiram a direção após a crise, que ela teve como fatores desencadeadores a má administração e a ingerência política na cooperativa. Na matéria de capa da edição comemorativa dos 45 anos da Cooperativa, ao tratar da crise, afirma-se que as gestões anteriores não compreendiam o processo em curso e por isso perderam a oportunidade de projetar e viabilizar o seu crescimento e a sua expansão.

Neste momento a Coopavel, perdeu a oportunidade de crescimento por falta de planejamento certo para o crescimento e sustentação econômica, gerando a falta de recursos financeiros e escassez de caixa para honrar seus compromissos com os associados, bancos e fornecedores. (Revista Coopavel, 2015, p. 14)

Segundo Dilvo Grolli, em entrevista à revista “A Granja”, realizada no ano de 2015, explicando o porquê da crise, justifica-a reafirmando que as dificuldades estariam na gestão da Cooperativa:

Em 1985, a Coopavel era uma cooperativa com sérios problemas ocasionados por erros administrativos e pela falta de projetos. O resultado foi um processo de extrema dificuldade financeira. Tanto que a minha entrada foi com a função de trazer pessoas novas para a cooperativa para tentar salvá-la. De lá pra cá muita coisa mudou. (GROLLI, 2015, p.4)

A personificação da crise, bem como a centralidade em determinados sujeitos e suas ações para superar a crise, é uma leitura parcial da questão. Além de desconsiderar a complexidade das relações econômicas e sociais do país, nas quais estava inserida a cooperativa, seus associados e trabalhadores, também permite colocar em questão, a gestão participativa direta esperada para o sistema cooperativo.

Mas, a interpretação atual sugere que, se a agro industrialização salvou os associados, então seus diretores atuais (Dilvo Grolli) salvaram a Cooperativa. Para entender esta fase da Coopavel é importante considerar que ela não foi a única cooperativa a passar por uma severa crise financeira, crise esta que teve sua origem em condições adversas que não dependiam apenas da gestão, propriamente dita.

No final da década de 1970 e anos iniciais de 1980, as safras da região Oeste sofreram os efeitos de secas frequentes que prejudicaram a produtividade e a rentabilidade na agricultura,⁷³ fator esse que, inclusive, levou agropecuaristas da região, a fundarem em 1980, a Sociedade Rural do Oeste do Paraná (SRO), com o objetivo de incentivar a diversificação econômica e fortalecer a organização dos pecuaristas da região de Cascavel e entorno.

⁷³ Para compreender melhor os índices de estiagens na região Oeste e em Cascavel pode-se consultar: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/13902/ESTIAGENS%20NO%20ESTA>

Além disso, as condições internas e externas da economia brasileira eram desfavoráveis: inflação, oscilação dos preços dos produtos agrícolas, elevação da taxa de juros, redução de recursos disponíveis para financiamento agrícola.

Esta situação gerou dificuldades para aquelas cooperativas menos autônomas e pouco capitalizadas, como era o caso da Coopavel.

As justificativas apresentadas nos dias atuais, pretendem construir uma memória sobre o passado e projetar uma visão positiva sobre o presente da cooperativa e sobre o seu atual modelo de gestão e organização da produção. Faz-se questão de lembrar que os seus gestores, à época, foram afastados e uma nova diretoria foi eleita.

Há uma forte concordância nas explicações daqueles que assumiram a reestruturação da Coopavel, de que os gestores anteriores não tinham a capacidade técnica necessária nem a visão estratégica exigida naquele momento.

Ao mesmo tempo se apresentam como responsáveis diretos pela condição atual da cooperativa, pois a partir de então, a sua administração teria sido redimensionada, com base em critérios técnicos e voltada para as novas tendências da economia regional, ou seja, a agro industrialização, fator determinante no seu crescimento. Reafirmam, a todo momento, que apesar da crise econômica, apesar dos entraves criados pelo governo, apesar dos problemas climáticos e de logística, as cooperativas como um todo e também a Coopavel, continuam aumentando constantemente o seu faturamento, os seus investimentos e a sua participação na economia paranaense.

De acordo com a narrativa apresentada na edição da revista Coopavel de dezembro de 2015, diante da crise financeira e pelo fato de que não houve interesse por parte de outras cooperativas em assumir a Coopavel, a exemplo do que ocorreria com a Coopagro, em Toledo, a alternativa adotada pelos seus cooperados teria sido a sua reestruturação, o que significaria um marco divisório que encerraria uma época de ingerência política e que daria início a uma gestão empresarial:

As condições eram de extremas dificuldades e sem apoio de outras cooperativas, a única alternativa possível que restava era a renovação do conselho de administração e fiscal, com pessoas que tivessem espírito de associativismo, cooperação e gestão e juntamente com os produtores que acreditassem no sistema cooperativista e tivessem comprometimento com esta causa, na época eram 693, para iniciar um novo modelo de gestão, mais integrado e ágil para recuperar a Coopavel financeiramente. (Revista Coopavel, dezembro, 2015, p. 13)

Ibrahim Fayad em conjunto com Salazar Barreiros e Dilvo Grolli assumiram a direção da cooperativa com o objetivo de reestruturá-la. Em entrevista à revista Paraná Rural, realizada no ano de 2012, Fayad afirmou que “as dificuldades encontradas e o estado caótico da cooperativa, foram enfrentados com muito trabalho, organização e um modelo de gestão que elevaria a Coopavel ao nível das grandes cooperativas do país”. (FAYAD, 2012, p.9)

Em 2014, Dilvo Grolli, junto a essa revisão da crise no passado, explicou como foi implantada uma série de medidas no âmbito da direção da Coopavel e que possibilitaram a sua reestruturação:

Primeiro adotamos um novo modelo de administração, com participação mais ativa dos associados. Nosso objetivo era tornar a cooperativa mais eficiente, com redução de custos, escala de produção e competitividade no mercado nacional e, depois, internacional. Trabalhamos por eficiência na área comercial e industrial com projetos de rentabilidade para o produtor e para a cooperativa. Até 1985, por exemplo, a exportação era apenas de grãos. A partir de 1990, passamos a exportar também óleo e farelo e, a partir de 1995, iniciamos na exportação de carnes. Assim, abrimos oportunidades com diversificação. Hoje, dos nossos seis segmentos de atuação, nenhum pode ultrapassar os 25% do faturamento. Essa é uma atitude que visa ao equilíbrio das contas e à tranquilidade, caso um produto entre em crise em um determinado momento. (GROLLI, 2015, p.5)

Mas, se as dificuldades financeiras e de gestão explicam, em parte, a fase de crise pela qual passou a Coopavel, é necessário considerar que, na década de 1980, a economia de modo geral, e também a agricultura, sofreram os efeitos da crise econômica mundial que provocou alterações significativas nas políticas de financiamento do crédito agrícola. A recessão reduziu o consumo interno e a crise mundial, aliada a sucessivos planos econômicos recessivos, prejudicaram os ganhos nas exportações, fazendo crescer o endividamento dos produtores

rurais⁷⁵. A opção em priorizar um modelo agrário exportador para a economia regional, mostrava a sua fragilidade e pequenos proprietários, pouco capitalizados sofreram mais intensamente os seus efeitos.

Em 02 de julho de 1983 houve uma grande mobilização de produtores rurais no centro de Cascavel-PR. Reivindicavam do Governo Federal, uma nova política agrícola, argumentando que a que havia até então, os estava levando à falência.

Após a crise da cooperativa e principalmente, a partir da década de 1990, no mesmo período da reestruturação da agricultura brasileira, impôs-se à classe patronal rural e aos diretores da Coopavel um novo posicionamento. Era fundamental que não apenas a gestão da Cooperativa se “profissionalizasse” como também a sua produção fosse ajustada às novas determinações do padrão produtivo, agora diversificado e tecnológico, produzindo para exportação. A diversificação, o investimento em novas tecnologias e o processamento de matérias primas foi a opção adotada. O processamento de cereais passava a ser visualizada como prioridade e exigida pela nova dinâmica da economia regional e nacional. Iniciava, assim, a terceira fase da história da Coopavel.

Neste processo se apresentavam as necessidades de inovação na gestão, renovação e diversificação da produção nas propriedades e o aumento da renda familiar dos produtores rurais associados. A cooperativa e seus associados deveriam se adequar às necessidades do mercado consumidor e para tanto uma série de medidas foram implantadas no que se definiu como “projeto carne”, de incentivo à produção das agroindústrias de frangos e suínos.

Porém, cada segmento (cereais, suínos, frangos e bovinos), não poderia se sobrepor a outro. Isso possibilitaria que caso a crise se abatesse sobre um, os outros compensariam, evitando a instabilidade financeira da cooperativa. Isso se mantém até hoje.

⁷⁵ São recorrentes os momentos de negociação e de renegociação de dívidas do setor junto ao governo, através das pressões realizadas pela sua bancada ruralista no Congresso Nacional. Estudos têm apontado que os maiores valores de pagamentos em atraso se referem a um pequeno número de devedores, ou seja, são alguns grandes proprietários que não saldaram as dívidas contraídas junto aos bancos para financiar suas safras.

Para tanto, as ações fundamentais passaram a ser a qualificação técnica e a readequação das propriedades rurais para a produção de frangos, suínos, bovinos de corte e gado leiteiro em escala comercial e a instalação de frigoríficos para o abate dos animais. Inicialmente dois mil associados foram credenciados nas atividades produtivas sendo 500 em cada segmento.

A partir desse momento, portanto, a atenção central da cooperativa passou a se voltar para a “agregação de valor” aos seus produtos, através da industrialização e à diversificação de sua produção com derivados de grãos e carnes.

Da produção e comercialização de cereais (soja, trigo e milho) passava-se também a incentivar e investir na agroindústria, sem tampouco deixar de investir na assessoria e assistência técnica e na produção de insumos, objetivando o aumento constante da produção e da produtividade. Se em 1991 a cooperativa havia recebido um total de 210 mil toneladas de cereais, no ano de 2001 foram 554 mil toneladas⁷⁶.

No final da década de 1990, conforme publicado em seus relatórios financeiros anuais, a Coopavel comercializava aproximadamente 200 produtos agroindustriais, que já representavam 80% de seu faturamento, promovendo, portanto, uma forte inversão nas atividades centrais da cooperativa, que na década anterior, tinha 80% de seu faturamento baseado na comercialização de cereais *in natura*. Em paralelo, a busca pela ampliação da colocação de seus produtos no mercado externo também se expandiu.

A industrialização, a diversificação e a ampliação da produção passavam a ser as prioridades para garantir a competitividade de seus produtos. “Para 2001 a Coopavel traçou como principal objetivo a grande tarefa de preparar o agricultor e o pecuarista para sobreviver no mercado competitivo e globalizado do novo milênio”.⁷⁷ (GROLLI, 2000, p.4)

Era a necessidade de pautar a administração da cooperativa em novos princípios, ou seja, modernidade, aprimoramento tecnológico, qualidade de produtos e serviços e o apoio ao produtor rural.

⁷⁶ Os dados referentes a este período podem ser pesquisados com maiores detalhes nos Relatórios Financeiros Anuais da Coopavel.

⁷⁷ A mensagem do Conselho de Administração, na palavra de seu presidente Dilvo Grolli, foi publicada na íntegra, na página 4 do Relatório Anual Coopavel do ano de 2000.

O sucesso desta reorganização produtiva e de gestão é justificado pelos resultados obtidos pela Coopavel nos seus faturamentos atuais e pela premiação “Valor 1000” recebida do jornal “Valor Econômico, além da referência da Fundação Getúlio Vargas que apontou a Coopavel como a melhor empresa do setor agrícola brasileiro.

Segundo dados publicados em seu relatório anual de 2001, a cooperativa teria sido a 6ª empresa de maior rentabilidade do Brasil em termos de comércio exterior e a 4ª maior e melhor empresa da avicultura nacional. Também foi eleita, em pesquisa popular, como a mais importante empresa de Cascavel.

Para ampliar a formação técnica de seus associados e funcionários, bem como promover uma nova visão acerca do trabalho do produtor rural e seus familiares, foi criada no ano de 2000, a Universidade Coopavel, a Unicoop, que junto com a assistência técnica agrônômica e veterinária e o Show Rural Coopavel redimensionaram o papel da própria cooperativa. Também fez parte deste processo de reorganização da cooperativa a criação do Show Rural Coopavel que teve sua primeira edição realizada em 1989.

Portanto, a terceira fase da cooperativa Coopavel teve início a partir da sua reestruturação, após a crise de 1985, onde a agro industrialização com o processamento de cereais, passou a ser priorizada pelos gestores. Em fevereiro daquele ano foi iniciado seu processo de recuperação financeira e reestruturação econômica, com a pretensão de não mais se pôr em risco o patrimônio da cooperativa e de seus associados.

A partir do início do século XXI a cooperativa ampliou e intensificou cada vez mais a atuação de suas indústrias de insumos e de suas agroindústrias, seguindo a estratégia e a compreensão de que é preciso aumentar a diversidade e a produtividade e agregar valor aos produtos comercializados, através da transformação de proteína vegetal (soja e milho) em proteína animal (carne e leite), priorizando uma dinâmica na cadeia produtiva que busca diminuir custos e ampliar a qualidade e a rentabilidade.

Em 15 de dezembro de 2004 foram aprovadas, em assembleia, alterações no Estatuto Social e na razão social da cooperativa que abandonou a denominação de Cooperativa Agropecuária de Cascavel Ltda e passou a assumir a denominação de Cooperativa Agroindustrial de Cascavel.

Esta alteração indicava os rumos que a cooperativa passaria a priorizar a partir de então: a agro industrialização. Era o início da quarta fase da Coopavel.

Segundo Dilvo Grolli, aquele momento foi determinante para o futuro da cooperativa e ao se dirigir aos associados na apresentação do relatório anual de 2004, o presidente da Coopavel afirmou:

A maioria das empresas e cooperativas é vencida antes de completar 40 anos. Algumas pela falta de criatividade e renovação, outras pela falta de administração e liderança. Entender o momento não basta. É preciso criar novos momentos traçando os caminhos do futuro, principalmente buscando o comprometimento das pessoas, em documentos que sejam regras para todos, pois estamos com 34 anos e precisamos vencer a barreira dos próximos anos, convivendo com alta competitividade, com o mesmo objetivo de atender o produtor rural, sem paternalismo, e para isso o novo estatuto da Coopavel é o grande instrumento inovador dos relacionamentos entre cooperados e profissionais da cooperativa. (GROLLI, 2004, p. 4)

O vínculo com a terra e o domínio sobre a produção agropecuária tornou possível a formação de uma fração de classe de origem agrária com forte capacidade de organização e intervenção social, econômica (atuando em diferentes segmentos da economia) e política na região Oeste do Paraná, haja vista a sua participação direta e indireta, na defesa de seus interesses em diferentes entidades e organizações, bem como na construção de uma cultura voltada à valorização do “homem do campo” ou do “empreendedor rural”.

Para tanto, as classes dirigentes em muito se empenharam em difundir uma nova cultura no campo: “Tecnologia é produtividade”; “Diversificar e agregar valor”.

Ocupar os espaços diretivos da Coopavel também foi um destes campos de ação, visto que, apesar de a maioria dos associados serem pequenos e médios proprietários, a sua direção esteve a cargo, principalmente, de grandes proprietários. E interessa para a abordagem dessa tese, compreender a condição social destes diretores, suas atividades profissionais para além da agropecuária, bem como a sua trajetória política e partidária ou em outras entidades representativas de classe, considerando-se que as práticas sociais são condutas de vontades, escolhas e compartilhamentos conscientes de sujeitos reais em contextos sociais e históricos.

Isso demonstra sua interação e integração em outros segmentos da economia, ou seja, a classe patronal de origem agrária, já não é apenas agrária e nem tampouco seus representantes atuam apenas na direção das atividades agrárias, mas em outros segmentos, complementares ou não, à agropecuária e à agroindústria.

Observa-se que as informações explicativas se referem a quem ocupa o cargo de diretor presidente, mas optou-se por identificar tanto o diretor presidente quanto o vice-presidente para evidenciar a pequena ou quase inexistente alternância de quem exerce estes dois cargos.

Desde 1970, a Coopavel teve apenas sete presidentes, sendo que Dilvo Grolli ocupa o cargo desde 1995, ou seja, há 24 anos, sendo que já era o vice-presidente desde 1989.

Quadro 13: Quadro diretivo da Coopavel e sua atuação em outras entidades patronais

Período	Presidente e Vice-Presidente	Atividade profissional	Outras atividades desempenhadas pelo diretor presidente
15/12/1970 a 08/03/1974	Adolfo Cortese	Madeireiro e agropecuarista	Atuou na criação da Associação Comercial de Cascavel, atual Associação Comercial e Industrial de Cascavel – ACIC.
	Haroldo da Cruz		
09/03/1974 a 27/03/1976	Roberto Wypych e Adolfo Cortese	- Agropecuarista e contador - Colaborou na criação de 13 cooperativas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado, entre as quais a Coopavel, presidida por ele por três mandatos.	- Deputado Estadual (1967-1970) pela ARENA. - Autor da lei que autorizou a criação das faculdades de Educação, Agronomia, Filosofia, Ciências e Letras em Cascavel - FECIVEL (atual Unioeste) - Em 1975 presidiu a Cooperativa Cotriguaçu, de Cascavel. - Foi Senador da República pelo PMDB, em 1985 e 1986, defendendo a criação de escolas técnicas agrícolas para o Oeste do Paraná e atuou em favor de políticas de juros agrícolas favoráveis e pelo protelamento da dívida deste setor junto aos bancos. - Presidente do Rotary Club de Cascavel - Compôs a comissão de criação e foi Presidente da Sociedade Rural do Oeste (SRO) entre 1980 e 1982. -Doou recursos para a SRO.
28/03/1976 a 11/03/1978	Roberto Wypych Milton P. Lago	-	-
12/03/1978 a 31/12/1978	Roberto Wypych Luiz Boschirolli	-	-
01/01/1979 a 22/02/1985	Luiz Boschirolli Olívio Barzotto	-	-
23/02/1985 a 23/01/1986	Salazar Barreiros Joaquim Felipe Laginski	- Advogado e agropecuarista	- Presidente da Coopavel e dirigiu a sua reestruturação financeira após grave crise; - Prefeito de Cascavel (1989–1992; 1997–2000), pelo Partido Progressista. - Membro do Conselho Deliberativo da SRO (1990-1992)
24/01/1986 a 16/05/1986	Joaquim Felipe Laginski	- Médico Veterinário e agropecuarista	- Presidente da Associação Paranaense de Suinocultores entre 1971 e 1973 - Diretor do Sicredi e da Cotriguaçu - Vice-Presidente da Sociedade Rural do Oeste
17/05/1986 a 17/03/1989	Salazar Barreiros Ibrahim Fayad	-	-
18/03/1989 a 10/03/1992	Ibrahim Fayad Dilvo Grolli	- Agropecuarista -Junto com Salazar Barreiros e Dilvo Grolli coordenou a	- Auxiliou na instalação do Bamerindus no interior do PR - Em 1998 foi chefe de gabinete do governador Jaime Lerner - Presidente da Agência de Fomento durante o governo Lerner - Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento

		recuperação financeira da Coopavel após a crise - Idealizador do primeiro Show Rural	(Mapa), dos ministros Francisco Turra e Pratini de Moraes - Em 2012 o Curso de Agronomia da FAG o homenageou como referência mundial em gestão agropecuária. (Fazenda Star Milk em Céu Azul – 1.100 hectares) 2000 – Título de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar do Exército Brasileiro 2011 – Prêmio Pinheiro, do governo do Estado do Paraná 2012 – ACIC - Título de Cidadão – Recebeu título de Cidadão Honorário de Cascavel e de Cidadão Benemérito do Paraná. - Ocupou cargo administrativo na OCEPAR
11/03/1992 a 9/03/1995	Ibrahim Fayad Dilvo Grolli	-	-
10/03/1995 a 15/01/1998	Dilvo Grolli e Ibrahym Faiad	Agropecuária e Administrador de empresas formado pela Unioeste e pós-graduado em Gestão Empresarial e Logística	- Secretário Municipal de Planejamento do prefeito Jacir Scanagatta em 1980 - Vice-presidente para Assuntos de Agronegócios na ACIC-PR - Ocupou cargos administrativos na Cotriguaçu e na OCEPAR. - Presidente da Câmara Setorial de Milho e Sorgo, Aves e Suínos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Diretor-Secretário da Coopavel (1985 -1989). - Diretor vice-presidente da Coopavel (1989-1994) - Diretor presidente da Coopavel eleito para o cargo desde 1995. - Diretor presidente da Credicoopavel
1998 a 2002	Dilvo Grolli Ibrahym Faiad	-	-
2003 a 2017	Dilvo Grolli e Rudinei Carlos Grigoletto	-	-
2018...	Dilvo Grolli e Joemar Trivillin	-	-

Quadro organizado pela autora com base em dados publicados pela Coopavel e na imprensa local.

4.1 - A COOPAVEL HOJE

Fotografia 5: Prédio do centro administrativo da Coopavel em Cascavel.



Fonte: <http://www.cotriguacu.com.br/filiadas/coopavel.html>

Em dezembro de 2019, a Cooperativa Agroindustrial de Cascavel – COOPAVEL - completa 49 anos.

Quando da sua fundação em 15 de dezembro de 1970, sua denominação era Cooperativa Agropecuária Cascavel LTDA – COPAVEL e em 1975, quando da primeira alteração de seu Estatuto, passou a denominar-se COOPAVEL ou Cooperativa Agropecuária de Cascavel. A sua denominação atual é Cooperativa Agroindustrial Coopavel.

A Coopavel tem sua sede administrativa instalada no Km 591 da BR 277, no Parque São Paulo, Cascavel, PR: A cooperativa possui agroindústrias e filiais de atendimento para distribuição de insumos, recebimento de grãos e dezenas de estruturas de desenvolvimento, logística e controle interno.⁷⁹

⁷⁹ A instalação da Coopavel foi realizada em área cedida pela Prefeitura Municipal durante a gestão de Otacílio Mion e em 2018 a cooperativa estava atuando com 30 filiais. Os dados referentes a estrutura física da Coopavel aqui relacionados estão disponíveis nas publicações feitas em seus relatórios anuais disponíveis em modo impresso e online em sua página institucional na internet.

Destaca-se também sua estrutura de produção de sementes, de fertilizantes, de produção de óleo de soja, de ração animal, o seu moinho de trigo, a produção de matrizes e os incubatórios para pintainhos, as unidades de produção de leitões e os seus frigoríficos de bovinos, suínos e frangos. Estas unidades estão distribuídas em vários municípios da região Oeste e Sudoeste do Estado.

A área de cultivo de cereais (soja, milho e trigo) dos seus associados é de aproximadamente 350.000 hectares.

A diretoria administrativa da Coopavel é composta pelos cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-presidente, dezoito conselheiros e um conselho fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes.

Além disso, a administração está organizada em nove departamentos:

- Gerência operacional
- Cereais
- Administrativo
- Vendas agrícolas
- Vendas veterinárias (10 veterinários)
- Assistência técnica/ agricultura de precisão (56 agrônomos)
- Segurança do trabalho
- Engenharia elétrica e civil
- Meio ambiente
- Compras veterinárias
- Unidade de beneficiamento de sementes: (produção, comercialização e assistência técnica)
- LAS (laboratório de análise de sementes).

Em Cascavel estão os seus frigoríficos de aves e de suínos, as duas unidades produtoras de fertilizantes, o moinho, a unidade de moagem de resíduos vegetais, de produção de óleos vegetais, de produção e comércio de sementes e rações, os incubatórios, todas localizadas no Distrito Industrial Domiciano Theobaldo Bresolin. Em Cascavel está a Unidade Produtora de Leitões I. A segunda unidade foi instalada no distrito de Juvínópolis.

Na área do centro tecnológico, realiza-se anualmente o seu Show Rural Coopavel, que será abordado no capítulo cinco.

A Coopavel, através da atuação de suas lideranças, de seus associados e funcionários e da sua importância na economia regional, tem se constituído como importante espaço de organização da classe patronal rural, em torno de um modelo produtivo que vem, gradativamente, ocupando uma posição hegemônica na economia regional e nacional: o agronegócio.

Assim como outras cooperativas do Paraná e da região Oeste, a Coopavel tem apresentado crescimento regular no seu número de associados, a exemplo do que foi apresentado nos seus relatórios, se considerarmos a apresentação dos resultados nos últimos anos, ou seja, o período entre 2015 e 2018.

Quadro 14: Número de associados da Coopavel (2015 – 2018)

Ano	Número de associados
2015	4.648
2016	4.751
2017	5.066
2018	5.289

Fonte: Relatórios Coopavel 2015-2018. (Tabela organizada pela autora).

Quando a preocupação se volta aos pequenos e médios produtores, os diretores incentivam a diversificação como modelo para garantir a rentabilidade e viabilidade da propriedade, a exemplo de atividades como a criação de aves, de suínos e de peixes e do gado de leite, enquanto nas grandes propriedades se realizam prioritariamente a produção de cereais (soja, milho e trigo) e gado de corte.

A compreensão da necessidade em diversificar a produção como possibilidade de renda para os pequenos e médios proprietários rurais está presente desde os anos 1980, principalmente na sua reestruturação, após a crise financeira da cooperativa, quando as agroindústrias passaram a receber atenção cada vez maior e representam hoje sua principal fonte de receita, apesar de ainda absorverem grande parte dos investimentos, o que tem comprometido o retorno financeiro para a cooperativa.

Conforme publicado na edição 428 da revista Coopavel de dezembro de 2018, a cooperativa atende a seus associados distribuídos em 30 filiais, sendo elas: Boa Vista da Aparecida, Braganey, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Centenário, Céu Azul, Corbélia, Espigão Alto do Iguaçu, Espigão Azul, Iguatu, Juvinoópolis, Lindoeste, Nova União, Penha, Ouro Verde, Quedas do Iguaçu, Realeza, Rio da Paz, Santa Izabel do Oeste, Santa Tereza do Oeste, Santo Izidoro, São João do Oeste, São Sebastião, Sede Alvorada, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

A unidade com o maior número de associados está em Capitão Leônidas Marques que possuía no final de 2018 um total de 561 associados, sendo 527 (93,9%) pequenos proprietários rurais, 33 (5,8%) médios proprietários rurais e 1 (0,1%) grande proprietário rural. Já a unidade de Cascavel, segunda maior e onde está a sede administrativa, contava com 445 associados sendo 254 (57%) pequenos proprietários rurais, 113 (25%) médios proprietários rurais e 78 (17,5) grandes proprietários rurais, sendo esta a unidade onde o índice do último estrato é maior.

Atualmente, é possível observar a preocupação em ampliar as áreas de atuação da cooperativa no sentido de consolidar o controle sobre toda a cadeia produtiva. Além de sua estrutura logística e de armazenagem no porto seco da Ferroeste e no porto de Paranaguá, estrutura esta da Cotriguaçu, da qual a Coopavel faz parte, podem ser citadas as diversas atividades desenvolvidas pela cooperativa, seja em seu parque industrial, nas filiais ou ainda no centro tecnológico.

A classe patronal rural, através da Coopavel vem ampliando suas atividades no sentido de buscar, cada vez mais, assumir o controle sobre toda a cadeia produtiva e de transformação nos segmentos em que atua. Para tanto, seus investimentos vão desde as pesquisas e produção de sementes e fertilizantes; produção, processamento e comercialização de grãos; produção nos incubatórios de ovos e unidades de produção de leitões, produção abate e processamento de frangos e suínos, além de viabilizar crédito aos associados e promover um intenso processo de educação e de difusão de valores, tecnologias e facilitação de negócios. Nesta organização da produção, ou arranjo produtivo, a Coopavel apresenta-se como um importante sujeito coletivo que coordena toda essa dinâmica, como pode ser observado no diagrama 1:

Diagrama 1: Segmentos de atuação da Coopavel em 2019



Fonte: Revista Coopavel e relatório financeiro de 2018. Diagrama organizado pela autora.

Ao analisar o conjunto de segmentos nos quais a Coopavel está inserida, fica evidente que o foco central de sua organização e expansão é a agroindústria, mas com a preocupação em dominar toda a cadeia produtiva.

Da mesma maneira, ao se considerar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 pode-se observar que do total da receita bruta da Coopavel, ou seja, R\$ 2.512.316.430,02, os produtos industrializados representaram 66,41% (R\$ 1.668.339.762,17), enquanto produtos agropecuários representaram 15,92% (R\$ 399.839.595,57). Já as receitas com insumos, sementes, bens residuais e serviços técnicos somaram 17,68% (R\$ 444.137.072). Estes dados evidenciam a principal fonte de receita da Coopavel, ou seja, os produtos industrializados.

Porém ao observarmos as despesas, ou o custo de produção da industrialização, percebemos que somam um total de R\$ 1.518.704.627,31, perfazendo um resultado bruto operacional de R\$ 137. 474.807,82, enquanto que o resultado bruto operacional dos produtos agropecuários somou R\$ 108.242.643,14. Vale lembrar que nestas despesas não foram consideradas aquelas oriundas do pagamento de salários⁸⁰ aos trabalhadores, que nas agroindústrias é significativamente maior.

A prioridade definida pela cooperativa, voltada a agroindústria de carnes, fica evidente também, quando observamos a evolução no abate de frangos, bovinos e suínos em seus frigoríficos.

Tabela 11: Evolução do abate de aves, suínos e bovinos pela Coopavel no período 2001 - 2018.

Ano	Suínos abatidos (mil)	Bovinos abatidos (mil)	Aves abatidas (milhões)
2001	51	Inexistente	31
2002	63	Inexistente	33
2003	124	Inexistente	33
2004	208	Inexistente	31
2005	189	3	32
2006	151	11	29
2007	86	23	32
2008	124	13	34
2009	165	12	37
2010	192	13	46
2011	220	12	49
2012	226	10	48
2013	221	5	45
2014	222	5	47
2015	267	Não informado	46
2016	289	Não informado	54
2017	396	Não informado	57
2018	402	Não informado	45

Fonte: Relatórios financeiros publicados pela Coopavel.⁸¹ (Tabela organizada pela autora).

⁸⁰ As cooperativas possuem a particularidade do caráter de não assalariamento direto dos seus associados, o que constitui a base de sua rentabilidade.

⁸¹ (*) Nos períodos em questão, não houve registro de dados sobre o abate de bovinos nos relatórios financeiros anuais.

Nos primeiros anos ocorreram oscilações no número de abates condicionados às condições do mercado consumidor interno e externo, porém a partir de 2007 houve um constante crescimento da importância destas atividades para a cooperativa e seus cooperados ou integrados.

Quando comparados os dados do abate de suínos e bovinos pode-se perceber a gradativa predominância da primeira. Porém a busca por novamente fortalecer a sua atuação junto a pecuaristas de corte fica evidente quando consideramos a importância dada a este segmento nas instalações e atividades do Show Rural Coopavel nas edições de 2018 e 2019.

O crescimento do abate de suínos está vinculado ao projeto da Coopavel que vem buscando controlar toda a cadeia produtiva deste setor. Passo significativo foi dado neste sentido com a instalação da segunda unidade produtora de leitões (II UPL) em Lindoeste que em 2019 recebeu um investimento de 46 milhões de reais, sendo 41,5 milhões (90%) oriundos de recursos do BNDES, pelo Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop).

Assim, com as duas UPLs, a capacidade de produção anual deve girar em torno de 460 mil leitões. Esta expansão é impulsionada pelo acesso ao crédito e pela perspectiva de crescimento do mercado mundial de carne suína, principalmente na China e no mercado europeu.

A avicultura também se apresenta de modo crescente, porém 2018 foi um ano de queda na produção, abate e exportação do frango. Uma série de condições adversas colaboram para isso: a alta do preço do milho, base da ração animal; a greve dos caminhoneiros que dificultou o transporte de pintainhos, ração e a coleta de frangos para o abate.

Esta dificuldade nas exportações gerou excesso de oferta de frango no mercado interno e a consequente queda nos preços e no faturamento. Além disso, a alta no preço do milho gerou aumento nos custos, diminuindo os lucros nesta atividade.

A operação “carne fraca” que investigou possíveis desrespeitos às normas de sanidade em alguns frigoríficos do país e que provocou o embargo temporário das importações pelos países europeus também teve influência, assim como, a sobretaxa do governo chinês que acusaram os produtores e exportadores de frango brasileiros de dumping, acusação negada pelos diretores da Coopavel.

Também os países árabes impuseram condições restritivas à importação da carne do Brasil.

Entre os anos de 2001 e 2018, as indústrias de fertilizantes, derivados de soja e de rações apresentaram significativo crescimento, conforme pode ser verificado na tabela 12:

Tabela 12: Evolução das indústrias de insumos e agroindústrias da Coopavel 2001-2018

Segmento Industrial	2001	2011	2018
Indústria de sementes	156 sacas	153,7 mil sacas	111,6 mil sacas
Indústria de fertilizantes	82 ton	129,5 ton	136,4 ton
Esmagamento de soja	201 ton	260,3 ton	233,8 ton
Indústria de rações	157 ton	272,8 ton	446,3 ton
Moinho de trigo (*)	inexistente	93,9 ton	93,6 ton

Fonte: Relatórios financeiros publicados pela Coopavel.⁸² (Tabela organizada pela autora).

Enquanto a indústria de óleo de soja e farinha de trigo não sofreram grandes oscilações, a produção de sementes perdeu espaço e a fabricação de ração recebeu, entre 2001 e 2018, um significativo acréscimo de 284%. Estes investimentos feitos na produção de ração buscam organizar e controlar a cadeia produtiva, principalmente de frangos e suínos.

O desafio de aumentar a produtividade tem levado a área técnica da Coopavel a investir na chamada agricultura de precisão e ao implantá-la, buscase garantir ganhos de produtividade e redução de custos através do monitoramento quanto às condições do solo e a necessidade de acrescentar nutrientes em espaços específicos da área produtora.

⁸² (*) No período em questão, não houve registros de dados sobre as atividades citadas nos relatórios financeiros anuais.

Os produtos processados nas agroindústrias e nos frigoríficos da Coopavel se destinam ao mercado regional e brasileiro e, a partir da adequação às exigências de mercados fora do país, passaram a ser exportados para mais de trinta países da Ásia, da Europa, da África, da América do Sul e do Oriente Médio. Entre eles estão China, Hong Kong, Emirados Árabes, África do Sul, Catar, Iraque, Croácia, Chile, Alemanha e Espanha, dentre outros. São exportados, principalmente na forma de produtos congelados.

Se a agroindústria passou a ser a preocupação central dos diretores e associados da Coopavel, isto não significou que a produção de cereais tivesse ficado em segundo plano. De fato, são atividades interligadas e integradas. Na tabela 13 pode ser observada a evolução no recebimento de cereais pela Coopavel entre os anos de 2001 e 2018.

Tabela 13: Evolução do recebimento de cereais pela Coopavel 2001- 2018 (em mil toneladas)

Ano	Soja	Milho	Trigo	Outros	Total
2001	246,9	259,8	46,6	1,2	554,5
2002	287,4	142,6	41,2	0,2	471,4
2003	266,9	243,8	70,3	2,4	583,4
2004	231,4	169,9	62,0	0,3	463,6
2005	252,0	139,9	69,9	2,1	463,9
2006	209,5	215,1	37,0	1,8	672,9
2007	273,1	258,1	72,3	1,3	604,8
2008	309,2	277,5	131,6	1,7	720,0
2009	229,2	224,4	90,6	5,8	550,0
2010	319,8	220,5	106,6	1,7	648,9
2011	330,6	246,0	75,6	2,8	654,9
2012	230,4	339,3	48,6	Não informado	618,2
2013	281,8	347,4	47,2	Não informado	676,4
2014	297,0	241,9	180,7	Não informado	719,6
2015	340,5	342,5	122,7	Não informado	805,7
2016	281,5	244,4	112,2	Não informado	638,1

2017	397,7	450,8	102,4	Não informado	952,0
2018	402,1	183,9	181,6	Não informado	767,7

Fonte: Relatórios financeiros publicados pela Coopavel.⁸³ (Tabela organizada pela autora).

A diversificação e a busca pela agregação de valor por meio da transformação de produtos primários (*in natura*) se complementam na cadeia produtiva agrícola-industrial (proteína vegetal/proteína animal).

Esta dinâmica da economia regional coordenada pelas cooperativas está vinculada a um modelo de gestão adotado pela Coopavel e readaptado ao longo dos anos. Dilvo Grolli, em entrevista ao jornal Folha de Londrina, no ano de 2001, explicou que um bom gestor precisa estar conectado com as informações da economia mundial para auxiliar o produtor rural na realização de suas atividades:

É preciso ter uma visão macro das coisas e para isso contamos com o auxílio dos meios de comunicação, que hoje nos trazem notícias sobre a economia mundial. O agricultor precisa receber isso com mais intensidade e nós temos que levar essa visão moderna a todos eles. Nossa responsabilidade é não deixar a empresa plantada no milênio anterior. (GROLLI, 2001)

Porém, no sentido inverso do que é apresentado como modelo ideal de gestão da produção, aquela que não é realizada apenas pelos diretores da cooperativa, mas por todo o seu quadro técnico e administrativo, a partir de decisões tomadas pelos associados em suas assembleias, o que se percebe é que os projetos e processos de mudança dentro da cooperativa partem efetivamente do quadro técnico e diretivo e são, de modo geral, aprovados por unanimidade nas assembleias, onde se verifica baixa participação dos associados.

Fica evidente, assim, a compreensão acerca de quem são os sujeitos que devem desempenhar o papel educador dos associados e de onde deve partir a escolha dos padrões produtivos em cada unidade rural associada.

⁸³ (*) Nos períodos em questão, não houve registros de dados sobre o recebimento de outros cereais nos relatórios financeiros anuais.

Quanto ao faturamento da Cooperativa na última década, pode-se observar um crescimento constante. Por outro lado, as taxas de lucro da cooperativa têm tido oscilações significativas no mesmo período, de 2010 a 2018, como pode ser observado na tabela 14. Estes resultados colocaram a Coopavel como uma das 35 empresas paranaenses com faturamento acima de 1 bilhão de reais, a partir de 2011. Dentre essas empresas 7 (sete) estão sediadas na região Oeste, sendo que, com exceção da Itaipu, todas as demais são cooperativas agropecuárias ou agroindustriais.

Tabela 14: Resultado financeiro Líquido da Coopavel (2010 – 2018)

ANO	Faturamento		Lucro		Repassse aos Associados por Cota Parte	
	R\$/milhões	Cresc. (*)	R\$/milhões	%(**)	R\$/milhões	%(**)
	(A)	(%)	(B)	(A/B)	(C)	(C/B)
2010	954		15,5	1,62	2,5	16,13
2011	1.246,30	30,64	5,4	0,43	0,5	9,26
2012	1.407,20	12,91	14	0,99	1,8	12,86
2013	1.566,40	11,31	36,2	2,31	2,5	6,91
2014	1.648,80	5,26	46,8	2,84	1,5	3,21
2015	1.950,60	18,3	40,1	2,06	2,5	6,23
2016	2.120,60	8,72	53,8	2,54	1,9	3,53
2017	2.108,90	-0,55	30	1,42	2,2	7,33
2018	2.512,30	19,13	22,4	0,89	2,9	12,95

Fonte: Balanços publicados nos relatórios anuais de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

(*) Crescimento do faturamento em relação ao ano anterior, calculado pela autora.

(**) Dados elaborados pela autora a partir da tabela apresentada pela Coopavel.

Quando analisamos os dados podemos perceber que, com exceção ao ano de 2017, o faturamento da cooperativa vem num crescimento constante, porém o mesmo não ocorre com os lucros e as quotas/sobras disponibilizadas aos associados.

Para compreender este processo é importante considerar que a Coopavel tem realizado investimentos que ampliaram significativamente o seu faturamento, como por exemplo, a II Unidade de produção de Leitões e nos seus frigoríficos. Estes investimentos estão sendo realizados na perspectiva do crescimento do complexo agroindustrial Coopavel e de lucros futuros.

Na sua 47ª assembleia geral ordinária realizada em 26 de janeiro de 2017 com a presença do presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, da Cotriguaçu, da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, da Federação das Indústrias do Paraná e do Sindicato Rural Patronal foi apresentada a prestação de contas e o balanço geral da Cooperativa referente ao ano de 2016.

Naquela assembleia, Dilvo Grolli, diretor presidente, apresentou o patrimônio da Coopavel que com as suas trinta filiais estaria estimado em 2,25 bilhões de reais, assim distribuído:

Quadro 15: Patrimônio da Coopavel – 2016

UNIDADE	VALOR ESTIMADO (de mercado) em R\$/milhões
Filiais	750
Complexo de Avicultura	650
Complexo de Suinocultura e Bovinocultura	250
Produção de Sementes	55
Indústria de Fertilizantes	35
Processamento de Soja	40
Moinho de Trigo	70
Outros Bens Patrimoniais	150
Capital Social Cotriguaçu, Credicoopavel, Coocentral e Sicoob	250
Total	2,25

Fonte: Ata da 47ª Assembleia geral ordinária da Coopavel de 2017. Quadro organizado pela autora)

Do lucro obtido pela Coopavel no ano de 2016, foi aprovada na assembleia acima citada, a proposta de distribuição de uma quota do lucro no montante de R\$ 1.960.718,64 aos associados a partir dos seguintes valores referenciais unitários por produto entregue na cooperativa.

- 60 quilos de soja = R\$ 1,20
- 60 quilos de milho = R\$ 0,40
- 60 quilos de trigo = R\$ 0,60
- Ave entregue (unidade) = R\$ 0,06
- Suíno entregue (unidade) = R\$ 2,00

Outro elemento em defesa desse padrão de desenvolvimento na agricultura, divulgado e publicizado por seus representantes, é de que o agronegócio brasileiro representa e garante a segurança alimentar no país e no mundo. Esta defesa se dá tanto a nível institucional, quanto na sociedade civil. Roberto Rodrigues foi ministro da agricultura, pecuária e abastecimento entre 2003 e 2006. Também foi presidente da OCB e da ABAG. Durante o governo Temer, Roberto Rodrigues fez parte do “Conselhão do Agronegócio” junto ao governo federal.

Forte defensor do cooperativismo e do agronegócio, em entrevista publicada pela revista Exame em 31 de outubro de 2016, Rodrigues apresentou sua análise sobre este segmento da economia destacando a importância dos investimentos realizados em tecnologia, para o aumento da produtividade agrícola:

O agronegócio brasileiro hoje representa 23% do PIB, gera entre 25 e 30% dos empregos do país e é um dos setores mais importantes da balança comercial. No ano passado, o setor exportou 88 bilhões de dólares. Comparativamente, em 2000, o valor exportado foi de 21 bilhões de dólares. O valor aumentou mais de 4 vezes num período em que o comércio mundial diminuiu por causa da crise de 2008. É um setor marcado pela competitividade, pela eficiência. Isso se deve muito ao investimento em tecnologia. Os dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), de 1990 até hoje, apontam que, enquanto a área plantada com grãos cresceu 53%, a produção avançou 261%. A tecnologia é o principal responsável por isso.⁸⁴ (RODRIGUES, 2016)

Na mesma entrevista, Roberto Rodrigues destacou a importância do crédito rural, das políticas públicas e do conhecimento e acesso às informações para o desenvolvimento do setor:

⁸⁴ Entrevista concedida à Revista Exame em 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/roberto-rodrigues-agricultura/>. Acessado em 09/12/2019.

Um fator muito importante foram as políticas públicas. Há um destaque para o crédito rural e para o programa Moderfrota, no final dos anos 90, que permitiu modernizar a frota de tratores no país. Isso contribuiu para um aumento extraordinário na produtividade agrícola, com novas máquinas, plantadeiras e colheitadeiras. Tecnologia, políticas públicas e gente, que talvez seja o fator mais relevante. A agricultura brasileira teve a sorte de contar com pessoas capacitadas em todos os setores, na universidade, na pesquisa, na atividade produtiva. Hoje, um jovem fazendeiro sabe quanto custa o preço da soja em Chicago, qual o frete para levar a soja para a China, se choveu na Argentina. A informação e a visão de mercado são muito mais consistentes, o que permite orientar muito bem as decisões. (RODRIGUES, 2016)

Apesar de destacar o forte crescimento do setor do agronegócio nas últimas décadas, Roberto Rodrigues apontou algumas deficiências que, no seu entendimento, deveriam ser superadas.

Falta estratégia. Não há uma estratégia para a agricultura brasileira e a última vez que houve foi em 1973 quando foram criadas a Embrapa e a Emater. É preciso uma visão estratégica do Estado brasileiro e do próprio setor. Um tema super conhecido é o da logística. Um saco de soja que está em Lucas do Rio Verde, no interior do Mato Grosso, custa um valor. Trazê-lo para Santos custa o mesmo valor. Perde-se competitividade na logística. Esse é um tema central e o maior gargalo do agronegócio hoje. As vias de escoamento e os portos precisam de muito investimento. A Empresa de Planejamento e Logística fez um estudo e há um projeto, o Plano de Investimento em Logística, que havia sido lançado durante o governo Dilma, com 200 bilhões de reais para resolver a questão. Mas não saiu um tostão porque o modelo de concessão não era rentável, então não houve interesse empresarial. Agora já está se falando claramente numa abertura muito maior para as concessões, com lucratividade para quem investir. (RODRIGUES, 2016)

Contrapondo o princípio cooperativo que defende o afastamento das cooperativas do Estado, Roberto Rodrigues apontou os incentivos que o governo pode prover para a agricultura.

Nos posicionamentos de Roberto Rodrigues, novamente se evidencia que a tão difundida e defendida autonomia das cooperativas quanto a gestão e os investimentos. Esta autonomia não passa de discurso intencional, pois, na prática, o agronegócio, historicamente, tem se beneficiado e continua dependente de políticas de governo que facilitam o seu desenvolvimento.

Uma delas é o seguro rural. Outros países protegem a agricultura não para salvar agricultores, mas porque é a única garantia de segurança alimentar e energética. Essa proteção é para que a sociedade tenha garantia de alimentos. No Brasil, essa visão não existe. O seguro é necessário para que o produtor possa produzir sem ter que ir embora do país ou quebrar. Por exemplo, o Maranhão foi muito afetado pelo *El Niño* este ano. A média de produtividade caiu de 55 sacas de soja por hectare para 37. É um desastre. Ninguém consegue pagar os custos e a operação. O atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, conhece esse assunto e já trabalha junto a uma comissão de seguro rural para melhorar essa pendência. (RODRIGUES, 2016)

Mostrando-se otimista com a reorganização política que afastou a presidente Dilma do cargo, efetivado na data de 31 de agosto de 2016, e que deu início ao governo Temer, o ex-ministro do governo Lula, do mesmo partido da presidenta que teve aprovado o seu impeachment, aponta que investimentos em tecnologia, logística, seguridade rural e a flexibilização da legislação que rege o setor são essenciais para manter a sua competitividade.

Mas para além das questões político-partidárias, o que está em questão é a defesa de políticas governamentais que venham de encontro das necessidades e pretensões dos diferentes setores do agronegócio.

Seja Roberto Rodrigues (Ministro do governo Lula), seja Katia Abreu (ministra do governo Dilma), seja Blairo Maggi (ministro do governo Temer) ou ainda Teresa Cristina da Costa Dias (atual ministra do governo Bolsonaro), para além de suas divergências ou adversidades partidárias, o que os une e os identifica em todos os governos, é a defesa do agronegócio como padrão produtivo para o campo brasileiro, o que tem se traduzido numa crescente subordinação do agro à indústria e ao capital financeiro.

Na mesma linha de pensamento, Dilvo Grolli, nos editoriais da revista Coopavel tem afirmado que a importância e o destaque assumidos pelo agronegócio na economia brasileira são conquistas de todos os segmentos da cadeia produtiva, desde os produtores de insumos, técnicos e produtores rurais.

Mas as condições impostas pelo mercado internacional tornam urgente e determinante a adoção de medidas protetivas por parte do governo ao setor agrícola. “Precisamos de governantes competentes e que desenvolvam uma política de valorização da produção brasileira e de posição firme contra o protecionismo internacional”. (GROLLI, 2018, p. 6)

Ao mesmo tempo em que defendem o agronegócio e a autonomia das cooperativas e a sua desvinculação de interferência do Estado e de governos, defendem que estes devem atuar no sentido de promover e proteger políticas que garantam a sua viabilidade econômica e financeira.

Na pauta de reivindicação do agronegócio regional, liderado pelas cooperativas agroindustriais, está o investimento em infraestrutura e logística, apresentado como saída para melhorar a competitividade através da redução de custos com transporte e armazenamento nos portos.

Neste sentido argumenta-se que em outros critérios, como qualidade e sanidade da produção voltada principalmente à exportação, o agronegócio brasileiro se encontra em plenas condições de competitividade, sofrendo, inclusive, retaliações e sobretaxas tarifárias que afrontariam as leis de livre mercado. O grande problema, portanto, ainda estaria no alto custo do transporte de grãos, de carnes e de fertilizantes, e que este seria resultado da falta de investimentos, principalmente em ferrovias.

Dilvo Grolli refere-se também ao período político anterior às eleições de 2018 como marcado por uma forte crise econômica e política que comprometeu o agronegócio”. “Por isso o futuro do Paraná seria mostrado, a partir de 2019 por “um novo caminho para o amanhã, com ideias e valores elevados que estejam centrados no desenvolvimento econômico, social e cultural em benefício da população da América do Sul”. (GROLLI, 2019, p. 7)

Para atender às demandas atuais e futuras e a viabilidade do projeto de ampliação das exportações do agronegócio regional para o mercado asiático, Argentina, Paraguai e Chile, está em discussão, por várias segmentos representativos da classe patronal do Oeste, junto com os governos municipais e o governo estadual, um projeto defendido arduamente pelos diretores da Coopavel e demais cooperativas: *O Projeto Ferroviário Bioceânico*, uma nova ferrovia que cortaria o Estado do Paraná ligando o Porto de Paranaguá no Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico.

Dilvo Grolli defendeu a criação do *projeto ferroviário bioceânico* em um artigo publicado na revista “*suinocultura industrial.com.br*” afirmando que o mesmo virá atender às exigências criadas pela crescente expansão da produção e exportação do agronegócio paranaense, de modo especial, mas também o brasileiro e o de outros países da América do Sul.

O Projeto Ferroviário Bioceânico será um novo caminho para o Paraná, que tem sua economia sustentada pela agricultura e pela pecuária. Essa visão estratégica e de empreendedorismo com a participação de vários países, com investimentos públicos e derivados, é a maior obra para o crescimento do Paraná e a demanda mundial de alimentos. (GROLLI, 2019)

Ainda sobre a importância do projeto e do envolvimento do governo do Estado na execução do mesmo, Dilvo Grolli destacou que “o governador Carlos Massa Ratinho Jr, com o Projeto Ferroviário Bioceânico, deixará o maior legado logístico da América do Sul, um marco histórico que somente os grandes estadistas são capazes de empreender”. (GROLLI, 2019)

Muito próximo de um conveniente discurso de campanha eleitoral”, se por um lado o projeto ferroviário é apresentado como a solução para os custos de transporte e conseqüente melhoria nos índices de lucratividade e concorrência do agronegócio paranaense, por outro demonstra a centralidade em que se colocam as atividades ligadas a esse segmento da economia para a região.

Ainda que se considere convincente o argumento de que as despesas com transporte sejam fatores que oneram o custo final da produção, parece ser pouco razoável a defesa de que uma nova ferrovia pudesse resolver, por si só, esse problema.

Seus defensores consideram viável a realização de altos investimentos que promoveriam a expansão do agronegócio, deixando evidente o seu posicionamento sobre em quais segmentos da economia paranaense devem prevalecer os investimentos dos recursos públicos.

Com isso fica evidente a sua subordinação e inserção no padrão de divisão internacional do trabalho que designa basicamente às economias periféricas, como é o caso do Brasil e do Paraná, o papel de produtor e exportador de *commodities*.

Diante desta conformidade restaria criar as condições favoráveis para que essa inserção se dê em condições que favoreçam a sua competitividade.

A importância dada ao acesso às informações de mercado, a difusão de novas tecnologias e uma “visão moderna” da produção podem ser percebidas na organização e publicação da revista Coopavel, com edição mensal, distribuída aos associados e que desde 2015 está disponível também em versão online.

Além disso, anualmente é realizado o Show Rural Coopavel e em 2000 a Cooperativa fundou a Universidade Corporativa Coopavel, a Unicoop além de publicar, regularmente, a sua revista Coopavel, que serão objeto de análise no capítulo cinco.

CAPÍTULO 5: A COOPAVEL E A DIFUSÃO DE UM MODELO HEGEMÔNICO PARA O CAMPO

No início da década de 1980 a economia, de modo geral, e a agricultura no Brasil, sofreram os efeitos da crise econômica e financeira mundial. Através das cooperativas, iniciava-se, naquele período, no Oeste do Paraná, a inserção da agropecuária nos novos moldes do agronegócio, com a organização e instalação das agroindústrias.

Os efeitos desta crise se manifestaram também na condição econômica e financeira de cooperativas no Oeste do Paraná, como foi o caso da Coopavel, apesar de a imprensa à época, praticamente silenciar sobre o fato.

Nos dias atuais, a interpretação oficial, dada pela própria cooperativa, é de que seus gestores não estavam preparados para os desafios que a nova organização produtiva estava impondo.

Essa interpretação, além de centralizar todo o processo na figura do gestor, promove também a autovalorização empresarial e criativa dos atuais diretores, deixando de considerar questões estruturais e conjunturais que facilitam ou entravam o crescimento de determinada atividade.

Após a crise da Cooperativa que ocorreu no mesmo período em que a reestruturação da agricultura brasileira impôs à classe patronal um novo posicionamento, onde os associados se ajustariam ao novo modelo produtivo: diversificação, tecnologia e produção para exportação. E para tanto, a classe dirigente em muito se empenhou em difundir uma nova cultura no campo: tecnologia é igual produtividade que é igual a competitividade.

A COOPAVEL tem, a partir de então, organizado diferentes e variados instrumentos de difusão dos propagados valores do cooperativismo, de seus projetos enquanto cooperativa e visões de mundo, no sentido de criar uma cultura de valorização do agronegócio e do cooperativismo enquanto organização social e produtiva. Pode-se afirmar que, através destes instrumentos, ela contribui significativamente para a organização do conjunto de ideias e práticas, bem como, daquilo que é projetado para o futuro do agronegócio regional e sua ampliação para outras regiões paranaenses e demais Estados do país.

Por meio destes instrumentos, a Coopavel interfere e dá direção ao modelo produtivo agroindustrial, influenciando inclusive, nas relações interpessoais e familiares de seus associados, dos integrados e dos funcionários do complexo agroindustrial.

Se a Coopavel tem se consolidado como uma das maiores empresas agroindustriais do cooperativismo brasileiro, a nível regional, sua importância vai além do seu poder econômico. Ela tem se consolidado como importante sujeito coletivo na organização e reorganização das relações de produção e vem se constituindo em espaço de educação dos diferentes segmentos vinculados ao setor produtivo do agronegócio regional.

A ênfase no ciclo: cooperativismo + tecnologia + inovação + produtividade = competitividade pautou o seu ingresso no segmento agroindustrial e estes fundamentos vêm norteando todas as práticas propostas aos seus associados e integrados.

O Show Rural Coopavel, a Revista Coopavel, a Universidade Corporativa Coopavel e os projetos e ações desenvolvidas em conjunto com escolas, universidades e demais entidades organizadas na sociedade civil têm se apresentado como verdadeiros espaços de produção e difusão de consenso, colaborando de modo positivo para a consolidação do agronegócio regional, garantindo, através de seu papel educativo, a sua legitimidade diante dos seus e dos demais.

Dilvo Grolli, ao falar para a revista FAE Business, em 2005, afirmou que “a competitividade é a palavra chave do mundo globalizado e, por isso, a Coopavel tem investido na busca de um sistema de aprendizagem contínua, que oriente para os resultados organizacionais”. E ainda: “Esse aprendizado tem sido nossa solução para o aumento da capacidade produtiva que, por intermédio do conhecimento permanente, transforma o capital intelectual em vantagem competitiva”. (GROLLI, 2005, p. 49)

Neste sentido está a importância dada pela Coopavel a sua Universidade Corporativa pela qual busca desenvolver o quinto princípio do cooperativismo: a educação, a formação e a informação.

Segundo afirma Dilvo Grolli, a valorização do conhecimento como base de sustentação de uma empresa há muito vem sendo defendida pela cooperativa. Mas a universidade corporativa Coopavel:

tem “a função de aumentar a competitividade, com complementos específicos de conhecimento, capacitando seus profissionais, associados e familiares para os negócios. Isso por considerarmos que, num país cuja realidade educacional difere bastante da dos países desenvolvidos, a universidade corporativa consegue impor novas ideias, que geram efeitos positivos para a nossa região e para o país. (GROLLI, 2005, p. 49)

Ao questionar o sistema educacional do país, diferenciando-o daquele realizado nos países centrais do capitalismo, apresenta como complemento para a formação profissional, aquela oferecida pelas empresas, através de suas universidades corporativas, como é o caso da Universidade Corporativa Coopavel, abordada com maior profundidade a seguir.

5.1 - A UNIVERSIDADE CORPORATIVA DA COOPAVEL – UNICOOP

O conceito de universidade corporativa difere daquele da educação formal de nível superior, definido e reconhecido pelos órgãos competentes (Conselhos de Educação Superior e Ministério da Educação – MEC), mas está cada vez mais presente na formação e qualificação profissional no âmbito empresarial e corporativo.

Neste modelo de “educação”, as empresas organizam e viabilizam processos de formação e qualificação voltados às exigências e aos objetivos de sua organização, empresa ou corporação. Isto torna possível que os trabalhadores sejam preparados para desenvolverem competências ou adquiram conhecimentos específicos para as atividades que desempenham.

A Universidade Corporativa da Coopavel (UNICOOP) foi criada no ano de 2000, sendo a primeira universidade corporativa do cooperativismo brasileiro. Seu objetivo fundamental é capacitar seus colaboradores, associados e familiares e contribuir para a implantação de melhorias no meio rural. O seu atual coordenador é Antônio Augusto Putini.⁸⁶

A UNICOOP foi criada para somar o conhecimento prático e experimental do produtor potencializando-o com o conhecimento técnico-científico, a fim de

⁸⁶ Putini está há 20 anos na Coopavel. Tem graduação em Administração de Empresas, Filosofia e Letras.

aumentar os índices de produtividade e a renda da família, melhorando assim, a sua qualidade de vida, ou seja, para promover a formação de um consenso entre os associados, de que, a propriedade rural deve ser gerida como se fosse uma empresa. É a transformação do agricultor ou do agropecuarista em empresário rural. Neste processo não há distinção sobre as expectativas que a cooperativa tem sobre os resultados em pequenas, médias ou grandes propriedades. Os níveis de qualidade, sanidade e produtividade são impostos a todos.

Aos associados, familiares, gerentes, técnicos, agrônomos, veterinários, vendedores e operadores de equipamentos são desenvolvidos projetos e ofertados cursos, palestras, oficinas, grupos de estudo com temáticas diversas, dentre elas:

- Projeto “água viva”⁸⁷;
- Projeto “escola do campo”;
- Projeto “dinâmicas no sítio”;
- Desenvolvimento e trabalho em equipes;
- Administração rural;
- Matemática financeira;
- Normas técnicas no manuseio de equipamentos;
- Vendas técnicas;
- Eletromecânica de refrigeração;
- Manejo do solo;
- Manejo de matrizes;
- Produção de leite, aves e suínos;
- Plantas medicinais;
- Culinária;
- Organização da propriedade rural;
- Informática;
- Agricultura de precisão;
- Sucessão familiar nas propriedades;
- Liderança jovem
- Gestão de pessoas

⁸⁷ O Projeto “água viva” foi desenvolvido pela Coopavel em parceria com a Syngenta Seeds. Seu objetivo é a recuperação de nascentes de água existentes nas propriedades dos cooperados.

- Criação de novos cooperados.

Temáticas direcionadas especificamente para os filhos e mulheres agricultoras também estão na pauta dos cursos oferecidos. Há uma preocupação constante com a sucessão familiar da propriedade e a manutenção das atividades nelas desenvolvidas, com racionalidade e eficiência. Incentivar os jovens, filhos e filhas a permanecer na propriedade e motivá-los a realizar a continuidade produtiva é uma das expectativas e prioridades da COOPAVEL.

Na Revista Coopavel, edição 372, de janeiro e fevereiro de 2013, a Coopavel fez uma apresentação das ações da UNICOOP entre os anos de 2008 e 2013. Também ali foi destacada a importância da formação direcionada aos jovens e às esposas dos associados. Apresentou depoimentos de pessoas que participaram de cursos e de como foram influenciados por eles. Os cursos serviriam para “abrir a cabeça do produtor quanto ao que fazer na propriedade, como tomar decisões e buscar a harmonia familiar”. Destaca também que os filhos e as filhas, ao participarem do “grupo de jovens Unicoop”, são preparados para a sucessão familiar.

Os cursos, palestras, oficinas e treinamentos são oferecidos em todas as filiais da cooperativa, o que facilita a participação e promove a interação e integração entre os cooperados. Desenvolve-se também projetos de extensão que são destinados à família do associado, com temáticas sobre autoconhecimento, autoestima e relacionamento interpessoal.

Os cursos são ofertados também aos quadros administrativo, técnico e operacional da cooperativa, com carga horária semestral.

Portanto, a partir da criação da Unicoop, pode-se perceber que a cooperativa passou a investir na formação permanente de todos aqueles com ela envolvidos. Não mais apenas em ações eventuais, mas de modo formal, contínuo e abrangente. Isso se deve ao fato de se compreender que a qualificação técnica e profissional torna o trabalho inovador e produtivo, favorecendo a competitividade. Daí seus diretores entenderem ser importante ter um programa de qualificação próprio e direcionado para as necessidades da cooperativa, de modo restrito, ao mesmo tempo em que “parcerias” são realizadas com instituições da educação formal, ou seja, escolas e universidades públicas e privadas e, fundamentalmente, com entidades empresariais.

Esta compreensão da Unicoop como importante instrumento de formação de cultura e transformação da realidade regional está presente no discurso de Dilvo Grolli quando afirma:

A Universidade Coopavel também prepara o produtor para a assimilação de novas tecnologias, para a melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos, focando não só na qualidade de vida das famílias, mas também na fixação do homem no campo e no despertar da consciência de que a principal alternativa de trabalho para as novas gerações está nas propriedades e não apenas no comércio e nas cidades. (GROLLI, 2005, p. 50)

Desde a sua criação, a UNICOOP vem atuando na formação técnica e na educação de seus associados, familiares e funcionários para consolidar um modelo produtivo em suas áreas de atuação, conforme demonstrado no quadro 16 no qual se apresenta o número de pessoas envolvidas nos cursos e nas atividades de treinamento desenvolvidas pela Universidade Coopavel.

Quadro 16: Evolução da atuação da UNICOOP (2000 – 2016)

Ano	Número de funcionários	Número de associados	Número total de participantes
2000	2.161	3.233	3.909
2001	2.509	3.332	15.833
2002	2.849	3.215	17.679
2003	3.175	3.171	15.545
2004	3.640	3.049	14.864
2005	3.758	Não publicado	14.950
2006	3.227	2.911	12.304
2007	3.603	2.877	8.947
2008	3.686	Não publicado	9.379
2009	3.880	2.855	15.855
2010	4.221	3.005	20.711
2011	4.502	3.314	23.260
2012	4.607	3.427	24.356
2013	4.686	3.453	30.015
2014	4.897	4.215	32.830
2015	5.254	4.648	32.199
2016	5.426	4.751	27.313

Fonte: Relatórios anuais da Coopavel. Anos 2003,2004, 2007, 2015, 2016. (Quadro organizado pela autora)

O investimento de recursos teve um crescimento significativo no mesmo período, principalmente a partir do ano de 2013, como pode ser observado no quadro 17.

Quadro 17: Investimentos realizados na UNICOOP (2000 – 2015)

Ano	Investimento na Unicoop (em mil reais)
2000	287,00
2001	515,00
2002	1.200,00
2003	1.500,00
2004	1.300,00
2005	1.300,40
2006	675,30
2007	522,80
2008	642,50
2009	612,40
2010	740,10
2011	789,60
2012	766,60
2013	1.500,00
2014	1.602,50
2015	1.205,70

Fonte: Relatórios anuais Coopavel. Anos 2007, 2010 e 2015. (Quadro organizado pela autora).

Na edição 2018/2019 do “Anuário Brasileiro do Cooperativismo”, publicado pela revista Mundocoop, a Coopavel recebeu o prêmio de “melhor cooperativa do país em educação e formação”. Este é o quinto dos sete princípios do cooperativismo, sendo a única cooperativa do Estado do Paraná a ser premiada naquela edição. A premiação foi justificada pelos trabalhos realizados pela Unicoop

Segundo PUTINI, a Uniccop cumpre a sua função na medida em que atende à necessidade de seus associados no quesito atualização e qualificação para a vida e para o trabalho na propriedade e que “a missão e o compromisso da universidade são os mesmos desde o início, voltados a promover transformações no cotidiano dos mais de cinco mil filiados da Coopavel...”, o que demonstra a sua convicção sobre a importância e relevância da Unicoop, afirmando que a premiação é o reconhecimento da determinação da cooperativa em compartilhar informações para que o cooperado e a sua família vivam melhor e possam levar prosperidade e mais felicidade ao campo.

A Unicoop, portanto, é apresentada como um valioso instrumento que a Coopavel faz uso para transmitir, reproduzir e consolidar um conjunto de valores que fortalece sua posição na economia e na sociedade local e em torno. Através da Unicoop a Coopavel colabora para educar os seus e os outros para o consenso em torno do cooperativismo e do agronegócio.

5.2 - O SHOW RURAL COOPAVEL

Se a Universidade Corporativa da Coopavel desenvolve uma função educativa e organizativa de cooperados, familiares e funcionários em torno dos princípios do cooperativismo, do agronegócio e da competitividade, o Show Rural Coopavel realiza esse papel de modo mais intenso e abrangente.

Desde o ano de 1995, o Show Rural Coopavel é o momento anual em que essa cultura se renova, se reproduz e se dissemina como um espetáculo do agronegócio, através do qual se pretende confirmar e reafirmar a compreensão de que a terra é fonte de poder e consolidar a hegemonia do agro na região e no Brasil.

A Coopavel realiza o Show Rural Coopavel, no seu “centro tecnológico” localizado no bairro Centralito. O Show Rural tem sua estrutura montada em uma área de 720 mil metros quadrados, às margens da rodovia BR 277, saída para Curitiba.

Fotografia 6: Vista aérea do Centro tecnológico da Coopavel



Fonte: <https://showrural.com.br/sem-categoria/show-rural-coopavel-tem-numeros-que-impressionam/>

O evento é realizado no início do mês de fevereiro e seu público alvo são agricultores, pecuaristas, estudantes de todos os níveis de ensino, principalmente acadêmicos, técnicos do setor agropecuarista, empresários e pesquisadores. É marcante também a presença de caravanas de outras regiões do país e de outros países que trazem visitantes para o Show Rural, sendo este, o primeiro evento do ramo no calendário nacional. De cada uma das unidades filiais da cooperativa são disponibilizados ônibus para que os cooperados e suas famílias possam visitar o Show.

O planejamento, a organização e a realização do evento é coordenada pela equipe diretiva e por funcionários da Coopavel.

Segundo Acir Inácio Palaoro, diretor executivo do Show Rural Coopavel, “além dos coordenadores gerais, são convocados os coordenadores de setores para dar sugestões de melhorias às suas respectivas áreas de atuação. Estas reuniões de avaliação e planejamento, visam também, encontrar atrações que

motivem o interesse e “encantem seus visitantes e expositores pela tecnologia, diversificação e novidades/ inovações”. (PALAORO, 2004, p.24)

Durante a edição do Show Rural de 2018, 1.100 funcionários da Coopavel atuaram em diferentes funções durante os 5 dias do evento.

A abertura oficial é realizada no domingo anterior ao início do evento com a realização de uma missa, considerada como uma das importantes atividades, o que já se tornou uma “tradição” no Show Rural e em outras comemorações realizadas pela Coopavel. Para Acir Palaoro “a missa abençoa a feira há 30 anos. É uma das mais belas tradições que cultivamos e preservamos nesses anos todos”. (PALAORO, 2004, p. 24)

Neste dia os portões já estão abertos ao público, mas apenas para visitação, uma vez que as atividades realizadas em cada estande iniciam apenas na segunda feira. Não há cobrança de ingressos para acessar e visitar a área de realização do Show Rural e seu funcionamento é em horário comercial.

Para tornar possível a realização do Show Rural há atividades desempenhadas durante quase o ano todo. Para tanto, cerca de 60 pessoas trabalham diariamente no centro tecnológico. Durante a semana de realização do evento, mais de 4 mil trabalhadores (funcionários da Coopavel ou temporários) desempenham as diferentes funções que viabilizam a sua realização.

A área de visitação e circulação dos visitantes é estruturada com 15 km de ruas asfaltadas sendo que 7km são cobertos para proteção contra a chuva ou o sol. A energia que abastece o parque, desde 2018, vem de 468 placas solares fotovoltaicas e o estacionamento disponibiliza gratuitamente 14 mil vagas aos visitantes e o restaurante possui capacidade para servir simultaneamente 4 mil refeições.

O paisagismo e o ajardinamento são atrações à parte no Show Rural, há 25 anos. Para realizá-los, a Coopavel mantém uma equipe destinada especialmente para isso, sob a orientação e coordenação de agrônomo da EMATER. Segundo dados publicados pela organização do evento, aproximadamente 350 mil mudas de 15 espécies diferentes são cultivadas e apresentadas em cada edição.

A origem do Show Rural Coopavel está na realização do “Dia de Campo”, entre os anos de 1989 e 1992, sendo destinado naquele período, exclusivamente

aos associados. Entre 1992 e 1994, o Dia de Campo já se destinava e atingia produtores de toda a região.

Em 1995 foi lançada a primeira edição do Show Rural Coopavel, com 5 dias de atividades, 64 empresas expositoras e recebendo 10.000 visitantes de diversas regiões do Brasil.

A partir de 1997 o evento foi internacionalizado e passou a receber visitantes de países vizinhos e de outras regiões do mundo, ultrapassando os 28 mil visitantes, entre produtores, associados, estudantes, pesquisadores e curiosos.

Segundo Rogério Rizzardi, coordenador geral do Show Rural Coopavel, a preocupação sempre foi a inovação e o constante aperfeiçoamentos da estrutura e da organização do evento, desde o período em que se realizava apenas o dia de campo, onde “os visitantes eram divididos em pequenos grupos que, sentados em bancos de madeira fixados na carreta de um trator, passeavam pelas culturas e eram informados por meio de um sistema de som improvisado”. (RIZZARDI, 2018, p. 8)

O jornal/revista da Coopavel de janeiro e fevereiro de 2011 apresentou o evento como o “show de tecnologia da agropecuária brasileira: O agronegócio sob os olhos do mundo”.

No seu Anuário, o jornal “a Gazeta do Paraná”, com apoio da Prefeitura Municipal de Cascavel, publicou a matéria sob o título: “Show Rural: a história, a inovação e a grandiosidade do maior evento do agronegócio brasileiro” onde colocava em destaque a tecnologia, o crédito e a produtividade como oportunidades oferecidas no evento.

O Show Rural Coopavel é uma vitrine tecnológica que facilita o acesso de produtores rurais a equipamentos e técnicas que auxiliam a produzir mais e melhor, mesmo com severas dificuldades climáticas, uma nova constante imposta pelo aquecimento global. (CGN, 2014)

A revista Agro Oeste – o setor produtivo em destaque, de fevereiro e março de 2014, apresentou entrevista com o presidente da Coopavel, Dilvo Grolli “o homem do show”, onde ele define o Show Rural Coopavel como:

Um evento estritamente agropecuário e voltado ao agricultor. Realizado no CTC – Centro Tecnológico Coopavel, traz ao conhecimento do produtor rural o que há de melhor e mais moderno no setor em forma de palestras técnicas, experimentos e demonstrações. O nome já faz jus ao seu papel que é o de promover um grande show de tecnologias, oferecendo possibilidades ao agricultor de ficar por dentro de tudo que há de novo no setor agropecuário nacional e internacional. (AGROESTE, 2014, p.5)

Em fevereiro de 2017 a Câmara Municipal de Vereadores de Cascavel, por meio do requerimento (19/2017) apresentado pelo vereador Rômulo Quintino homenageou a Coopavel pela realização do Show Rural. O vereador assim justificou sua menção:

A 29ª edição do Show Rural foi um sucesso e projetou a imagem da nossa cidade em todo o Brasil e até para outros países. O evento serve de vitrine para a área de agricultura e tecnologia ao mesmo tempo em que atrai investimentos e renda para diversos outros setores do município. (QUINTINO, 2017)

Entre os anos de 1989 e 1995, o evento possuía o caráter de “Dia de Campo” com público ainda restrito e um pequeno número de expositores e a partir do ano de 1995 passou a assumir o formato que possui hoje, onde se pode destacar, o crescente número de visitantes e expositores, além de atividades paralelas que nele são realizadas durante a semana de sua vigência.

A ideia de criar o Show Rural Coopavel já havia surgido em 1988 quando uma comitiva da cooperativa participou do Farm Progress Show nos Estados Unidos. O evento deveria se diferenciar dos modelos de “dia de campo” editados na região e voltar-se para a difusão de novas tecnologias, equipamentos e produtos, sendo destinado a empresas do agronegócio, cooperados, produtores e demais interessados.

A estratégia era de uma exposição dinâmica e de apresentação para um modelo de negócio no qual a pesquisa, as empresas de tecnologias e insumos e os produtores rurais interagissem como se estivessem em uma faculdade a céu aberto, em um ambiente de negócios com resultados extraordinários para toda a cadeia do agronegócio. (GROLLI, 2018, p. 5)

A transformação do “Dia de Campo Coopavel” em um dos maiores eventos do agronegócio brasileiro pode ser observada na evolução dos números registrados em suas edições, apresentadas com intervalos de dois anos, no quadro 18.

Quadro 18: Evolução do número de expositores e visitantes no Show Rural

Ano	Número de expositores	Número de visitantes
1989	15	110
1991	35	200
1993	47	1.200
1995	64	10.000
1997	85	28.000
1999	150	80.000
2001	175	110.094
2003	230	129.600
2005	281	180.000
2007	290	143.207
2009	325	193.908
2011	400	187.738
2013	430	202.574
2015	480	230.904
2017	520	253.068
2019	520	288.802

Fonte: www.showruralcoopavel.com.br (Quadro organizado pela autora).

Para Dilvo Grolli, o objetivo principal do Show Rural Coopavel é o de permitir que o maior número possível de produtores tenha acesso aos conhecimentos ali difundidos e os coloquem em prática em suas propriedades, colaborando com o seu desenvolvimento e o crescimento dos volumes e da qualidade dos alimentos produzidos no mundo: “Conseqüentemente teremos

alimentos de melhor qualidade e menor custo. Este é o objetivo final da realização do Show Rural Coopavel”, (GROLLI, 2014, p. 7).

O evento é apresentado como referência mundial onde as empresas de pesquisa, de insumos, de equipamentos e as instituições financeiras lançam novos produtos e tecnologias e oferecem serviços de crédito, além de oportunizar a divulgação da marca dos produtos da Coopavel.

O perfil adotado pelos coordenadores e organizadores do SRC, define-o como um show ou um espetáculo voltado a realização de negócios e a disseminação de tecnologia, de conhecimento e inovação, de modo original e criativo. Segundo Dilvo Grolli, a Coopavel teria difundido um novo modelo, adotado em seguida, em todo o Brasil.

O Show Rural Coopavel criou um modelo de evento que se expandiu para todo o Brasil e mudou as características convencionais, concentrando-se em novidades tecnológicas para os produtores rurais, sem show gastronômico ou de entretenimento e com constante aprimoramento e engajamento dos maiores centros de pesquisas do Brasil e do mundo e das maiores empresas de insumos, máquinas e serviços da cadeia de produção de alimentos. (GROLLI, 2018, p. 5)

Segundo Dilvo Grolli, o Show Rural da Coopavel (SRC) deveria ser um evento inovador quanto à forma e ao conteúdo, diferenciando-se das exposições e dos “dias de campo” organizados no país.

Porém, o formato atual do Show Rural Coopavel encontra proximidade com outros eventos do agronegócio no Brasil, a exemplo da Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, a Agrishow, realizado anualmente, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo; a Expodireto Cotrijal em Não Me Toque, no Rio Grande do Sul; a Tecnoshow da cooperativa COMIGO do Estado de Goiás; e a Expointer, do município de Esteio, no Rio Grande do Sul. Em todos estes eventos, os negócios realizados superaram os R\$ 2 bilhões de reais.

Se compararmos alguns dados apresentados pela organização destes eventos podemos avaliar que todos encontram grande expressão e importância no agronegócio brasileiro, conforme segue no quadro 19.

Quadro 19 - Eventos do agronegócio brasileiro - 2019

Evento	Público	Número de empresas expositoras	Valores em negócios realizados (em reais)
Expointer	414.416	316	2,7
Show Rural Coopavel	288.802	520	2,2
Expodireto	250.000	500	2,4
Agrishow	159.000	800	2,9
Tecnoshow	118.000	580	3,4

Fonte: Páginas oficiais dos eventos, na internet. (Organizado pela autora)

Os dados demonstram que os eventos do agronegócio brasileiro movimentam bilhões de reais, centenas de milhares de visitantes e milhares de empresas expositoras todos os anos. Quando se trata do número de visitantes, a Expointer aparece com destaque. Já no número de empresas expositoras a Agrishow aparece em primeiro lugar, enquanto que o maior faturamento ocorreu, em 2019, na Tecnoshow.

Uma análise comparativa entre os cinco maiores eventos do agro, no Brasil, e que apresentam o mesmo perfil do Show Rural Coopavel, permite verificar que este evento é o 2º maior em público, o 3º em número de empresas expositoras e 5º em volume de negócios, consolidando-se como um dos grandes eventos do *agribusiness* nacional.

A condição de ser um evento técnico, tecnológico e de negócios nas áreas de biotecnologia, pesquisa genética, equipamentos, processos de produção e manejo de culturas e de animais, vem sendo consolidada em cada uma de suas edições.

Para Acir Palaoro⁹³, a maior contribuição para a agricultura está no fato de permitir o contato dos produtores rurais com as inovações do agronegócio: “Atuando em tecnologia, equipamentos, plantas, pecuária, serviços, avicultura e suinocultura, com as melhores empresas nacionais e internacionais como parceiras, ela (a feira) traz novidades até o homem do campo” (PALAORO, 2018, p. 25) .

Em 2019, assim como em anos anteriores, além das empresas expositoras convencionais, universidades, institutos e instituições de pesquisa governamentais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), a Itaipu Binacional e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) também estiveram demonstrando produtos e experiências. Participaram da organização da “Vitrine Tecnológica de Agroecologia”. Em uma “ilha”, dentro do espaço do evento, apresentaram alternativas de manejo de plantas sem o uso de agrotóxicos. Demonstraram possibilidades de aproveitamento racional da água e da energia solar, produção e consumo de ervas medicinais e as PANCs ou plantas alimentares não convencionais, além do sistema agroflorestal.

O IAPAR teve como preocupação central a apresentação de equipamentos destinados ao pequeno produtor, de técnicas conservacionistas que buscam conciliar a produtividade e o cuidado com o solo e o meio ambiente, ou seja, o plantio direto, a adubação com dejetos da criação de aves e suínos, a rotação de culturas, cobertura verde e controle de pragas e doenças.

A Embrapa, além de colaborar na organização da vitrine tecnológica de agroecologia, teve como objetivo central de sua participação no Show Rural, a apresentação de novas cultivares de soja e feijão e técnicas inovadoras para o controle de pragas. Estes espaços despertam a atenção do público visitante, porém o centro das atenções e da programação é destinado ao tema central do evento: A inovação tecnológica aplicada à produção agropecuária.

A organização do Show Rural (SRC) é realizada em conjunto com as empresas expositoras de produtos, insumos e tecnologias. Pode ser pensada a partir das expectativas dos visitantes e expositores, mas quem define sua

⁹³ De acordo com a revista Show Rural de maio de 2018, Acir Palaoro tem formação em Administração de Empresas, Gestão Empresarial e Agribusiness. É pós-graduado em capacitação executiva para conselheiros para cooperativas de crédito. Trabalha há 42 anos na Coopavel.

formatação, são os diretores da Coopavel. Nas palavras de Palaoro o sucesso do SRC está em:

saber ouvir a voz do cliente, na feira, e depois dela, para perceber tendências e novidades que gostariam de ver no evento é uma estratégia bastante valorizada. Na 30ª edição, tivemos um trabalho forte para mostrar a energia solar, por exemplo. Mais de 10 expositores apresentaram essa tecnologia. Tivemos 11 instituições financeiras liberando crédito, ajudando a viabilizar a implantação dessa tecnologia nas propriedades rurais. (PALAORO, 2018, p. 25)

A Coopavel divulga e difunde esses serviços tendo por objetivos melhorar a produtividade agropecuária, apresentar as inovações tecnológicas e modernizar a agropecuária brasileira.

As empresas expositores atuam em vários ramos vinculados ao agronegócio. Dentre elas podem ser citadas, no segmento de máquinas, implementos e equipamentos as empresas: Massey Ferguson, John Deere, New Holland, Pirelli, Stara, Fankhauser, Jacto, Texaco, Case IH, Caterpillar, Volvo e Ford.

No segmento de fertilizantes, pesquisas, produção e comércio de sementes destacaram-se a Basf, Pioneer, Dupont, Syngenta Crop, Syngenta Seeds, Dow, Bayer, Agroceres, Agroeste, Monsanto, Ubymix, fertilizantes Coopavel e Biogene.

Entre as instituições e organizações públicas ou privadas que participaram estão Emater, Iapar, Itaipu, Codetec, Ocepar, Senar, Copel, Governo do MS, Governo do PR, Faculdade Assis Gurgacz, CREA e Amop.

As instituições financeiras ou cooperativas de crédito ocupam espaço de destaque na organização do espaço e dos negócios durante o SRC. Estavam presentes na edição de 2019 o Banco do Brasil, Santander, Bradesco, BRDE, Credicoopavel, Sicredi, Sicob e Cresol.

Esta relação é apenas ilustrativa uma vez que são aproximadamente 500 espaços de exposição destinados a apresentação de produtos e equipamentos, palestras, minicursos, demonstrações técnicas, divulgação de experimentos, comercialização e financiamentos, além da infraestrutura necessária para atender os visitantes.

Desde 2016, diversas associações brasileiras da pecuária de corte e leiteira também participam do Show Rural, tanto realizando palestras e reuniões técnicas, quanto como expositores de raças e realizando a venda de animais.

Diferentes meios de imprensa também se instalam temporariamente na área durante a realização do Show Rural dentre os quais podem ser citadas a revista Cultivar, a revista A Granja, o jornal O Presente, a revista Gessulli agribusiness, a TV Tarobá, RIC TV Record, Rede Massa, Catve, TV Globo/RPC e Rádio CBN/Capital.

Divulgação de produtos, equipamentos, maquinários, técnicas de manejo e produção e a viabilidade na realização de negócios que permitam o acesso de produtores, associados ou não, ao que existe disponível para o agronegócio são os objetivos centrais dos organizadores do Show Rural Coopavel, além da difusão da sua base cultural de valorização da terra, da tecnologia, do trabalho e da produtividade.

Em 2006, no Relatório Anual da Coopavel, Dilvo Grolli explicitou essa compreensão sobre o papel “educativo” ou pedagógico atribuído e desempenhado pelo evento no sentido de difundir conhecimento e tecnologia:

O Show Rural Coopavel é um evento de Educação e Treinamento para o uso de tecnologia, através da transferência de conhecimento e da implantação de um relacionamento de confiança entre fabricantes de insumos e produtores rurais, oportunidade em que as pessoas estabelecem seus limites de aprendizagem, por meio dos interesses e das alternativas disponíveis. (GROLLI, 2006, p. 3)

Na revista Coopavel de abril de 2016, com o objetivo de demonstrar a importância e possibilidade de aumento nos rendimentos através do investimento em tecnologia, apresentou-se um quadro onde foram detalhados os elementos que compõem os investimentos a serem feitos no cultivo da soja e o retorno que estes investimentos trazem ao produtor. Na apresentação dos dados, a Cooperativa levou em consideração que a produtividade da cultura da soja é de 66,11 sacas por hectare e que o preço da saca estava cotado a R\$ 63,50, conforme pode ser observado na tabela 15.

Tabela 15: Retorno do capital investido na lavoura de soja/2016

CUSTOS				
Insumos	PRODUTO	QUANTIDADE	R\$/UNIDADE	TOTAL/R\$/ha
	Fertilizante	330,5 kg	1.200,00	396,70
	Semente	49,58 kg	5,00	247,93
	KCL	82,64	1400,00	115,70
	Inseticida	(3x) 0,826 Lt	102,00	252,75
	Herbicida	1,65 Lt	17,50	28,87
	Fungicida	0,289 Lt	280,00	80,92
	Fungicida	(2x) 0,620 Lt	150,00	186,00 ⁹⁴
	Combustível	(3x) 1,23 Lt	14,00	51,66
	Inseticida	(3x) 3 kg	33,00	297,00
	Foliar	0,289 Lt	85,00	24,56
	Acaricida	0,248 Lt	82,00	20,33
	Inoculante	0,248 Lt	13,00	3,42
	Fungicida	1,24 Lt	24,00	29,76
Total			1.869,94	
MÁQUINAS	MANEJO	QUANTIDADE	R\$/UNIDADE	TOTAL/R\$/ha
	Plantio	0,62 horas	120,00	74,40
	Pulverização	4 aplicações	33,00	132,00
	KCL ⁹⁵	1 aplicação	33,00	33,00
	Colheita	4,6 sc	63,50	292,10
	Frete	1,32 sc	63,50	83,83
	Total			615,32
FINANCIAMENTO		1.735,69	7,50%	130,17
RETORNO				
Investimentos totais			R\$ 2.481,09/ha/ano	
Receita			R\$ 4.198,34/ha/ano	
Margem de retorno			R\$ 1.717,25/ha/ano	
Taxa de retorno			69,21%	

Fonte: Revista Coopavel, abril/2016, p. 17. (Tabela organizada pela autora)

A se considerar apenas o percentual de retorno dos investimentos realizados pelo produtor para viabilizar sua cultura de soja, aparenta ser, num primeiro momento, um “bom negócio. Mas se consideramos um exemplo prático onde um produtor cultiva uma área de 25 hectares, seu retorno será, por safra, no valor de R\$ 42.931,25.

Importante observar que o trabalho não consta como elemento que compõe os custos de produção, uma vez que, se considera que é realizado, em

⁹⁴ Na tabela publicada na revista repetiu-se o valor referente ao custo com combustível, ou seja, R\$ 51,66.

⁹⁵ A fórmula KCL indica cloreto de potássio que, aplicada na cultura da soja, tem o objetivo de melhorar a fertilidade do solo e conseqüentemente, a produtividade.

grande medida pelo proprietário e sua família e, portanto, não gera necessidade de remuneração direta.

Uma das estratégias utilizadas pelos representantes do agronegócio está em apresentar números demonstrativos sobre o aumento da produtividade, a importância deste setor para a economia do país, sua participação no PIB (Produto Interno Bruto) nas exportações, na balança comercial, na geração de emprego e renda no campo e nas cidades.

Para os dirigentes da Coopavel, o crescimento do agronegócio está diretamente vinculado ao investimento feito em novas tecnologias. Daí a importância dada ao Show Rural: “As novas tecnologias e os conceitos de produção foram a base do crescimento do agronegócio brasileiro, cujos benefícios estão no aumento de 330% da produção brasileira de grãos de 1989 a 2017”. (GROLLI, 2018, p. 5)

Em um informe especial publicado na revista *Nova Fase*, de janeiro de 2017, Dilvo Grolli, após relatar os números positivos da safra 2015/2016, publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e destacar a participação do agronegócio em 23% do PIB, 40% das exportações e 30% dos empregos, avaliou que “este crescimento mais uma vez vai ajudar a amenizar os resultados ainda fracos da economia brasileira”. (GROLLI, 2017, p. 42)

Segundo Grolli, estes bons resultados manifestam o aumento da produtividade e os investimentos feitos em tecnologia, que é esta a produtividade que deve ser buscada para garantir a competitividade no mercado mundial e que o Show Rural é um espaço em que isso se torna possível e acessível ao produtor.

Na avaliação do presidente da Coopavel, a volta do crescimento da economia brasileira e a geração de empregos passaria, necessariamente, pelo agronegócio, e que isso deveria servir de motivação aos produtores para que invistam na atividade.

Neste momento os investimentos no Agronegócio terão retorno à curto prazo e longo prazo. É o momento certo de investimento para construir uma ponte entre o hoje e o amanhã e enfrentar os desafios da competitividade. E os visitantes do Show Rural terão oportunidades de fazer negócios, conhecer técnicos, pesquisadores e as maiores tecnologias disponíveis para enfrentar os grandes desafios mundiais na produção de alimentos sustentáveis. (GROLLI, 2017, p. 42)

A organização do SRC publica anualmente a “agenda de autoridades” que visitam o evento. Desta maneira procuram evidenciar sua importância, visto que, políticos e diretores de empresas nacionais e multinacionais realizam reuniões com os diretores da cooperativa, a exemplo da relação apresentada abaixo:

2012

- Senador Aécio Neves
- Senador Álvaro Dias
- Governador Beto Richa
- Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Mendes Ribeiro Filho
- Deputado federal Duarte Nogueira
- Deputado estadual Valdir Rossoni
- Deputado federal Alfredo Kaefer
- Secretário de Educação do Paraná Flávio Arns
- Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento/PR – Norberto Ortigara
- Prefeito municipal Edgar Bueno

2013

- Presidenta da República Dilma Rousseff
- Ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann
- Secretaria Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho
- Secretaria do Desenvolvimento Social Tereza Campello
- Governador Beto Richa
- Ministra da agricultura, pecuária e abastecimento do Brasil Katia Abreu
- Senador Blairo Maggi
- Senador Acir Gurgacz
- Prefeito Edgar Bueno
- Secretários estaduais e municipais

2018

- Governador Beto Richa

- Vice-governadora Cida Borghetti
- Ministro da agricultura, pecuária e abastecimento – mapa Sr. Blairo Maggi
- Senador Álvaro Dias
- Secretário de Agricultura Norberto Ortigara
- Presidente da comissão de agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento rural Deputado Sérgio Souza
- Deputado federal Jair Bolsonaro (então pré-candidato à presidência da República)
- Joao Dionísio Amoedo – Candidato Presidente do Brasil
- Deputado federal Sr. Evandro Rogério Roman
- Deputado estadual Ratinho Junior
- Deputados Estaduais
- Prefeito Municipal Leonaldo Paranhos

2019

- Governador do Paraná Ratinho Júnior⁹⁶
- Ministra da agricultura, pecuária e abastecimento do Brasil Sra. Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias
- Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara
- Deputados estaduais
- Vice-governador Darci Piana
- Ex-ministro Alexandre Mendonça de Barros
- Prefeito municipal Leonaldo Paranhos

Na 31ª edição, no ano de 2019 iniciou-se o Show Rural Digital com o tema: “Nós somos a mudança”. O público alvo, novamente, foi composto por produtores rurais, estudantes, profissionais técnicos com vinculação ao agronegócio, empresas que atuam nos diferentes segmentos ligados ao setor.

⁹⁶ Nos dias 7 e 8 de fevereiro de 2019 a sede do Governo do Estado do Paraná esteve instalado no Show Rural da Coopavel. O governador esteve acompanhado do seu vice, 15 secretários de Estado e diretores de empresas públicas. A transferência foi determinada por decreto assinado pelo governador em 31 de janeiro deste mesmo ano.

Conforme afirmou Norberto Ortigara, então secretário estadual de agricultura e abastecimento, em reunião realizada com dirigentes da Coopavel em 09 de janeiro de 2019, a Emater apresenta no evento “todas as técnicas e orientações agropecuárias exploradas no Estado e a ideia é promover cada vez mais a participação dos técnicos em assuntos de inovação”. N ocasião destacou ainda a importância da participação dos alunos dos Colégios Agrícolas do Paraná no evento para que possam acompanhar a evolução tecnológica no setor do agronegócio.

Em paralelo às demais atividades do Show Rural Coopavel, a edição de 2019 iniciou o Show Rural Digital, anunciando-o como “um ambiente voltado à agropecuária do amanhã”, com a participação de um grande número de empresas ligadas à inovação e à tecnologia. Entre elas pode-se citar a Cisco, Sistema Ocepar, Startup Pr, Microsoft, Itaipu Binacional e Programa Oeste em Desenvolvimento. O seu coordenador, José Rodrigues da Costa Neto (2019), afirmou que a finalidade do evento é estimular novos negócios, disseminar experiências inovadoras e criar ideias para a agropecuária do amanhã.

Uma das atividades desenvolvidas foi na “arena hackathon”⁹⁹, onde um conjunto de ações coordenadas foram realizadas por grupos que receberam o desafio de elaborar um projeto que apresentasse, na forma de competição, soluções para desafios/problemas enfrentados pelo agronegócio.

Esta “maratona”, o hackathon, foi elaborada e organizada pela Coopavel em parceria com a Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDETEC), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Iguassú Valley e o Sindicato Rural Patronal de Cascavel (SRP).

Ainda no sentido de marcar a entrada da Coopavel na era digital foi instalada a “vila Startup” que reuniu em um mesmo ambiente, empresas voltadas

⁹⁹ Conforme publicação feita na revista Show Rural Coopavel de fevereiro de 2019, o termo hackathon refere-se a uma maratona tecnológica com a participação de profissionais formados nas mais diversas áreas do conhecimento e fazendo uso de recursos sofisticados, terão a missão de encontrar soluções para problemas apresentados em atividades ligadas ao agronegócio. Um júri formado por profissionais ligados às áreas de tecnologia e inovação selecionaram o melhor projeto e seus participantes foram premiados com uma viagem ao Vale do Silício nos Estados Unidos.

a inovação. Ali, a Ocepar realizou o Fórum de Profissionais de Tecnologias onde temas relacionados à inovação foram abordados.

O público alvo esperado era principalmente aquele formado por agropecuaristas, profissionais de Tecnologia da Informação e Design, criadores de startups, empresários das áreas de tecnologia e inovação, diretores de empresas do agronegócio, investidores, engenheiros e estudantes.

As grandes empresas do agronegócio encontram, através das cooperativas e no evento do SRC um conjunto de consumidores facilmente acessíveis, uma vez que seus funcionários (engenheiros e técnicos) são/estão convencidos de que se vincular a essas empresas é o melhor caminho para ter acesso às tecnologias, conhecimentos, insumos e demais bens e serviços necessários para desenvolver a produção de modo competitivo. Este ambiente e condições favoráveis de acesso ao crédito tem contribuído para a realização de negócios em valores cada vez maiores:

A comercialização do SHOW RURAL COOPAVEL que no ano de 2016 foi de R\$ 1,2 bilhões, há uma expectativa de aumento de 25%, chegando R\$ 1,5 bilhões, além de proporcionar a todos os visitantes novos conhecimentos para o campo, para enfrentarem os desafios do mercado e as exigências dos consumidores. Além disso, os Bancos, as Instituições Financeiras e as Cooperativas de Crédito que estarão no evento disponibilizarão crédito em abundância e com condições de mercado muito favoráveis. (*Revista Nova Fase*, 2017, p. 42)

Portanto, é preciso levar em consideração que o Show Rural além de ser um espaço para apresentação e difusão de tecnologias para o campo, oportuniza um grande volume de negócios imediatos e futuros que envolvem os interesses de empresas locais, que atuam como representantes das grandes empresas multinacionais, que expõem seus produtos no evento. Assim, também ocorre com as agências do mercado financeiro, que se instalam, periodicamente, na área do centro tecnológico para facilitar a liberação de recursos para financiamentos.

Toda a estrutura do evento é organizada para facilitar os negócios. A publicidade é explícita e intensa em painéis instalados às margens da rodovia BR 277, nas proximidades do Centro Tecnológico, em materiais personalizados que promovem as empresas e suas marcas, bem como, através dos produtos que estão expostos, com equipes treinadas, que fazem as demonstrações e “encantam” os visitantes.

A ampliação da participação de bancos e cooperativas de crédito nas edições recentes do Show Rural, pôde ser observada na edição de 2019, com destaque para o Banco do Brasil, Bradesco, Santander, Cresol, Sicoob, Sicredi, BRDE e Credicoopavel. Ao contrário do que ocorreu nos anos anteriores, e por uma decisão da direção nacional da empresa, a Caixa não participou da edição 2019 do Show Rural Coopavel.

Além da realização dos negócios diretamente ligados à produção no campo, outros setores de Cascavel e da região Oeste, como hotéis, bares, supermercados, restaurantes e outros se beneficiam com a realização do Show Rural Coopavel.

Estimativas da Coopavel e da ACIC sugerem que na edição de 2019, os mais de 288 mil visitantes deixariam no comércio local em torno de 60 milhões de reais na semana do evento.

Como parte das estratégias de divulgação do Show Rural Coopavel, foram elaborados um símbolo e em cada edição, são montados painéis ilustrativos com temáticas específicas. Em 2018, foi ampliada ainda mais a construção de uma identidade em torno do SRC com a realização de um concurso para a escolha de uma bandeira para o evento.

Logomarca 2: Símbolo do Show Rural Coopavel



A logomarca evidencia a proposta de divulgação do evento e da própria cooperativa, sem abandonar as cores do cooperativismo.

Apresentando o SRC com um evento de âmbito mundial, destaca-se também a marca Coopavel, aqui apresentada em similaridade com a sua apresentação em todos os produtos Coopavel.

Os painéis ilustrativos produzidos especialmente para cada edição do SRC, apresentam como imagem de fundo o mapa do Brasil e nele é inserida a temática que se quer destacar em cada ano.

Na edição de 2019 ficou evidente a manifestação de sintonia dos organizadores do evento com um tema colocado em questão nos meses anteriores, durante a campanha política, ou seja, a defesa do que seria considerado como o “modelo ideal e tradicional para família brasileira.

Fotografia 7: Painel ilustrativo do Show Rural Coopavel 2019.



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Através do painel onde se vê a família avançando sobre o mapa do Brasil busca-se também defender que esse modelo de família conquistará o país e nele deve se estabelecer.

O painel é indicativo também de que o SRC é um evento para a família do campo, onde os pais apresentam (os pais, de mãos dadas com os filhos, estão a

caminho) e mostram as suas atrações aos filhos que, desde muito jovens, são ensinados a valorizar a mensagem que ali é divulgada.

Portanto, no SRC percebe-se novamente a preocupação da cooperativa em “educar a família”, sobre a importância da sua atividade no campo, a exemplo do que já é realizado através da Unicoop, que possui este como um de seus temas de formação.

Ainda na edição de número 30, em fevereiro de 2018, o Show Rural Coopavel lançou um concurso a nível nacional para selecionar uma bandeira para o evento.

A comissão formada com este objetivo, selecionou o trabalho proposto pelo designer industrial Rodrigo Moisés e a temática central de seu projeto é a associação da bandeira do Show Rural à Bandeira Nacional.

Fotografia 8: Bandeira do Show Rural Coopavel e Bandeira Nacional do Brasil



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Conforme Rodrigo Moises declarou à revista Show Rural na edição de fevereiro de 2018, ele procurou aliar elementos contidos no pavilhão nacional, principalmente o uso das cores verde, amarelo e azul, tendo como foco a defesa do nacionalismo.

Assim, a bandeira, o selo e os painéis ilustrativos encontram sintonia com o momento histórico vivido na disputa eleitoral no país e que teve forte recepção nos segmentos ligados ao setor rural e ao agronegócio.

Este caráter conservador do patronato rural brasileiro foi evidenciado pelos estudos realizados por Regina Bruno e Sonia Regina de Mendonça, já analisados neste trabalho. As autoras, inclusive destacam esta como uma de suas fortes contradições: “Modernos” na produção, conservadores nas práticas sociais.

O discurso que tem por base a defesa do nacionalismo, do patriotismo, dos símbolos nacionais e da família tradicional, valores defendidos como universais e inquestionáveis, compõem a formação cultural de parte significativa deste segmento social e econômico, fortemente marcado pelo conservadorismo e pela defesa das tradições.

Vale destacar que durante o evento, não há comércio de bebidas alcoólicas nem cigarros. A preocupação é garantir que o evento propague a tecnologia, a valorização do agronegócio e do cooperativismo e divulgue o SRC, a Coopavel e seus produtos de modo positivo.

Portanto, este conjunto de ações pretende, por um lado, fortalecer e divulgar a marca do Show Rural e, por outro, criar uma imagem positiva para os produtos da Coopavel.

Ainda para divulgar a Coopavel há no espaço do SRC, desde 2015, uma loja que comercializa dezenas de itens com a marca do evento.

Desta maneira, a Coopavel demonstra ter clareza quanto a importância e necessidade de educar todos os proprietários e trabalhadores rurais e a sociedade como um todo, a fim de criar consenso em torno dos interesses da fração do capital que representa e do qual faz parte, bem como daqueles que não tem capital algum, mas representam a força de trabalho em suas unidades e frigoríficos e ou consomem seus produtos.

5.3 - A REVISTA COOPAVEL

As revistas publicadas pela Coopavel são um importante com o qual a cooperativa conta para atingir os seus cooperados.

A revista Coopavel, nos formatos impresso e digital, teve sua primeira publicação em de outubro de 2015, ano em que a Coopavel completou 45 anos. Desde novembro de 1976 até setembro de 2015, a publicação corporativa da cooperativa era organizada no formato de jornal.

A revista não informa qual é sua tiragem mensal. Porém, enquanto jornal eram publicados 7.000 exemplares nas edições normais que tinham como público alvo os seus cooperados e o público local e 40.000 ou 50.000 nas edições especiais que abordavam o Show Rural Coopavel, visto que sua distribuição estava disponível aos visitantes interessados.

O editorial do Jornal Coopavel abordava temas ligadas à produção agrícola do milho, do trigo e da soja; a organização da propriedade; a preservação ambiental; sustentabilidade; defesa do Cooperativismo; O Show Rural, as tecnologias inovadoras, a consolidação do agronegócio e os problemas de logística enfrentados pelo setor, a defesa da Ferroeste e a crítica ao pedágio.

O jornal dedicava também espaços para a divulgação das ações da UNICOOP e contava com páginas específicas para abordar questões ligadas à agricultura, suinocultura, avicultura e pecuária.

No seu exemplar de setembro de 2015, o último com este formato, o Jornal Coopavel, no seu editorial, fez a promoção do cultivo do trigo na região, destacando as pesquisas de melhoria genética desenvolvidas pela EMBRAPA para o aumento da produtividade do grão. Destacou também o incentivo que a cooperativa tem dado ao cultivo do trigo quando em 2012 instalou o seu moinho onde se produz a farinha da marca “Sol”.

No seu editorial de outubro de 2015, a Cooperativa apresentou formalmente o novo formato de revista, como a expressão de uma nova fase a ser iniciada.

A partir de então, Dilvo Grolli, diretor presidente da Coopavel, passou a assinar cada editorial. Na edição acima citada, afirmou que o Jornal teria sido um importante “comunicador e veículo de educação” e “fonte contínua de ligação da cooperativa e seus associados, de expressão profissional dos colaboradores e veículo de publicidade das empresas, sempre intrinsecamente em defesa do cooperativismo e do agronegócio”. Defendeu ainda que a revista “proporcionará maior integração e inovação e destaca que tem “consciência do grande potencial da comunicação”. Para ele:

A Revista Coopavel trata-se de uma alternativa mais madura para o mercado da comunicação, participando do crescimento da Coopavel, que neste ano de 2015, completa 45 anos de história e está se preparando para mais um período de crescimento com sustentabilidade e disposição empreendedora. (GROLLI, 2015, p. 5)

A revista é apresentada como o informativo mensal da Coopavel, cujo objetivo principal é a orientação e informação sobre as ações, os projetos e a filosofia da cooperativa, sendo o meio pelo qual a equipe diretiva chega aos seus associados, integrados, funcionários e à sociedade em geral.

Além do editorial assinado pelo diretor presidente, uma matéria de capa, uma entrevista, e uma mensagem do Papa Francisco, a revista aborda quatro temas centrais: a agricultura, a avicultura, a suinocultura e a pecuária.

Há também orientações técnicas, matérias voltadas aos jovens cooperados, programas da própria cooperativa e receitas culinárias com os produtos Coopavel, sem deixar de destacar em cada edição o “Show Rural Coopavel”.

O Show Rural Coopavel recebe atenção especial por parte de sua equipe diretiva a ponto de algumas edições da revista, serem dedicadas exclusivamente ao evento, a partir de fevereiro de 2018. Estas edições especiais recebem o nome de Revista do Show Rural Coopavel. Inicialmente sua tiragem era de 5000 mil exemplares e a partir de 2019 são 50.000 exemplares. Além da versão impressa, é possível acessar a publicação também em meio eletrônico.

Entre os meses de fevereiro de 2018 e fevereiro de 2019 foram publicadas 5 edições da revista tendo como temática o SRC.

A versão em meio eletrônico prioriza orientar expositores e visitantes sobre a organização e disponibilidade de serviços de apoio como hospedagem, localização, opções de transporte e locomoção e o cronograma de atividades. Apresenta ainda notícias relacionadas ao evento, bem como a programação de cursos, palestras e a “agenda de autoridades” que visitam o evento durante a semana.

A versão impressa, por outro lado, tem por objetivo, divulgar o evento e apresentar as atividades realizadas.

A revista Show Rural Coopavel de fevereiro de 2019 apresentou, em um “guia prático”, as informações que permitem avaliar a sua compreensão sobre o evento. Segundo a publicação, o Show Rural é:

um dos maiores eventos de novidades do agronegócio do mundo, que reúne o que há de melhor em tecnologias, inovações e tendências para o campo. Ele abre espaço para a apresentação de novas cultivares, agroquímicos, máquinas e implementos, além de inovações tecnológicas que tornam a atividade rural ainda mais rentável. (Revista Show Rural, 2019, p.16)

Para Dilvo Grolli, a revista vai “registrar para a posteridade a história do evento que começou regional e se tornou mundial”. Evidencia-se aqui, a preocupação e a motivação em torno da construção de uma memória oficial em torno do evento. Um registro feito acerca do evento para os seus e para os outros no qual apresenta o Show Rural como uma trajetória vencedora, justificada pelo fato de seus coordenadores e organizadores terem mantido a sua essência no decorrer das três décadas de realização.

Em três décadas, mesmo com o crescimento, as mudanças e as inovações integradas à feira, não se deixou de lado a razão central dela existir que é o repasse de conhecimentos e avanços ao agricultor. Informações que, com a devida orientação e assistência, ampliam a produtividade, renda e resultados da propriedade rural e da economia na área de abrangência diretamente alcançada pelas novidades. (GROLLI, 2018, p.5)

Merece destaque nas edições já publicadas a “palavra do presidente”, texto assinado por Dilvo Grolli, em que, na edição de lançamento (fevereiro de 2018), o presidente da Coopavel fez uma retrospectiva sobre os motivos da criação do Show Rural, a filosofia que embasa o evento, os objetivos e perspectivas futuras, bem como a motivação em torno da criação da revista do Show. As expectativas e avaliações são sempre positivas. E no sentido de superar as metas estabelecidas na edição anterior.

Além de apresentar a história do Show Rural e a programação do evento, a revista se propõe a apresentar diferentes técnicas e tecnologias aplicáveis a produção no campo.

Pretende ser também um canal de divulgação de produtos a serem lançados pelas empresas presentes no evento. Produtos estes do setor da agricultura e da pecuária, bem como dos serviços de crédito financeiro e energia.

Através da revista, a Coopavel projeta também uma visão de futuro onde se propõe:

a continuar a dar oportunidade às pessoas de serem aprendizes contínuos e de incentivá-las a buscar as oportunidades, já temos o maior patrimônio do mundo que é a qualidade das terras brasileiras, mas precisamos aproveitá-las melhor e o que vai prevalecer é a solução mais eficiente e barata, focada na produção e na exigência dos consumidores. (GROLLI, 2018, p. 5)

A análise aqui realizada sobre a Revista Coopavel priorizou as matérias de capa e o editorial da revista e a escolha é justificada uma vez que o objetivo aqui é conhecer as prioridades e a filosofia da cooperativa e de como ele externa e publiciza os seus posicionamentos. Os jornalistas responsáveis pela publicação da revista foram:

Ano	Jornalista responsável
2015	Claudia Daiane Reinke
2016	Claudia Daiane Reinke
2017	Claudia Daiane Reinke Jean Paterno
2018	Jean Paterno
2019	Jean Paterno

Fonte: Revista e Jornal Coopavel. (Quadro organizado pela autora)

Daiane Reinke trabalhou como jornalista da Coopavel entre os anos de 2013 e 2017. É formada pela Universidade Cascavel (UNIVEL). Foi presidente do Conselho Jovem Empreendedor da ACIC em 2011, 2012 e 2013 e em 2016 e 2017 foi vice-presidente da Mulher Empresária na ACIC.

Jean Paterno é jornalista, formado pela Universidade do Paraná (UNIPAR), é escritor e também assessor de comunicação da ACIC.

A primeira edição da revista Coopavel trazia como matéria de capa a afirmação: “Preparada para um futuro agroindustrial”.

Nela se apresenta um breve histórico da criação da cooperativa, sua premiação na 4ª posição de crescimento das exportações entre as empresas do Sul do país, uma vez que apresentou um crescimento de 73% entre os anos de 2012 e 2014. A justificativa apresentada como responsável por esse índice de crescimento seria, principalmente, o processo de industrialização iniciado em 1995 e alvo de fortes investimentos a partir de então.

Segundo seu editorial, na palavra de Dilvo Grolli, a revista seria a expressão desta nova fase de consolidação da agroindústria.

Já a edição de dezembro daquele ano foi praticamente toda dedicada ao aniversário de 45 anos da cooperativa. Enquanto a matéria de capa destaca o histórico da Coopavel, sua fundação, a crise na agricultura e na cooperativa (no final da década de 1980), a sua reestruturação e o Show Rural, no seu editorial busca-se destacar “o legado” da Coopavel: Enfrentar a crise com crescimento.

A afirmação de que as cooperativas continuam confiando e investindo recursos na busca do seu crescimento e no crescimento econômico do país é a confirmação da autovalorização do agronegócio e das cooperativas, como havia sido abordado na matéria de capa da revista na edição anterior, de número 400: “Agropecuária: a força que sustenta a economia brasileira”.

Apesar da crise e da recessão que estariam assolando a agricultura e a economia brasileira, no contexto de 2015, a falta de infraestrutura e a instabilidade política, o cooperativismo seria um sistema em crescimento graças a coragem e audácia dos produtores rurais e colaboradores, fazendo com que a balança comercial brasileira fosse superavitária. Mas faz questão de afirmar que essa condição não se deve ao apoio ou presença do governo, mas, sim, ao espírito empreendedor do produtor brasileiro.

Já no seu editorial é retomada uma das bandeiras de luta da Coopavel: a crítica ao custo do pedágio no Paraná. O acréscimo ao custo de toda cadeia produtiva do agronegócio desta tarifa, bem como os demais custos que impactam são alvo de questionamento como, por exemplo, a energia elétrica, os combustíveis e a mão de obra.

A edição 405, de maio de 2016 abordou tanto no editorial quanto na sua matéria de capa, a inauguração pela cooperativa, do “terminal logístico de granéis da Cotriguaçu” no complexo do porto seco da Ferroeste em Cascavel.

A estrutura foi apresentada como a expressão de que as cooperativas investem apesar da crise. Os investimentos realizados somaram R\$ 65 milhões e expressariam o empreendedorismo e sustentabilidade das cooperativas que não ficariam “a mercê de decisões políticas e disputas à presidência da República.

Nas edições de março e abril de 2018, Dilvo Grolli, no editorial, retoma a questão sobre “o aprendizado de fazer bons negócios”, destacando que a experiência, a atualização, o empreendedorismo, a gestão adequada e a tecnologia levam a competitividade e à realização de bons negócios: “Para quem quer manter a competitividade é preciso crescer sempre”.

A crítica ao governo federal, em especial ao governo Dilma, se acentuou na edição 406 da revista. Dilvo Grolli faz uso do editorial para expressar seu entusiasmo diante da perspectiva de um novo Brasil a partir do início do governo Temer.

O novo caminho brasileiro deixa para trás a narrativa da propaganda da ilusão e da incompetência do Estado à serviço de algumas pessoas em detrimento do povo, de um Estado corrupto e da falsa propaganda com o slogan de uma “Pátria Educadora”, da falta de verdade, do modelo de pressão e de uma esquerda retrógrada que levou a pobreza à milhões de brasileiros e a decadência da economia e de uma esquerda que vive do passado, apenas com ideologia partidária, alinhados em processos de corrupção que envergonhou o Brasil e todos os Brasileiros. (GROLLI, 2016, p. 5)

Esta mesma reflexão voltou a ser feita na edição 411 de novembro e dezembro de 2016, quando Dilvo Grolli se dirige aos associados para desejar “feliz ano de 2017”. Ele manifesta a sua esperança de que em 2017, “o Brasil será um país com menos corrupção e com mais valores norteados pelos princípios da ética e da esperança. Com a benção de Deus, no caminho do bem e da justiça”. A fala de Grolli está em consonância com as afirmações que se tornaram comuns entre os dirigentes das cooperativas na região durante a última campanha eleitoral.

O posicionamento formal e oficial destes diretores, em seus meios de divulgação ou na imprensa regional, explicitamente orientava o voto dos seus associados e da sociedade, em geral.

Assim, enquanto no editorial se expressa o otimismo com a mudança na direção política do país a partir do impeachment da presidenta Dilma e a posse de Michel Temer, a matéria de capa abordou uma temática que está presente nas preocupações da direção da Coopavel: a sucessão familiar.

Para demonstrar esta preocupação, foi apresentado o histórico de uma família de pequenos proprietários que dividem entre si a administração e o trabalho na propriedade, com apoio e assessoria técnica da cooperativa. Os depoimentos são no sentido de demonstrar o quanto essa assessoria é fundamental para viabilizar economicamente a propriedade e manter a família no campo, a exemplo do que diz Juliana Scheibler:

Se não fosse a Coopavel, eu já teria desistido, a prestação de serviços que nós temos é excelente. Com os veterinários nós aprendemos a tirar leite de qualidade. Com os cursos e treinamentos que a cooperativa nos proporciona, nossa visão mudou. Hoje, a cada dia nós queremos aprender mais e vamos em busca de novos conhecimentos e informações. (SCHEIBLER, 2016, p. 16 – 18)

Ao apresentar o seu modelo de organização do trabalho e a sua estratégia de planejamento na propriedade familiar, a cooperativa evidencia o quanto se faz necessário o trabalho familiar para a criação de aves, porcos e de gado leiteiro. O trabalho familiar oportuniza para a cooperativa a existência de um conjunto de trabalhadores, dedicados e empenhados na busca pela rentabilidade e produtividade, porém sem vínculo empregatício. Esta configura-se como uma organização fundamental na produção da economia agrária da região, onde aparentemente a exploração não acontece.

Novamente, pode se lembrar do fato de que, não se faz referência aos milhares de trabalhadores que atuam nas unidades agroindustriais e nos frigoríficos desta e das outras cooperativas, cuja remuneração gira em torno do salário mínimo regional e em condições de trabalho que debilitam a sua saúde.

A necessidade de buscar a mudança, volta ao discurso da revista da edição 01 em fevereiro de 2018. Esta edição inicia o ciclo de produção de edições especiais sobre o Show Rural Coopavel (SRC): “Faça acontecer: o mundo é de quem não aceita a derrota, que faz tudo de novo até melhorar”.

Aquela edição especial foi toda destinada a promover o SRC que completava 30 anos de organização. Seu histórico, a estrutura do Centro Tecnológico, a programação, as empresas participantes, os produtos apresentados, as oportunidades de financiamento e as tecnologias disponíveis foram destacadas na primeira edição da revista.

Na edição 413, de março de 2017, Dilvo Grolli no editorial da revista destaca que a “Coopavel é uma cooperativa vencedora”. Que, apesar de toda recessão econômica do país, a Coopavel mostrou a força do agronegócio.

Justifica suas afirmações apresentando um faturamento de R\$ 2,12 bilhões e um lucro de R\$ 53,8 milhões e que 10.177 famílias dependem do seu desenvolvimento para “o sustento de seus lares”.

Importante destacar que em raros momentos dos seus discursos para o público em geral, a cooperativa menciona a sua lucratividade e a distribuição de sobras aos associados. Em comparação com as outras cooperativas da região Oeste, o que se pode observar é que, apesar de haver significativo crescimento no seu faturamento, a Coopavel não apresenta os mesmos índices de lucratividade e retorno de sobras aos seus associados.

Na edição, de número 422, de março de 2018, a revista registrou que o SRC fora “um palco para grandes líderes”, destacando a presença de Álvaro Dias, Osmar Dias, Beto Richa, Cida Borghetti, Ratinho Junior e Jair Bolsonaro. Vale lembrar que Ratinho Junior e Jair Bolsonaro estavam na condição de pré-candidatos ao governo do Estado e da presidência da República, respectivamente. Durante a campanha tiveram apoio evidente do setor do agronegócio, sendo ambos eleitos no final de 2018.

O posicionamento político dos diretores da cooperativa Coopavel, foi manifestado também, quando da greve dos caminhoneiros em 2018. Em coletiva à imprensa regional manifestaram-se indignados e preocupados com os impactos financeiros e prejuízos que aquela manifestação estaria provocando em vários segmentos da economia, não apenas na agropecuária da região, mas para à nível nacional: “A paralisação do transporte em maio provocou desabastecimento e deixou R\$ 75 bilhões de prejuízos para a economia”. (GROLLI, 2018, p. 6 e 7)

No início da greve, houve uma declaração formal em apoio as reivindicações, alegando que era um aviso claro quanto as carências do sistema brasileiro de logística, alvo de críticas constantes dos diretores da Coopavel e das demais cooperativas da região.

O governo brasileiro deve regulamentar o uso, não participar da construção e muito menos da operacionalização das ferrovias. Deve, todavia, introduzir mecanismo de garantia ao capital investido e de retorno econômico na operação, a fim de permitir o desenvolvimento e a competitividade do País, sem investimento público. Nosso futuro depende da mudança de matriz de transportes, hoje fortemente rodoviário. Mas com governos populistas e com a falta de visão de futuro, estaremos fadados a cada vez ficar mais distantes do mundo dos países desenvolvidos. (GROLLI, 2018, p. 6 - 7)

Aquela paralisação também serviu de motivação para retomar a discussão sobre a necessidade de redefinir a política de concessão de rodovias e a cobrança de pedágio no Paraná e principalmente a ampliação e diversificação do modal de transportes.

A posição defendida de que o agronegócio precisa estar na pauta dos governos é novamente observada na edição especial do Show Rural Coopavel 03 de agosto de 2018, período próximo da votação em primeiro turno das eleições para governador e para presidente da República. Dilvo Grolli afirma que “precisamos de governantes que sejam defensores do agronegócio, que sejam competentes e que desenvolvam uma política de valorização da produção brasileira e de posição firme contra o protecionismo internacional”.

No mês seguinte, em seu editorial, a revista toma posicionamento claro quanto ao processo de disputa eleitoral que aconteceria no dia 07 de outubro, em especial, o primeiro turno das eleições presidenciais. Para Dilvo Grolli era de fundamental importância que o país passasse por “profundas transformações e chama os eleitores a assumirem sua condição de protagonistas nestas mudanças”. Para ele:

O momento brasileiro é oportuno para rupturas e para promover mudanças. O ano de 2018 traz para nós brasileiros a oportunidade de escrever um novo capítulo na história do País. Somos 207 milhões de pessoas que buscam oportunidades e podemos ser protagonistas de uma grande transformação econômica e social por meio do voto consciente. É fato que o

Brasil está vivendo um período difícil, mas é tempo de agir e de pensar o que faremos para mudar essa realidade. Tomar uma decisão no dia 7 de outubro com o exercício do voto é um bom começo. (GROLLI, 2018, p. 6 - 7)

O diretor presidente da Coopavel ao se posicionar, através do editorial, com o título “o voto da ruptura”, se dirige aos associados e demais leitores da revista com a clara intenção de orientá-los quanto ao seu voto, indicando que a mudança era a melhor escolha.

Vale lembrar que o discurso da necessidade da mudança na condução da política brasileira, tanto a nível federal quanto estadual, significava não reeleger candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) ou com indicação de pertencer à “esquerda”. Discurso este não exclusivo dos diretores da Coopavel, mas de todos os interlocutores das cooperativas no Oeste do Paraná e do agronegócio no país.

Elias José Zydek, Diretor Executivo da Frimesa Cooperativa de Medianeira, em 2017, ao fazer um balanço dos governos Lula e Dilma e ao se referir ao processo de impeachment e nova disputa eleitoral que haveria em 2018, conforme citado anteriormente, afirma que o que estava em jogo era a liberdade e a democracia, visto que os governos esquerdistas que governavam o país, o teriam levado ao abismo do comunismo.

Pelo seu simbologismo e por representar o discurso e o pensamento difundido de modo sistemático antes, durante e depois da eleição no meio cooperativo no Oeste do Paraná, optou-se por registrar, aqui, a íntegra da exposição feita por Elias Zydek no artigo de opinião publicado na Revista Nova Fase, de set 2017, de circulação regional.

Democracia e liberdade ameaçadas

Durante um nevoeiro intenso nossa visão fica comprometida e perdemos o sentido de direção e localização. Não visualizamos os detalhes e mesmo na curta distância só distinguimos vultos. Quando a cortina de névoa se levanta é que percebemos os perigos pelos quais passamos. Esse exemplo representa exatamente o que aconteceu e vem acontecendo com a gestão pública no Brasil. Os últimos governos esquerdistas realizaram uma gestão catastrófica levando o país ao desequilíbrio nas contas. Gastaram, incharam, roubaram, distribuíram o nosso dinheiro aos países esquerdistas, compraram as emissoras de comunicação, abusaram na propaganda enganosa, iludiram os menos avisados, compraram senadores e deputados, endividaram o Brasil e continuam querendo levar o país para a ditadura

comunista. Neste momento a Lava Jato vem descortinando o que estava escondido atrás dos governos Lula, Dilma e Temer. Cada dia mais fatos são revelados e comprovados. Faltou competência, sobrou malandragem e usurpação do dinheiro público. Os vultos do nevoeiro agora na claridade, se revelaram quadrilhas de usurpadores da coisa pública. Entretanto os bens materiais ainda poderão ser recuperados e restaurados. O maior dos problemas é a beira do abismo comunista que andamos e ainda não nos afastamos. É assustador ouvir as convicções comunistas contidas nas mensagens dos petistas durante as votações na Câmara Federal e no Senado. Impressionam as mensagens do Deputado Pimenta, da Senadora Gleise e do Lula, dirigidas ao ditador Nicolas Maduro da Venezuela, lhe dando apoio e incentivando suas ações. O perigo na beira do abismo está evidente e fica maior diante da fumaça dos processos, delações e condenações de pessoas de altas posições institucionais. Cair para um regime de ditadura comunista ou socialista seria o pior dos destinos do Brasil. Estará nas mãos dos eleitores em outubro de 2018 a decisão histórica do Brasil e o futuro dos brasileiros. Acredito que a maioria do povo não está ciente do perigo que nos ronda. A responsabilidade é enorme na escolha dos Deputados, dos Senadores, dos Governadores e do Presidente. O que está em jogo é a liberdade e a democracia, essa que é a realidade. (ZIDEK, 2017, p. 14)

Após a definição do processo eleitoral e a vitória de Jair Bolsonaro, em novembro de 2018, o editorial da revista Coopavel expressava seu otimismo para o ano de 2019 pois seria “o ano da prosperidade e o início de uma nova caminhada”.

Segundo Dilvo Grolli, “o aumento da competitividade e o enfrentamento ao protecionismo internacional só serão possíveis com governo forte e com visão estratégica de longo prazo” e que “o novo governo será de integração e desenvolvimento.” (GROLLI, 2017, p. 5)

Ao mesmo tempo em que defende a valorização do agronegócio, ele procura estabelecer uma pauta a ser atendida pelo novo governo dando prioridade ao agronegócio, “pois não é um setor isolado da economia. Ele está inserido na economia brasileira, e a competitividade e as perspectivas estão no cenário de desenvolvimento e de crescimento do Brasil”. (GROLLI, 2017, p. 5)

A expectativa com um “novo país” novamente entra em cena na edição de janeiro de 2019 com a “força transformadora das cooperativas”. Este tema esteve presente na matéria de capa da revista que destacou a história de Roberto Wypych que, em entrevista, registou sua participação na história da Coopavel. Enquanto isso, no seu editorial indica o caminho que deveria ser seguido pelo novo governo:

Uma nova história será construída no Brasil a partir deste ano de 2019, porém o governo de Jair Bolsonaro e do vice General Hamilton Mourão precisa de coragem para enfrentar os grandes desafios para construir uma nova sociedade. E os brasileiros devem ter paciência, pois os estragos que as ideologias de esquerda deixaram nesse País em 15 anos de governo, pela falta de eficiência e corrupção, custará muito sacrifício e tempo de todos os brasileiros. Os primeiros resultados só serão alcançados com dois anos de trabalho do novo governo. (GROLLI, 2019, p. 5)

Além destas, outras referências quanto às expectativas positivas com o novo governo podem ser observadas em vários espaços da revista que reproduziu, na íntegra, o discurso de posse do novo presidente.

Há intencionalidades nas publicações realizadas através da revista e isto ocorre em articulação e consonância com outros meios de comunicação, informação, formação de opinião e educação sobre a cooperativa, o cooperativismo e o agronegócio, onde podem ser citados, principalmente, o Show Rural Coopavel, a UNICOOP e a Revista Show Rural Coopavel.

A Coopavel, com o Show Rural, a UNICOOP, a revista Coopavel e a Revista Show Rural Coopavel, pretende interferir no processo produtivo do campo regional, dando direção sobre o que, como e para quem produzir. Se propõe a influenciar efetivamente não apenas na organização das propriedades rurais de seus associados, sejam pequenas, médias ou grandes, mas, principalmente, difundir o modelo do agronegócio para os seus e para os outros.

Assim, a Coopavel busca educar também aqueles que dela não fazem parte, diretamente, a fim de que valorizem e defendam o seu modelo produtivo e a sua condição dominante.

Formar lideranças que possam atuar em cargos diretivos, não apenas na própria cooperativa, mas nas demais entidades representativas da classe patronal, permite que a sua visão de propriedade e acerca do projeto de desenvolvimento da agricultura e seu papel no âmbito nacional e internacional, seja difundida em outros espaços de decisão e setores econômicos, frações de classe e demais classes sociais.

A formação de seus quadros técnicos e gestores através da Unicoop e de parcerias com outras universidades, permite a formação de uma sintonia entre diferentes segmentos de atuação, visando os mesmos objetivos.

A preocupação com a formação, a inovação, a criatividade e a qualificação profissional, além do convencimento dos seus associados e de seus familiares em torno da importância de suas atividades, visa motivar para a sua continuidade, garantindo por um lado a sucessão familiar da propriedade, além de ser fundamental para a própria sucessão diretiva da Coopavel e do padrão produtivo ao qual representa.

CONCLUSÕES

O presente estudo dedicou-se a compreender um dos importantes espaços de atuação e de organização da classe patronal de origem rural em Cascavel e seu entorno: A Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, a Coopavel.

A pesquisa e a análise das fontes permitiram concluir que a região Oeste do Paraná tem no agronegócio a base de sua formação e atuação econômica, o que impacta a sua organização social e cultural. O Oeste possui uma economia dinâmica e fortemente inserida no mercado nacional e mundial, sendo competitiva principalmente na produção de cereais, carnes de frango e suínos, leite e seus derivados.

O agronegócio é apenas uma das expressões do poder econômico desta fração da classe dominante de origem agrária. Hoje ela está inserida na dinâmica da economia como um todo, tendo sob o seu domínio também outros setores importantes da economia local e regional: agricultura, pecuária, agroindústria, produção de sementes, adubos e ração animal para o mercado regional, nacional ou para exportação e empresas urbanas do setor metalomecânico, atacadista e supermercadista, de maquinários e equipamentos, de sementes e defensivos agrícolas, além de serviços imobiliários e de construção civil, na área da saúde e da Educação. O capital acumulado com o uso da terra passou a ser investido em outras atividades. Assim como, os recursos acumulados com outros setores passaram a ser investidos na terra, como ocorre com profissionais da área da saúde, por exemplo.

As cooperativas são um instrumento a serviço da expansão e reprodução do capital e não estão organizadas como unidades de produção desvinculadas da economia nacional e do capitalismo globalizado. Ao invés disso, favorecem a integração da economia local e regional nas relações econômicas do mercado internacional. A busca pela competitividade é sempre pensada ao nível da concorrência com a produção realizada em outros países e no mercado mundial.

As cooperativas, graças ao modelo produtivo, de gestão e atuação na defesa do agronegócio, conquistaram importante espaço nas decisões a serem tomadas sobre o mesmo. A administração segue critérios rígidos de gestão

técnica, profissional e empresarial, preocupada com a formação de seus associados e quadros técnicos para realizar o seu projeto. A gestão das cooperativas é realizada a partir de uma concepção empresarial capitalista, uma vez que se constituem em empresas privadas de capital associativo e plenamente integradas ao dinamismo da produção e do consumo mundial.

O seu forte poder competitivo no mercado mundial é resultado, também, deste processo de gestão profissionalizado da administração, da produção e da comercialização. São critérios técnicos que norteiam as decisões acerca de novos investimentos. Aos associados e integrados são impostas exigências de sanidade e produtividade, às quais devem ser rigorosamente cumpridas. Produtividade representa diminuição de custos e eficiência nas atividades primárias desenvolvidas. Quanto menor o custo de produção da matéria prima e do trabalho, maiores os lucros nos setores de transformação, as agroindústrias.

Através das Cooperativas, a classe patronal efetiva o controle sobre a produção agropecuária e agroindustrial e garante condições competitivas para comercializar essa produção a nível local, nacional internacional. São associados de uma cooperativa, mas agem a partir de seus interesses e possibilidades particulares e em torno destes, gerenciam a produção.

Esta é uma organização empresarial da produção no campo, onde inovações técnicas e parcerias com os setores industriais de máquinas, equipamentos e insumos, tornam possível a reprodução do padrão produtivo do agronegócio na região.

É possível dizer que essas cooperativas incorporaram dinamismos industriais na gestão empresarial e corporativa, na cadeia e nos arranjos produtivos agropecuários e industriais, na territorialização do circuito de abrangência da sua integração (cooperativas e associados, produtores e criadores agropecuários), na logística de atuação no mercado local, regional, estadual, nacional e internacional (por meio dos organismos e entidades representativas do setor), na ampliação dos ramos de seus negócios no mercado (agropecuário, industrial e agências de crédito) e na centralidade e seletividade dos seus associados e integrados.

A fração agrária da classe dominante de Cascavel e seu entorno, através da Coopavel, vem ampliando suas atividades no sentido de buscar, cada vez mais, assumir o controle sobre toda a cadeia produtiva e de transformação nos

segmentos em que atua. Para tanto, seus investimentos, através da cooperativa, vão desde a pesquisa e produção de sementes e fertilizantes; produção processamento e comercialização de grãos; fertilização de ovos nos incubatórios e unidades de produção de leitões, produção, abate e processamento de frangos e suínos, além de viabilizar acesso ao crédito pelos associados e promover um intenso processo de educação e de difusão de valores, tecnologias e facilitação de negócios.

A importância fundamental da Coopavel está justamente na organização deste arranjo produtivo, assumindo a orientação e coordenação da produção agropecuária e agroindustrial em sua área de atuação e viabilizando a produção e reprodução do capital.

A classe patronal, através da Coopavel, insere-se na economia globalizada, a partir de uma dinâmica própria através da qual construiu e continua reproduzindo o seu domínio local e regional. Essa dinâmica local e sua capacidade em dirigir o arranjo produtivo, é que lhe permite a articulação com o agronegócio nacional e sua inserção nos mercados consumidores a nível mundial, acumulando capital que é reinvestido em mais terra e novas empresas.

A classe patronal de origem agrária, hoje já não está apenas ligada à terra. Deslocou também sua atuação para segmentos da economia urbana local e regional, vinculada ou não ao agro. Através da Coopavel, a fração agrária, ou de origem agrária, da classe dominante de Cascavel e entorno, pôde consolidar sua condição hegemônica, com a criação de um arranjo produtivo local e regional, que lhe permitiu controlar e coordenar outros segmentos da economia, bem como integrar neste mesmo arranjo produtivo, pequenos e médios proprietários e trabalhadores assalariados, através da produção agropecuária, a produção agroindustrial e a sua comercialização.

Neste sentido compreende-se a preocupação da Coopavel com a formação de seus quadros técnicos e profissionais, que no contato com os produtores, garantem a qualidade da produção e a sua adequação às exigências do mercado consumidor. Pode-se compreender também, as premiações realizadas aos associados com melhor índice de produtividade de cereais e animais.

O uso da terra é fonte de riqueza e de produção de capital. Porém, a acumulação do capital é potencializada na medida em que se agrega valor à produção através da industrialização e da exploração do trabalho nela realizado:

frigorífico de frangos, de suínos, fábrica de óleos, de ração, de sementes, armazenamento, transporte e comercialização.

Formar lideranças que possam atuar em cargos diretivos, não apenas na própria cooperativa, mas nas demais entidades representativas da classe patronal, permite que a sua visão de propriedade, o seu projeto de desenvolvimento da agricultura e o seu papel no âmbito nacional e internacional, seja difundida em outros espaços de decisão e setores econômicos, frações de classe e demais classes sociais. Seus gestores e equipes diretivas apresentam-se como intelectuais orgânicos desta fração de classe.

Neste sentido, o Show Rural Coopavel difunde e consolida a defesa da ideia de que só é possível sobreviver economicamente adaptando-se aos padrões estabelecidos pela concorrência internacional, através do investimento em tecnologia.

O Show Rural sintetiza o projeto de desenvolvimento do agronegócio e afirma a condição e posição dominante dos empresários rurais na construção da nova hegemonia do agro no Oeste do Paraná. É vitrine, educação e espaço de negócios, mas essencialmente é o espaço de educar para o consenso; educar para o agronegócio.

A classe patronal rural, local e regional vem ampliando suas atividades no sentido de buscar, cada vez mais, assumir o controle sobre toda a cadeia produtiva e de transformação nos segmentos em que atua, além de viabilizar crédito aos associados e promover um intenso processo de educação e de difusão de valores, tecnologias e facilitação de negócios. Nesta organização da produção, ou arranjo produtivo, a Coopavel se apresenta como um importante sujeito coletivo que coordena e direciona, em nome da classe patronal, essa dinâmica em Cascavel e entorno, constituindo-se em espaço de ação, organização, produção e reprodução do capital e de sua condição de classe, concomitantemente à sua posição de classe.

REFERÊNCIAS

- BIANCHI, Álvaro. *“O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política”*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra – a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- _____. *Um Brasil ambivalente*. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- _____. *Nova República; a violência patronal rural como prática de classe*. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº10, jul/dez 2003, p.284 – 310.
- _____. *Agronegócio e novos modos de conflituosidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CLAUDIN, Fernando. *Marx, Engels y La revolucion de 1848*. Biblioteca Del pensamiento socialista, 1985.
- DIAS, Edmundo. *“O outro Gramsci”*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FERREIRA, OSÓRIO e LUCE. *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FONTES, Virginia. *“A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: Lutas sociais e luta teórica na década de 1980”*. In LIMA JCF, NEVES LMW, organizadores. *Fundamentos da Educação escolar no Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.
- FORSTER, Germano. *A Privatização das terras rurais*. Barueri: Manole, 2003.
- GRAMSCI, *Cadernos do Cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Organização e tradução, Carlos Nelson Coutinho; 4ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Cadernos do Cárcere: Breves notas sobre a política de Maquiavel*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Editora RFRJ, 2010.
- _____. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento -1964 – 1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. *O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado*, Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Ricardo Costa; SALLES, Jefferson; KUNHAVALIK, José Pedro. *A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Estado do Paraná de 1930 a 1980*. Curitiba: Seti, 2004.

ORLANDO, Alcibíades. *Pequena propriedade e agroindústria*. Cascavel: Unioeste, 1994.

OSORIO, Jaime. *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva*. 2012.

PIAIA, Vander. *Terra, sangue e ambição - a gênese de Cascavel*. Cascavel: Edunioeste, 2013.

SILVA, José Graziano. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SPERANÇA, Alceu. Alceu Sperança. *Cascavel- A História*. Curitiba: Lagarto Editores, 1992.

SPERANÇA, Alceu. *Sindicato Rural de Cascavel: 50 anos 1967 – 2017: (uma história de paz, produção e progresso)*. Cascavel: Positiva, 2017.

STECA, Lucélia Cunha e FLORES, Mariléia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

VAZ, Raul. Moysés Lupion: *a verdade*. Curitiba: Paratodos, 1986.

WACHOWICZ, Ruy. *História do Paraná, Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995*.

ENTREVISTAS:

FORMIGHERI Euclides. *A ocupação/ colonização de Cascavel*. Entrevista concedida à Irene Spies Adamy. Cascavel, 2009.

HENKES, Adelino. *Coopavel*. Entrevista concedida à Irene Spies Adamy. Cascavel, 2018.

POMPEU, Alberto Rodrigues. Entrevista concedida ao projeto *Intervenções na relação Universidade/Educação Básica: Tempo Passado, Desafio do Presente*. (Unioeste/MCR), Cascavel, 28/02/2009.

GROLLI, Dilvo. *O segredo de quem faz*. Entrevista concedida à revista “A Granja”, Porto Alegre: Centauro, edição 794, fevereiro 2015, p. 4.

GROLLI, Dilvo. *O homem do show*. Entrevista concedida à revista Agro Oeste. Cascavel: Agro Oeste, fevereiro/março 2014, p. 5.

RODRIGUES, Roberto. *Falta uma estratégia para a agricultura*. Entrevista concedida à revista Exame em 31 de outubro de 2016.

FONTES DOCUMENTAIS

Acervo do Departamento Administrativo do Oeste disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná: Cartas, telegramas, protocolos, mensagens via rádio.

Ata da 47ª assembleia geral ordinária da Coopavel de 2017.

Ata da assembleia de eleição da primeira diretoria da Coopavel, 1970.

Ata da 15ª assembleia geral extraordinária, 12/07/1975.

Ata da assembleia de fundação da Coopavel.

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2014.

Estatutos da Coopavel: 1970, 1975 e 2004.

IBGE, vol. II, Tomo XII, 1ª Parte; 1960.

IBGE. Censos agropecuários 1970, 1975 e 1995.

IBGE – Censos Demográficos 1950, 1960, 1970,1980,1990, 2000 e 2010.

Lei nº 4/1947 do Estado do Paraná.

Mapa Estratégico do Cooperativismo. OCB, 2015.

Relatórios financeiros anuais da Coopavel. Cascavel: Tuicial, anos 1992 a 2019.

ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

AZERÊDO, Raoni F. *Agronegócio cooperativo da Coamo: territorialização, poder e controle*. 2016. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp), São Paulo.

CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro. 1998.

COLETTI, Claudinei. *Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil*. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.131-145, set. 2006.

COSTA, Paulo Roberto Neves e STORBEL, Paulo Roberto. *Cooperativas e representação política empresarial no Brasil: o caso do cooperativismo rural no Paraná, 2016.*

GRANDO, Guilherme Dotti. *Luta de classes, trabalhadores e frigoríficos em Cascavel-PR (1980-2015)*. 2017. 96 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017. Acessado em 22 de julho de 2019.

EMER, Ivo Oss. *Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

FAJARDO, Sergio. *A ação das cooperativas agropecuárias na modernização da agricultura no Oeste do Paraná, Brasil*. *Geotextos*, vol. 12, n. 1, junho 2016.

INCRA/IPARDES. *“Análise sócio-econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná -1974/1975.*

IPARDES. *Os Vários Paranas - O 3º espaço relevante: especificidades e diversidades*. Curitiba: IPARDES, 2008.

LIMA, Jandir e ALVES, Lucir, *Cooperativismo e desenvolvimento Rural no Paraná do Agronegócio*, 2011.

MAGALHÃES, Marion. *Paraná: política e governo*. Curitiba: Seed, 2001.

MARANDOLA & RODRIGUES. *Cooperativismo agropecuário no Paraná: evolução x doutrina*. *Revista Cultural e Científica da Universidade Estadual de Londrina*, Londrina, v. 10, n. 3, set. 1989.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa*. *Espaço Plural*. Ano XII. N.24. 1º semestre, 2011.

_____. *A Nova hegemonia patronal agrário brasileiro: da organização das cooperativas brasileiras à Associação brasileira de agribusiness. Antítese – marxismo e cultura socialista*, nº2, maio de 2006.

_____. *Estado e Sociedade Civil no Brasil: o Binômio Ocb/Abag e a Embrapa*. São Paulo: ANPUH, jul/2011.

_____. *Entidades Patronais Agroindustriais e a Política de Pesquisa Agropecuária no Brasil (1963 – 2003)*. *Raízes*. V.32, n. 2, jul-dez/2012.

_____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns escritos*. Niteroi: Vício da Leitura/FAPERJ, 2007.

_____. *A organização das cooperativas brasileiras e a nova hegemonia ruralista no Brasil*. PPGH-UFF, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007*. Revista Sociologias, nº18, Porto Alegre. Julho – dezembro/ 2007.

PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. *O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil*. Revista econômica. Vol. 40, n.03 | julho - setembro /2009

PRIORI, Ângelo e outros, em *História do Paraná: séculos XIX e XX*. Maringá: Eduem, 2012.

REIS, Cirineu Ribeiro dos. *Agronegócio e urbanização: a relação rural-urbano em Cascavel/PR*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

SERRA, Elpídio. *As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná*. Revista Geografia. UEL; Vol.18, nº1, 2009.

WILLERS, Ednilse Maria. *A cultura associativa: a gênese do cooperativismo de alimentos na mesorregião Oeste paranaense*. Unioeste, 2015.

WOLFART, Cintia. *"O novo já nasce velho": os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980)*. 2017. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

FONTES DE IMPRENSA

ANUÁRIO GAZETA DO PARANÁ. Cascavel: CGN, 2014.

JORNAL COOPAVEL. Cascavel: Tuicial, edição 353, ano 35, Jan/Fev 2011.

JORNAL FRONTEIRA DO IGUAÇU. Suplemento Rural, 1971.

REVISTA A GRANJA. Porto Alegre: Centaurus, edição 794, fevereiro 2015, p. 5.

REVISTA AGRO OESTE. Cascavel: 2014, p. 5.

REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 399, ano 39, outubro de 2015.

REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, ano 39, dezembro 2015.

REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 402, ano 40, fevereiro de 2016.

REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Positiva, edição 404, ano 40, abril 2016.

REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 406, ano 40, junho 2016, p. 5.

- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 411, ano 40, novembro e dezembro 2016, p. 4.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 412, ano 41, jan/fev 2017.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel, Fosbury&Brothers, edição 417, ano 41, julho 2017.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 424, ano 42, junho 2018.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 03, ano 42, agosto 2018.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 428, ano 42, novembro 2018, p.6 e 7.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 431, ano 43, janeiro 2019.
- REVISTA SHOW RURAL COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 01, ano 01, fevereiro 2018.
- REVISTA COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 429, ano 42, janeiro 2019.
- REVISTA DINHEIRO RURAL. São Paulo: Editora 3, edição 158, maio 2018, p.45. Revista Paraná Rural, 2012.
- REVISTA NOVA FASE. Cascavel: Editora Novapress Ltda, edição 450, ano 32, set/2017.
- REVISTA NOVA FASE. Cascavel: Editora Novapress Ltda, edição 443, ano 32, janeiro de 2017.
- REVISTA FAE BUSINESS. São Paulo, n.12, setembro 2005.
- REVISTA PARANÁ RURAL. Curitiba: Edição 2, ano 1, set/out 2012.
- REVISTA SHOW RURAL COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 02, ano 01, agosto de 2018.
- REVISTA SHOW RURAL COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 03, ano 02, maio 2018, p.24.
- REVISTA SHOW RURAL COOPAVEL. Cascavel: Fosbury&Brothers, edição 05, ano 02, fevereiro de 2019.

FONTES EM MEIO ELETRÔNICO

MAPABLOG. *Mapa do Estado do Paraná - destaque para o município de Cascavel*. Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/08/mapas-de-cascavel-pr.html>. Acesso: em 03 set. 2018.

BAIXARMAPAS. *Mapa das mesorregiões do Estado do Paraná*. Disponível em: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-do-parana-mesorregioes/>. Acesso: em 03 set. 2018.

AMOP. *Mapa da região Oeste do Paraná*. Disponível em: <http://www.amop.org.br/wp-content/uploads/2018/05/MAPA.pdf>. Acesso: em 03 set. 2018.

BRASIL. *Censo Agropecuário Nacional de 2017*. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em 05 maio 2019.

BRASIL. *Livro branco da grilagem de terras*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>. Acesso em 21 ago. 2018.

SEMA. *Títulos de Terras emitidos pelos governantes do Estado do Paraná no Período Republicano – 1.889 a 2.006*. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/RelacaoGovernantesDITER2>. Acesso em 21 ago 2018.

BRASIL. *Lei 4.829/1965 (lei ordinária) 05 de novembro de 1965. Dispõe sobre o crédito rural, seus objetivos e diretrizes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 09 out. 1965, p. 11465. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm. Acesso em 25 de ago. 2018.

XAVIER, Marcos. *Regiões do agronegócio e urbanização: implicações do uso do território pelas cooperativas agroindustriais no oeste paranaense*. Confins, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/12623>. Acesso em 12 jun. 2018.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO TERRITÓRIO OESTE DO PARANÁ. *Oeste em desenvolvimento*. Disponível em: <https://www.oesteemdesenvolvimento.com.br>. Acesso em 23 out 2018.

CACIOPAR. *Comunicado Oficial G8 Cascavel*. 25 maio 2018. Disponível em: <http://www.acicvel.com.br/noticias/item/20121-comunicado-oficial-g8-caciopar.html> Acesso em 25 maio 2018.

COAMO. *A história do cooperativismo no Brasil e no Paraná*. Disponível em: <http://www.coamo.com.br/site/cooperativismo/historia-do-cooperativismo>
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/2011-12-05-11-28-07/2011-12-05-11-32-34>. Acesso em 25 maio 2018.

QUINTINO, Rômulo. *Votos de louvor e congratulações ao Show Rural Coopavel*. Disponível em: <https://www.camaracascavel.pr.gov.br/noticias/item/6559-relevancia-do-showrural-e-reconhecida-pela-camara.html>. Acesso dia 12 out.2018.

SISTEMA OCB. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Disponível em: <https://www.ocb.org.br>. Acesso 10 out. 2018.

COTRIGUAÇU COOPERATIVA CENTRAL. *Cooperativas – orgulho do Paraná*. Disponível em: <http://www.cotriguacu.com.br/empresa.html>. Acesso 02 fev.2019.

COTRIGUAÇU COOPERATIVA CENTRAL. *Identidade visual e logomarca*. Disponível em: <http://www.cotriguacu.com.br/empresa/identidade-visual.html>. Acesso 02 fev. 2019.

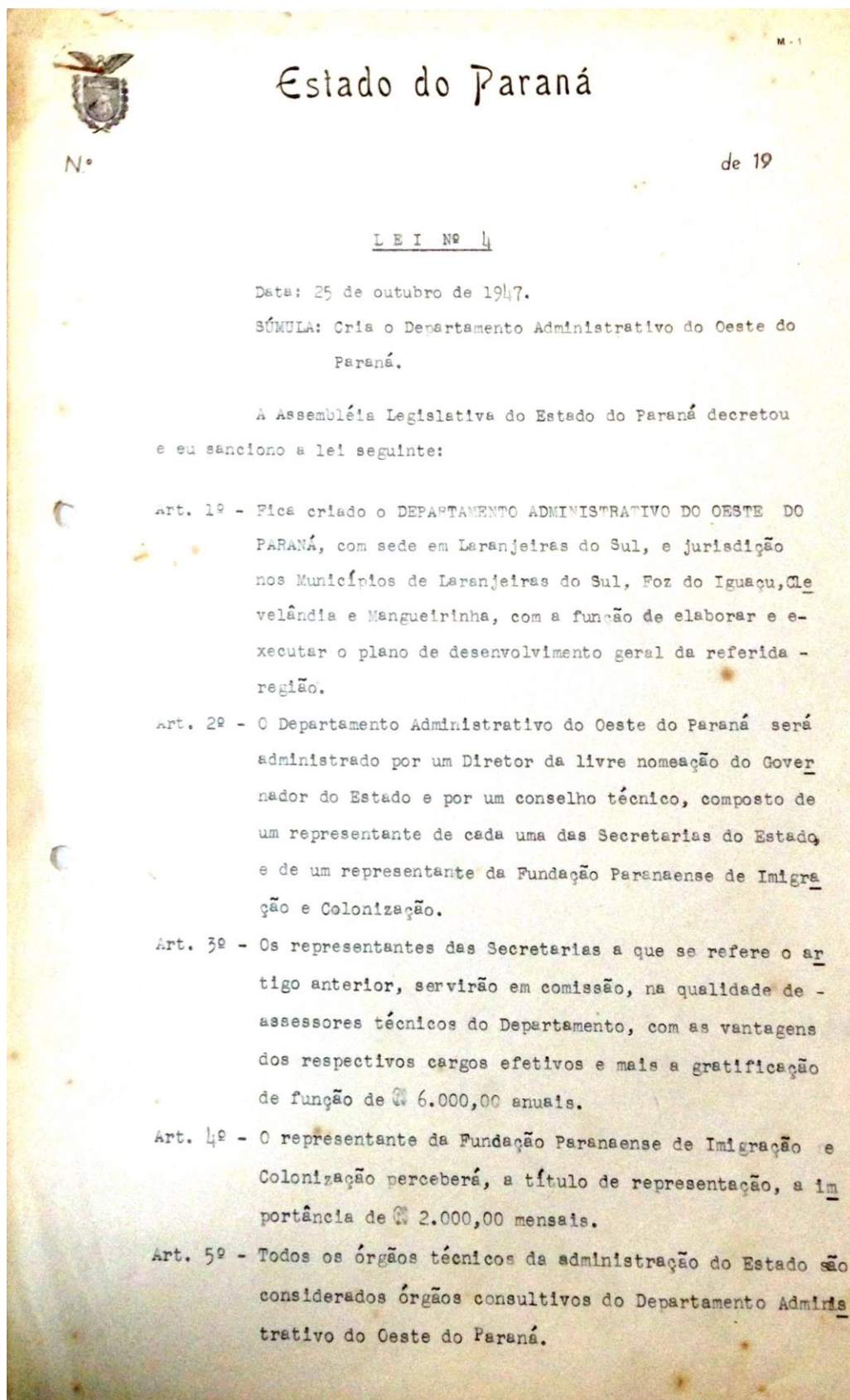
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *A empresa “Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.* Disponível em: <http://www.ferroeste.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>. Acesso em 02 fev. 2019

ANEXOS

Anexo A: Fotografia de uma cadeia construída em Toledo pelo DAO. Imagem disponível no Arquivo Público do Estado do Paraná.



Anexo B: Estatuto do Departamento de Administração do Oeste do Paraná
(Arquivo Público do Paraná)





Estado do Paraná

M-1

N.º

de 19

Art. 6º - O Conselho Técnico sugerirá ao Governador do Estado a constituição do Departamento e a organização do quadro do pessoal, em função do plano a executar.

Parágrafo único - O quadro do pessoal, estabelecido dentro do disposto neste artigo, será integrado com pessoal extranumerário, ou requisitado nos quadros do funcionalismo do Estado.

Art. 7º - Constituído o Conselho Técnico, os Municípios compreendidos na jurisdição do Departamento serão convidados a expor os seus problemas e planos de realização municipais, acompanhados dos necessários elementos elucidativos, como plantas, levantamentos, dados estatísticos e outros. De posse desses elementos, o Conselho Técnico elaborará um plano geral de desenvolvimento da região e um plano para a respectiva execução em dois anos, ouvindo os órgãos técnicos especializados do Estado e com assistência permanente dos municípios interessados.

Art. 8º - Dos planos elaborados na forma do artigo anterior, serão encaminhadas cópias a cada uma das Secretarias de Estado para que estas façam a crítica, procurando, sobretudo, o entrosamento das medidas neles projetadas com os planos gerais do Estado.

Art. 9º - As Secretarias de Estado remeterão os estudos recebidos e os seus pareceres e sugestões ao Governador, para este decida e aprove o plano geral de desenvolvimento do Oeste e bem assim o conseqüente plano bienal.

Art. 10º - Executado o plano do primeiro biênio, proceder-se-á do mesmo modo, à organização do segundo plano bienal e assim sucessivamente.

Art. 11º - Aprovados os planos, fica transferida ao Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, a incumbência de sua



N.º

Estado do Paraná

M.-1

de 19

execução, subordinada sempre à fiscalização da respectiva Secretaria de Estado.

- Art. 12º - Cada um dos planos anuais do Departamento deve ser acompanhada de um orçamento minucioso da despesa e as verbas relativas ao duodécimo desse orçamento serão transferidas para a Agência do Banco do Estado do Paraná, em Ponta Grossa, sendo aí aberta uma conta especial de crédito em favor do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, para a execução dos planos aprovados.
- Art. 13º - O Departamento poderá contratar a execução total ou parcial de obras ou serviços a seu cargo, com empresas ou companhias idôneas, mediante concorrência pública.
- Art. 14º - Assim que esteja aprovado o Plano Geral de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, o Conselho Técnico elaborará o Regimento Interno do Departamento, para aprovação do Governador do Estado, determinando a sua estrutura e o seu funcionamento, em subordinação àquele plano.
- Art. 15º - Ficam criados, no Quadro Geral do Funcionalismo Civil do Estado, Tabela I, da Parte Permanente, um cargo isolado, de provimento em comissão, de Diretor do Departamento Administrativo do Oeste do Paraná, padrão "R" e na Tabela IV, da Parte Permanente do mesmo Quadro, seis funções gratificadas, cada uma com R\$ 6.000,00 anuais.
- Art. 16º - Deverão ser destacados pelas diversas Secretarias os saldos dos créditos já próprios previstos para obras e serviços públicos nos municípios de Laranjeiras do Sul, Foz do Iguaçu, Clevelândia e Mangueirinha, os quais passarão a ser movimentados pelo Departamento Administrativo do Oeste do Paraná.
- Art. 17º - Fica aberto o crédito especial de R\$ 249.320,00 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e vinte cruzeiros),



No

Estado do Paraná

M-1

de 19

para atender, no corrente exercício, às despesas com a execução da presente Lei, sendo \$ 19.320,00 (quarenta e nove mil, trezentos e vinte cruzeiros), para pessoal e \$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para a instalação e manutenção do Departamento.

Art. 169 - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(sa) MOYSES LUTIOS

João Theophilo Gomy Jr.

Francisco de Paula Soares Neto

Antonio Chalbeud Biscain

Benjamin Andrade Mourão

Gasper Duarte Veloso

Milton de Macedo Munhoz